



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS  
Mestrado em Museologia e Patrimônio**

# **CONTRA A CONSPIRAÇÃO DA IGNORÂNCIA COM A MALDADE**

***A Inspeção Estadual dos Monumentos  
Nacionais e o Museu Histórico e de Arte  
Antiga do Estado de Pernambuco***

***Rodrigo José Cantarelli Rodrigues***

***UNIRIO / MAST - RJ, 06 de Março de 2012***

# CONTRA A CONSPIRAÇÃO DA IGNORÂNCIA COM A MALDADE

*A INSPETORIA ESTADUAL DOS  
MONUMENTOS NACIONAIS E O  
MUSEU HISTÓRICO E DE ARTE  
ANTIGA DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO*

*por*

**Rodrigo José Cantarelli Rodrigues**

*Aluno do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio  
Linha 01 – Museu e Museologia*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio.

Orientador: Professor Doutor Mário de Souza  
Chagas

## FOLHA DE APROVAÇÃO

# CONTRA A CONSPIRAÇÃO DA IGNORÂNCIA COM A MALDADE

## A Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

### Aprovada por

Prof. Dr. \_\_\_\_\_  
Mário de Souza Chagas

Prof. Dr. \_\_\_\_\_  
Aline Montenegro Magalhães

Prof. Dr. \_\_\_\_\_  
Luiz Carlos Borges

*Rio de Janeiro, 2012*

Cantarelli, Rodrigo.  
C229      Contra a conspiração da ignorância com a maldade : a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco / Rodrigo Cantarelli, 2012.  
viii, 184f. ; 30 cm

Orientador: Mário de Souza Chagas.  
Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro ; MAST, Rio de Janeiro, 2012.

1. Patrimônio cultural - Proteção - Brasil. 2. Museu do Estado (PE). 3. Inspetoria de Monumentos de Pernambuco. I. Chagas, Mário de Souza. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Mestrado em Museologia e Patrimônio. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins. IV. Título.

CDD – 363.69

Muitas pessoas foram importantes para a conclusão deste trabalho, no entanto, ele não teria sido realizado sem as impressões de Dilma Cantarelli, as conversas com Mário Chagas, as sugestões de Rita de Cássia Araújo, a diligência de Gertrudes Gomes, a ajuda de Hildo Leal da Rosa e as referências de Lúcia Gaspar, além, claro, do pioneirismo de Gilberto e Anníbal. A todos eles, muito obrigado.

*E porque é que a indiferença nacional não se comove para salvar ainda da ruína, da destruição e da pilhagem o pouco que possuímos?*

**Annibal Fernandes, 1920**

## RESUMO

CANTARELLI, Rodrigo. **Contra a conspiração da ignorância com a maldade:** A Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco. Orientador: Mário de Souza Chagas. UNIRIO/MAST. 2012. Dissertação.

O trabalho reconstitui a trajetória da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e do Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco, investigando uma das matrizes que levaram a criação de um serviço federal de proteção do patrimônio cultural no Brasil. A Inspetoria e o Museu foram criados no final da década de 1920, durante o governo de Estácio Coimbra, num contexto de reação às transformações urbanas que estavam acontecendo no Recife desde o início do Século XX. Idealizados por Anníbal Fernandes e Gilberto Freyre, os órgãos foram a primeira iniciativa do poder público, em Pernambuco, que objetivou proteger o patrimônio cultural no estado. A atuação das instituições, bem como as repercussões causadas por elas, deixaram uma marca indelével nas políticas preservacionistas brasileiras.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural – Proteção – Brasil; Inspetoria de Monumentos de Pernambuco; Museu do Estado de Pernambuco.

## ABSTRACT

CANTARELLI, Rodrigo. **Against the conspiracy of ignorance with cruel intentions: The Monuments Bureau and The Historic and Ancient Art Museum of Pernambuco.** Advisor: Mário de Souza Chagas. UNIRIO/MAST. 2012. Dissertation.

The work traces the path of the Monuments Bureau and the Historic and Ancient Art Museum of Pernambuco, investigating one of the matrices that led to creation of a federal service to protect Brazilian Cultural Heritage. Bureau and Museum was established in the late 1920s, during Estácio Coimbra's governance, in the context of reaction to urban transformations that were taking place in Recife since the beginning of the twentieth century. Devised by Anníbal Fernandes and Gilberto Freyre, the organs were the first initiative of the government, in Pernambuco, which aimed to protect Cultural Heritage in the state. The role of institutions, as well as the effects caused by it, left an indelible mark on the Brazilian preservationist's politics.

Keywords: Cultural Heritage – Protection – Brazil; Pernambuco Monuments Bureau; State Museum of Pernambuco

## SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	1
Cap. 1 REAÇÕES À DESTRUIÇÃO E PILHAGEM DO POUCO QUE POSSUÍMOS	26
1.1 – O RECIFE E AS TRANSFORMAÇÕES DO INÍCIO DO SÉCULO XX	28
1.2 – A REAÇÃO DOS INTELECTUAIS	40
1.2.1 – Anníbal Fernandes e a causa preservacionista	41
1.2.2 – Gilberto Freyre e o estranhamento do Recife Novo	48
1.2.3 – A invenção do Nordeste e o Movimento Regionalista	57
1.2.4 – A institucionalização de uma ideia	63
Cap. 2 CONTRA A CONSPIRAÇÃO DA IGNORÂNCIA COM A MALDADE	66
2.1 – AS PRIMEIRAS REAÇÕES E A QUESTÃO DO ENGENHO MEGAHYPE	68
2.2 – A INSPETORIA ESTADUAL DOS MONUMENTOS NACIONAIS	74
2.3 – O MUSEU HISTÓRICO E DE ARTE ANTIGA	93
Cap. 3 PERNAMBUCO NO TEMPO DO VICE-REI	112
3.1 - A REVOLUÇÃO DE 1930 EM PERNAMBUCO	114
3.2 - MÁRIO MELO E OS DESENTENDIMENTOS COM ANNÍBAL FERNANDES	117
3.3 – FISCALIZANDO O INIMIGO	125
3.4 - DE 1930 A 1933	146
3.5 - A EXTINÇÃO DOS ÓRGÃOS	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS	170

# **INTRODUÇÃO**

## INTRODUÇÃO

Lembro perfeitamente do dia em que vi uma fotografia da fachada da Igreja da Madre Deus, no Recife, onde ela aparece em uma situação bem diferente da atual. Essa foto, vista na Superintendência Estadual do Iphan em Pernambuco, possui um caráter declaradamente documental, nela a Igreja aparece apenas com a torre do lado da epístola e uma ornamentação bem simples, se comparada com o que vemos hoje. Àquela época, só consegui descobrir uma data aproximada em que a fotografia havia sido tirada, o final da década de 1920, e que ela fazia parte de um inventário de monumentos, que também fotografou o Engenho Megahype, antes da sua destruição. A dúvida sobre a origem dessa fotografia permeava os meus pensamentos. Quem havia registrado a igreja? Com que objetivo? Eram algumas das questões que começavam a me intrigar. A única informação que consegui obter, até então, foi a de que a igreja, depois desse registro, havia sofrido uma *reforma neocolonial*<sup>1</sup> antes de ser tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, em 1938.

As questões começaram a me parecer mais claras a partir do momento em que descobri, enquanto lia *O Patrimônio em processo*<sup>2</sup>, a existência de uma inspetoria de monumentos em Pernambuco. Vi que, além dela, outras inspetorias foram criadas em Minas Gerais e Bahia. E só. Esses fatos ainda permaneciam como uma incógnita para mim. Embora já tivesse começado a coletar as peças desse quebra-cabeças, ainda me faltavam muitas outras para fechar o jogo. Foi quando descobri que o acervo do Museu do Estado de Pernambuco, assim como a Madre Deus, foi tombado pelo SPHAN em 1938, e havia se formado a partir de coleções compradas no final dos anos 1920, quando o museu fazia parte da estrutura da tal inspetoria de monumentos, que, coincidentemente, foram dirigidos pela mesma pessoa, o jornalista Anníbal Gonçalves Fernandes.

Naquela época, o Recife se transformava às custas da destruição de vários edifícios coloniais. Foi aí que muitos intelectuais viram uma causa pela qual lutar. Anníbal quis defender aquele patrimônio contra a *conspiração da ignorância com a maldade*, palavras que ele próprio usou no discurso em que defendeu a criação da inspetoria e do museu. Ele impetrou uma luta pela preservação daquilo que seria *verdadeiramente digno de sobreviver*<sup>3</sup>, ou seja, um patrimônio nacional.

---

<sup>1</sup> Provarei, mais adiante, que essa tal *reforma* tratou-se, na realidade, de uma *restauração*.

<sup>2</sup> FONSECA, 2005.

<sup>3</sup> REGO, 1942. p.332.

A palavra patrimônio, que atualmente tem um grande poder de evocação, em seu primeiro sentido quer dizer *herança paterna* e, no direito romano, era o conjunto de bens familiares valorizados não pelo seu valor pecuniário, mas sim pela sua condição de bens a se transmitir para outra geração. Entretanto, ao longo do tempo, essa palavra foi ganhando novos significados e está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano, como lembra José Reginaldo Gonçalves<sup>4</sup>. Fala-se, dentre outras denominações, em patrimônio econômico, imobiliário, arquitetônico, cultural, natural, histórico ou imaterial, parecendo não haver limites para o emprego do termo. Essas qualificações acompanham divisões estabelecidas pelas modernas categorias de pensamento, tais como a economia, a cultura ou a natureza.

Já a *categoria* patrimônio, afirma o autor, tal como é usada na atualidade, nem sempre conheceu fronteiras tão bem delimitadas. Em outro texto, Gonçalves<sup>5</sup> lembra que essa categoria não é uma invenção estritamente moderna, mas que possui um caráter milenar e com ampla distribuição geográfica, já presente na Antiguidade Clássica e na Idade Média. Nesses momentos, muitas culturas constituíram um patrimônio com finalidade mercantil, no entanto, assinalando a existência dos chamados *bens inalienáveis*, impossibilitados social e simbolicamente de serem comercializados ou de circularem amplamente, desenhando, assim, hierarquias fundamentais. O patrimônio, então, confunde-se com uma propriedade, mais precisamente com uma propriedade que é herdada, em oposição àquela adquirida. O processo de formação de patrimônios é traduzido, de certo modo, pela categoria do colecionamento.

Este, também presente nas mais diversas culturas ao longo da história da humanidade. Para Walter Benjamin, uma questão decisiva no ato de colecionar é desligar os objetos de todas as suas funções primitivas, fazendo com que, através de determinadas semelhanças, esses objetos se relacionem com outros, criando um sistema novo, a coleção. Para ele,

*o mais profundo encantamento do colecionador consiste em inscrever a coisa particular em um círculo mágico no qual ela se imobiliza, enquanto percorre um último estremecimento (o estremecimento de ser adquirida).<sup>6</sup>*

---

<sup>4</sup> GONÇALVES, 2009. p.23.

<sup>5</sup> GONÇALVES, 2005.

<sup>6</sup> BENJAMIM, 2006. p.239

Ou seja, ao se retirar de circulação, os bens estariam preservados dentro de um conjunto único formado por aquele indivíduo. Ainda segundo Benjamim, o colecionador empreende *uma luta contra a dispersão desses objetos afins*, para lembrar-se de um passado. Passado que ele quer manter presente na sua vida cotidiana através dos bens colecionados.

Cabe ressaltar que os objetos materiais reunidos pelo colecionador possuem uma dinâmica própria de circulação através de categorias culturais ou sistemas classificatórios. Para Gonçalves, as instituições governamentais estão diretamente vinculadas aos *processos de formação simbólica de diversas modalidades de autoconsciência individual e coletiva no ocidente moderno*<sup>7</sup>. Reginaldo aponta que esses objetos desempenham funções identitárias, tanto individuais quanto coletivas, ajudando a construir e organizar a percepção que temos tanto em relação a nós mesmos quanto ao outro. Ele destaca que

*(...) quando classificamos determinados conjuntos de objetos materiais como "patrimônios culturais", esses objetos estão por sua vez a nos inventar, uma vez que eles materializam uma teia de categorias de pensamento por meio das quais nos percebemos individual e coletivamente.*<sup>8</sup>

O Patrimônio teria, portanto, uma função de encarnar uma identidade naqueles objetos e lugares escolhidos como tal. Mário Chagas<sup>9</sup> argumenta que esse novo conceito de patrimônio, bem como o de museu, nasceram no século XVIII, em meio a formação dos estados nacionais, consolidando-se no século seguinte. Para ele,

*As noções de museu (casa de memória e poder) e patrimônio no mundo moderno, além de se manterem conectadas à de propriedade, seja ela material ou espiritual, econômica ou simbólica, estão umbilicalmente vinculadas à ideia de preservação.*<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> GONÇALVES, 2007. p.25.

<sup>8</sup> GONÇALVES, 2007. p.29.

<sup>9</sup> CHAGAS, 2005. p.116.

<sup>10</sup> CHAGAS, 2005, p.116-117.

Num primeiro momento, a noção de patrimônio esteve muito vinculada com a ideia do monumento, da construção arquitetônica. Diane Barthel afirma que essas estruturas são as formas mais tangíveis de evidenciar o passado, uma vez que essa tangibilidade dos monumentos os distinguem, por exemplo, dos textos e de outras representações históricas<sup>11</sup>. Françoise Choay faz a distinção entre os conceitos de *monumento* e *monumento histórico*, para ela, se, por um lado, a função do *monumento* é estritamente afetiva, sendo criado para perpetuar uma memória determinada; por outro, o *monumento histórico*, articula-se ao processo de construção da história, voltado para comprovação ou ilustração de acontecimentos históricos. Segundo a autora,

*o monumento é uma criação deliberada cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado e criado como tal; ele é constituído a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que selecionam na massa de edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte.*<sup>12</sup>

A história da nação se construiria através de legados do passado, que deveriam ser protegidos contra a destruição. É um momento em que a noção de patrimônio pressupõe uma consciência de historicização e de ruptura com o passado<sup>13</sup>. O patrimônio, que, em seu sentido moderno, pode ser interpretado como coleções de objetos móveis e imóveis apropriados, protegidos e expostos por determinados grupos sociais e usado para simbolizar, representar ou comunicar, um passado que se herdou é representado, metaforicamente, como as bases concretas de sustentação de uma *identidade nacional*.

A luta pela preservação desse patrimônio, testemunha do passado que se quer rememorar, fazia parte de uma estratégia de construção de uma memória coletiva que se pretendia construir. Para Maurice Halbwachs, não somente os testemunhos, no sentido literal da palavra, seriam capazes de confirmar ou recordar uma lembrança, ou memória. Ele afirma que a junção de uma ou mais lembranças descrevem *com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo que elas*<sup>14</sup>. Quando fazemos um paralelo entre essa ação de construção de uma lembrança com a constituição de coleções, vemos que os bens

---

<sup>11</sup> BARTHEL, 1996. p.2.

<sup>12</sup> CHOAY, 2001. p.25

<sup>13</sup> CHUVA, 2009. p.43.

<sup>14</sup> HALBWACHS, 2006. p.31.

patrimoniais se comportam de maneira semelhante a uma lembrança, constituindo discursos ao serem reunidos de forma intencional ou não.

A noção de ruptura entre passado e presente surgida em meio às transformações ocorridas na Europa ao longo do século XVIII, como a Revolução Industrial, o Iluminismo e a Revolução Francesa, produziu um sentimento de proteção às áreas e edifícios históricos. Na França daquele período foi enorme a quantidade de edifícios medievais destruídos ou descaracterizados, e foi lá que surgiram as primeiras ações do Estado buscando a proteção desse, dito, *patrimônio nacional*. Também foi lá que, visando tanto realizar o inventário dos monumentos e obras de arte como lhes dar um destino, foi criada, em 1790, a Comissão dos Monumentos Históricos. Visto agora como um bem nacional e coletivo, o Patrimônio estava recebendo sua nova concepção, e os bens confiscados do clero e da nobreza passaram a ter o valor de documentos comprovadores da nação que se constituía. Ao mesmo tempo, nessa primeira metade do século XIX, o debate sobre a arquitetura medieval cresceu, a história nacional foi sendo recontada aos poucos, firmando a idade média e, conseqüentemente, seus vestígios como o período de origem simbólica da nação<sup>15</sup>.

A partir do momento que essas *antiguidades* passaram a ser o suporte de valores simbólicos nacionais, a sua conservação tornou-se necessária. O acervo móvel confiscado passou, então, a ser reunido em depósitos, que, posteriormente, foram chamados de *Museus*. Foi nesse período que o termo, derivado do grego *mouseion* – templo das musas, lugar onde residem as musas, onde se pratica artes e poesia – começou a aparecer na sua acepção atual. Segundo Tony Bennet, os museus públicos, assim como os conhecemos, tomaram forma nesse momento, ao final do século XVIII e princípio do XIX, transformando as práticas das primeiras instituições colecionistas<sup>16</sup>. Bennet coloca o surgimento dos museus nas antigas práticas colecionistas dos príncipes e monarcas europeus, uma vez que as coleções formadas também eram, assim como os museus, representações de poder.

Para Choay, os museus se tornaram os primeiros responsáveis pela conservação dos bens móveis, como pinturas, esculturas e outros objetos de arte, preparando o caminho para dar início a conservação dos monumentos da arquitetura<sup>17</sup>, que só ocorreu definitivamente, em 1830, quando foi criado o cargo de Inspetor-Geral dos Monumentos Históricos. Nesse período todo o território da França foi percorrido e realizou-se um inventário não só de bens, mas também de atitudes da população em relação ao patrimônio. Tratava-se, então, da seleção de edifícios cuja conservação tivesse um *interesse nacional*,

---

<sup>15</sup> CHUVA, 2009. p. 48.

<sup>16</sup> BENNET, 1995. p.19.

<sup>17</sup> CHOAY, 2001. p.62.

do ponto de vista histórico e artístico. Cecília Londres Fonseca<sup>18</sup> afirma que, apesar das boas intenções, somente uma pequena parte dos intelectuais se sensibilizaram com o valor cultural dos monumentos. Já a população, quando não era indiferente, se apegava a alguns bens por outros motivos, como, por exemplo, ser um local de culto ou de peregrinação.

Nesse momento, o patrimônio foi dividido em duas categorias, que demandariam duas formas distintas de cuidados: bens móveis e imóveis. Dominique Poulot<sup>19</sup> afirma que dessa atitude fazem parte, ainda, dois aspectos essenciais: a relação de estranheza, causada pela presença na atualidade de um objeto pertencente a um tempo remoto; e a assimilação do passado, sugerindo um caráter pedagógico, uma vez que aqueles acervos formados tinham como função principal educar a nação, além de, naturalmente, demonstrar o seu poder. Clara Emília Malhano também afirma que, a ideia de patrimônio nasce ligada a uma ação pedagógica<sup>20</sup>, e é esse interesse que vai, durante o período napoleônico, justificar os saques e apropriações de bens dos lugares conquistados, em especial a Itália. O argumento utilizado era o de reunir, nos museus, os exemplares mais diversos produzidos pela genialidade humana, que serviriam como uma ferramenta para educação do povo, o que, na realidade, era mais uma maneira de fragilizar aqueles povos dominados.

Munidos de um espírito enciclopedista, foram reunidos objetos como pinturas, esculturas e fragmentos de arquitetura, objetivando ensinar à população civismo, história, e competências técnicas e artísticas<sup>21</sup>. Ainda em 1790, o presidente da Comissão para a Criação de Depósitos, Louis-Georges Bréquigny, propôs uma divisão homogênea desses depósitos por toda a França:

*Todos os monumentos (bens móveis nacionalizados) de que se trata pertencem à Nação em geral. É preciso, pois, fazer que, na medida do possível, todos os indivíduos possam usufruir deles; e nada, ao que me parece, contribuirá mais para isso que distribuir os depósitos onde ficarão reunidos em cada um dos oitenta e três departamentos de que se compõe a França atualmente (...)*<sup>22</sup>

---

<sup>18</sup> FONSECA, 2005. p.60.

<sup>19</sup> POULOT, 2009. p.14.

<sup>20</sup> MALHANO, 2002. p.62

<sup>21</sup> CHOAY, 2001. p.101.

<sup>22</sup> BRÉQUIGNY apud CHOAY, 2001. p.101.

Segundo Choay<sup>23</sup>, os elementos responsáveis, nesse momento, para a não realização desse feito foram tanto os acontecimentos políticos e a situação financeira que o país vivia no momento quanto a *imaturidade em matéria museológica*. Paris fugiu dessa regra. As maiores riquezas técnicas e artísticas confiscadas pela Revolução passaram a ser reunidas no Palácio do Louvre, inaugurado como *Museu Central das Artes*, em 10 de agosto de 1793. O palácio passou a expor na Grande Galeria e no Salão Quadrado uma coleção, formada principalmente por pinturas pertencentes à família real e à nobreza, que, aos poucos, foi crescendo e ocupando outras salas do complexo.

Esse projeto civilizador francês foi completado com a criação de outros três museus: o *Musée National d'Histoire Naturelle*, fundando em 10 de junho de 1793 a partir do *Jardin Royal des Plantes Médicinales*, dedicado às ciências naturais; o *Musée des arts et métiers*, criado em 1794 após a sugestão do Abade Grégoire, seria o repositório de modelos, máquinas e instrumentos científicos; e, por fim, o *Musée des Monuments Français*, aberto em 8 de abril de 1796 no convento dos Petits-Augustin. A coleção deste último, reunida e organizada por Alexandre Lenoir, era composta essencialmente por fragmentos de arquitetura e escultura oriundos ora de edifícios destruídos pelos revolucionários, ora de monumentos que permaneceram intactos e foram, posteriormente, transferidos para o museu. É importante destacar que foi neste museu que, pela primeira vez, se usou uma classificação cronológica na exposição do acervo<sup>24</sup>. Com a Restauração dos Bourbon, o Museu dos Monumentos Franceses teve que fechar suas portas e boa parte da coleção foi devolvida aos seus locais de origem. O que restou foi incorporado aos acervos do Louvre, em 1824, e do Museu de Versailles, em 1836.

Para José Neves Bittencourt, nos museus franceses desse período

*(...) prevalecia uma historiografia positivista que buscava a nação no passado, sobre um suporte territorial que aproximadamente correspondia às fronteiras contemporâneas da França (...). O Museu de Versailles é talvez o melhor e mais conhecido exemplo de como ocorria tal processo – na grande Galeria das Batalhas, o passado era representado de modo a elevar “todas as glórias da França”.*<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> CHOAY, 2001. p.101.

<sup>24</sup> MALHANO, 2002. p.62.

<sup>25</sup> BITTENCOURT, 2005. p.152.

Além do museu mencionado, ainda no século XIX, foram criados outros dois museus no qual podemos identificar as características apontadas por Bittencourt: o *Musée de Cluny*, em 1843, e o *Musée de l'Artillerie*, em 1871.

O surgimento do Museu de Cluny está muito vinculado a adoção da Idade Média como o período formador da nação francesa, onde as reminiscências desse momento estavam revestidas de um caráter nacionalista. Naquele momento, embora muitos edifícios góticos e românicos estivessem sendo restaurados, ainda não existia um museu dedicado a este período, já que no Louvre eram encontradas obras de arte de todas as épocas e de diversos lugares. Foi quando, em 1842, o estado adquiriu a coleção formada pelo arqueólogo e colecionador de obras de arte Alexandre Du Sommerard, focada exatamente no período medieval. No ano seguinte, o museu foi inaugurado numa antiga residência monástica, o Hôtel de Cluny, dando a França aquilo que lhe faltava: um museu sobre o período que a nação, supostamente, havia sido formada.

Foi também naquele século que o Império Francês se expandiu, conquistando mais colônias na África e na Oceania. Com o fim do governo de Napoleão III e o reestabelecimento da Terceira República, foi então fundado um museu militar no Hôtel des Invalides, o *Musée de l'Artillerie*, onde eram expostos armas e equipamentos militares, a fim de mostrar o poder bélico do exército francês. Em março de 1878, o museu realizou uma exposição etnográfica com objetos oriundos das colônias na África, Ásia, América e Oceania. Parte desse acervo exposto deu origem, pouco depois, ao *Musée d'Etnographie du Trocadéro*, em 1878.

Cabe ainda destacar que, na Inglaterra, no mesmo período, se desenhou outro importante posicionamento em prol da preservação do patrimônio, difundido para os países anglo-saxões. O sentimento de ruptura existente em decorrência da Revolução Industrial motivou o surgimento de associações civis, apoiadas pelo Estado, que vão se tornar os principais agentes da preservação, através do culto ao passado e da valorização dos seus vestígios como relíquias. Nos museus ingleses, isso se refletia num discurso histórico largamente povoado por personagens relevantes, fatos notáveis e momentos gloriosos<sup>26</sup>.

Contudo, o modelo de preservação mais popular era o francês, no qual a conservação dos monumentos assumia um caráter eminentemente museológico<sup>27</sup>. Irremediavelmente ligados ao passado, os bens preservados não teriam mais lugar no fluxo da vida presente, os ideais de progresso e modernização difundidos pelo Estado conferiam à preservação um compromisso com o saber. Foi esse o modelo de política de preservação

---

<sup>26</sup> BITTENCOURT, 2005. p.152.

<sup>27</sup> MALHANO, 2002. p.62

exportado na primeira metade do século XX para países da América Latina, como Brasil e Argentina, embora os museus já tivessem chegado bem antes.

Mário Chagas afirma que a tradição museal brasileira pode ser compreendida como parte de um projeto civilizador de modernidade iniciado em fins do século XVIII<sup>28</sup>. Antes da chegada da corte no Brasil, já existiam alguns hortos e jardins botânicos – que naquela época não eram vistos como museus – como o Horto D’el Rei, em Olinda, criado por Carta Régia, em 17 de novembro de 1798, bem como o Museu de História Natural, conhecido como Casa dos Pássaros, criado pelo vice-rei Luís de Vasconcelos.

A presença da família real portuguesa, juntamente com a corte, transformou esse cenário com mudanças que objetivaram dar ao Rio de Janeiro, agora a nova sede da Coroa Portuguesa, um caráter moderno. Dom João VI transplantou para o Brasil um modelo de civilização europeia e, para isso, criou uma série de instituições como o Horto Real de Aclimação, em 1808; a Biblioteca Real, 1810; o Teatro Real de São João, em 1812; a Escola Real de Ciências Artes e Ofícios, em 1816; e o Museu Real, em 1818. Este último, aberto ao público em 1821, teve sua origem na coleção da Casa dos Pássaros e que foi enriquecida, ao longo do tempo, a partir da contribuição de diversos naturalistas, pesquisadores e viajantes estrangeiros como Langsdorff e Von Spix, bem como pelas remessas solicitadas pelo Ministério do Império aos presidentes das províncias. Para Chagas, a fixação da corte no Brasil, além de outras consequências, foi o marco da nossa *imaginação museal*<sup>29</sup>, visto que Museu Real se sobressaiu no cenário brasileiro como a única instituição do tipo, naquela primeira metade do século XIX. Esta hegemonia seria alterada a partir dos anos de 1860, quando novos museus surgiram.

Em Pernambuco, naquele momento, surgiram dois museus, que hoje disputam o título de ser o primeiro da região Norte/Nordeste. Um deles, o Museu de História Natural Louis Jacques Brunet, teve origem a partir dos espécimes coletados pelo naturalista francês em suas expedições pelos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, realizada em 1852. Quando já fazia parte do corpo docente do Ginásio Pernambucano, Brunet organizou o Gabinete de Ciências da instituição que, posteriormente, foi transformado em museu, numa data que ainda não foi possível precisar. Já o museu pertencente ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP – foi aberto à visitação em 1866, e teve seu acervo, focado na história do estado, formado a partir da fundação da associação, em 1862. Schwarcz afirma que o instituto assemelhava-se a

---

<sup>28</sup> CHAGAS, 2009. p.64-65.

<sup>29</sup> Mário Chagas define *imaginação museal* como a *capacidade singular e efetiva de determinados sujeitos articularem no espaço (tridimensional) a narrativa poética das coisas* (CHAGAS, 2009, p.58)

uma sociedade de antiquários e que era *monopolizado pelo culto da restauração do domínio flamengo*<sup>30</sup>, tomando o museu o mesmo perfil.

A autora ainda destaca que os Institutos Históricos e Geográficos que surgiram no Brasil estavam vinculados à construção de um passado singular e a sistematização de uma história oficial, que fariam parte de um processo de consolidação do Estado Nacional, e a sua atuação, de forma geral, salvaguardando documentos e objetos, ocorria no sentido de se construir essa história e recriar esse passado. Convém, ainda, destacar que a existência desses institutos aqui no Brasil, remete ao modelo preservacionista anglo-saxão, mencionado anteriormente, e que aqui, de certa forma, foi preterido em relação ao Francês, no início do século XX.

É também desse mesmo período a criação do Museu Paraense, cuja origem está na constituição da Associação Filomática, em 1866, que tinha como finalidade principal a organização de um museu de história natural e artefatos indígenas. Segundo o estatuto dessa sociedade, a missão do museu, além de mostrar os produtos naturais e objetos indígenas, seria educacional, com ensinamentos de geografia, hidrografia, etnografia, história do Brasil e do Pará, tendo as suas atividades concentradas em cursos, palestras e na formação e exposição de um acervo especializado nesses assuntos<sup>31</sup>.

A criação do museu contou com o apoio de alguns políticos locais. Pedro Leão Vellozo, que assumiu a presidência da província alguns meses mais tarde, defendeu que

*Um Museu Público é o primeiro monumento de um povo civilizado; a capital do Pará merece um estabelecimento dessa ordem, não só para servir de centro de instrução, mas também para reunir em seu seio amostras exemplares de tantos e tão variados objetos preciosos, atualmente disseminados por todo o vale do Amazonas (...)*<sup>32</sup>

Fica claro no discurso de Vellozo tanto a ideia de um projeto civilizatório para aquela região, quanto um sentimento de preocupação com a perda, ou saída, dos seus bens representativos. Mais adiante, veremos que José Reginaldo Gonçalves, ao estudar as

---

<sup>30</sup> SCHWARCZ, 1993. p.125.

<sup>31</sup> SANJAD, 2010, p.54.

<sup>32</sup> VELLOZO, 1867, apud SANJAD, 2010, p.57.

modalidades discursivas do Brasil no que diz respeito à preservação patrimonial entre as décadas de 1930 a 1980, chama isso de *Retórica da Perda*<sup>33</sup>.

Além dos dois museus já mencionados, Nelson Sanjad ainda destaca a criação de outros três museus de história natural<sup>34</sup>. Um deles foi o Museu Paranaense, inaugurado em 1876, com um acervo composto por artefatos indígenas e coleções entomológicas. Já em 1882, por iniciativa da Princesa Isabel, o naturalista e botânico João Barbosa Rodrigues, objetivando estudar a flora amazonense, fundou o Museu Botânico do Amazonas, que teve um curto período de atuação e foi fechado sete anos depois. Por fim, associado à ideia de se erguer um monumento em homenagem à Independência, foi criado em 1893 o Museu Paulista, a partir das coleções de história natural, mobiliário e objetos indígenas pertencentes ao General Joaquim Sertório.

Lília Schwarcz destaca o papel importante de três museus desse período – O Museu Nacional, o Museu Paraense e o Museu Paulista – no que diz respeito ao desenvolvimento de estudos relacionados às ciências naturais. Entretanto, para ela, se num primeiro momento é difícil compreender a coexistência desses três grandes museus etnográficos num país até então caracterizado pela restrita atividade científica, por outro lado, esses museus desempenhavam funções bem particulares, apontadas na análise feita pela autora<sup>35</sup>. O Museu Nacional *lidava com as vicissitudes de um Império que se transferia para a colônia*, ficando, depois da independência, diretamente vinculado à figura do Imperador. O Museu Paulista, por sua vez, *personificava um gabinete de quinquilharias a serviço da elite local e em homenagem a ela*. Já o Museu Paraense, teria um perfil semelhante ao paulista, mas seria a porta de entrada para a Amazônia, um símbolo da pujança da borracha e focado na exaltação dos grupos locais.

Ainda vinculados a construção de uma identidade e com *desejo de se constituírem marcos comemorativos da força heroica da nação*<sup>36</sup>, merece destaque a criação do Museu Militar do Arsenal de Guerra, em 1865, e do Museu Naval, em 1870. Associados diretamente à Guerra do Paraguai, estes museus construía heróis e os celebravam, e, para Mário Chagas, ambos *se inscrevem no conjunto das narrativas épicas que pretendem atualizar o panteão nacional e povoar a memória com gestos singulares e heroicos*<sup>37</sup>.

---

<sup>33</sup> GONÇALVES, 2002.

<sup>34</sup> SANJAD, 2010, p.21.

<sup>35</sup> SCHWARCZ, 1993, p.90.

<sup>36</sup> CHAGAS, 2009, p.69.

<sup>37</sup> CHAGAS, 2009, p.69.

Percebe-se que os modelos museológicos existentes no Brasil até então estavam muito atrelados a um espírito comemorativo, distanciados, de certo modo, da realidade da população, sendo alimentados pelas elites aristocráticas e oligárquicas<sup>38</sup>. A constituição do cenário museológico brasileiro se deu, de fato, a partir do século XX<sup>39</sup>, mais precisamente a partir de outubro de 1922, quando, em meio aos festejos do centenário da Independência do Brasil, foi inaugurado o grande *divisor de águas em relação aos museus novecentistas*<sup>40</sup>: o Museu Histórico Nacional.

Diretamente associado a um novo processo de consolidação do Estado Nacional brasileiro, o Museu Histórico vai se dedicar à *memória da “nação”, por meio do passado, ignorando causas e explicações mais gerais para os fatos históricos*<sup>41</sup>. Para Myrian Sepúlveda dos Santos, o “culto à saudade” adotado pelo museu era baseado em objetos que refletiam um país que não mais existia. A figura de Gustavo Barroso vai se tornar indissociável da instituição, onde a guerra e a história militar tiveram grande destaque.

As discussões a respeito da defesa de um patrimônio edificado ganharam força também nesse momento, passando a ser uma estratégia política de construção da identidade do país. Segundo José Reginaldo Gonçalves<sup>42</sup>, foi aí que os discursos patrimoniais se basearam em narrativas históricas sobre a memória e a identidade nacionais. Os intelectuais que se encarregaram da defesa do patrimônio cultural brasileiro, objetivando construir a nação, buscavam se apropriar desse patrimônio para responder a uma situação de *perda*.

As discussões em torno da proteção e da conservação de um *patrimônio nacional* adquiriram o estatuto de projetos legislativos a partir da década de 1920. Nesse período, alguns intelectuais já alertavam para uma perda *irreparável* dos monumentos históricos do período colonial, defendendo uma política de proteção. Em paralelo a isso, o movimento Neocolonial, liderado principalmente por Ricardo Severo, em São Paulo, e José Marianno Filho, no Rio de Janeiro, defendia a arte colonial brasileira como a manifestação de uma autêntica tradição nacional<sup>43</sup>. O neocolonial, mais do que uma manifestação arquitetônica, configurou-se como um fenômeno cultural amplo, inserindo-se plenamente no impulso nacionalista verificado em toda a América Latina. E, bem ou mal, ele estimulou o interesse

---

<sup>38</sup> CHAGAS, 1998, p.36.

<sup>39</sup> CHAGAS, 2009, p.70.

<sup>40</sup> CHAGAS, SANTOS, 2002, p.200.

<sup>41</sup> SANTOS, 2006. p.27.

<sup>42</sup> GONÇALVES, 2006.

<sup>43</sup> FONSECA, 2005. p.60.

pelo estudo da arquitetura colonial brasileira, condição imprescindível para qualquer iniciativa preservacionista.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por grandes transformações que buscaram modernizar as cidades brasileiras aproximando-as dos modelos europeus. Casos emblemáticos como o desmonte do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro e a destruição da Igreja do Corpo Santo, no Recife, trouxeram à tona o problema da perda de monumentos representativos da história brasileira. Intelectuais, que depois se vincularam ao movimento moderno, publicavam artigos criticando a falta de preocupação do governo com o passado colonial. Isso poderia gerar grandes perdas do que seria a essência brasileira. Então, o processo de proteção do patrimônio tornou-se objetivo comum em diversos setores da sociedade: intelectuais, políticos e até o clero agora se empenhavam em defender o passado<sup>44</sup>. Essa busca da essência do nacional, que seria a condição indispensável para o crescimento do país, estava envolvida diretamente com uma ideia de nacionalismo influenciada por teorias eurocêntricas do desenvolvimento das nações, e foi propagada por uma elite de intelectuais gerando repercussões, especialmente, nos campos político e estético<sup>45</sup>.

Embora, em 1923, o deputado pernambucano Luís Cedro tenha proposto organizar a proteção dos monumentos históricos através da criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil<sup>46</sup>, os estados detentores de um acervo significativo do passado colonial tomaram a frente com as primeiras respostas concretas do poder público a essa demanda do meio intelectual. Segundo Cecília Londres Fonseca<sup>47</sup>, foram criadas, em contextos distintos, inspetorias de Monumentos Históricos em Minas Gerais<sup>48</sup>, em 1926, na Bahia<sup>49</sup>, em 1927, e em Pernambuco, em 1928. Esta última, objeto do nosso estudo, foi criada na gestão do governador Estácio Coimbra através da Lei nº. 1918, de 24 de agosto de 1928, que determinava, em seu artigo primeiro:

---

<sup>44</sup> MALHANO, 2002. p.88.

<sup>45</sup> MALHANO, 2002. p.80.

<sup>46</sup> Segundo Malhano, esse projeto de Cedro contou com a colaboração de José Marianno Filho, e foi baseado na legislação Francesa de 30 de março de 1887. (MALHANO, 2002. p.81)

<sup>47</sup> FONSECA, 2005, p.60.

<sup>48</sup> Em uma notícia publicada n'A *Província*, do Recife, em 27 de abril de 1929, é relatado o esforço do governo mineiro em restaurar igrejas, chafarizes e outras obras de arte no estado, no entanto, sem mencionar a existência de uma inspetoria propriamente dita. Essa, suposta, inspetoria mineira também não aparece em nenhuma das mensagens apresentadas pelo presidente do Estado de Minas Gerais ao Congresso Estadual, o que deveria acontecer, afinal de contas, ao término de cada mandato, os administradores relatavam para a Assembleia Provincial tanto aquilo que havia sido feito na sua gestão como a situação que, naquele momento, se encontrava a província. Nas mensagens apresentadas entre os anos de 1926 e 1930 são citados os melhoramentos feitos no Arquivo Público Mineiro, criado em 1895, e as ideias de criação de um Museu Histórico e uma Pinacoteca, esta, inaugurada no dia 22 de dezembro de 1927 (ANDRADA, 1930, p.88).

<sup>49</sup> Criada pela Lei nº. 2032, de 8 de agosto de 1927.

*Fica autorizado o Governador do Estado, a criar um serviço de defesa do nosso patrimônio artístico e histórico e um museu de arte retrospectiva que lhe será anexo, destinado a recolher todos os objetos de interesse histórico e artístico nacional ou regional.*<sup>50</sup>

A criação da inspetoria e do museu ocorreu num cenário favorável ao surgimento e propagação de ideias preservacionistas em Pernambuco. No início do século XX, o Recife passou por uma intensa remodelação do seu traçado urbano, através da reforma do porto. Símbolos de um passado colonial *atrasado*, vinculado ao período colonial e à Monarquia vieram abaixo: a Igreja do Corpo Santo, os arcos do Bom Jesus e da Conceição. O ecletismo, difundido através do Recife Novo, era um símbolo de modernidade. Diversos edifícios coloniais foram reformados para atender ao novo gosto da sociedade, a reforma da Sé de Olinda, finalizada no final daquela década, quando as vozes de alguns intelectuais já começavam a se ouvir, foi aquela que mais repercutiu. De símbolo do barroco pernambucano, ela se tornou uma igreja neogótica com *falso arrojo catedralesco*<sup>51</sup>.

Na década de 1920, o regionalismo, surgido no contexto da implantação das ideias modernistas em Pernambuco, abraçou a causa da preservação dos valores tradicionais, das culturas locais e dos monumentos históricos como elementos definidores de uma identidade. Segundo Anco Vieira, o Regionalismo, ao contrário da Semana de 22 em São Paulo, não buscava somente um projeto estético-literário para o Brasil, mas, sim, algo mais ambicioso: um projeto civilizatório<sup>52</sup>. Para os Regionalistas, a memória pernambucana estaria intimamente ligada aos lugares que estavam se perdendo com a transformação da cidade. Diane Barthel afirma que essa memória coletiva precisa ser ancorada em monumentos, tanto quanto em obras de arte e narrativas sociais<sup>53</sup>, argumento que nos lembra Pierre Nora, quando defende que, a medida em que essa memória desaparece, nós nos sentimos obrigados a acumular vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, enfim, sinais visíveis daquilo que aconteceu, investindo alguns lugares de uma aura simbólica, promovendo a cristalização de uma lembrança, o que ele chamou de *Lugares de Memória*<sup>54</sup>.

---

<sup>50</sup> PERNAMBUCO, 1928, p.9.

<sup>51</sup> FREYRE, 1923.

<sup>52</sup> VIEIRA, 2006.

<sup>53</sup> BARTHEL, 1996. p.154.

<sup>54</sup> NORA, 1993. p. 21

O lamento pela destruição desses *lugares de memória*, foi recorrente na primeira metade daquela década, tanto que, durante o *1º Congresso Regionalista do Nordeste*, realizado em 1926, buscou-se alternativas para evitar a perda dos símbolos de um passado que deveria ter se preservado. Já quase no final daquela década, em 1928, o deputado estadual Anníbal Fernandes apresentou um projeto para criação de uma inspetoria de Monumentos juntamente com um Museu. Ele argumentou que esta ação

*(...) concretiza antigas aspirações da opinião culta do Estado, sobressaltada diante dos constantes atentados ao nosso patrimônio artístico e ao desaparecimento de tudo quanto se relaciona ao nosso passado histórico.*<sup>55</sup>

Neste discurso na sessão da Câmara Estadual, ele ainda lembrou que *há mais de dez anos vem se debatendo na imprensa contra ações desse tipo*<sup>56</sup>. Citou casos emblemáticos de destruição do patrimônio pernambucano, como a demolição dos Arcos e a reforma da Igreja da Sé de Olinda. Também mencionou diversos outros pequenos edifícios que foram mutilados por *pretensos reformadores*, substituindo a representatividade daqueles por uma *arquitetura de fancaria, que ostentam em toda a plenitude do ridículo*.<sup>57</sup>

No dia 28 de agosto do mesmo ano, o Governador Estácio Coimbra, através da Lei nº. 1918, criou a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais de Pernambuco e, vinculado a ela, o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco. Anníbal foi nomeado Inspetor dos Monumentos Nacionais e uma das suas primeiras ações foi *proceder um cuidadoso inventário dos edifícios que pelo seu valor histórico ou artístico pudessem ser considerados de interesse nacional pelo seu valor artístico ou pelas reminiscências históricas que o acompanham*<sup>58</sup>. Paralelo a isso, foram realizadas as primeiras aquisições para o acervo do Museu de Arte Antiga, que viria a ser inaugurado em 7 de setembro de 1930, como Museu do Estado, às vésperas da Revolução de 1930. Essas aquisições deram origem às coleções mais antigas do atual Museu do Estado de Pernambuco.

A primeira coleção, comprada em 1929, consta de aproximadamente trezentas peças pertencentes ao Comendador Ferreira Baltar. Nela percebemos uma construção da paisagem pernambucana, em especial recifense, ao longo de quase três séculos, mostrando aspectos primitivos da região, desde os primórdios da ocupação holandesa até princípios do

---

<sup>55</sup> FERNANDES, 1929. p.29.

<sup>56</sup> FERNANDES, 1929. p.29.

<sup>57</sup> FERNANDES, 1929. p.29.

<sup>58</sup> FERNANDES, 1929. p.3.

século XX, representando inclusive acontecimentos que marcaram o imaginário da população, como as cheias. A segunda coleção, adquirida por transferência, pertenceu ao antigo Liceu de Artes e Ofícios, e é composta por cerca de 120 peças, merecendo destaque os móveis no estilo Dom João V e as porcelanas orientais.

Durante o seu primeiro período de atuação, a inspetoria e o museu foram dirigidos pelo jornalista Anníbal Gonçalves Fernandes, e funcionaram juntos até a inauguração do museu, nos salões da cúpula do Palácio da Justiça. Com a Revolução de 1930, Anníbal é perseguido e exonerado dos seus cargos públicos, assumindo em seu lugar o também jornalista Mário Melo, que dirigiu as instituições até serem extintas pelo então interventor federal em Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, através do Decreto 260, de 30 de dezembro de 1933, quando o acervo do museu foi transferido para a Biblioteca Pública do Estado.

Em 1934, o Presidente Getúlio Vargas oficializou, pela primeira vez, uma iniciativa federal de preservação do patrimônio brasileiro, através da criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, vinculada ao Museu Histórico Nacional. Os trabalhos desta inspetoria seguiram até 1937, quando foi extinta para dar lugar ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, que, além de herdar suas atribuições, lançou novos caminhos na história da preservação no Brasil.

Segundo Mário Chagas, o fim da inspetoria do Museu Histórico Nacional não se deu por problemas de falta de especialização dos técnicos, ou pela pouca área de atuação geográfica<sup>59</sup>, mas sim por disputas de poder. Ele afirma que

*A corrente de pensamento e prática patrimonial que Gustavo Barroso representava foi derrotada politicamente pela corrente modernista que tinha em Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade os seus representantes mais destacados.<sup>60</sup>*

Em relação aos museus, Barroso os pensava como locais de culto, exaltação e celebração de um passado e de suas figuras notáveis, enquanto Mário de Andrade os via como um espaço de estudo e reflexão, uma *âncora da identidade cultural*<sup>61</sup>. Essa nova política de preservação do patrimônio, ainda que enaltecisse fatos e personagens, como

---

<sup>59</sup> Os trabalhos da inspetoria foram restritos à cidade de Ouro Preto, que havia recebido o título de Monumento Nacional em 1933.

<sup>60</sup> CHAGAS, 2005, p.128.

<sup>61</sup> CHAGAS, 1998, p.64

defendia Barroso, desenvolveu-se de forma distinta, selecionando e redefinindo alguns acontecimentos históricos como pontos chave. A partir de agora, nos museus nacionais, procurou-se constituir coleções que mostrassem a diversidade do país, *abandonando antigos heróis nacionais e erigindo representantes mais populares da nação*<sup>62</sup>.

Nesse cenário, é importante destacar o anteprojeto feito por Mário de Andrade, a pedido do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, SPAN<sup>63</sup>. Nele, Mário dividiu o patrimônio artístico brasileiro em oito categorias, foram elas: arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras<sup>64</sup>. Estas categorias estariam agrupadas em quatro Livros de Tombo – o arqueológico e etnográfico, o histórico, o de belas artes e o das artes aplicadas e tecnologia industrial – juntamente com quatro museus correspondentes. No próprio texto, Mário explica o funcionamento dessa estrutura:

*Os livros de tombamento servirão para neles serem inscritos os nomes dos artistas, as coleções públicas e particulares, e individualmente as obras de arte que ficarão oficialmente pertencendo ao Patrimônio Artístico Nacional. Os museus servirão para neles estarem expostas as obras de arte colecionadas para cultura e enriquecimento do povo brasileiro pelo Governo Federal. Cada museu terá exposta no seu saguão de entrada, bem visível, para estudo e incitamento do público, uma cópia do Livro de Tombamento das artes a que ele corresponde.*<sup>65</sup>

Mário de Andrade tinha a ideia de incorporar ao seu projeto dois museus já existentes, o Museu Histórico Nacional e o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. Para este ele propõe alterações visando a criação de Museu Arqueológico e Etnográfico, considerando que *um Museu Etnográfico deve estar separado de um Museu de História Natural*<sup>66</sup>. Tanto Gustavo Barroso, diretor do Museu do Histórico, quanto Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, rejeitaram essa proposta e, dos outros dois museus propostos, apenas o de Belas Artes foi criado, em 1937. Mário Chagas destaca que, embora o projeto contemplasse a criação desses quatro grandes museus nacionais, o pensamento

---

<sup>62</sup> CHAGAS; SANTOS, 2002, p.203.

<sup>63</sup> Para uma leitura aprofundada da *imaginação museal* de Mário de Andrade ver CHAGAS, 1998.

<sup>64</sup> BRASIL, 1980, p.92.

<sup>65</sup> BRASIL, 1980, p.95.

<sup>66</sup> ANDRADE, 1981 apud CHAGAS, 1998, p.85.

de Mário de Andrade vai muito mais além e defendia a criação de museus estaduais e municipais<sup>67</sup>.

Contudo, a criação do SPHAN se deu a partir do projeto de lei elaborado por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Autores como Mário Chagas e Lígia Martins Costa defendem que o projeto aprovado é fruto do pensamento de Rodrigo e não está atrelado ao anteprojeto de Mário de Andrade, que foi, de certa forma, acomodado e modificado. Chagas afirma que

*(...) a conceituação de bem cultural de M.A. foi rejeitada, a explicitação de M.A. em relação à origem do bem cultural a ser preservado foi mascarada, o seu projeto museológico foi postergado.*<sup>68</sup>

Mesmo derrotada a proposta de Mário de Andrade para os museus, não se pode dizer o mesmo em relação à preservação do patrimônio edificado. Nisso, o seu anteprojeto em muito se assemelha à proposta de Rodrigo, até mesmo, na nomenclatura dos Livros de Tombo.

Da mesma forma que Mário e Rodrigo se tornaram referências dentro do SPHAN e de uma política de preservação do patrimônio edificado, Gustavo Barroso o vai ser em relação aos museus. Mário Chagas e Myrian Sepúlveda dos Santos afirmam que ele não apenas venceu os modernistas nesta área, mas deixou uma marca indelével na memória da museologia no Brasil, visto que ele participou de modo decisivo do primeiro Curso de Museologia do país, criado em 1932, e que deu origem à atual Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO. Para os autores, a vitória de um no campo museal e dos outros no patrimonial explica a grande separação entre *as coisas do patrimônio e as coisas dos museus*<sup>69</sup> ocorrida a partir desse momento.

Contudo, os modernistas também *lutariam* pelo campo dos museus. Com a não adesão do Museu Nacional e do Museu Histórico aos planos de Mário de Andrade, a saída para os modernistas foi a de ficar com a criação dos museus Regionais. No artigo 24 do decreto-lei que criou o SPHAN<sup>70</sup>, lê-se que

---

<sup>67</sup> CHAGAS, 1998, p.82.

<sup>68</sup> CHAGAS, 1998, p.85.

<sup>69</sup> CHAGAS; SANTOS, 2002, p.203.

<sup>70</sup> Decreto-lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937.

*A união manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, **tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários**, devendo outrossim providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.<sup>71</sup> [grifo nosso]*

Estava clara a tentativa modernista de ampliar tanto as temáticas abordadas bem como a área geográfica de atuação dos museus federais, incentivando a criação de museus regionais. O primeiro deles a ser criado foi o Museu da Inconfidência, em 1938 na cidade de Ouro Preto. A respeito disso, Rodrigo afirmou que ela

*(...) assinala o início de uma orientação nova e de relevante significação adotada pelo governo da União a respeito dos museus nacionais. Deixando de limitar-se a organizar e desenvolver essas instituições federais apenas na capital da República (...).<sup>72</sup>*

De fato, em pouco tempo foram criados novos museus em outras regiões do país, com o intuito de dar sentido ao discurso nacional proposto àquele momento. Desses destacamos o Museu das Missões, em São Miguel, e o Museu Imperial, em Petrópolis, ambos fundados em 1940, e o Museu do Ouro, em Sabará, em 1945. Com essas ações, o SPHAN buscava para si o papel de responsável pela política governamental também no campo dos museus e assumia de vez todas as glórias de *pioneiro* na salvaguarda da história do país.

Em Pernambuco, à parte das ações do governo federal, nesse mesmo período começaram a surgir mais museus. Em 1934 foi criado pelo governo do Estado o Museu Regional de Olinda, em meio às comemorações do quadricentenário da chegada de Duarte Coelho, o primeiro donatário da capitania de Pernambuco e fundador daquela cidade. Utilizando-se de parte do acervo do recém-extinto museu pertencente à inspetoria, transformou-se uma antiga residência episcopal numa casa-museu que buscou retratar a vida social e doméstica dos moradores de Olinda durante o século XVIII. Em 10 de maio de 1940, um decreto estadual recriou o museu extinto em 1933, que atenderia pelo nome de Museu do Estado Pernambuco, foi quando o acervo que estava depositado na Biblioteca

---

<sup>71</sup> BRASIL, 1980, p.118.

<sup>72</sup> ANDRADE, 2005.

Pública do Estado foi transferido para a sua sede definitiva: o antigo palacete pertencente ao Barão de Beberibe, localizado na Avenida Rui Barbosa, no Recife.

Diante do exposto, fica claro que o desenvolvimento das ideias preservacionistas e de um pensamento museal no estado de Pernambuco, de certa forma, caminharam lado a lado à trajetória desenvolvida em âmbito nacional, ora se opondo, ora dialogando. Entretanto, essas ações ainda são pouco conhecidas e valorizadas fazendo com que esse trabalho seja uma peça de fundamental importância para o conhecimento de ações importantes relacionadas à história tanto da preservação do patrimônio no país, quanto da museologia brasileira.

O objetivo deste trabalho, portanto, é reconstituir a trajetória da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais de Pernambuco e do Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco. Visto que, os estudos a respeito da história da preservação no Brasil, em geral, dizem respeito às ações tomadas a partir da Era Vargas, tendo como marco a criação do SPHAN, em 1937. Normalmente esses estudos, focados nas realizações varguistas, deixam de lado ações pioneiras que ocorreram isoladamente em diversos estados, como Bahia e Pernambuco. Em relação a história dos museus, pouco também foi feito, tomando-se como objeto de estudo, na maioria dos casos, os grandes museus nacionais, como, por exemplo, o Museu Histórico Nacional.

Merece destaque a publicação do livro *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*<sup>73</sup>, cuja primeira edição é datada de 1980. Nele, além de um texto introdutório onde a existência das inspetorias é mencionada, encontra-se uma cronologia das ações legislativas e dos projetos apresentados para a criação de um serviço nacional de proteção. O ponto de partida desse *catálogo* é a carta enviada pelo Conde de Galveias ao governador de Pernambuco, em 1742, iniciativa isolada e sem repercussões maiores, considerada o embrião das preocupações com a defesa do patrimônio que, supostamente, só se concretizaram com a criação do SPHAN, em 1937.

Outros estudos foram realizados acerca dessa trajetória, e que levaram às primeiras reflexões para a construção desse projeto, destacando-se: *Os arquitetos da memória*, de Márcia Chuva<sup>74</sup> e *O patrimônio em processo*, de Cecília Londres Fonseca<sup>75</sup>. Márcia Chuva analisa a constituição do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nas décadas de 1930 e 1940, como parte de um processo mais amplo de formação do Estado e construção da nação, enquanto que Cecília Londres Fonseca analisa a trajetória da política federal de

---

<sup>73</sup> BRASIL, 1980.

<sup>74</sup> CHUVA, 1998.

<sup>75</sup> FONSECA, 2005.

preservação no Brasil, na qual a atuação das inspetorias estaduais é apenas citada. Já Clara Emília Malhano, em *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado*<sup>76</sup>, estuda a estruturação das ideias preservacionistas pelo Estado entre 1920 e 1945, entretanto dando pouca atenção às ações das inspetorias pré-SPHAN.

José Reginaldo Santos Gonçalves, em *A Retórica da Perda*<sup>77</sup>, analisa os discursos do patrimônio cultural no Brasil a partir da atuação de dois diretores do SPHAN: Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães. Para Gonçalves, a noção de *apropriação* desempenha um papel fundamental nesses discursos, visto que ela se torna sinônimo de preservação e definição de uma identidade, e, através dessa apropriação, o patrimônio estaria assegurado contra uma possível situação de *perda*. O patrimônio estaria sofrendo um processo de destruição, ameaçado por um desaparecimento definitivo, sendo preciso lutar contra a perda daquilo que seria a identidade do país.

No campo dos museus, primeiramente, podemos destacar os trabalhos realizados por Mário Chagas, especialmente em *Há uma gota de sangue em cada museu*<sup>78</sup> e *A Imaginação Museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*<sup>79</sup>. Em ambos os textos, Chagas faz um resgate aprofundado da trajetória dos museus no Brasil, desde o marco museológico brasileiro, o Museu Nacional, até o século XX, aprofundando-se, em *A imaginação Museal*, em três museus, o Museu Histórico Nacional, o Museu do Homem do Nordeste e o Museu do Índio.

Outro autor que trabalha o tema dos museus no Brasil é Lília Schwarcz<sup>80</sup>, que estuda o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense no período que vai de 1870 a 1930, mostrando como eles desempenharam um papel importante em relação às pesquisas etnográficas e ao estudo das ciências naturais. Schwarcz ainda analisa a formação dos Institutos Históricos no Brasil, mencionando o caso pernambucano, e, conseqüentemente, o seu museu.

Merece destaque, ainda, o trabalho de Myrian Sepúlveda dos Santos<sup>81</sup>, *A escrita do passado em museus históricos*, no qual ela analisa os discursos históricos veiculados no Museu Histórico Nacional e no Museu Imperial, procurando reconstituir a história das coleções segundo as relações de poder que as constituíram.

---

<sup>76</sup> MALHANO, 2002.

<sup>77</sup> GONÇALVES, 2002.

<sup>78</sup> CHAGAS, 1998.

<sup>79</sup> CHAGAS, 2009.

<sup>80</sup> SCHWARCZ, 1993.

<sup>81</sup> SANTOS, 2006.

Uma grande lacuna é encontrada em relação às inspetorias existentes antes da criação do SPHAN, visto que quase nada foi estudado. Aline Montenegro Magalhães, na sua dissertação de mestrado<sup>82</sup>, analisa a trajetória da Inspetoria de Monumentos Nacionais, criada no Museu Histórico Nacional em 1934. Para Magalhães, naquele momento, a forma de colecionismo presente na organização do acervo do museu é quem vai definir o que deveria, ou não, ser preservado em Ouro Preto. Já em relação às demais inspetorias que existiram, não há nenhum estudo aprofundado a respeito.

De uma forma geral, as referências bibliográficas existentes sobre a história da preservação no Brasil, bem como dos museus, possui um olhar muito federal, é muito centrada nas ações ocorridas nos grandes museus e no Rio de Janeiro, vinculada estritamente com a atuação do SPHAN ou de grandes instituições museológicas. As ações regionais, como as impetradas por Anníbal Fernandes, são pouco conhecidas e valorizadas, visto que faltam estudos a respeito dessas iniciativas pioneiras.

O tema escolhido abordará os processos que ocorreram no estado de Pernambuco nas décadas de 1920 e 1930, quando foram criados, pelo Governo Estadual, uma inspetoria de Monumentos juntamente com a primeira iniciativa do poder público de criação de um museu no estado. A proposta está diretamente relacionada às primeiras iniciativas executadas pelo poder público de preservação do patrimônio em Pernambuco, sendo que, em certos aspectos, algumas dessas ações foram pioneiras, inclusive, em âmbito nacional.

Estudos desse tipo são importantes porque investigam as matrizes que levaram à criação de um órgão federal de preservação, ao mesmo tempo em que reconhecem os méritos devidos às primeiras ações de preservação do patrimônio material no Brasil, bem como ampliam o conhecimento a respeito de ações regionais. Especialmente no caso da história da preservação do patrimônio no Brasil, visto que a proposta se enquadra numa linha de pensamento que vai contra aquela que vê o início dessa história apenas relacionada aos acontecimentos da década de 1930, no Rio de Janeiro, de uma forma geral, iniciados com a criação do SPHAN, em 13 de janeiro de 1937.

Àquela época, tomando as palavras do próprio Anníbal Fernandes, *a ideia de um museu regional não podia estar separada da defesa do nosso patrimônio artístico e histórico*<sup>83</sup>, fazendo com que a trajetória da inspetoria e do museu não possam ser desassociadas. Museu e Patrimônio são categorias que dificilmente podem ser estudadas de forma isolada, visto que

---

<sup>82</sup> MAGALHÃES, 2004.

<sup>83</sup> FERNANDES, 1929. p.33.

*O campo museal, como se costuma dizer, está em movimento, tanto quando o domínio patrimonial. Esses dois terrenos que ora se casam, ora se divorciam, ora se interpenetram, ora se desconectam constituem corpos em movimento.*<sup>84</sup>

As noções modernas de patrimônio e museu nasceram e se desenvolveram juntas, de tal forma que processos de musealização e patrimonialização se confundem. No Brasil essas práticas ocorreram, de certa forma, indissociáveis até a criação do SPHAN, em 1937, quando houve a separação entre *as coisas do patrimônio e as coisas dos museus*<sup>85</sup>. Entretanto, a inspetoria e o museu que se propõe estudar, surgiram e atuaram num período anterior a isso, fazendo com que esse momento tanto seja parte de um episódio na memória da preservação do patrimônio bem como na memória da museologia no Brasil.

As ações que ocorreram em Pernambuco foram fruto de uma série de acontecimentos, por isso, no primeiro capítulo iremos investigar as suas origens, quais foram os fatos ocorridos e as ideias existentes no cenário pernambucano que favoreceram o surgimento da inspetoria e do museu. Dos quais, destacamos a reforma ocorrida no Bairro do Recife a partir de 1909 e a disseminação do Ecletismo na arquitetura. Em relação a reconstituição do cenário pernambucano no período estudado, esta pode ser feita a partir de diversas publicações, onde destacamos, os textos de Neroaldo Azevedo, *Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*<sup>86</sup>; Cátia Lubambo, *O Bairro do Recife: Entre o Corpo Santo e o Marco Zero*<sup>87</sup>; Antônio Paulo Rezende, *(Des)Encantos modernos*<sup>88</sup>; Raimundo Arrais, *A capital da Saudade*<sup>89</sup>; e Durval Muniz, *A invenção do Nordeste*<sup>90</sup>.

Neste primeiro capítulo ainda analisaremos as matrizes intelectuais das personalidades que estiveram envolvidas na criação da inspetoria e do museu, visto que, da construção desse cenário, também fazem parte o pensamento preservacionista dos principais atores dessas realizações em Pernambuco: Gilberto Freyre e Anníbal Fernandes. As campanhas que ambos fizeram em prol da preservação do patrimônio no estado, bem como da criação de um museu, são facilmente encontradas na coluna *De uns e de outros*, assinada por Anníbal no Diário de Pernambuco entre janeiro de 1919 e dezembro de 1922,

---

<sup>84</sup> CHAGAS, 2005. p.132.

<sup>85</sup> CHAGAS; SANTOS, 2002. p.203

<sup>86</sup> AZEVEDO, 1984.

<sup>87</sup> LUBAMBO, 1991.

<sup>88</sup> REZENDE, 1997.

<sup>89</sup> ARRAIS, 2006.

<sup>90</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011.

bem como nos artigos numerados publicados por Gilberto, no mesmo jornal, entre agosto de 1923 e fevereiro de 1925<sup>91</sup>.

No segundo capítulo, veremos as primeiras reações à iniciativa do governo para a criação da inspetoria e do museu, com destaque para o caso da demolição do engenho Megahype e sua repercussão no pensamento preservacionista brasileiro. A partir do exame da trajetória da inspetoria e do museu é feito um mapeamento dos trabalhos desenvolvidos durante a gestão de um dos seus principais idealizadores, Anníbal Fernandes, que dirigiu as duas instituições de fevereiro de 1929 a outubro de 1930.

Nesse mesmo capítulo, identificaremos o motivo da escolha dos edifícios que foram elevados à categoria de Monumentos Nacionais e também veremos as coleções compradas para compor o acervo do museu, bem como outros objetos adquiridos separadamente, analisando qual o discurso que o museu se propôs a apresentar a partir daquelas peças. Para identificação dos trabalhos desenvolvidos foram utilizados, primeiramente, os relatórios anuais publicados em 1929 e 1930, juntamente com a documentação existente no arquivo do Museu do Estado de Pernambuco, notícias de jornal da época, especialmente *A Província* e o *Diário de Pernambuco*, além da documentação encontrada no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, depositário do material, referente aos órgãos.

No último capítulo, veremos como a Revolução de 1930 alterou a trajetória planejada das duas instituições, tirando do cargo uma das figuras idealizadoras do serviço de proteção do patrimônio pernambucano e pondo em seu lugar o também jornalista Mário Melo, Secretário Perpétuo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. É nesse contexto que veremos como Mário Melo, desde o discurso de Anníbal Fernandes defendendo a criação da inspetoria e do museu, buscou atribuir ao IAHGP o mérito da concepção e criação das duas instituições, produzindo, desse modo, uma rica troca de acusações veiculadas na imprensa local, que culminaria com a inimizade cultivada pelos dois jornalistas pelo resto de suas vidas.

As críticas que o Secretário Perpétuo fazia às ações de Fernandes como Inspetor e Diretor do Museu permearam todo o período que Anníbal esteve a frente dos cargos, e as trocas de acusações publicadas n'*A Província* e no *Diário de Pernambuco*, guiaram toda a reconstituição desses desentendimentos. Veremos também nesse último capítulo como o Secretário Perpétuo, na sua gestão, tentou aproximar do Instituto Arqueológico os perfis da inspetoria e do museu, que, aos olhos do governo revolucionário que tomou posse em outubro de 1930, estavam com os dias contados.

---

<sup>91</sup> Dos quais destacamos os números 19, 23, 24, 26, 32, 34, 36, 41, 52, 53, 60, 64, 68, 75 e 91.

## **CAPÍTULO 1**

# **REAÇÕES À DESTRUIÇÃO E PILHAGEM DO POUCO QUE POSSUÍMOS**

## 1. REAÇÕES À DESTRUÇÃO E PILHAGEM DO POUCO QUE POSSUÍMOS

*Os que, ainda meninos, conhecemos o Recife de Lingueta, do Arco de Santo Antônio, dos quiosques e das gameleiras, (...) Parece que temos vivido em duas cidades diferentes. (...) Eu por mim já me sinto um tanto estrangeiro no Recife de agora. O meu Recife era outro. Tinha um “sujo de velhice” que me impressionava, com um místico prestígio, a meninice. O tempo o esverdeara todo de um verde que tinha o encanto de uma unção.*

Gilberto Freyre, 1924.

*É no começo deste século que a fisionomia do Recife perde os últimos vestígios do seu passado. Desaparecem as casinhas da antiga praça da Polé mandadas construir pelo governador Thomaz José de Mello, os arcos da Conceição e de Santo Antônio, a Igreja do Corpo Santo e a velha Lingueta com suas vastas gameleiras.*

Anníbal Fernandes, 1925.

Este capítulo tem por finalidade investigar quais foram os fatos ocorridos e as ideias existentes no cenário pernambucano que favorecerem o surgimento tanto da Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais quanto do Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco, no final da década de 1920.

Veremos que as transformações econômicas e socioculturais acontecidas no Recife no período em questão, como as flutuações na economia, a Reforma do Porto e o processo de europeização das cidades – leia-se: a disseminação generalizada do Ecletismo – criaram, aos poucos, um cenário favorável ao surgimento de ideias preservacionistas. Tais mudanças, criticadas por uns e defendidas por outros, se aliaram às ideias defendidas por Gilberto Freyre e outros intelectuais, que preconizavam a defesa das *tradições regionais*, se tornando as peças fundamentais de um processo que culminou com a criação de ambas as instituições.

## 1.1. O RECIFE E AS TRANSFORMAÇÕES NO INÍCIO DO SÉCULO XX

A mais antiga referência à povoação do Recife é encontrada no Foral de Olinda em 12 de março de 1537, e outorgada pelo primeiro donatário da capitania, Duarte Coelho. A localidade, apontada como o principal escoadouro da produção de açúcar e madeira da rica capitania de Pernambuco, logo transformou-se em um dos principais portos da colônia. Essa condição, vital na formação da cidade, imprimiu no Recife características muito particulares, além de uma organização singular no bairro portuário onde a cidade se originou.

Apesar de ter um porto consolidado, foi somente a partir do domínio Holandês, mais precisamente em 1638 com o início do governo de Maurício de Nassau, que o Recife começou a se firmar fisicamente e a se constituir culturalmente diferente de Olinda. Os flamengos destruíram e abandonaram a antiga capital, distante do porto e do acesso ao mar, transferindo os seus moradores para o Recife. Foi claro o caráter urbano da colonização holandesa, em contrapartida a quase totalidade da atividade agrária existente até então. Com a destruição de Olinda e com a realização de obras de melhoramentos no pequeno vilarejo do Recife, Nassau imprimiu o ritmo civilizador àquele lugar que se tornou a capital do Brasil Holandês.

A população recifense estava confinada na estreita faixa de terra da península e foi nesse momento que se passou a aterrar e drenar manguezais e alagados. Para permitir uma melhor expansão territorial foram construídas duas pequenas pontes de madeira ligando as faixas de terra separadas pela água: a Ponte do Beberibe, depois denominada ponte dos Holandeses, Sete de Setembro e, atualmente, Maurício de Nassau<sup>92</sup>; e a ponte da Boa Vista, construída ao lado do palácio de mesmo nome. Após a expulsão dos flamengos do território brasileiro, o Recife ficou quase totalmente arrasado e a capital da Capitania de Pernambuco voltou a ser Olinda. No entanto, o espírito modernizador permaneceu, aquela porta comercial da capitania detentora do monopólio da exportação de açúcar deu forma e identidade àquele conjunto. Essa condição de primazia só se alterou a partir da segunda metade do século XVIII, quando uma grave crise atingiu o setor açucareiro pernambucano<sup>93</sup>.

Pernambuco, que havia exercido um importante papel político e econômico no período colonial, viu sua importância nacional diminuir cada vez mais ao longo do século XIX e, à medida que a monocultura açucareira decaía, o estado se esforçava para manter

---

<sup>92</sup> Nas cabeceiras desta ponte que foram construídos os Arcos que trataremos mais adiante.

<sup>93</sup> Essa crise foi causada tanto pela queda do açúcar no mercado internacional, quanto pela crescente produção de açúcar na Bahia e no Rio de Janeiro. Aliado a este fato, estava a transferência do eixo econômico para o sul da colônia, em virtude da descoberta de ouro em Minas Gerais.

uma fachada de influência nacional que não mais possuía<sup>94</sup>. A pressão política exercida pela província era justificada tanto pela sua posição de proximidade com a Europa, numa época de viagens difíceis, quanto pela questão da tradição, que sempre teve representações no poder central. Aliado a esses fatos, o Recife ainda era o terminal das estradas de ferro que recolhiam a produção do Nordeste, o que reafirmava, assim, a sua influência regional.

A partir da segunda metade do século XIX, o Recife, assim como o restante do país, sofreu profundas transformações sociais e econômicas. A abolição da escravatura, a Proclamação da República, o início do processo de industrialização, juntamente com outros fatores, foram elementos determinantes nas transformações urbanas que ocorreram a partir do início do século passado. Capital comercial e financeira da região, o Recife era um polo irradiador de novos valores cosmopolitas e civilizadores nas províncias vizinhas, seguindo de perto as tendências e modismos da Capital Federal e da Europa, especialmente Paris. Cabe frisar que, embora a trajetória do bairro do Recife esteja intimamente ligada ao crescimento do porto e ao desenvolvimento socioeconômico de Pernambuco, a função portuária não era mais a única do lugar. Embora ela o dominasse, o Bairro do Recife estava marcado por aquelas atividades econômicas que deram à cidade a sua condição de centro regional<sup>95</sup>.

O século XIX trouxe muitas melhorias urbanas, e com elas, começaram a circular pelo Recife uma grande quantidade de estrangeiros, trazendo novas ideias e costumes, que, aliados à nova formação intelectual dos filhos da aristocracia<sup>96</sup> vai ser responsável pela disseminação de um novo conceito de modernidade. Os modismos europeus, associados ao progresso e ao cosmopolitismo, foram logo abraçados pela burguesia ascendente em contraposição à oligarquia rural em decadência.

A condição de centro polarizador de uma extensa região, bem como estar estrategicamente localizada entre a região mais rica do país e a Europa, fizeram com que o conceito de *modernização* estivesse sempre presente na mentalidade local. Ainda na primeira metade do século XIX, na gestão de Francisco do Rego Barros, futuro Conde da

---

<sup>94</sup> Embora Pernambuco perca espaço político, permanece como a terceira província mais importante do Brasil, ficando atrás do Rio de Janeiro e da Bahia, durante parte do período colonial, Império e parte da República.

<sup>95</sup> O centro histórico do Recife é formado, basicamente, por quatro bairros: o mais antigo deles, o Bairro do Recife, era o antigo bairro portuário e núcleo inicial da cidade, reformado no início do século XX; os bairros de Santo Antônio e São José, localizados na ilha de Antônio Vaz, foram a primeira expansão da cidade, a partir da ocupação holandesa que transformou a área em sede dos seus domínios; e, por fim, o bairro da Boa Vista, que se expandiu de pequenos arruados dispersos no século XVIII para a principal área residencial da cidade no início do século XX.

<sup>96</sup> Com a ascensão dos centros urbanos ao longo do século XIX, o eixo social vai de súbito ser transferido do meio rural para o meio urbano. Com essa transferência, a aristocracia, receosa de perder sua posição privilegiada no meio social, vai buscar novas ocupações nitidamente cidadinas onde detenham igual destaque, como por exemplo, a atividade política ou as profissões liberais. Devido à falta de um aparelhamento universitário, àquela época, muitas dessas pessoas foram estudar fora do país, principalmente na Europa.

Boa Vista, o Recife iniciou um processo de modernização que procurava afastar a cidade do esquema colonial português. Foram então construídos o Teatro Santa Isabel, passeios públicos, ajardinamentos nas margens dos rios e o alargamento de ruas para o livre trânsito das carruagens. Foi nesse momento, em 1850, que se decidiu demolir um dos três arcos existentes na cidade, o Arco do Bom Jesus. A administração de Rego Barros deu outra cara a cidade, que, de certa forma, ainda mantinha o mesmo traçado urbano deixado pelos holandeses.

Aos poucos, a arquitetura da cidade foi se transformando. As áreas mais centrais passaram por um processo de limpeza e urbanização. Foram removidos os beirais e as biqueiras das casas, que vieram dar lugar a platibandas; as gelosias e muxarabis foram substituídos por esquadrias de madeira e vidro, com grades e balcões de ferro; as fachadas foram ornamentadas com figuras de louça e azulejos. Enfim, o vocabulário ornamental da arquitetura colonial estava sendo substituído, num processo lento e que pouco interferia nas tipologias arquitetônicas encontradas na cidade. O próximo passo dessa modernização foi dado alguns anos depois, com a destruição quase total dos referenciais coloniais e a sua substituição por novos edifícios.

Naquele momento, a economia brasileira vivia um período de crescimento do comércio causada pela entrada de capital estrangeiro. Com a inclusão do algodão nas transações portuárias, o Recife voltou a crescer economicamente, entretanto, não o bastante para recuperar o primeiro lugar ocupado até o século XVII. O Café já dominava a exportações brasileiras, deixando o algodão e o açúcar em segundo plano. Foi nesse momento que o Norte começou a entrar em uma gradativa decadência, enquanto o Sul, agora mais rico, passava a dominar a política econômica do país. Com o advento da república, houve uma recomposição social e política do Estado, o Rio de Janeiro, além de centro político, financeiro e administrativo também era o centro cultural, introduzindo novos padrões no país. Houve a separação entre os grupos tradicionais e a burguesia emergente, cidadina, cosmopolita e progressista. A nova elite urbana do Recife passou a ser composta por dois grupos díspares: as antigas famílias rurais e os comerciantes e banqueiros, muitos dos quais, de origem estrangeira. Lubambo destaca que

*(...) tanto a remodelação da capital, quanto os variados meios descobertos em favor da consagração do progresso e modernização são facetas diferentes de um só projeto: o projeto que marcou categoricamente a nova composição das elites sociais no País.<sup>97</sup>*

---

<sup>97</sup> LUBAMBO, 1991. p.65.

Desse projeto nacional faziam parte as reformas higienistas, melhoras na infraestrutura portuária e rodoviária e a modernização dos principais espaços urbanos do país. Neste momento, a questão da modernização do Porto do Recife cresceu nos debates locais e as primeiras propostas para melhorar as instalações portuárias voltaram à tona<sup>98</sup>. Cátia Lubambo destaca que

*(...) num período anterior, onde a região detinha praticamente o monopólio da exportação nacional de açúcar (...), a questão do reaparelhamento do Porto não se colocava, mesmo que isso representasse uma maior dinamização da atividade comercial. No entanto, quando se permitiu uma maior interferência do capital estrangeiro nos interesses locais a situação se modificou.*<sup>99</sup>

A decisão de reformar o Porto e o Bairro do Recife fez parte de um projeto de modernização nacional que ocorreu no período compreendido entre o final do século XIX e o princípio do século XX e veio coroar um processo de modernização que já se havia iniciado no Recife ainda no século anterior. Dentro desse espírito modernizador, o Higienismo foi fundamental, foi quando as Políticas Sanitaristas e os Planos de Saneamento passaram a fazer parte dos discursos do governo para o melhoramento das principais cidades do país. Para Lubambo, o Plano de Reaparelhamento associado a Política Sanitária serviram de justificativas para a reforma, entretanto, essa decisão ocorreu alheia àquelas vinculadas aos serviços portuários, e essa ação *revestiu-se de relevância e significados particulares em meio àquelas mudanças nacionais*<sup>100</sup>. A reforma contou com o apoio das elites dirigentes, Arthur Orlando, intelectual ligado à elite açucareira e a época editor chefe do *Diário de Pernambuco*, defendeu exaltadamente a Reforma, em mais de uma ocasião:

*(...) melhoramento do porto de Pernambuco não refere somente as obras hidráulicas da fachada do Recife sobre o atlântico, quer dizer reforma da cidade em seu todo, reconstrução de um Recife Novo, tendo em vista desde*

---

<sup>98</sup> Desde 1815 se discutiam projetos para reformar a zona portuária do Recife.

<sup>99</sup> LUBAMBO, 1991. p.32.

<sup>100</sup> LUBAMBO, 1991. p.19-20.

*o saneamento do solo e depuração das águas até o embelezamento dos jardins e aformoseamento das praças públicas.*<sup>101</sup>

*Ligado o porto do Recife à rede universal das linhas de comunicação e transportes, Pernambuco (...) transformará como por encanto, sua vida econômica, política e social (...)*<sup>102</sup>

Já vemos nesse discurso um sentimento de nostalgia em relação ao fausto que o estado viveu no passado, que só seria reestabelecido *por encanto* através de uma grande transformação, materializada na modernização da infraestrutura do Porto e da cidade. Veremos mais adiante que esse mesmo sentimento, na década seguinte, aliado a outros fatores, vai gerar propostas completamente diferentes da elite dirigente. O que era exaltação passou a ser lamento.

As obras, de fato, só começaram em 1909, num momento em que Pernambuco vivia sob o controle da máquina política de Rosa e Silva, figura de grande influência na região e que mediava as questões políticas do estado à distância, seja do Rio de Janeiro ou do porto do Recife, a bordo de navios que o levariam à Europa, uma vez que desprezava a região por achá-la pouco civilizada. As alianças de Rosa e Silva fizeram com que ele controlasse o estado durante um longo período, fiscalizando as atividades administrativas locais, escolhendo os candidatos a governador e, inclusive, controlando a bancada estadual no Congresso, agindo como o porta-voz dos estados do Norte. É de se destacar que todos os cinco governadores de Pernambuco entre 1890 e 1911, eram membros da elite açucareira<sup>103</sup>, o último deles, que governou no período de início das obras, foi Herculano Bandeira, senhor de engenho e integrante do Partido Conservador.

É importante destacar que, em 1911, assumiu o poder o General Dantas Barreto, opositor de Rosa e Silva e da elite açucareira no estado, no entanto, as obras no porto seguiram normalmente. Afinal, embora as facções políticas *Rosistas* e *Dantistas* fossem opostas, ambas faziam parte de uma mesma elite que, segundo Richard Levine<sup>104</sup>, embora fosse internamente dividida, tinha uma maneira semelhante de ver as coisas, não discordando no que diz respeito a questão da reforma do Porto.

As transformações causadas no bairro portuário não se limitaram a recomposição de fachadas ou a construção de alguns edifícios: a intervenção no traçado urbano levou à

---

<sup>101</sup> ORLANDO, 1908. p.42.

<sup>102</sup> ORLANDO, 1913. p.51.

<sup>103</sup> Para um melhor entendimento dos grupos políticos pernambucanos na República Velha ver LEVINE, 1980.

<sup>104</sup> LEVINE, 1980. P.152.

demolição de quase todo o bairro. O Porto foi parcialmente inaugurado em 1918, entretanto, as obras vão durar até meados da década seguinte, enquanto que as obras no bairro do Recife se deram no curto período de 1910 a 1913. O Recife Colonial começava a desaparecer sob a euforia da elite dirigente, que o via como um símbolo do atraso, do período colonial e da insalubridade, e sob o lamento de uns poucos intelectuais. Alguns poucos protestos que ocorreram no período foram a respeito, apenas, das baixas indenizações pagas aos antigos proprietários. O Bairro do Recife, centro comercial e financeiro que deu nome à cidade, se transformou profundamente. Essas transformações foram narradas por Mario Sette, no clássico *Arruar*:

*(...) quem avalia o antigo bairro do Recife torturado de ruas estreitas e becos incríveis de tortuosidade; o Largo do Corpo Santo, o Beco das Sete Casas, a Rua da Cadeia, o Arco do Bom Jesus, a Docca do Arsenal, o Cais da Companhia Pernambucana... Tudo isso se sumiu na paisagem da cidade. Ninguém o reconstitui mais sem tê-lo conhecido. E mesmo entre os que o conheceram, quantos de memória pouco nítida! Não há saudosismo em recordá-lo. Nem desejo de que a vida houvesse parado. Há, porém, uma modalidade de amor a tudo o que desapareceu...*<sup>105</sup>

Os antigos arruamentos tortuosos e estreitos cediam lugar às largas avenidas radiais, que, tendo como ponto de partida o Marco Zero, obedeciam aos moldes da estética dos *boulevards* parisienses traçados pelo Barão Haussmann. A abertura da Avenida Central, da Avenida do Porto e o alargamento da Avenida Marquês de Olinda deram ao Recife uma atmosfera típica da *Belle-époque*. A arquitetura colonial, de sobrados magros e esguios construídos em lotes profundos, foi substituída pelos grandes edifícios Ecléticos. Ali, além de registrada uma paisagem arquitetônica, estava também o cenário político da construção de uma modernidade. Sette continua:

*Sobradões de quatro e cinco andares fechando-se com tristeza, incômodos e com recordações de antiquíssimos ocupantes. Casas térreas dos becos também silenciando. Trapiches desmanchados. Gameleiras postas de raízes ao sol. Martelos batendo dia e noite; carroças rodando no escoamento do material demolido; engenheiros tomando medidas e espiando pelos teodolitos; bondes desviados; alterada a vida e o caminho de todos (...) E o Corpo Santo também se desmanchava. (...) Ao pé da*

---

<sup>105</sup> SETTE, 1978. p. 14-15.

*ponte o Arco da Conceição igualmente ia, pouco a pouco privando-se de suas pedras e de sua fisionomia própria. (...) O bairro do Recife, aquela “outra banda” dos velhos habitantes de Santo Antônio e da Boa Vista, iria ser outro. Tudo no chão. Nunca se vira uma loucura assim*<sup>106</sup>.

A Matriz do Corpo Santo remontava ao surgimento do Recife, no século XVI, quando este ainda era o porto de Olinda. A pequena capela que existia no local, dedicada a São Frei Pedro Gonçalves, foi reformada e ampliada na segunda metade do Século XVII. Em 1800, a Irmandade do Santíssimo Sacramento compra de Portugal uma nova fachada<sup>107</sup>, objetivando uma outra reforma, sendo esse novo edifício entregue ao culto doze anos depois. Com as reformas do porto, o templo veio abaixo em 1913.

Já os arcos, foram, primeiramente, construídos do período da ocupação holandesa, quando foi erguida a primeira ponte no Recife, ligando o núcleo antigo do porto à parte do Recife que se expandia, na ilha de Antônio Vaz. Em cada uma das cabeceiras dessa ponte, existiam dois portões para controle do acesso. Aquelas simples construções em madeira vieram dar lugar, ao longo do século XVIII, a monumentais arcos em alvenaria de pedra, que se tornaram elementos marcantes na paisagem recifense. Estes arcos foram reconstruídos



**Demolição da Igreja do Corpo Santo**

*Fotógrafo Não identificado, 1913*

Coleção Benício Dias, acervo Fundação Joaquim Nabuco

---

<sup>106</sup> SETTE, 1978. p.54-55

<sup>107</sup> Em 1775 um terremoto destruiu quase toda a parte baixa de Lisboa. A reconstrução da cidade vai favorecer o surgimento da arquitetura pombalina. Essa arquitetura, já com uma forte característica neoclássica, foi o primeiro método de construção pré-fabricado desenvolvido em grande escala. O sistema, completamente inovador para época, permitiu que os edifícios fossem inteiramente fabricados fora da cidade, para depois serem transportados e montados no local desejado. Algumas dessas edificações acabaram chegando ao Brasil, merecendo destaque Igreja Matriz da Boa Vista, no Recife, e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, em Salvador.

sob invocações religiosas: Santo Antônio, na ilha de mesmo nome, e Nossa Senhora da Conceição, no Bairro do Recife. O primeiro a vir abaixo, em 1913, foi o Arco da Conceição, com o intuito de permitir o alargamento da Avenida Marquês de Olinda; poucos anos mais tarde, em 1917, foi a vez do Arco de Santo Antônio ser destruído por *conveniência de tráfego*<sup>108</sup>.

Aquela parcela urbana, que nasceu com o porto e de onde a cidade cresceu, não existia mais. Com a sua destruição, uma parte significativa dos registros históricos da cidade havia sumido para dar lugar a novas ruas e avenidas que dão acesso ao porto, exibindo uma paisagem *moderna*, com o aspecto das metrópoles burguesas europeias. Lubambo entende essa transformação como um

*(...) projeto de fortes frutos particulares locais, comerciais e financeiros, unidos a grupos estrangeiros que aqui detinham interesses, destinado a fortalecer-se frente às elites sociais que se consolidavam no poder com a república.*<sup>109</sup>

Segundo a ótica vigente da elite local, a velha estrutura urbana, anacrônica, insalubre e que dificultava o acesso ao porto precisava ser transformada. Era necessária uma nova imagem para a *fachada do Atlântico*, ou seja, uma nova imagem para a cidade. Josué de Castro descreve bem essa nova cidade:

*A praça Rio Branco faz mesmo lembrar Hamburgo. Pois, não é mesmo um assombro pro viajante que vem da Europa. Quem diria que desse outro lado do Atlântico, no Brasil, País de mestiços e bem nos trópicos, o viajante iria topar com um espetáculo desses, logo no primeiro porto que o navio toca. Espetáculo típico de cidade Europeia, e das grandes. Salta o viajante do paquete, desce ao longo dos armazéns e desemboca mesmo na praça monumental. Cinco avenidas se abrindo em leque, com magníficos estabelecimentos comerciais. Ruas largas, limpas, retas com filas inquebrantáveis dos edifícios uniformemente solenes, banco telégrafos, companhias de vapores... Prédios asseados com um ar de disciplina e riqueza de recato mesmo e de desconfiança europeias. Os homens de*

---

<sup>108</sup> FERNANDES, 1929. p.8.

<sup>109</sup> LUBAMBO, 1991. p.20.

*poucas palavras, tratando dos seus negócios. Fisionomia inteiramente europeia dessas bonitas ruas.*<sup>110</sup>

O Bairro do Recife, assim como o centro do Rio de Janeiro, assumiu, naquele momento, um caráter que os divergia das outras cidades brasileiras. Aquele não era mais o Recife do Corpo Santo, dos Arcos da Conceição e de Santo Antônio, das ruas tortas e dos típicos sobrados altos e magros. Agora era a vez do Recife Novo, que se apresentava através de edifícios como o do *London and Brazilian Bank*, o da Companhia Aliança da Bahia e o da Bolsa de Valores, assim como os outros edifícios Ecléticos que, até hoje, marcam a paisagem do bairro. O ecletismo, que, de forma geral, foi caracterizado pela utilização livre e superposta de estilos do passado, nesse momento, representava, na arquitetura, um novo estilo de vida associado à burguesia emergente.

Fortemente caracterizado pela mistura de estilos anteriores, o Ecletismo teve início ainda no século XVIII, na Inglaterra, com a construção da *Strawberry Hill*. As principais razões do seu surgimento estão ligadas à busca de status da nova classe social surgida com Revolução Industrial bem como a nostalgia posta em voga pelo Romantismo. Na Europa, o movimento ganhou intensidade ao longo do século XIX, segundo Annateresa Fabris, período no qual a ideia dominante era a de que a arquitetura fosse representativa e que evidenciasse

*através da forma exterior e da estrutura o status de seu ocupante, seja ele o Estado, seja ele o indivíduo particular. E por isso que a decoração se torna um elemento indispensável a ser usado em larga escala, que se multiplica a função ilusionista dos materiais, que o erudito e o pitoresco se mesclam.*<sup>111</sup>

Usando das mais diversas fontes do passado, os arquitetos tinham livre arbítrio na mistura dessas referências para compor os edifícios criando uma nova linguagem arquitetônica, onde estavam reunidas, sob uma só iconologia, todas as iconografias do passado<sup>112</sup>. O avanço das técnicas arqueológicas permitiram a realização de cópias idênticas dos edifícios antigos, fazendo com que todos os períodos da história da arquitetura pudessem ser revividos, tal qual eram no passado. Ao mesmo tempo que o Ecletismo se popularizava, outro movimento que tomou força foi a Arquitetura Historicista, ou Revivalista,

---

<sup>110</sup> CASTRO, 1937. p.11-16.

<sup>111</sup> FABRIS, 1993. p.134.

<sup>112</sup> CARVALHO, 1992. p.17

que buscava recriar os mais diversos estilos arquitetônicos do passado. O gosto pessoal foi quem passou a ser o guia construtivo, já que todos os estilos históricos estavam liberados, inclusive os mais exóticos. Sem limite para a utilização desses referenciais históricos surgiram criações Neogóticas, Neobarrocas, Neomouriscas, Neobizantinas, Neochinesas ou Neopersas, dentre muitas outras. Diferenciando-se do Eclétismo, o Revivalismo buscava uma reprodução mais fiel dos modelos antigos, enquanto que nos edifícios ecléticos a composição era completamente nova e fantasiosa. Os limites que diferenciam os dois movimentos são muito tênues, e, por esse motivo, muitos autores consideram que os revivalismos fazem parte do Eclétismo.

No Caso europeu, o Eclétismo é considerado o estilo de uma modernidade que lida com as heranças do seu passado, o que não vai acontecer quando este movimento se instala aqui no Brasil. Sabemos muito bem que as referências de passado utilizadas nos edifícios ecléticos brasileiros não correspondem ao nosso, que persistia até aquele momento apesar do Neoclassicismo da, dita, Missão Artística Francesa. A popularização do Eclétismo no Brasil não está relacionada a um conhecimento dos referenciais do período colonial, mas sim, ao seu completo rechaço. Era um passado colonial que se queria apagar. Lambrequins, estuques e ornamentos em ferro fundido são elementos completamente díspares dos usados até então na arquitetura brasileira e vão se popularizar cada vez mais, naquela que ficou conhecida, pejorativamente, como *arquitetura de confeitaria*. Aqui no Brasil, o aperfeiçoamento das técnicas construtivas aliado à estética eclética, substituíram as feições dos edifícios coloniais por uma enorme diversidade de elementos que contribuíram decisivamente para a transformação da fisionomia das cidades brasileiras. Para Maurício Carvalho,

*O Eclétismo como corrente artística modificou a paisagem das grandes cidades brasileiras, dentro de sua égide formal foram feitas as grandes expansões urbanas, e novas construções surgiram nos centros reformados e nos arrabaldes. Foram também transformadas as fachadas das casas situadas nas áreas que permaneceram com esquemas antigos, conferindo-lhes a "modernidade" necessária ao novo tempo.*<sup>113</sup>

A partir do final do século XIX, aliado à Proclamação da República, esse gosto se popularizou enormemente no Brasil. A paisagem urbana burguesa precisava de edifícios que simbolizassem o seu novo poder econômico e o gosto pelo pitoresco era evidenciado

---

<sup>113</sup> CARVALHO, 1992. p.40

através de elementos que davam a impressão de se viver fora do Brasil. É nesse momento que as cidades brasileiras passam a receber construções monumentais inspiradas em marcos europeus. É essa a razão que faz com que os Teatros Municipais de São Paulo e do Rio de Janeiro tenham um vocabulário Neobarroco, claramente inspirado na Ópera Garnier, e que o edifício a Escola Nacional de Belas Artes (hoje Museu Nacional de Belas Artes) seja diretamente inspirado no Palácio do Louvre.

No Recife, as referências aos estilos históricos europeus já se faziam presentes desde o século XIX, a primeira construção, datada de 1847, é residência do comerciante inglês Henry Gibson, que usou de referências Neogóticas e Neomanuelinas na construção do palacete. De qualquer forma, foram as modificações causadas pela reforma no porto e bem como a expansão urbana criadoras dos novos bairros que fixaram definitivamente os padrões estéticos ecléticos. Após mais de meio século de assimilação tanto técnica quanto estética, o vocabulário eclético atingiu um universo estilístico que ia da arquitetura erudita a popular. Segundo Carvalho,

*Os edifícios resultantes dessas transformações serviram então de modelo e dentro de outros esquemas de implantação e uso, influenciaram decisivamente para a “modernização” de outros bairros, fixando definitivamente a linguagem e os esquemas técnicos do ecletismo entre os diversos setores da sociedade.*<sup>114</sup>

Ainda sob a influência desse gosto pelos estilos históricos europeus, o neogótico vai ser adotado para os edifícios religiosos. A antiga capela do engenho Casa Forte e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Coqueiros vão sofrer *restaurações de resultado lamentável e dolorosamente grotesco*<sup>115</sup>. Mas o caso de maior repercussão foi a reforma da Igreja da Sé de Olinda.

O primeiro edifício da Igreja da Sé, também conhecida como Igreja do São Salvador, teve sua construção iniciada ainda em princípios da ocupação portuguesa na área, no século XVI. Sua primeira conformação foi destruída em 1631, durante o período da ocupação holandesa, pelo incêndio que devastou o local. Após a Restauração Pernambucana, foram iniciados os trabalhos de reconstrução de Olinda, inclusive da igreja, que, em 1676, foi elevada à categoria de Sé. Sendo considerada a principal igreja de Olinda,

---

<sup>114</sup> CARVALHO, 1992. p.48.

<sup>115</sup> FREYRE, 1925a.

todas as outras igrejas construídas na cidade estão voltadas para ela, ou seja, as igrejas olindenses *olham* para a Catedral da Sé.

De composição simples, com apenas uma torre construída e um frontão recordado por volutas, esse *velho templo, rude, acaçapado, de uma arquitetura ingênua, mas um monumento vivo do passado extinto*<sup>116</sup> e representante da primeira fase do Barroco Pernambucano – que vai da expulsão holandesa até meados do século XVIII – perdurou até 1911, quando tiveram início as reformas ordenadas pelo arcebispo Dom Luiz de Britto.

*Com esse atentado da **remodelação do templo**, com a destruição de uma obra – que tinha em si o caráter do século em que surgiu, e significava na sua ingenuidade, na simplicidade de suas linhas a aspiração e a piedade dos homens que a fizeram, – desapareceu, em grande parte, o que tinha de belo, artístico e tradicional.*<sup>117</sup>

Projeto do arquiteto Rodolfo Lima, a obra, que teve fim em 1919, foi responsável pela destruição de muitos elementos setecentistas, incluindo a remoção de quase todos os seus painéis de azulejos<sup>118</sup>. As grandes pinturas que ornamentavam as capelas desapareceram e os fragmentos dos retábulos em madeira, que foram substituídos por obras em alvenaria de *uma lastimável pobreza de gosto e arte*<sup>119</sup>, foram tratados como lixo. Tendo restado pouquíssimos elementos barrocos, a igreja, passou a ter uma feição neogótica.

A partir do final dos anos 1910, a maior parte das grandes obras que *modernizaram* a cidade já havia sido concluída. O Recife Novo se mostrava como uma cidade cosmopolita aos olhos da aristocracia e, se para uns ele representava um indício civilizatório ou até mesmo simples referências ornamentais, para outros aquilo era uma completa descaracterização da cidade e a destruição de um passado. Esses acontecimentos foram muito lembrados, durante a década seguinte, quando uma elite intelectual lamentou as mudanças e o Recife foi palco de um fascinante embate entre duas distintas propostas de construção da identidade nacional: a modernista, liderada por Joaquim Inojosa, e a regionalista, liderada por Gilberto Freyre.

---

<sup>116</sup> O historiador Pereira da Costa faz uma larga e precisa descrição a respeito do templo, detalhando os ambientes, bem como suas pinturas e painéis de azulejos. PEREIRA DA COSTA, 1953, p.264.

<sup>117</sup> PEREIRA DA COSTA, 1953. p.265.

<sup>118</sup> Três desses painéis foram salvos pelo pesquisador Santos Simões e, à época, encaminhados para o Rio de Janeiro.

<sup>119</sup> PEREIRA DA COSTA, 1953. p.265.

## 1.2. A REAÇÃO DOS INTELECTUAIS

Na década de 1920, o Recife foi palco de uma rica discussão entre dois grupos de intelectuais. De um lado estava Gilberto Freyre e outros escritores que se reuniam em torno da *Revista do Norte*, do outro, Joaquim Inojosa, jornalista e advogado que tomou para si a missão de divulgar, em Pernambuco, as ideias modernistas da semana de 1922.

Arauto do modernismo em Pernambuco, Inojosa vai levar adiante sua missão com a publicação de diversos artigos em jornais, propagando as ideias vindas da capital paulista, inclusive, fundando uma revista, a *Mauricéia*. Na palestra *Brasil brasileiro*, proferida em Moreno, cidade próxima ao Recife, e posteriormente publicada pelas Oficinas Gráficas do Jornal do Comércio, vemos que sua preocupação central é anunciar o movimento modernista que surgia, persuadindo os jovens a construir o tal Brasil brasileiro. Inojosa descartava a possibilidade de se deter na valorização do passado e dos momentos de fausto. Para ele, o que deveria interessar era o Brasil contemporâneo, que estava sendo construído naquele momento, inspirado na natureza e nos costumes brasileiros<sup>120</sup>.

Os intelectuais liderados por Gilberto Freyre, chamados então de Regionalistas, combateram essas ideias, e buscaram valorizar o passado, para, a partir dele se construir a nação, como veremos adiante mais detalhadamente. Luís Jardim, escritor e pintor nascido em Garanhuns, no interior de Pernambuco, membro desse grupo afirmou:

*(...) o passado para nós contava. O velho barroco do Recife fazia parte das nossas preocupações, assim como as coisas típicas, a comida, os folgedos populares, o carnaval. Queríamos, e ainda queremos, o velho Recife com sua expressão própria, o seu caráter, os seus dois rios outrora pachorrentos a deslizar barrentos ao longo das ruas.*<sup>121</sup>

Outros grupos de intelectuais surgiram nessa década, especialmente com a criação de novas carreiras universitárias no Recife e o ressurgimento do Instituto Arqueológico, liderado por Mário Melo, após uma grave crise ocorrida na década anterior, entretanto, aqueles que realmente se destacaram, pelo grande choque de ideias, nesse momento, foram os Modernistas e os Regionalistas. Dentre os intelectuais pertencentes ao segundo grupo, Anníbal Fernandes e Gilberto Freyre foram os mais atuantes defensores da causa

---

<sup>120</sup> Para um maior detalhamento das ações de Joaquim Inojosa ver AZEVEDO, 1984.

<sup>121</sup> JARDIM, apud SOUZA BARROS, 1972. p.161.

patrimonial, e desempenharam um importante papel na criação da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e do Museu Histórico de Arte Antiga do Estado de Pernambuco.

### 1.2.1. ANNÍBAL FERNANDES E A CAUSA PRESERVACIONISTA

Anníbal Gonçalves Fernandes nasceu no município pernambucano de Nazaré da Mata, em 30 de dezembro de 1894. Professor, deputado estadual e secretário de Justiça e Instrução foram alguns dos postos ocupados por ele, no entanto, sua grande paixão foi o jornalismo. Nele, sua vida profissional começou muito cedo, ainda em 1913, antes mesmo de se formar na Faculdade de Direito do Recife, colaborando na redação do jornal *Pernambuco*. Foram muitos os noticiários pernambucanos pelos quais Anníbal passou, como *A Ordem* e o *Jornal Pequeno*, entretanto, foi no *Diário de Pernambuco* que ele deixou uma marca indelével.

Levado por Mário Melo para o *Diário*, foi lá que, no dia 17 de julho de 1914, teve início a sua longa história com o jornal, onde colaborou até o dia 1º de dezembro de 1961, pouco mais de um mês antes de falecer, no dia 12 de janeiro do ano seguinte. Foi nesse jornal que durante cerca de quarenta anos, de forma quase ininterrupta, ele escreveu a coluna *Coisas da Cidade*, onde debateu os problemas do Recife, fossem eles culturais, políticos ou econômicos. Tadeu Rocha, seu substituto na coluna do *Diário*, afirmou no depoimento que deu em virtude do lançamento da biografia de Fernandes pela Associação da Imprensa de Pernambuco, que ninguém melhor do que ele havia defendido o Recife, *a metrópole do Nordeste*<sup>122</sup>.

Anníbal também foi responsável por outras colunas no *Diário de Pernambuco*, como *Em torno da guerra*, escrita entre julho de 1915 e o fim do conflito armado. Foi quando, a partir desse momento, ele passou a redigir a coluna *De Uns e de Outros*, entre 5 de janeiro de 1919 e 6 de dezembro de 1922. Foi nessa coluna, onde ele tratou dos mais variados assuntos, que o jornalista começou a desempenhar um papel de destaque na luta pela preservação do patrimônio em Pernambuco. Em muitos artigos percebemos um tom de defesa dos valores tradicionais e do patrimônio construído. Em alguns textos ele criticou diretamente os *demolidores desapiedados* dos monumentos históricos do estado. O jornalista Mauro Mota, em depoimento transcrito na biografia de Anníbal Fernandes, afirmou que

---

<sup>122</sup> OLIVEIRA, 1977. p.95.

*Ele ocupava-se com frequência, e para falar de bem ou de mal, conforme achasse que merecessem, de todos os vultos ligados de qualquer modo à cultura, à administração, à vida pernambucana. Fiel às nossas coisas históricas, à nossa paisagem urbana tradicional, jamais perdoou ao Governador que mandou derreter os canhões da guerra holandesa para fazer balaústres de ponte; ao prefeito que permitiu a destruição dos Arcos de Santo Antônio e da Conceição; ao arcebispo que deixou botar-se abaixo a Matriz do Corpo Santo no Recife, descaracterizar-se a Sé de Olinda e meter-se no entulho de caliças os seus riquíssimos painéis de azulejo colonial.*<sup>123</sup>

De fato, na coluna, que inicialmente era publicada aos domingos e com pouco tempo passou a ser diária, foram recorrentes as críticas à administração pública e aos fatos do cotidiano do Recife, sempre permeadas pela defesa dos valores tradicionais. Para Anníbal, as influências estrangeiras seriam prejudiciais a preservação das tradições, e, no geral, até mesmo desnecessárias. Tal posicionamento é visto em vários dos artigos escritos para a coluna, como quando comentou acerca da colocação de pequenos anões para decorar uma praça, ele afirmou que *aquilo não tem nada de nosso, e não é de nossa tradição, não é de nossas lendas*. E ainda se perguntava porque em vez de anões, não se colocavam figuras do folclore brasileiro como uma Mãe d'Água ou um saci-pererê<sup>124</sup>. O Ecletismo também recebeu atenção do jornalista.

*As novas edificações erguem-se todos os dias e por todos os cantos. Mas em grande parte delas, é a "macarrozada", os forões inexpressivos, a mistura desigual e antipática de arremedos de estilos, a falsidade dos motivos de decoração, todo esse preciosismo que nos desperta fúrias demolidoras.*<sup>125</sup>

Na coluna do dia 10 de janeiro de 1920 ele trata da questão mais enfaticamente:

---

<sup>123</sup> MOTA apud OLIVEIRA, 1977. p.90-91.

<sup>124</sup> FERNANDES, 1919b.

<sup>125</sup> FERNANDES, 1919a.

*(...) eu me refiro a maré montante do “pastiche”, do “chiqué”, do francesismo, do artificialismo, da imitação, na arte, no romance, no conto, na estética, em todas as manifestações do espírito humano; no desprezo à nossa tradição, às nossas lendas, à nossa paisagem, à nossa vida, para estar com os olhos fitos em Paris, em falar de Paris, num “ratacuerismo”<sup>126</sup> idiota, no meio dessa imensa natureza onde há tanta coisa inédita e forte e heroica e formidável.<sup>127</sup>*

Nos artigos fica clara a sua posição contrária à arquitetura eclética, que se propagava pela cidade, em outros textos Anníbal pontuou sobre o caráter *duvidoso* dessa arquitetura. Para Fernandes, se deveria buscar na arquitetura, assim como nas outras artes, uma identidade nacional, que se alimentasse do nosso passado, e em mais de uma ocasião ele defendeu a arquitetura neocolonial.

*Na Paulicéia, o renascimento arquitetônico guiado pelo sr. Ricardo Severo<sup>128</sup> e uma plêiade de distintos construtores, vai encontrando entre os intelectuais e alguns capitalistas esclarecidos o mais promissor acolhimento. Trata-se de criar para nós o nosso tipo de habitação, como o possuem o espanhol, o francês, o alemão, o inglês e o escandinavo, e libertar-nos daquela imitação bárbara que se derrama, vencedora, pelo contágio, através do país inteiro.<sup>129</sup>*

Se por um lado Anníbal defendia os valores da arquitetura colonial, por outro, o jornalista reconhecia a necessidade de modernização da cidade, ou melhor, de *higienização*. Em mais de uma ocasião, ele citou os trabalhos de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, defendendo que este havia transformado uma cidade suja e insalubre numa verdadeira metrópole urbanizada. Em relação ao Recife, ele chegou ao ponto de elogiar os avanços que a cidade havia dado recentemente nesse aspecto, criticando o traçado colonial e mencionando a remodelação do Bairro do Recife. Segundo ele, tais avanços tiraram o

---

<sup>126</sup> Definição comumente utilizada no século XIX, o *Rastaquouère*, seria uma figura exótica e conhecida por ostentar um luxo de gosto duvidoso.

<sup>127</sup> FERNANDES, 1920e.

<sup>128</sup> Engenheiro, arquiteto, arqueólogo e escritor português, Severo exilou-se no Brasil e trabalhou em São Paulo no escritório de Ramos de Azevedo, se tornando um dos principais expoentes do movimento neocolonial no país.

<sup>129</sup> FERNANDES, 1920f.

aspecto de *povoação da roça* e transformaram a cidade numa *capital moderna e civilizada*<sup>130</sup>.

*(...) Recife foi surgindo em ruas pessimamente orientadas, tortuosas, estreitas, mal isoladas e longas, com casas, em geral, de um único pavimento; de modo que hoje o que se observa é uma cidade enorme em área, de edificação defeituosa e disseminada (...)*<sup>131</sup>

Essa posição deixa claro que, para Fernandes, o patrimônio edificado não se constituía através dos diversos sobrados de arquitetura simples e repetitiva nem dos becos e vielas estreitos encontrados no centro do Recife, mas sim pelo edifício isolado, que se destacaria dos demais por possuir valores artísticos ou históricos diretamente ligados a fatos e personalidades do passado, em outras palavras, o monumento histórico. Essa visão, de certa forma, predominou nas políticas patrimoniais brasileiras que tomaram corpo nas décadas seguintes, quando os conjuntos urbanos, salvo pouquíssimos os casos, ainda não eram vistos como um todo interligado, detentores de valores monumentais.

No final da década de 1920, Anníbal reconheceu, e lamentou, que os benefícios trazidos com os melhoramentos urbanos tiveram um preço caro demais, gerando perdas irreparáveis ao patrimônio pernambucano. Este, para ele, sofria com a falta de atenção do poder público, e da própria população. Nem o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, que deveria zelar pela história do estado, escapou das críticas devido a sua pouca atuação no período.

A Igreja do Corpo Santo havia sido destruída em meio às reformas do Bairro do Recife sob a anuência do arcebispo Dom Luiz de Britto, naquele momento diretor do Instituto Arqueológico, que também foi o responsável pela reforma neogótica da Igreja da Sé de Olinda. Britto foi acusado, em diversas ocasiões, por Anníbal de ser o principal inimigo do patrimônio eclesiástico do estado.

*(...) a nossa Catedral de Olinda, velho templo, rude, acachapado, de uma arquitetura ingênua, mas um monumento vivo do passado extinto, uma obra que não se devia tocar, não se devia bulir, e que a ignorância petulante do mestre de obra derrubou para em seu lugar erguer aquele monstrego,*

---

<sup>130</sup> FERNANDES, 1920g.

<sup>131</sup> FERNANDES, 1920b.

*aquele atentado à estética e ao bom gosto, aquele crime feito de tijolo e de cimento que a incultura, o mau gosto e a pobreza de espírito do prelado olindense concorreu se perpetrasse, e o bons pernambucanos deviam arrasar, como um desagravo aos seus brios.*<sup>132</sup>

Esse último artigo, publicado em 20 de Janeiro de 1920 é muito rico em comentários e críticas, nele podemos perceber claramente o posicionamento de Anníbal em relação a causa patrimonial. No texto, ele ainda lamenta acerca da destruição dos painéis de azulejos da Catedral, que foram dispersos, mutilados e feitos em pedaços *por mãos que melhor fora terem nascido parálíticas*. O lamento também se dá em relação à *triste realidade de como prezamos e zelamos as coisas do nosso passado*, e, comentando o livro *Da Argentina* do historiador Oliveira Lima, destaca:

*Lá [na Argentina], o amor, o afam com que se colecionam os objetos que lembram os tempos idos, móveis, quadros louças, livros, pergaminhos, casas, o primeiro engenho com que, em Tucumán, o padre Colombres iniciou a indústria do açúcar, a sala onde foi proclamada em 1816 a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata (...)*<sup>133</sup>

Vemos aí que a preocupação de Anníbal não dizia respeito apenas ao patrimônio edificado, mas também àquele que se constituía através de obras de arte, de objetos históricos e dos bens artísticos integrados a arquitetura. Ele deixa clara a sua preocupação com perda, ou saída, desses bens do estado e exemplifica com o caso de uma escada no Convento Franciscano de Salvador, onde padres alemães desmontaram a *antiga obra de talha, verdadeira joia de arte*, para substituí-la por uma nova escada metálica, enviando a escada antiga para a Alemanha, *onde essas coisas são justamente apreciadas e disputadas a peso de ouro*.

*(...) quanta preciosidade se tem perdido, quanta riqueza se tem atirado fora, quanta antiguidade autêntica se tem inutilizado sem que os elementos de cultura se ergam para protestar, para reagir, para impor até pela violência o respeito as sagradas relíquias de nossa história!*<sup>134</sup>

---

<sup>132</sup> FERNANDES, 1920c.

<sup>133</sup> FERNANDES, 1920c.

<sup>134</sup> FERNANDES, 1920c.

Era preciso reunir esses objetos num lugar que os protegesse da dispersão<sup>135</sup> e da destruição. Além disso, o lugar ainda deveria ser útil tanto para educar a população *no gosto* pela arte quanto em relação ao passado do estado, valorizando os bens relacionados a ele. Anníbal estava defendendo a criação de um museu. Um museu que seria *útil para a educação do povo, que vive alheiado (sic) dos prazeres intelectuais da arte e do gosto*<sup>136</sup>

A ideia já havia aparecido na coluna do dia 2 de novembro de 1919, quando ele tratou do pintor pernambucano Jerônimo José Telles Júnior<sup>137</sup>. Nesse artigo são feitas várias comparações entre a obra do artista com a de outros pintores de paisagem brasileiros, Anníbal considerava Telles Júnior um pintor essencialmente pernambucano, que registrou o âmago da nossa paisagem. O jornalista até menciona a sua tentativa de convencer o governador do estado, Manuel Borba, a comprar duas pinturas do artista para decorar, *provisoriamente*, o Palácio do Governo antes de serem levadas, *definitivamente*, para uma pinacoteca.

*Na medida das nossas forças devemos ir organizando o nosso patrimônio artístico, e para isto nada mais justo que recolher, sob a direção do estado, as telas onde Telles Júnior fez refletir as belezas da gleba pernambucana que ele tanto amou, e que deve conservar bem viva a sua lembrança, antes que os amadores estrangeiros carreguem consigo o pouco e o bom que possuímos.*<sup>138</sup>

No dia 28 de março do ano seguinte, Anníbal defendeu sua ideia mais uma vez:

*Essa Pinacoteca, para começar poderia ser instalada numa das salas do Liceu [de artes e ofícios], contanto que a ampliassem, a reformassem e a adotassem a esse fim. Por sua vez o Liceu abriria mão em favor da Pinacoteca do Estado das telas que possui (...)*

*(...) é a aquisição de trabalhos notoriamente reconhecidos como bons e a fundação de uma galeria, que será a princípio modesta, mas que com o*

---

<sup>135</sup> São recorrentes críticas tanto de Anníbal Fernandes, quanto de Gilberto Freyre, como veremos adiante, em relação à venda de antiguidades para estrangeiros, possivelmente em leilões de arte, entretanto o assunto demandaria uma pesquisa mais detalhada, além dos limites desse estudo.

<sup>136</sup> FERNANDES, 1919e.

<sup>137</sup> Falaremos mais detalhadamente acerca dos trabalhos de Telles Júnior no Capítulo 02.

<sup>138</sup> FERNANDES, 1919d.

*tempo, com os donativos, com o auxílio dos partidários, mais tarde poderá honrar a nossa cultura e nosso progresso.*<sup>139</sup>

No entanto, dos artigos publicados por Anníbal Fernandes, aquele onde vemos mais claramente as pretensões que ele tinha para um museu pernambucano é numa notícia publicada no *Diário de Pernambuco* durante a sua viagem a Europa, em 1927, na qual, enquanto comenta os museus que conheceu na cidade de Lyon, destaca que

*Bastaria que se juntassem as coleções de Braz Ribeiro, do comendador Baltar, do Liceu de Artes e Ofícios e do Instituto Arqueológico para que nós pudéssemos contar com um museu que daria à nossa cidade certo ar intelectual e certo interesse turístico que ela não tem.*<sup>140</sup>

Como veremos no capítulo a seguir, as coleções do Comendador Baltar e do Liceu de Artes e ofícios foram adquiridas em 1929 e 1930, respectivamente, para dar origem ao Museu Histórico e de Arte Antiga de Pernambuco. A coleção Braz Ribeiro, também foi adquirida, em 1950, entretanto, num período fora daquele que se pretende estudar aqui. A coleção pertencente ao Instituto Arqueológico nunca chegou a ser incorporada a do museu, embora numa reunião realizada no dia 20 de fevereiro de 1929<sup>141</sup>, tenha se chegado a discutir essa possibilidade. A proposta do sócio Carlos Pereira da Costa veementemente combatida por muitos dos membros presentes na reunião, como o próprio presidente, o desembargador Silva Rego, e o Secretário Perpétuo, Mário Melo, que nesse momento já havia começado a ter os desentendimentos com Anníbal Fernandes que permeariam toda a vida dos dois jornalistas<sup>142</sup>.

Anníbal, aos poucos, foi conquistando amigos que partilhavam sua causa, e, de uma forma geral, suas críticas lhe renderam uma certa fama como defensor dos monumentos em Pernambuco. José Lins do Rego classificou como *bom tradicionalismo* a luta de Fernandes e destacou:

---

<sup>139</sup> FERNANDES, 1920j.

<sup>140</sup> FERNANDES, 1929, p.45.

<sup>141</sup> INSTITUTO..., 1930a.

<sup>142</sup> Nesta mesma reunião, Mário Melo chegou inclusive a afirmar que “o governo poderia ter criado o Museu de acordo com o Instituto, servindo o deste de alicerce para aquele, mas, **embora o tenha feito por sugestão do instituto** [grifo nosso], o pensamento é de inteira independência da nova Repartição criada.” (INSTITUTO..., 1930a). Mário Melo e Anníbal Fernandes, ao longo do primeiro período de atuação da Inspetoria de Monumentos trocaram inúmeras acusações na imprensa local acerca da paternidade do museu e da inspetoria. Essa desinteligência entre eles será discutida no Capítulo 03.

(...) *Contra a Sé de Olinda, caíram as picaretas do mestre de obras. Annibal gritou. Os demolidores insistiram. (...) Annibal Fernandes, com o apoio de Carlos Lira, diretor do Diário de Pernambuco, não parou no seu protesto veemente. E aí começa a sua carreira de defensor dos monumentos pernambucanos.*<sup>143</sup>

O próprio Gilberto Freyre, em mais de uma ocasião, elogiou as ações de Annibal, e viu nele um aliado para sua causa, convidando-o, inclusive, para escrever um ensaio sobre o Recife para o *Livro do Nordeste*. Nele, Fernandes criticou os, supostos, benefícios trazidos pelo progresso<sup>144</sup> e pelo desenvolvimento afirmando que eles não compensaram as perdas que a cidade teve. Na realidade, para ele, a cidade havia adquirido um *ar de civilização de transatlântico*, sendo, para os pernambucanos, difícil se encontrar ali.

#### 1.2.2. GILBERTO FREYRE E O ESTRANHAMENTO DO RECIFE NOVO

Sociólogo, antropólogo, historiador, escritor, pintor, muitas foram as formas que Gilberto Freyre foi conhecido. Nascido no Recife, em 15 de março de 1900, Gilberto foi um dos mais importantes cientistas sociais que o Brasil já teve e, segundo ele mesmo, desde criança, sempre demonstrou interesse pelo passado da região. Até os 8 anos de idade ainda não havia aprendido a ler e escrever, foi quando seu pai resolveu contratar um professor inglês, que se tornou responsável pela sua alfabetização. Após a conclusão dos cursos primário e secundário, em 1918, no Colégio Americano Gilreath, do Recife, seguiu para o Estados Unidos, onde estudou letras e ciências humanas na Universidade de Baylor, no Texas, e passou a ser o correspondente internacional do *Diário de Pernambuco*, escrevendo a coluna *Da Outra América*, onde contava suas experiências nos Estados Unidos e os impactos que estavam lhe causando aquelas novidades. Integrante de uma família tradicional pernambucana, Freyre procurou profissionalizar-se como intelectual, e foi assim, que ele começou a construir o seu espaço no meio intelectual local.

Ao fim do seu curso no Texas, e com o apoio de Oliveira Lima, seguiu para Universidade de Columbia, em Nova Iorque, onde fez o mestrado em ciências políticas,

---

<sup>143</sup> REGO, 1942, p.332-333.

<sup>144</sup> Que ele mesmo já havia elogiado em 1919.

jurídicas e sociais, sendo aluno de Franz Boas. Em 1922, quando concluiu o curso, Freyre seguiu para a Europa, quando conheceu diversos países, como Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, Espanha e Portugal. Além de conhecer vários museus, foi nessa viagem que ele teve os primeiros contatos com o conceito de Monumento Histórico, visitando diversos deles pelos países por onde andou, como a Saint Chapelle, em Paris, restaurada por Viollet-le-Duc ainda no século XIX.

No artigo 23<sup>145</sup>, publicado no *Diário de Pernambuco* em 23 de setembro de 1923, Gilberto vai discorrer acerca dos museus que conheceu no período que esteve fora do país, como o *Metropolitan*, em Nova Iorque, o *Cluny*, em Paris, e o *British*, em Londres. Entretanto, o museu que ele vai destacar por não se ter *a impressão de estar entre retalhos de coisas mortas*<sup>146</sup> é o Museu Nacional Germânico, em Nuremberg. Para Freyre, esse museu histórico passava um nítida sensação de se passear através das épocas, vivenciando aqueles momentos, sendo um *intruso feliz de suas intimidades*. Era essa a sensação que ele acreditava que os museus deveriam passar, não sendo apenas *museus tentaculares*, como o *Metropolitan*, o Britânico e até mesmo o *museuzinho* do Instituto Arqueológico, no Recife.

*É um Museu, o do Arqueológico, sem a orientação que devia ter: a de aprimorar-se em pitorescamente documentar os quatrocentos anos de vida histórica de Pernambuco. Não só a militar e a política; também a social nos seus vários aspectos.*<sup>147</sup>

Com essa crítica, Freyre alertava para a falta da vida cotidiana local no museu, ainda afirmando que aqui, no Recife, um museu deveria *contentar-se com ser Pernambucano. Uma espécie de lição de história e arte pernambucanas*. Esse artigo é um belo exemplo da imaginação museal de Gilberto Freyre, que considerava o passado, o presente e o futuro como momentos coexistentes<sup>148</sup>. Para Mário Chagas, a vivência no estrangeiro, a viagem de estudos à Europa e as visitas aos museus feitas nesse período foram as responsáveis pelo desenvolvimento da imaginação museal de Gilberto.

---

<sup>145</sup> Publicados durante dois anos no *Diário de Pernambuco*, os *Artigos Numerados* de Gilberto Freyre abordaram diversos assuntos, no entanto, neles percebemos uma clara orientação em relação à defesa das tradições locais.

<sup>146</sup> FREYRE, 1923b.

<sup>147</sup> FREYRE, 1923b.

<sup>148</sup> CHAGAS, 2009. p.117.

*As recomendações de Boas, nesse sentido, abriram portas, estimularam a observação atenta e a tomada de notas e apontamentos que, mais tarde, seriam organizados e favoreceriam a comparação com o panorama museológico brasileiro, especialmente no que dizia respeito aos museus de antropologia. Condicionada pela formação boasiana, a imaginação museal do viajante voltava-se de modo especial para o antropólogo e para as tradições culturais de caráter regional.*<sup>149</sup>

Sobre essa imaginação do viajante, Gilberto vai falar a respeito em outros artigos numerados. No de número 24, ele defende a ideia de que as cidades se compreenderiam a partir da sua arquitetura e dos seus monumentos e, citando o escritor inglês Gilbert Keith Chesterton, afirma que elas, através de suas catedrais, palácios, igrejas e estátuas, *falariam* através de um alfabeto surdo-mudo.

*Num lugar novo, o principal é compreender seus edifícios e suas estátuas. É o que procura fazer o viajante inteligente. Compreendidos os edifícios e as estátuas, mais fácil que compreender os homens, no seu gosto, na sua estética, na sua moral, nos seus hábitos sociais.*<sup>150</sup>

A partir dessa ideia do *viajante inteligente*, que buscaria a *cor e características locais*, nos lugares que conhecia, ele criticou o Recife. No artigo 26, publicado em 14 de outubro de 1923, ele vai imaginar um café para a cidade que passe a sensação de viver o Recife, mas não aquele Recife Novo, o velho, que desaparecia. Na sua imaginação, esse café deveria ser *caracteristicamente pernambucano e religiosamente brasileiro, capaz de fazer sentir ao estrangeiros um pouco da nossa vida e do pitoresco local*<sup>151</sup>.

Gilberto Freyre retorna ao Recife em março de 1923, sendo recebido por um artigo elogioso de Anníbal Fernandes<sup>152</sup>. A cidade, especialmente o centro e a região do porto, havia sofrido muitas mudanças em relação às suas lembranças. No seu *diário de adolescência e primeira mocidade*, publicado com o título de *Tempo morto e Outros*

---

<sup>149</sup> CHAGAS, 2009, p.122.

<sup>150</sup> FREYRE, 1923c.

<sup>151</sup> FREYRE, 1923c.

<sup>152</sup> FERNANDES, 1923.

tempos<sup>153</sup>, é curioso notar que o primeiro registro feito após o retorno ao Recife é exatamente sobre o seu estranhamento em relação à cidade.

*Deixei o Brasil, ainda menino, e venho revê-lo homem feito. Venho revê-lo com outros olhos: os de adulto. Adulto viajado pela América do Norte e pela Europa. Adulto como se diz em inglês, sofisticado. Edifícios que aos meus olhos de menino pareciam grandiosos e dos quais eu guardei, nestes cinco anos de ausência absoluta, impressão de grandiosidade, surgem-me agora tão mesquinhos que sinto necessidade de reajustar-me não só a cada um deles como aos conjuntos de valores a que eles pertencem. O edifício da Estação Central do Recife é um deles.*<sup>154</sup>

*(...) Também alguns dos velhos sobrados azuis, encarnados, verdes, amarelos, do Recife do meu tempo de menino, volto a contemplá-los agora, com olhos de homem, sem que eles tenham perdido o prestígio que outrora tiveram para a minha imaginação de criança de província. Continuam profundos e misteriosos. É que há neles, nos conventos, nas igrejas, no Teatro Santa Isabel, uma autenticidade que falta aos falsos monumentos como a Estação Central e o Palácio do Governo*<sup>155, 156</sup>.

Nos passeios que fez pelo Recife com o amigo e deputado federal Luís Cedro<sup>157</sup>, Gilberto estranhou a sua cidade natal, e passou a criticar as mudanças pelas quais o Recife havia passado, e ainda estava passando. O Recife Novo o fazia se sentir um estrangeiro na própria cidade natal. A partir de 22 de abril de 1923, e durante dois anos, ele publicou uma série de cem artigos numerados no *Diário de Pernambuco* abordando diversos assuntos, dos quais já mencionamos alguns. Além da crítica aberta ao *futurismo*, podemos dizer que o que constitui o núcleo de preocupação dos artigos é a defesa da tradição e dos valores regionais<sup>158</sup>.

---

<sup>153</sup> FREYRE, 1975.

<sup>154</sup> FREYRE, 1975. p.125.

<sup>155</sup> O edifício da Estação Central do Recife, construído em 1885, é um excelente exemplar da arquitetura Eclética em Pernambuco. Já o Palácio do Governo, originalmente construído em 1841 aproveitando-se o antigo prédio do Erário, foi reformado em 1921, para atender o novo gosto, eclético, vigente no momento.

<sup>156</sup> FREYRE, 1975. p.126.

<sup>157</sup> Luís Cedro nasceu no Cabo de Santo Agostinho, em 1885, e estudou na Faculdade de Direito do Recife, onde diplomou-se em 1908. Foi Deputado Estadual de 1920 a 1921, e Federal de 1921 a 1923. Também foi colaborador do *Diário de Pernambuco*.

<sup>158</sup> AZEVEDO, 1984. p.128.

O tom irônico era uma constante nas suas críticas. No Artigo 26, de 14 de outubro de 1923, ele aparece outra vez, quando demonstrou indignação com o fato de o Brasil não valorizar suas tradições.

*Há um prêmio a que o Brasil deve concorrer na próxima exposição internacional. É o de devastador do passado. Devastador das próprias tradições. Nós as temos devastado e continuamos a devastá-las com uma perseverança digna de um "Grand Prix".<sup>159</sup>*

A valorização da arquitetura tradicional também se torna outra constante. No Artigo 24, publicado em 30 de setembro de 1923, ele ressaltou os valores da sóbria arquitetura colonial brasileira referindo-se à casa de Othon Bezerra de Mello, posto que ela *recorda essas nossas casas de engenho, vastas e boas, na sua repousada brancura de cal*, fazendo *sentir quatrocentos anos de vida pernambucana – social e econômica*. O repúdio aos novos edifícios construídos no estilo que ele chamou de *arquitetura de confeitaria* também está presente nesse documento:

*Não agrada a muitos a linha sóbria dessa casa [de Othon Bezerra de Mello]. Nada mais natural. Num Recife que vai todo virando confeitaria, a arquitetura sóbria dos nossos avós se torna estapafúrdia. O que se quer é o arrebicado; o açucarado; o confeitado. Huysmanismo (sic) de segunda mão a todo o pano. E desse furor não parecem escapar os próprios edifícios eclesiásticos. Também eles se têm deixado arrebicar e salpicar de confeitos.<sup>160</sup>*

Gilberto abominava o Eclétismo e acreditava que os novos edifícios deveriam ser construídos inspirados na arquitetura colonial brasileira, trazendo referências desse passado para as construções atuais, *explorando a nota regional e as características locais*<sup>161</sup>, o que, muitas vezes, se refletia numa livre reprodução dos elementos decorativos. Ele mal sabia que esse pensamento, é, na sua essência, uma transposição dos ideais da Arquitetura Eclética trocando-se os referências da história da arquitetura europeia pelos da história da arquitetura no Brasil. Freyre via naquelas transformações do Recife uma ameaça à

---

<sup>159</sup> FREYRE, 1923d.

<sup>160</sup> FREYRE, 1923c.

<sup>161</sup> FREYRE, 1924d.

identidade local, que precisava ser salvaguardada, e, caso isso não acontecesse, se perderiam os seus elementos referenciais e o pitoresco da cidade.

*O pitoresco está a desaparecer tão depressa do Recife que já se pode falar dele como de um moribundo. É pena. Porque no pitoresco local está o caráter de uma cidade: quando ele morre é sinal de estarem a morrer valores morais muito sérios. (...) É que no Recife as alterações vão ferindo os valores íntimos da paisagem. Roubando-lhe o caráter. Criando uma cidade nova, estranha e até hostil à primeira.*<sup>162</sup>

As suas críticas também não perdoam o Instituto Arqueológico, que, segundo ele, não estava cumprindo o seu papel e ficava de braços cruzados perante as transformações da cidade, só se preocupando com datas comemorativas e a exaltação de figuras ilustres do passado, inclusive, incentivando que as ruas do Recife deixassem seus nomes tradicionais de lado e fossem rebatizadas homenageando personalidades.

*(...) vive o Recife a mudar os nomes das ruas. Poderia mesmo sugerir-se que as placas com os nomes das ruas fossem entre nós de ardósia; e os nomes escritos a giz, bastando criar-se um lugar de calígrafo na prefeitura.*<sup>163</sup>

A acidez recorrente dos seus comentários se faz presente também no artigo 34, de 9 de dezembro de 1923, onde Gilberto lamentou que *o gosto da antiguidade entre nós parece limitar-se alguns senhores de fraque discutindo o heroísmo republicano de Bernardo Vieira de Mello*. Era claro, para ele, que a missão do Instituto histórico, de zelar pelo passado pernambucano, não estava sendo cumprida. Foi nesse momento que se lançou a ideia de que esse passado precisaria de uma defesa oficial, sendo oportuna a criação de uma inspetoria de monumentos, que tomaria para si essa responsabilidade.

Foi nesse contexto que Luís Cedro, seu amigo de longa data, apresentou ao Congresso Nacional, no dia 3 dezembro de 1923, uma proposta para organizar a proteção dos monumentos históricos através da criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, que funcionaria em uma das dependências da então denominada

---

<sup>162</sup> FREYRE, 1924c.

<sup>163</sup> FREYRE, 1923e.

Escola Nacional de Belas Artes ou do Museu Histórico Nacional, criado no ano anterior. A proposta de Cedro vai ser apoiada por Freyre no mesmo artigo 34, no qual também cita as reformas realizadas na Sé de Olinda na década anterior, feitas ao gosto do então arcebispo Dom Luiz de Britto<sup>164</sup>. Ele defendeu que, no Brasil, se institua *uma campanha que nos eduque no gosto da antiguidade, no gosto do nosso passado, da nossa tradição*<sup>165</sup>. Ele ainda afirmou que uma proposta semelhante já havia sido defendida em 1877, na Inglaterra, por William Morris. Este queria, sobretudo, *awaken a feeling that our ancient buildings are not mere ecclesiastical toys but monuments of national growth and hope*<sup>166</sup>.

Era clara a necessidade de se educar a população, familiarizando o brasileiro com a sua realidade, suas paisagens naturais e suas heranças do passado. Para Gilberto, as mudanças que o Recife sofreu não teriam acontecido se a população fosse educada *no gosto, na cultura*. E não fazia questão de esconder essa opinião, pelo contrário, de forma irônica, a deixou bem clara mais de uma vez.

*O senso da beleza, a não ser nos casos raríssimos de estranhas intuições, não é faculdade que se improvise: requer cultura. Não é de admirar que sejamos o povo de formidável mau gosto que tolera e até admira edifícios como o da Associação Comercial, o da Fiscalização Federal do Porto, o da Escola Normal Oficial; e restaurações como a da Catedral de Olinda e a da Matriz da Casa Forte; e monumentos como o de Telles Júnior, o de Rio Branco e o do Conde da Boa Vista. É natural que a maioria os tolere e os admire. Que cultura de gosto possuímos? Nenhuma.*<sup>167</sup>

A proposta de Cedro, como se sabe, não seguiu adiante e, alguns anos depois, ele declarou que, embora tenha recebido *o melhor acolhimento da imprensa do Rio de Janeiro*, o projeto *foi irremediavelmente sufocado numa das comissões*, pois sua aplicação implicaria no *aumento das despesas*<sup>168</sup>. Gilberto Freyre também lamentou o fato no artigo 91, de 11 de janeiro de 1925, onde ele destacou mais uma vez a necessidade de se criar uma inspetoria

---

<sup>164</sup> Tendo permitido a venda e posterior destruição da Igreja do Corpo Santo e a descaracterização da Igreja da Sé, o arcebispo era considerado, tanto por Annibal Fernandes quanto por Gilberto Freyre, um inimigo do patrimônio eclesiástico em Pernambuco, e foi alvo fácil de críticas realizadas por esses dois intelectuais.

<sup>165</sup> FREYRE, 1923f.

<sup>166</sup> FREYRE, 1923f.

<sup>167</sup> FREYRE, 1924b.

<sup>168</sup> AZEVEDO, 1984. p.101.

de monumentos *em municípios como Recife, Olinda e Igarassu, visando a defesa de monumentos que sejam características nacionais.*<sup>169</sup>

Os monumentos pernambucanos estavam se perdendo por conta da ignorância da população e do poder público em salvá-los, a descaracterização deles vai ser recorrente em muitos dos artigos numerados. A nova arquitetura era *corrosiva*, de tal forma que os edifícios antigos não conseguiam resistir a ela<sup>170</sup>, a reforma da Sé de Olinda foi recorrente nos artigos numerados, do mesmo modo, outros *Hausmannismos eclesiásticos* mereceram destaque, como a reforma na igreja matriz de Casa Forte e a construção do Palácio do Arcebispo<sup>171</sup>.

*A Sé de Olinda foi a maior das vítimas: reduziram-na a horrível arremedo de gótico. Dilapidaram-na com sem-cerimônia, do seu luxo de azulejos e de alfaias, abandonando-a às mãos dum “cementarius”. E só uma voz se levantou então contra a “débâcle” e voz de adolescente: a de Annibal Fernandes.*<sup>172</sup>

Gilberto viu em Anníbal um aliado para sua causa. Ambos, rapazes *insolentes* e *sem fraque*<sup>173</sup>, acreditavam que algo deveria ser feito, era preciso intervir para que não se apagasse um passado pernambucano, um passado que era herança do período colonial, o período de grandeza econômica da região. Para eles, o passado não estava se perdendo somente com a destruição ou a descaracterização de monumentos mas também com a venda de antiguidades.

*Os compradores estrangeiros de azulejos eclesiásticos em grosso. Os compradores estrangeiros que nos vão dilapidando as sacristias, os claustros, os interiores de igrejas e conventos, ante a perfeita “nonchalance” das autoridades eclesiásticas e dos institutos históricos e arqueológicos.*<sup>174</sup>

---

<sup>169</sup> FREYRE, 1925a.

<sup>170</sup> FREYRE, 1923g.

<sup>171</sup> A crítica de Gilberto Freyre, neste caso, é em relação ao abandono da antiga residência episcopal, o Palácio da Soledade, ocupado pelos bispos desde o século XVIII, e a sua mudança para um novo edifício, o Palácio dos Manguinhos, edificação eclética construída nos moldes do Recife Novo.

<sup>172</sup> FREYRE, 1924d.

<sup>173</sup> O termo *sem fraque* faz alusão ao fato de ambos estarem em desacordo com as posturas adotadas pelo Instituto Arqueológico.

<sup>174</sup> FREYRE, 1923f.

Com essa série de artigos, fica clara a insistência de Gilberto Freyre em defender os valores tradicionais da região Nordeste, através da salvaguarda de um patrimônio que, para ele, estava revestido destes valores. Mário Chagas define o discurso preservacionista de Freyre como fundamentado *nas noções de valor regional e perigo de descaracterização para se justificar como ação necessária*<sup>175</sup>, a imaginação museal de Gilberto seria impregnada de saudade e nostalgia, cultuava o passado e era focada na tradição. Outro ponto destacado por Chagas é exatamente a preocupação freyriana com o cotidiano, com os costumes, sendo estes, elementos imprescindíveis do passado que ele queria preservar.

Gilberto Freyre buscava a *defesa das tradições e dos valores locais, contra o furor imitativo*. A ânsia de imitação é definida, curiosamente, como a *tiranía mística do exótico*, e levava à valorização do que é estranho em detrimento dos interesses locais<sup>176</sup>, num claro posicionamento de repúdio ao Ecletismo, que se difundia de forma generalizada na arquitetura. As artigos numerados tiveram fim em 1925, o mesmo ano da publicação do *Livro do Nordeste*, em comemoração ao primeiro centenário do *Diário de Pernambuco*, que foi organizado por Gilberto, com muito entusiasmo, e do qual, falaremos a seguir com mais profundidade.

Todas essas ações fizeram parte da construção de uma identidade do Nordeste. Freyre via na região uma diferenciação cultural em relação ao restante do país, em parte, causada pela invasão holandesa no século XVII, que transformou o Recife no centro administrativo de uma área muito semelhante ao Nordeste daquele momento, além de fazer da cidade o centro financeiro, comercial e intelectual judaico-holandês. Outro fator que ele considerou foi a *consciência regional*, que existe desde o período colonial e que levou a diversas revoltas. Dessa forma, ele recuou a consolidação de uma identidade nordestina para um período anterior ao da formação da nação<sup>177</sup>. São fatos como a Invasão Holandesa e a Insurreição Pernambucana, a Revolução Pernambucana, em 1817, a Confederação do Equador, em 1824, a Revolta Praieira, de 1848, e até mesmo a fundação da Faculdade de Direito do Recife e a atuação regional do Diário de Pernambuco que vão dar legitimação a esses argumentos.

---

<sup>175</sup> CHAGAS, 2009. p.131.

<sup>176</sup> AZEVEDO, 1984. p.135.

<sup>177</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011. p.89.

### 1.2.3. A INVENÇÃO DO NORDESTE E O MOVIMENTO REGIONALISTA

A forma como vemos o Nordeste hoje, segundo Durval Muniz Albuquerque Júnior<sup>178</sup>, foi inventada mais na esfera cultural do que no plano político a partir da década de 1910, e instituída, definitivamente, na década seguinte. Para o autor, a invenção do Nordeste foi baseada na saudade e na tradição e se deu, principalmente, através das ações de uma dita elite regional, representada por nomes como Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Lula Cardoso Ayres e Cícero Dias, que resgataram e valorizaram um passado de glória da região.

Foi um momento que o nacionalismo se firmava no Brasil e, conseqüentemente, práticas que objetivavam conhecer o país, e suas diferenças regionais, tomavam força. Essa curiosidade a respeito das particularidades de cada região, fez surgir, frequentemente, nos jornais notas de viagens pelo país.

*Esses relatos fundam uma tradição, que é tomar o espaço de onde se fala como ponto de referência, como centro do país. Tomar seus “costumes” como os costumes nacionais e tomar os costumes das outras áreas como regionais, como estranhos.*<sup>179</sup>

Esses relatos, na realidade, criavam identidades para uma determinada região a partir do estranhamento que se tinha ao entrar em contatos com as diferenças. Nesse contexto, os regionalismos, de certa forma, eram vistos como empecilhos de um processo de definição da identidade nacional. No Nordeste, o regionalismo surgiu ao mesmo tempo que em São Paulo, e as duas regiões são colocadas, nesse momento, como antagônicas. A primeira, subdesenvolvida e miserável, deveria evoluir para uma situação semelhante a da segunda, rica e desenvolvida.

Para Durval Muniz, esse regionalismo paulista seria um *regionalismo de superioridade, que se sustenta no desprezo pelos outros nacionais e no orgulho de sua ascendência europeia e branca*<sup>180</sup>. São Paulo se transformava, se modernizava, e deveria levar aquelas mudanças para todo o país, e desse *deslumbramento dos sentidos com o novo mundo urbano que parecia nascer célere* vieram os modernistas. Para eles, o

---

<sup>178</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011. p.46.

<sup>179</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011. p.54.

<sup>180</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011. p.57.

Nordeste era visto como uma grande área atrasada, que deveria ser imediatamente modernizada, a partir das suas ideias. Iniciativa que também pode ser vista como uma tentativa de descaracterizar a identidade regional, em função da unificação do Brasil sob a bandeira de uma pretendida identidade nacional.

*O Nordeste surge como reação às estratégias de nacionalização que o dispositivo da nacionalidade e a formação discursiva nacional-popular põe em funcionamento (...). Ele é uma nova região nascida de um novo tipo de regionalismo, embora assentada no discurso da tradição e numa posição nostálgica em relação ao passado. O nordeste nasce da construção de uma totalidade político-cultural como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos por parte dos produtores tradicionais de açúcar e algodão, dos comerciantes e intelectuais a ele ligados.<sup>181</sup>*

Nesse contexto, foi necessário criar símbolos que materializassem a ideia de unidade na região Nordeste, de uma forma que eles fossem visíveis para o povo. O discurso regionalista precisa *instituir* uma verdade para a região. A decadência econômica, juntamente com problema das secas causou uma unificação progressiva de interesses regionais. Para Durval Muniz, a caracterização do Nordeste como uma zona miserável e abandonada pelos poderes públicos fez da seca a principal ferramenta para se colocar, em âmbito nacional, os interesses dos estados da região. O cangaço e o messianismo se tornaram um fator a mais na defesa da modernização da área.

O marco da chegada das ideias modernistas, no Recife, se deu em 30 de outubro de 1922, quando o jornal *A Tarde* publicou o artigo *Que é Futurismo?*, assinado por Joaquim Inojosa que, chamara para si a missão de divulgar em Pernambuco as ideias modernistas que ganharam visibilidade, em São Paulo, oito meses antes, com a denominada Semana de Arte Moderna. Para Inojosa não importava discutir o conteúdo dessa mensagem ou a sua aplicabilidade em outra situação, já que a realidade pernambucana era bem diferente da paulista. Para ele, era importante difundi-la, visando a luta contra o *passadismo*. Esse *passadismo*, posteriormente apelidado de regionalismo, ergueu-se diante das mudanças que estavam destruindo espacialidades tradicionais. Foi uma reação tanto às transformações pelas quais a região passava, como também à necessidade de se construir um sentimento de pertencimento regional, de se fazer parte de um tempo e um espaço definidos histórica e geograficamente.

---

<sup>181</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011. p.80.

Obviamente, a divulgação das ideias de intelectuais praticamente desconhecidos no Recife provocou fortes reações. O ataque generalizado ao passado feria sensibilidades afeitas ao culto da tradição como forma de sobrevivência<sup>182</sup>. Gilberto Freyre e alguns outros intelectuais se colocaram contra as ideias modernistas, defendendo a preservação dos valores tradicionais e apontando a necessidade de se valorizar cada uma das realidades locais. Estava iniciada a disputa entre os *passadistas* e os *futuristas*.

Nessa disputa os modernistas eram frequentemente acusados por Freyre de propor a europeização da cultura brasileira, enquanto o grupo regionalista buscava se fazer notar como o salvador da verdadeira alma do país, ameaçada pela modernização. Inojosa atribuía aos regionalistas um sentimento *passadista*, nostálgico de um passado patriarcal. Essa defesa pelos valores tradicionais se refletiu, ao longo da década, em críticas à não-valorização do passado pelo Estado e em ações que buscavam a preservação dos valores patrimoniais da região. Para Antônio Paulo Rezende, o Regionalismo

*(...) marca o pensamento e a produção de um grupo de intelectuais significativos. Vincula-se a uma idealização do passado, a uma exaltação das tradições, a uma saudade de um tempo sem a pressa e sem a técnica trazida pelas invenções modernas. Cria-se um culto aos valores locais, ressaltando-se a ameaça das ideias vindas de fora, o perigo que elas representam. O Livro do Nordeste, lançado em 1925, comemorando o centenário do Diário de Pernambuco, demonstra bem a força do regionalismo.*<sup>183</sup>

De fato, um marco importante para o Regionalismo foi a publicação do *Livro do Nordeste*. Nessa publicação, que contou com a colaboração de diversos intelectuais amigos de Freyre, como Luís Cedro, Odilon Nestor e Anníbal Fernandes, é latente o sentimento nostálgico de um Recife que não mais existe. Isso se reflete tanto no tom saudosista dos textos quanto nas ilustrações desenhadas por Manoel Bandeira, que retratam monumentos pernambucanos, inclusive a Sé de Olinda na sua feição Barroca. Foi para esta publicação que, atendendo a um pedido de Gilberto Freyre, o poeta modernista Manuel Bandeira escreveu “Evocação do Recife”. O próprio Bandeira, que estava ausente da cidade já havia alguns anos ainda não tinha noção das mudanças pelas quais a sua terra natal havia

---

<sup>182</sup> AZEVEDO, 1984. p.39.

<sup>183</sup> REZENDE, 1997. p.94

passado. Em 1929, quando retornou brevemente ao Recife, ele escreveu o poema *Minha Terra*.

*(...) Revi afinal o meu Recife.*

*Está de fato completamente mudado.*

*Tem avenidas, arranha-céus:*

*É hoje uma bonita cidade.*

*Diabo leve quem pôs bonita a minha terra.*<sup>184</sup>

Trabalhando para a construção de um conceito de Nordeste, o livro, que conta com trinta e um ensaios, aborda os mais diferentes assuntos, como a paisagem recifense, as rendas de Alagoas, maracatus, literatura, mamulengos, a cultura do açúcar e as artes plásticas. O tom ufanista da batalha dos Guararapes ou da revolta de 1817, marcadamente relacionado ao discurso do Instituto Arqueológico, foi deixado de lado em prol da caracterização de um nordeste mais do cotidiano. Gilberto Freyre, que assina ao todo três textos<sup>185</sup>, defendeu a ideia de que a região era a mais característica do país, a que menos havia sofrido com as (más) influências estrangeiras, enfim o Nordeste era onde o Brasil era mais brasileiro. Ainda acerca do *Livro do Nordeste*, Durval Muniz afirma que a publicação

*(...) foi a primeira tentativa de dar ao recorte espacial Nordeste, mais do que uma definição geográfica, natural, econômica e política. O Livro do Nordeste, (...) dará a este recorte regional um conteúdo cultural e artístico, com o resgate do que seriam as suas tradições, a sua memória, a sua história.*<sup>186</sup>

Muitos desses intelectuais que participaram da elaboração do *Livro*, como Amaury de Medeiros, Carlos Lyra Filho e o próprio Gilberto Freyre, faziam parte do Centro Regionalista do Nordeste, grupo formado no ano anterior, por iniciativa de Odilon Nestor, que tinha como principal objetivo a valorização da cultura local e a defesa das tradições

---

<sup>184</sup> BANDEIRA, 1993. p.201

<sup>185</sup> São eles: *A cultura da cana no Nordeste – Aspectos do seu desenvolvimento histórico, A pintura no Nordeste e Vida social no Nordeste – Aspectos de um século de transição.*

<sup>186</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011. p.86.

regionais. As ações do Centro foram, muitas vezes, mal interpretadas pela imprensa paulista, que o via como um embrião de um movimento separatista. Essas acusações levaram o próprio Gilberto Freyre, no artigo *Do bom e do mau regionalismo*<sup>187</sup>, a explicar a natureza do movimento regionalista, defendendo que este nada tinha de separatista. Este separatismo que, para ele, seria responsável pela imposição dos interesses locais sobre os gerais, é que seria o *mau regionalismo*, enquanto que o *seu regionalismo* seria apenas um patriotismo regional.

Neroaldo Azevedo<sup>188</sup>, repassando as páginas do *Diário de Pernambuco* naquele período, reconstituiu a trajetória de atuação do Centro Regionalista, visto que este jornal foi o grande instrumento de propaganda do Centro, uma vez que o seu diretor, Carlos Lyra Filho, era um dos membros daquela sociedade. Nesse mesmo jornal, em 7 de maio de 1924, foi publicado o programa de ação do Centro, que, logo em seu primeiro item, destacou:

*O Centro Regionalista do Nordeste, com sede no Recife, tem por fim desenvolver o sentimento de unidade do Nordeste, já tão claramente caracterizada na sua condição geográfica e evolução histórica, e ao mesmo tempo, trabalhar em prol dos interesses da região nos seus aspectos diversos: sociais, econômicos e culturais.*

E isso aconteceu por meio de ações que valorizavam a culinária regional, a arquitetura tradicional luso-brasileira, a arte popular e a cultura sertaneja, como, por exemplo, a Semana das Árvores, realizada entre os dias 6 e 14 de novembro daquele ano. O Centro começava a ganhar notoriedade, mas de qualquer forma, a sua maior realização foi o Congresso Regionalista do Nordeste, em 1926. Embora suas discussões tenham sido antecipadas pelo *Livro do Nordeste*, o encontro serviu para reunir representações dos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará em torno de um *patriotismo regional*. A sua missão era proteger o *espírito* nordestino, que estava se perdendo em razão de influências tanto estrangeiras, quanto vindas do sul do país.

Enfim, o *1º Congresso Regionalista do Nordeste* foi então realizado, no salão nobre da Faculdade de Direito do Recife, entre os dias 7 e 11 de fevereiro de 1926. No programa-convite, assinado por Odilon Nestor e Gilberto Freyre, o encontro é apresentado como *uma grande afirmação das aspirações regionalistas, cuja índole e orientação devem ser definidas*

---

<sup>187</sup> FREYRE, 1924i.

<sup>188</sup> AZEVEDO, 1984.

*pela convergência dos melhores elementos intelectuais do Nordeste.* O programa dividiu-se em nove temas agrupados em duas partes: a primeira relacionava-se aos problemas econômicos e sociais; a segunda, à vida artística e intelectual. Neste segundo grupo é importante destacar a presença de um item para a *defesa do patrimônio artístico e dos monumentos históricos.*

Além das sessões de abertura e de encerramento, houve ainda três sessões plenárias para a apresentação e discussão de textos. Foram visitados diversos edifícios, como as igrejas de São Pedro dos Clérigos, da Conceição dos Militares e da Madre Deus, no Recife, a casa-grande do engenho Megahype, em Jaboatão, como também os centros históricos de Olinda e Igarassu. Complementando os passeios, foram feitas visitas a novos edifícios construídos aos moldes do gosto Neocolonial, como o Hospital Oswaldo Cruz. O Congresso recebeu grande destaque na imprensa local, particularmente nos jornais *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio* e *A Província*, que publicaram, diariamente, o andamento das atividades, bem como os resumos dos trabalhos apresentados.

Nos discursos proferidos pelos convidados, a preservação do patrimônio histórico foi maciçamente defendida. Anníbal Fernandes, dirigindo-se às autoridades eclesiásticas do Nordeste, solicitava evitar a destruição ou remodelação das igrejas e conventos nos estados, limitando que as obras realizadas fossem apenas de conservação. Luís Cedro reapresentou o seu projeto de criação de uma inspetoria de Monumentos. Foi quando o congresso sugeriu aos governadores de cada estado do Nordeste a criação de uma comissão destinada a zelar pelo seu patrimônio. Além disso, também foram abordados no evento trabalhos ressaltando os valores da arquitetura tradicional brasileira.

A preocupação central do encontro foi a reabilitação dos valores tradicionais do Nordeste e o aspecto que mereceu maior destaque coube à defesa da arquitetura local, tanto os pequenos edifícios quanto os monumentos históricos. O resultado obtido com essas ações seria a não-descaracterização das cidades nordestinas pelas influências estrangeiras, ou seja, o Eclétismo. Ao fim do encontro, no dia 12 de fevereiro de 1926, o *Diário de Pernambuco*, publicou um apanhado geral das ideias defendidas ao longo do evento, do qual destacamos o seguinte trecho:

*Vimos no decorrer deste congresso, que a conservação dos costumes tradicionais não tem nenhuma incompatibilidade com os progressos da arquitetura, com a higiene moderna, com nenhuma das conquistas da civilização; vimos que a casa colonial, conservando o seu caráter, pode receber todo o conforto atual; vimos que para resolver problemas de trânsito não é preciso arrasar à picareta monumentos históricos; que o bom*

*urbanista sabe como harmonizar uma velha igreja com a nova rua; vimos que para cuidar da conservação do nosso patrimônio artístico tradicional não se precisa arruinar o país.*<sup>189</sup>

Segundo Anco Márcio Vieira, foi nesse congresso que surgiu muito da sensibilidade intelectual e artística que se desenhou no Brasil a partir da década de 1930, quando a defesa dos ideais modernistas passou a conviver e, até mesmo, a se alimentar do patrimônio histórico e artístico nacional<sup>190</sup>. A importância dada à preservação do patrimônio histórico ficou bastante clara, este seria um elemento essencial para o desenvolvimento do país. Em pouco tempo, tais intelectuais conseguiriam pôr em prática suas ideias, fazendo com que a preocupação com a preservação do patrimônio passasse a fazer parte de uma política oficial do estado.

#### 1.2.4. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA IDÉIA

Após a realização do Congresso, não foi encontrada nenhuma outra notícia referente às ações do Centro Regionalista, sendo escassas também as notícias sobre ele nos jornais, especialmente no *Diário*. É lá que Neroaldo Azedo encontrou uma última referência, em 10 de agosto de 1927, que ele considerou como o fim das atividades do Centro. Neste mesmo ano, após retornar de um evento nos Estados Unidos, Gilberto Freyre foi nomeado oficial do Gabinete do então governador Estácio Coimbra.

Estácio de Albuquerque Coimbra nasceu em 1872, em Barreiros, na região sul do Estado, filho de um grande proprietário de engenhos, formou-se na Faculdade de Direito do Recife. Embora sua família, paradoxalmente, fizesse parte do Partido Liberal de José Mariano, ele vai se relacionar politicamente com Rosa e Silva, chegando a ocupar diversos cargos de destaque, como Presidente da Assembleia Estadual, Ministro da Agricultura e, até mesmo, Vice-Presidente da República, durante o governo de Artur Bernardes, entre 1922 e 1926. Usineiro, no curso da sua carreira política Coimbra sempre defendeu os interesses da aristocracia açucareira do estado e era considerado o herdeiro político natural de Rosa e Silva. O governador tinha uma boa relação com Gilberto Freyre, de quem foi aprendendo a apreciar antiguidades e valorizar o passado de fausto pernambucano. Inclusive, nas

---

<sup>189</sup> 1º CONGRESSO..., 1926.

<sup>190</sup> VIEIRA, 2006.

anotações do seu diário, Gilberto Freyre reconheceu a influência que exercia no então governador:

*Toda gente sabe que o governador [Estácio Coimbra] hoje confia mais em mim do que em quaisquer dos seus auxiliares idosos: o que me torna uma "influência" decisiva em certos assuntos.*<sup>191</sup>

Anníbal Fernandes já havia se iniciado na carreira política, quando, no governo de Sérgio Loreto, assumiu a Secretaria de Justiça e Negócios Interiores em 1923, e dois anos depois, a Secretaria de Educação e Saúde Pública. No entanto, foi quando eleito deputado estadual, que Fernandes, no dia 18 de julho de 1928, pronunciou um discurso na sessão da Câmara Estadual que

*(...) concretiza antigas aspirações da opinião culta do Estado, sobressaltada diante dos constantes atentados ao nosso patrimônio artístico e ao desaparecimento de tudo quanto se relaciona ao nosso passado histórico.*<sup>192</sup>

Neste discurso, ainda lembrou que *há mais de 10 anos vem se debatendo na imprensa contra ações desse tipo*. Citou casos emblemáticos de destruição do patrimônio pernambucano, como a demolição dos Arcos e a reforma da Igreja da Sé. Também mencionou diversos outros pequenos edifícios que foram mutilados por *pretensos reformadores*, substituindo a representatividade daqueles por uma *arquitetura de fancaria, que ostentam em toda a plenitude do ridículo*<sup>193</sup>. Nestes exemplos, vemos uma maciça predominância da arquitetura religiosa, já anunciando uma postura futura, como abordaremos no capítulo a seguir.

Ainda mereceu destaque a perda, ou remoção, de bens móveis, como mobiliário, louças e pratarias, denunciando que restavam, no Estado, poucos desses objetos que antigamente *ornavam os interiores das residências senhoriais pernambucanas*<sup>194</sup>. Anníbal acreditava que a defesa do patrimônio histórico e artístico deveria estar vinculada à

---

<sup>191</sup> FREYRE, 1975. p.125.

<sup>192</sup> FERNANDES, 1929. p.29.

<sup>193</sup> FERNANDES, 1929. p.29.

<sup>194</sup> FERNANDES, 1929. p.33

preservação dos objetos históricos e artísticos, não somente dos monumentos, portanto, a criação de um serviço de proteção aos monumentos históricos não poderia estar separada da criação de um museu regional. Este museu seria responsável pela coleta e exposição de objetos que mostrassem toda a pujança de um passado de riquezas provenientes do açúcar.

Tal qual foi apresentado, o projeto foi votado e aprovado e no dia 28 de agosto daquele mesmo ano, através da Lei nº. 1918, o Congresso Estadual autorizou o Governador Estácio Coimbra a criar a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais de Pernambuco, juntamente com um Museu de Arte Retrospectiva anexo a ela, os quais, tratamos no capítulo a seguir.

## **CAPÍTULO 2**

# **CONTRA A CONSPIRAÇÃO DA IGNORÂNCIA COM A MALDADE**

## 2. CONTRA A CONSPIRAÇÃO DA IGNORÂNCIA COM A MALDADE.

*O patrimônio histórico e artístico que nos incube defender é dos mais ricos do Brasil*

Anníbal Fernandes, 1928.

*O nosso patrimônio artístico está intimamente ligado à Igreja. Em torno da modesta capelinha erguida às pressas pelo donatário da Capitania, fundou-se a aldeia, desenvolveu-se a vila, cresceu a população.*

Anníbal Fernandes, 1929

*Um museu histórico não se improvisa. Nem surge por geração espontânea. Demanda esforço, trabalho, perseverança.*

Anníbal Fernandes, 1930.

Esse capítulo tem por objetivo investigar as ações desenvolvidas pela inspetoria e pelo museu no seu primeiro período de existência, que vai de fevereiro de 1929 a outubro de 1930, quando estiveram sob o comando de um dos seus idealizadores, o jornalista Anníbal Fernandes. Também veremos quais foram as primeiras repercussões a partir do discurso do jornalista e deputado na Assembleia Estadual, em julho de 1928, que levou a criação do primeiro serviço de proteção do patrimônio em Pernambuco.

Veremos ainda como essas reações ao discurso de Anníbal e à aprovação da lei, ainda em 1928, deixaram uma marca indelével na política adotada para a seleção dos monumentos nesse primeiro momento, assim como marcaram o imaginário preservacionista no Brasil a partir de então. Foram mapeados os trabalhos desenvolvidos desde o inventário de monumentos até mesmo as obras de conservação e restauração feitas naqueles edifícios considerados como Monumentos Nacionais. Também foram listados os primeiros objetos e coleções adquiridos para formar o acervo do museu, que teve seu discurso analisado a partir da organização de tais peças na exposição inaugurada em 7 de setembro de 1930.

## 2.1. AS PRIMEIRAS REAÇÕES E A QUESTÃO DO ENGENHO MEGAHYPE.

Como vimos no capítulo anterior, em 1928, Anníbal Fernandes discursou na Assembleia Legislativa Estadual em prol da aprovação de um projeto de lei, de sua autoria, que visava criar, em Pernambuco, uma inspetoria Monumentos juntamente com um museu anexo a ela. Justas, as duas instituições lutariam pela preservação do patrimônio no Estado e contra dispersão de objetos artísticos e históricos. As ações de Anníbal resultaram na aprovação da Lei nº. 1918, que autorizou o governador do estado, Estácio Coimbra, a criar as referidas instituições. É curioso observar que, logo após esse discurso, feito no dia 18 de julho de 1928, o Instituto Arqueológico publicou uma série de notas no *Diário de Pernambuco*<sup>195</sup>, exaltando o seu pioneirismo no que diz respeito a preservação do patrimônio em Pernambuco, argumentando, inclusive, que a iniciativa para a criação da inspetoria, assim como do museu, seria uma solicitação reclamada pelos membros do Instituto<sup>196</sup>.

*Atendendo a antiga aspiração do Instituto arqueológico, ultimamente renovada ao Congresso, e ao governador do Estado, acaba de ser sancionada a lei que tomou o n.º 1918, a qual autoriza o governo a criar um museu e a defender o nosso patrimônio histórico e artístico.*<sup>197</sup>

Entretanto, como vimos no capítulo anterior, esta era uma reclamação de um outro grupo de intelectuais não relacionados ao Instituto arqueológico, os rapazes *insolentes e sem fraque*, ligados ao grupo dos regionalistas. Essa disputa de paternidade irá permear todo esse primeiro momento da existência da inspetoria de monumentos e do museu, gerando um rico debate entre Anníbal Fernandes e Mário Melo através da troca de acusações em dois dos jornais de maior circulação no Recife: *A Província*<sup>198</sup> e o *Diário de Pernambuco*. Foi o início de uma rixa que perdurou por toda a vida de ambos os jornalistas, e esses desentendimentos entre Anníbal e Mário Melo, relacionados à atuação da inspetoria de Monumentos e do museu, serão melhor explorados no capítulo seguinte.

---

<sup>195</sup> Mario Melo, nesse momento já como Secretário Perpétuo do Instituto, também era redator do jornal, sendo o responsável pelas notas, quase diárias, relatando as ações do sodalício.

<sup>196</sup> O MUSEU..., 1928.

<sup>197</sup> EM DEFESA..., 1928.

<sup>198</sup> No dia 19 de agosto de 1928, o *A Província* entrou numa nova fase, sendo dirigida por José Maria Bello e Gilberto Freyre, tendo ainda como redator chefe Anníbal Fernandes. A partir desse momento, o jornal passou a ter um discurso marcadamente político, de apoio a Estácio Coimbra, juntamente com uma proposta estética completamente inovadora. Essa fase perdurou até a revolução de outubro de 1930, quando ele foi fechado.

No discurso em que defendeu a criação das duas instituições Anníbal Fernandes citava nominalmente alguns edifícios e afirmava que do projeto de lei já constava um levantamento prévio do que deveria ser considerado Monumento Histórico. Embora esse levantamento não tenha sido encontrado nos arquivos pesquisados, podemos compreender que, em virtude dos acontecimentos seguintes a aprovação da Lei n.º 1918, de 24 de agosto de 1928, a casa-grande do Engenho Megahype, seguramente, estava incluída nessa seleção. Considerada um símbolo da monocultura açucareira no estado, Gilberto Freyre assim descreveu o edifício em *Vida Social no Nordeste*<sup>199</sup>:

*Levantada sobre duro gneiss, ainda, hoje, com as suas paredes pensas e o seu abalçoado meio podre, dá a paisagem uma como nota feudal. Adivinha-se na sua argamassa o óleo de baleia das casas fortes; e o conjunto dos seus torreões de telhado em pirâmide e beiral aguçado em azas de pombo ou cornos de lua, de suas arcarias e dos seus balcões, dá uma ideia de fixidez e aconchego verdadeiramente patriarcais. Se aí, como em toda parte a arquitetura antiga do engenho, o horizontal domina sobre o vertical, não vai ao extremo do acachapado; nem do terrivelmente chato de que fala Euclides da Cunha. Sente-se nesta construção de engenho pernambucano certa verticalidade feudal. Mas sem fazer violência ao clima e a paisagem que pedem tão claramente a doçura e o repouso das linhas horizontais.*<sup>200</sup>

O texto é uma excelente descrição do estado em que se encontrava a casa grande, também documentada em pinturas de Manoel Bandeira, Mário Nunes e Fédora do Rego Monteiro<sup>201</sup>, assim como nas fotografias de Ulysses Freyre, irmão de Gilberto. Já abandonada há algum tempo, a casa era tida como uma construção do primeiro século da ocupação portuguesa e sua excelência arquitetônica foi bastante discutida durante anos por diversos intelectuais especialistas na arquitetura do período colonial, como Luís Saia e José Marianno Filho, que afirmou:

*Desde que a campanha tradicionalista de arte brasileira refletiu-se em Pernambuco, ouço falar comovidamente em Megaípe. Exaltaram-lhe a beleza, despejaram sobre as suas ruínas torrentes de lágrimas literárias. Foi um desabafo, uma crise que passou. Os ditirambos divulgados, com ou sem*

---

<sup>199</sup> Um dos artigos assinados por Freyre e publicado no *Livro do Nordeste*.

<sup>200</sup> FREYRE, 1925. p.86.

<sup>201</sup> Esposa de Anníbal Fernandes e irmã do pintor Vicente do Rego Monteiro.

*propósito, sobre a vetusta Casa de Megaípe, dariam uma alentada poliantéia digna da alta cultura artística de Pernambuco. Houve mesmo quem propusesse para Pernambuco um estilo arquitetônico à parte, sob a denominação de Estilo Megaípe. Mas o essencial não se fez: salvar aquela relíquia histórica.*<sup>202</sup>

Megahype foi considerado um caso excepcional, representante único de uma tipologia arquitetônica extinta. José Marianno defendia que Megahype havia sofrido influências da arquitetura italiana, especialmente das vilas Palladianas, argumento, que foi questionado por Geraldo Gomes<sup>203</sup>. Para Gomes, o partido arquitetônico do edifício se filia aos dos solares portugueses do século XVII, que, por sua vez, haviam sofrido influências italianas. O fato é que a casa era única, não possuindo nenhum modelo semelhante no resto do Brasil, mas o que vai fazer Megahype entrar, definitivamente, para a história da arquitetura brasileira foi a sua destruição.

*(...) com a sua destruição, perdeu-se um importante documento para a história da arquitetura civil que se executou no Brasil durante o período colonial. Nem tanto pela tipicidade desse edifício, mas pelas informações sobre o sistema construtivo e o partido arquitetônico que afloraria da sua análise cuidadosa.*<sup>204</sup>

Poucos dias após a assinatura da Lei n.º 1918, o proprietário das terras do engenho, João Lopes de Siqueira Santos, *num rasgo retardatário de senhor feudal*<sup>205</sup> e temeroso dos prejuízos que poderiam lhe causar a iniciativa de transformar a sua propriedade privada em um Monumento Nacional, mandou dinamitar o edifício.

A iniciativa intempestiva do proprietário, embora tenha tido pouca repercussão na imprensa local<sup>206</sup> nos dias que se seguiram à destruição, levou o presidente do Senado Estadual, Júlio Bello, a publicar um artigo intitulado *Quem botou abaixo Megahype*<sup>207</sup>, onde ele defendeu a índole e a boa fé de Siqueira Santos, argumentando que *quem botou abaixo*

---

<sup>202</sup> FILHO, 1943. p.35.

<sup>203</sup> GOMES, 2006.

<sup>204</sup> GOMES, 2006. p.137

<sup>205</sup> SAIA, 1958. p.59

<sup>206</sup> Apenas *A Província* e o *Diário de Pernambuco* comentaram o ocorrido.

<sup>207</sup> BELLO, 1928.

*Megahype foi a Usina e a ânsia de riqueza rápida.* Ascenso Ferreira, em *A Casa-grande de Megaípe*, personificando na casa a beleza da arquitetura colonial, também acusou as usinas pelo fato,

*Há muito tempo que a Usina estava danada com ela!*

*A linda casa colonial cheia de assombrações...*

*(...)*

*É bom dormir naquele terraço*

*Prestigiado por quatro séculos de assombrações!*

*Então a Usina não pode mais!*

*Mandou meter a picareta nas pedras lendárias,*

*Destruir os quartos mal-assombrados,*

*Enxotar os fantasmas de saias de seda,*

*E capas de ermitões,*

*Respondendo, insolentemente, à falação que se levantou:*

*“Olha a volta da turbina*

*Da turbina da turbina*

*Da turbina da Usina*

*Da Usina brasileira.<sup>208</sup>*

É muito fácil acusar as transformações que a usina estava causando na zona canavieira pernambucana pela destruição da casa grande, uma vez que muitos engenhos já haviam desaparecido ou estavam em processo de ruína. De fato, as usinas, que se firmaram no estado como uma nova força econômica e política a partir do século XIX, na *ânsia de riqueza rápida*, foram responsáveis pela destruição ou descaracterização de muito da arquitetura rural pernambucana, e Megahype, um dos últimos símbolos remanescentes de um passado patriarcal que os regionalistas buscavam exaltar, a seu modo, fez parte desse conjunto. Mas não porque ruiu pelo abandono, ou pela necessidade de se instalar uma usina em suas terras, mas sim pela intencionalidade do seu proprietário em por abaixo

---

<sup>208</sup> FERREIRA, 1951. p.87.

a edificação. No artigo *d'A Província*, Júlio Bello tentou, na realidade, disfarçar o puro medo que a aristocracia canavieira tinha da interferência do governo na propriedade privada.

A demolição de Megahype repercutiu nacionalmente tanto na imprensa, como mostra a notícia do *O Jornal*<sup>209</sup> do Rio, reproduzida n'*A Província* de 28 de setembro de 1928, como no imaginário coletivo daqueles que, nos anos seguintes lutaram pela preservação do patrimônio construído no País, fazendo com que essa destruição deixasse uma marca positiva no processo de consolidação da preservação do patrimônio no Brasil. Em 1930, quando o deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho apresentou um outro projeto no para criação de um serviço nacional de defesa do, lê-se em seu artigo 6.º:

*Toda vez que o proprietário de uma coisa catalogada se não conformar com essa catalogação, poderá recorrer, dentro do prazo de dois meses da publicação do catálogo ou de um mês da data que for notificado, para o Conselho Deliberativo e Consultivo da Defesa do patrimônio Histórico-Artístico Nacional, com o fim de provar que a coisa catalogada não tem interesse histórico, artístico ou beleza que justifique a proteção legal.*

*A forma de recurso, **que não terá efeito suspensivo**, será definida em regulamento.*<sup>210</sup> [grifo nosso]

É a primeira vez que, nos projetos que buscaram a criação de um serviço federal de proteção do patrimônio brasileiro, a questão da impugnação de um tombamento aparece. E, mais importante, que independente de qualquer recurso apresentado, este não suspenderia o tombamento do bem enquanto se discutiria se ele detém ou não os valores para tal condição. O tombamento prévio, ou seja, o tratamento do bem que se pretende tombado, como se de fato ele já o tivesse sido, a fim de resguardar o objeto de preservação de qualquer descaracterização que pudesse subtrair os seus valores para ser tombado, se tornou uma importante ferramenta de proteção anos depois, quando o SPHAN começou a atuar pelo país.

Desde a aprovação da Lei nº. 1918, a importância da criação da inspetoria de Monumentos e do museu foi um assunto bastante debatido na imprensa local, e mais ainda, com a efetiva criação do órgãos a partir da publicação, no Diário Oficial do Estado, do Ato 240, no dia 08 de Fevereiro de 1929 que instituiu, de fato, a Inspetoria Estadual do Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga anexo a ela vinculados à

---

<sup>209</sup> Que nesse momento era dirigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade.

<sup>210</sup> BRASIL, 1980, p.80.

Secretaria da Justiça e Negócios Interiores. O ato de Estácio Coimbra foi comentado nos mais diversos periódicos do Recife, sendo bastante elogiado pelo *A Província* em diversos artigos, o que era de se esperar, uma vez que toda a cúpula desse periódico fazia parte do grupo político de Estácio Coimbra. Essa repercussão inclusive foi comentada em jornais da Capital Federal, que também elogiaram a iniciativa.

O engenheiro José Estelita, defendendo a atitude do governador, argumenta que Pernambuco estaria se aproximando cada vez mais das *nações desenvolvidas* a medida que buscava preservar o seu passado. No texto, Estelita faz um relato pouco detalhado do que se estava fazendo na Europa em prol da preservação dos monumentos, especialmente na França e na Suíça, chegando a destacar que este não era um projeto *fora de propósito*, ou que se estava criando um *departamento inteiramente inaproveitável ou inútil* desde que quem fosse escolhido para o gerir fosse realmente dedicado ao assunto.

*Defender, inteligentemente, o interesse geral contra o interesse particular, procurando salvaguardar o interesse do futuro, isto é, garantindo por lei os objetos e monumentos históricos e naturais sem preocupações exclusivas com o interessado presente, tem sido, de algum tempo a esta parte, a norma de ação surgida por todos os povos de grande cultura.*<sup>211</sup>

O *Jornal*, do Rio de Janeiro, publicou um editorial elogiando Estácio Coimbra pela atitude, argumentando que, através dela, o governo procurava *salvar da ruína e da dispersão o patrimônio histórico e artístico de Pernambuco* e prestava *um serviço que deve ser reconhecido por todos*<sup>212</sup>. No texto, é destacada a importância da criação das instituições em relação a questão da educação, especialmente por elas se tornarem as responsáveis pela preservação do passado do estado que, *ocupa, indiscutivelmente, uma situação primeira como centro de relíquias históricas da história brasileira*<sup>213</sup>.

A partir da criação da inspetoria, ainda merece destaque a importante iniciativa da arquidiocese, através do arcebispo metropolitano, Dom Miguel Valverde em criar o Comitê Central de Arte Sacra, em 10 de maio de 1929. Essa comissão, teria como objetivos principais

---

<sup>211</sup> ESTELITA, 1929.

<sup>212</sup> COMO..., 1929.

<sup>213</sup> COMO..., 1929.

*(...) promover a conservação das obras de arte religiosas, pertencentes ao patrimônio eclesiástico e impedir que continue o deplorável das restaurações atentatórias ao estilo das velhas igrejas, bem como as inovações que contrariem as disposições pontifícias que regem o caso*<sup>214</sup>.

Ainda caberia ao comitê a organização do Museu Arquidiocesano de Arte Sacra, onde seriam guardados os objetos sacros fora de uso, como livros litúrgicos, paramentos e outros bens pertencentes à arquidiocese. Essa comissão, dialogou positivamente com inspetoria no que diz respeito a preservação do patrimônio artístico pertencente a Igreja em Pernambuco, colaborando com ela em muitos casos, como veremos a seguir. Esse trabalho em conjunto foi elogiado em um artigo n'A *Província*, publicado no dia 08 de julho de 1930<sup>215</sup>.

Ainda no âmbito do Recife, merece destaque a aprovação, no Conselho Municipal, de um projeto de Lei de autoria de Horácio Saldanha que buscava preservar todas as *igrejas e capelas ou os altares dos séculos XVII, XVIII e XIX, que existam em território do município e ofereçam algum interesse artístico ou histórico*<sup>216</sup>, impossibilitando que houvesse nesses bens qualquer alteração do seu *caráter primitivo*. As licenças para realização de qualquer serviço só se daria através da Inspetoria de Monumentos, e inclusive são previstas punições para quem não cumprir a determinação<sup>217</sup>.

## **2.2. A INSPETORIA ESTADUAL DOS MONUMENTOS NACIONAIS.**

No dia 08 de Fevereiro de 1929 é, enfim, publicado no Diário Oficial do Estado o Ato 240, que criou a Inspetoria Estadual do Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga anexo a ela vinculados à Secretaria da Justiça e Negócios Interiores. No mesmo ato também se encontra o regulamento da instituição e a equipe prevista. Neste regulamento, dividido em quatro capítulos, estão descritos os objetivos, a metodologia de

---

<sup>214</sup> A CRIAÇÃO..., 1929.

<sup>215</sup> A DEFESA..., 1930b.

<sup>216</sup> INSPETORIA..., 1929a.

<sup>217</sup> Não se sabe, entretanto, se essa lei chegou a ser cumprida, tampouco como se deu, efetivamente, a atuação do Comitê Central de Arte Sacra. Embora diretamente relacionadas com a instituição da Inspetoria de Monumentos e a criação do Museu, estudos aprofundados dessas duas ações fugiriam aos objetivos desse trabalho.

trabalho, as punições previstas para quem danificasse ou destruísse um bem, o quadro de funcionários e a descrição do serviço de cada um deles.

No Capítulo I, que consta de apenas quatro artigos, se lê:

*ARTIGO 1.º – Por todos os meios, a seu alcance, o Governo de Pernambuco se esforçará por fazer conservar no melhor estado todos os monumentos artísticos e históricos existentes no Estado, utilizando para isso as autorizações e facilidades determinadas em leis federais e estaduais, e no especial interesse de resguardar o seu patrimônio artístico e histórico.*<sup>218</sup>

Caberia à Inspetoria de Monumentos zelar por esse patrimônio utilizando os mais diversos meios. Primeiramente com a identificação e catalogação do que seria esse patrimônio, depois realizando ações de conservação e restauração desses bens e, por fim, punindo aqueles que não respeitassem a integridade dos Monumentos Nacionais. A descrição de quais seriam os bens passíveis de receber o título é encontrada no Capítulo II:

*ART. 5.º – Compreendem-se por monumento nacional as obras que forem inventariadas como de interesse artístico e significação histórica existentes nos municípios da capital e do interior, **incluídas as pertencentes ou sob a guarda do Arcebispado de Pernambuco.** [grifo nosso]*<sup>219</sup>

É curioso observar a marcação dos bens pertencentes a Igreja, uma vez que, como veremos adiante, os bens preservados seriam, em sua maioria, edificações religiosas vinculadas ao credo católico. No artigo 7 é prevista a forma como isso se daria caso o bem fosse outro tipo de propriedade privada:

*ART. 7.º – Quando o monumento estiver em terreno particular, o Governo poderá desapropriá-lo por utilidade pública ou entrar em acordo com o proprietário para a sua conservação.*<sup>220</sup>

---

<sup>218</sup> FERNANDES, 1929. p.37.

<sup>219</sup> FERNANDES, 1929. p.38

<sup>220</sup> FERNANDES, 1929. p.38

Embora não trate em nenhum momento da questão de impugnação de um bem selecionado para ficar sob a guarda da inspetoria, a existência desse artigo pode ser entendida como um reflexo da preocupação de Anníbal Fernandes com a interferência do governo em propriedades privadas, com exceção das pertencentes a arquidiocese, e a fim de evitar novos casos de destruição, como aconteceu em Megahype. E é disso, exatamente, que vai tratar o capítulo seguinte: das punições previstas para quem *destacar qualquer parte, destruir, degradar ou alterar o caráter de um monumento artístico ou histórico, sob a proteção e vigilância da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais*. O problema maior em relação a esse aspecto é que, embora com uma finalidade nobre, uma lei estadual não poderia ignorar o que constava na Constituição de 1891, até então vigente, tampouco nos Códigos Civil e Penal, que não estabeleciam qualquer tipo de sanção a autores de atentados contra o patrimônio histórico, tornando inconstitucional qualquer medida punitiva nesse aspecto.

Outro ponto importante a destacar é a convivência dos termos *artístico* e *histórico* para classificar os monumentos. Anníbal, na descrição que faz dos edifícios, procurar sempre destacar valores relacionados com a história da arte ou com a história de Pernambuco para valorar as construções. No entanto, segundo Alois Riegl, essa distinção não faz sentido, para ele

*(...) É importante perceber que todo monumento de arte é, sem exceção e simultaneamente, um monumento histórico, na medida que representa um estado determinado na evolução das artes plásticas e não pode encontrar, em sentido estrito, um equivalente<sup>221</sup>.*

Riegl ainda defende a ideia de que todo monumento histórico também seria artístico, uma vez que nele também estão registradas informações relativas ao período da história da arte no qual ele está inserido, mesmo que, em alguns casos, essas informações sejam de pouca importância. Segundo essa ótica, ele argumenta que o *monumento artístico* é na realidade um *monumento de história da arte*, sendo preferível se adotar a determinação de *monumento histórico* para todos eles, a qual adotaremos nesse trabalho.

Por fim, o último capítulo, que está dividido em duas partes, trata, na primeira delas, do comércio de obras de arte, onde são previstos um maior controle do que sai do estado, bem como a aplicação de impostos de exportação a qualquer bem considerado como

---

<sup>221</sup> RIEGL, 2006. p.45.

antiguidade. Já na segunda, estão previstas a equipe que irá trabalhar nas instituições e a descrição das atribuições de cada um dos cargos.

O quadro da inspetoria seria composto por seis funcionários<sup>222</sup>, sendo o cargo mais importante o de Inspetor de Monumentos, seguindo pelo de Intendente. Caberia ao Inspetor apresentar ao governo um relatório anual das atividades desenvolvidas; tratar do comércio de obras de arte e antiguidades no estado, inclusive levantando o preço de mercado desses objetos; inventariar os monumentos e obras que tivessem interesse histórico e artístico; fiscalizar a conservação dos monumentos, impondo multas a quem os destruísse ou descaracterizasse; além de dirigir o Museu Histórico e de Arte Antiga, propondo, inclusive, a aquisição de objetos para compor o seu acervo. Era um verdadeiro trabalho de Hércules...

Das atribuições do Inspetor, e Diretor do museu, a mais curiosa se encontra no último item: organizar a *Liga dos Amigos do Museu de Pernambuco*, que além de julgar o valor das obras de interesse a serem adquiridas também seria responsável por *animar* os colecionadores a doarem suas coleções, ou parte delas, para o museu. Atualmente, a existência de associações de amigos que colaboram com os museus brasileiros é cada vez mais comum, e, até então, se tinha o registro de que as primeiras associações do tipo haviam surgido somente na década de 1930. A ideia de Anníbal Fernandes é pioneira no sentido de que, embora a *Liga dos Amigos do Museu de Pernambuco* não tenha se instalado de fato, foi a primeira vez que, no Brasil, se pensou numa instituição com o fim de auxiliar os trabalhos desenvolvidos por um museu.

As funções do Intendente se assemelhavam bastante às de um museólogo nos museus de hoje. Além de auxiliar o Inspetor em todas as suas funções, o Intendente seria responsável pelo acervo, cuidando do inventário, catalogação e documentação de todos os objetos pertencentes ao museu além de cuidar da exposição e do acondicionamento desses objetos, que deveriam ser organizados por coleções.

Poucos dias depois de criadas as instituições, no dia 13 do mesmo mês, Estácio Coimbra exonera Anníbal Fernandes do cargo de redator-chefe do *Diário do Estado*, que foi extinto, para que ele assumisse o de Inspetor de Monumentos e Diretor do Museu. Na notícia d'*A Província*<sup>223</sup> que informa as nomeações para a instituição recém criada, é destacado o papel que Anníbal assumiu ao longo dos anos pela causa preservacionista, e as campanhas que ele *empenhou sozinho, numa época em que a indiferença pelo assunto*

---

<sup>222</sup> A saber: um Inspetor de Monumentos, acumulado ao do Diretor do Museu; um intendente; um datilógrafo; dois contínuos e um porteiro.

<sup>223</sup> INSPETORIA..., 1929m.

*era completa*<sup>224</sup>. Para o cargo de Intendente foi nomeado o colecionador de antiguidades pernambucanas Braz Ribeiro, cuja coleção particular era objeto de interesse para o museu. Anníbal Fernandes permaneceu no cargo até os acontecimentos de outubro de 1930, no entanto, em alguns momentos, precisou se ausentar em virtude do seu mandato legislativo, sendo substituído, temporariamente, pelo chefe da 3ª. Secção de Instrução Pública, Francisco Borges Castelo Branco<sup>225</sup>. Mesmo afastado oficialmente, Anníbal não deixou de acompanhar as ações da inspetoria.

Logo que foi criada, a primeira ação da inspetoria, como vemos na documentação encontrada no Arquivo Público Estadual, foi evitar a demolição do que restava do conjunto arquitetônico carmelita em Olinda. O prefeito do município àquela época, Humberto Gondim, queria levar adiante antigos planos de reformar o bairro do Carmo, com a abertura de novas vias e a construção de um parque que implicariam na demolição das ruínas do Convento e da própria Igreja do Carmo. O primeiro ofício emitido pela inspetoria trata exatamente de uma resposta ao prefeito olindense defendendo a manutenção do templo. Anníbal explica os objetivos da instituição e argumenta que a igreja é um dos edifícios mais antigos da cidade<sup>226</sup>, defendendo os seu valores artísticos, que chegaram a ser elogiados pelo arquiteto Ricardo Severo. O inspetor chega a comparar a iniciativa de destruição do templo com o que eu aconteceu no Recife na década anterior, em relação ao Corpo Santo. O prefeito, acatando a determinação da inspetoria, decidiu manter a edificação.

Como está dito no primeiro relatório, apresentado ao Secretário de Justiça logo em 28 de abril de 1929, assim que assumiu o cargo, Anníbal Fernandes tratou de fazer um inventário dos monumentos do estado, iniciando as buscas pelo litoral sul, tomando nota do interesse histórico que, porventura, existia nas cidades visitadas. O que se percebe é que esse era um serviço que ele já estava realizando havia algum tempo, uma vez que, quando defendeu o projeto de lei para criação da inspetoria, este já constava de uma pré-seleção de monumentos. Juntamente com Braz Ribeiro, Anníbal visitou diversos lugares em busca de edifícios que pudessem ser colocados sob a guarda do Estado, recebendo o título de Monumentos Nacionais. Eles contaram também com a ajuda de alguns prefeitos locais, como os de Sirinhaém, do Cabo e de Igarassu<sup>227</sup>, aos quais foram solicitadas informações a respeito de monumentos existentes nessas cidades.

---

<sup>224</sup> Embora não esteja assinado, possivelmente, esse artigo foi escrito pelo próprio Anníbal Fernandes, uma vez que era o redator-chefe do jornal.

<sup>225</sup> O afastamento de Anníbal se deu em três momentos: de 17 de junho a 18 de setembro de 1929, de 6 a 22 de março e de 3 de abril a 2 de agosto de 1930.

<sup>226</sup> A igreja foi a primeira construção carmelita no Brasil.

<sup>227</sup> Respectivamente os Ofícios 17, 18 e 19, de 23 de abril de 1929.

Embora não tenha sido encontrado nenhum documento explícito com a listagem de quais seriam os edifícios e lugares selecionados por Anníbal para receber a chancela de Monumento Nacional, através da análise dos relatórios, ofícios e notícias publicadas nos jornais da época é possível refazer essa listagem. Nestes bens escolhidos, constam tanto construções arquitetônicas quanto aquilo que foi chamado de *Campos Históricos*<sup>228</sup>, que seriam os locais, no geral praças e largos, onde teriam se passado acontecimentos importantes relacionados com a história do país ou do Estado. Em ambos os casos, esses bens foram dotadas de valores, ou seja, se transformaram em Monumentos Históricos, segundo a conceituação de Françoise Choay.

Estando espalhados ao longo de dez municípios, a tipologia desses monumentos não diferia muito entre si. O Recife, naturalmente, predominou na listagem final, totalizando 53% dos bens identificados, seguido por Olinda, com 22% do total. Lembrando que, ao elencar o patrimônio nacional pernambucano, Anníbal Fernandes via sentido em diferenciar os valores Históricos dos Artísticos presentes em cada um desses bens, no entanto, não destacaremos aqui a diferenciação de valores, uma vez que, como vimos, segundo Riegl, ela não faz sentido. Por fim, chegamos a seguinte listagem:

- **Recife:** Igreja e Convento de Santo Antônio (Conjunto Franciscano); Igreja de Santa Tereza (Ordem 3.<sup>a</sup> do Carmo); Igreja da Madre Deus; Igreja do Espírito Santo; Igreja de Nossa Senhora da Penha; Igreja de São José do Ribamar; Igreja Matriz de Santo Antônio; Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos; Igreja de Nossa Senhora do Terço; Igreja do Bom Jesus dos Martírios; Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares; Igreja de São Pedro dos Clérigos; Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo (Conjunto Carmelita); Igreja Matriz da Boa Vista; Igreja de Nossa Senhora do Livramento; Igreja da Congregação Mariana; Capela Dourada; Capela do Convento da Glória; Igreja Matriz da Soledade; Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Boa Vista; Igreja de Santa Cruz; Igreja das Fronteiras; Capela da Jaqueira; Forte das Cinco Pontas; Forte do Brum; Forte do Buraco; Ruínas do Forte do Picão; Largo das Cinco Pontas; Largo da Rua Padre Floriano; Arraial Novo do Bom Jesus; Arraial Velho do Bom Jesus; Campina da Casa Forte; e Praça da República.
- **Olinda:** Igreja e Convento de Santa Tereza; Igreja e Mosteiro de São Bento; Igreja e Convento de Nossa Senhora das Neves (Conjunto Franciscano); Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia; Igreja do Carmo e ruínas do Convento; Seminário de

---

<sup>228</sup> O termo *Campos Históricos* também aparece no inventário feito pela inspetoria de monumentos baiana.

Olinda; Palácio Episcopal; Igreja de Nossa Senhora do Monte; Igreja do Amparo; Igreja de São Sebastião, Igreja do Bom Jesus do Bonfim; Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos; Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Milagres; e o local onde Bernardo Vieira de Melo proclamou a república em 1710.

- **Igarassu:** Igreja e Convento de Santo Antônio (Conjunto Franciscano), Igreja dos Santos Cosme e Damião; Igreja de Nossa Senhora do Livramento; Igreja do Sagrado Coração de Jesus; e o Forte Orange<sup>229</sup>.
- **Ipojuca:** Igreja e Convento de Santo Antônio (Conjunto Franciscano).
- **Sirinhaém:** Igreja e Convento de Santo Antônio (Conjunto Franciscano).
- **Jaboatão:** Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres; e o Largo da Igreja dos Prazeres.
- **Cabo:** Capela de São Mateus, do Engenho Massangana; e Forte Castelo do Mar.
- **Rio Formoso:** Forte de Tamandaré<sup>230</sup>; e o Reduto de Rio Formoso.
- **Goiana:** Cruzeiro do Convento de Santo Alberto; e o Reduto de Tejucupapo.
- **Vitória de Santo Antão:** Monte das Tabocas.

Na documentação consultada aparece com frequência outros edifícios que haviam sido descaracterizados, como a Sé de Olinda, sendo ressaltadas apenas características relacionadas aquilo que havia sido perdido e, portanto, não foram incluídos na listagem acima. Contudo, a primeira informação importante a se destacar a partir da listagem dos monumentos selecionados pela inspetoria é a completa ausência da arquitetura civil na listagem elaborada por Fernandes. Por sua vez, a arquitetura religiosa foi intensamente valorizada. Anníbal explica a que se deve isso.

*(...) como nossa história se confunde em grande parte com a da igreja, tivemos naturalmente que enumerar maior número de edifícios religiosos do que civis, que quase não existem, e algumas fortalezas, ligadas a fatos indiscutíveis do nosso passado.*<sup>231</sup>

A arquitetura civil, que em muito representa os costumes e as tradições de um povo, valores defendidos pelos intelectuais que lutaram pela construção de um serviço de proteção do patrimônio no estado, foi completamente esquecida nos trabalhos desenvolvidos pela inspetoria. Essa arquitetura tradicional luso-brasileira, especialmente das

---

<sup>229</sup> Hoje na área pertencente ao município de Itamaracá.

<sup>230</sup> Hoje na área pertencente ao município de Tamandaré.

<sup>231</sup> FERNANDES, 1930a.

residências urbanas e rurais é, segundo Lúcio Costa, detentora dos valores mais populares e artesanais. Ao invés de refletir a erudição das escolas arquitetônicas portuguesas ou dos tratados de arquitetura<sup>232</sup>, essa arquitetura produzida no Brasil era o produto *do povo* e veio com os portugueses desde os primeiros momentos de ocupação do Brasil. Para ele, essa arquitetura teria a sua origem na arquitetura popular e rural de Portugal.

*Ora, a arquitetura popular apresenta em Portugal, a nosso ver, interesse maior que a erudita (...). É nas suas aldeias, no aspecto viril das suas construções rurais a um tempo rudes e acolhedoras, que as qualidades da raça se mostram melhor. Sem o ar afetado e por vezes pedante de quando se apura, aí, à vontade, ela se desenvolve naturalmente, adivinhando-se na justeza de proporções e na ausência de make-up, uma saúde plástica perfeita.*

*Tais características, transferidas – na pessoa dos antigos mestres e pedreiros “incultos” – para a nossa terra, longe de significarem um mau começo, conferiram desde logo, pelo contrário, à Arquitetura Portuguesa na colônia, esse ar desprezioso e puro que ela soube manter, apesar das vicissitudes por que passou, até meados do século XIX.<sup>233</sup>*

As construções e lugares elencados por Anníbal Fernandes para representar o Brasil que existia em Pernambuco não incluíam sequer um único exemplar de uma residência urbana sobrevivente do período colonial, nenhum engenho do estado que já foi o líder das exportações de açúcar, tampouco algum edifício oficial, que mostrasse a presença do poder público na região. Será que as *descaracterizações* e *destruições* que ocorreram no início do século XX foram tamanhas que varreram do mapa os típicos sobrados recifenses, altos e magros, os vestígios da arquitetura civil colonial em Olinda, os engenhos da zona da mata ou, até mesmo, as Casas de Câmara e Cadeia? Podemos afirmar, seguramente, que não.

Acredita-se que as causas mais prováveis para a ausência da arquitetura civil nessa listagem tenham sido os acontecimentos envolvendo a demolição do Engenho Megahype. Como vimos no começo desse capítulo, o engenho havia sido pré-selecionado para ficar sob a proteção da Inspeção de Monumentos, o que, por medo dos efeitos que essa ação poderia causar, resultou na sua imediata demolição pelo proprietário. O *trauma* foi tamanho,

---

<sup>232</sup> Existem edifícios civis datados do período colonial que apresentam uma grande erudição na sua composição arquitetônica, como alguns sobrados urbanos em Cachoeira, na Bahia, no entanto, edifícios desse tipo são, em sua maioria, exceções.

<sup>233</sup> COSTA, 1937.

que, possivelmente, querendo evitar qualquer outro do tipo de constrangimento e problema, a inspetoria achou melhor excluir os bens privados dessa listagem.

Outra questão curiosa a se observar, ainda em relação a esse assunto, é que no primeiro relatório, apresentado em 1929, consta uma fotografia feita pela inspetoria do Sobrado Mourisco<sup>234</sup>, no entanto, em nenhum momento é discutida a possibilidade dele ser incluído na lista de monumentos. Apenas em um documento vai se citar o tal sobrado, é o Ofício N.º 76, de 9 de outubro de 1929, que trata de uma resposta ao Presidente do Conselho Municipal de Olinda, o Coronel José Cândido de Miranda, que havia questionado o interesse histórico do edifício, obtendo a seguinte resposta de Anníbal:

*(...) realmente o prédio do pátio de S. Pedro n.º 7 é muito interessante como um espécimen dos mais típicos da antiga arquitetura colonial portuguesa, e merece **dessa prefeitura** todo o amparo afim de ser conservado. [grifo nosso]*

Anníbal lavava as mãos, deixando claro que a inspetoria não se voltaria para a arquitetura civil, que foi preterida em benefício da religiosa, e a inclusão da capela de São Mateus, do Engenho Massangana, evidencia a questão. Embora não seja tão antigo quanto Megahype, Massangana também se configura como uma herança do período colonial e da monocultura açucareira no estado. Localizado na cidade do Cabo, ao sul do Recife, e surgido entre o final do século XVIII e o início do século XIX, esse engenho era constituído por quatro edificações: a casa-grande, moradia do proprietário; a capela, dedicada a São Mateus; a senzala, moradia dos escravos; e a moita que, movida pelas águas do riacho que dá nome ao engenho, produzia o açúcar.

Além de seus atributos arquitetônicos, o que se mais evidencia no Engenho Massangana é que lá viveu, durante a sua infância, o abolicionista Joaquim Nabuco. A partir do último quartel do Século XIX, com a decadência do engenho, esse conjunto começa a entrar em um processo de deterioração, sendo abandonado por um longo período. Perderam-se no tempo a senzala, a moita e a varanda da casa-grande<sup>235</sup>, elementos da configuração vivenciada por Joaquim Nabuco em seus primeiros anos de vida. Juntamente

---

<sup>234</sup> Localizado na Praça de São Pedro, em Olinda, este sobrado remonta ao século XVI, e é um dos mais antigos e mais bem preservados exemplares da arquitetura civil do período colonial em todo o Brasil. O nome Mourisco vem do fato dele manter ainda preservado o seu balcão com muxarabis, apoiado sobre cachorros de pedra, influência muçulmana na arquitetura tradicional portuguesa. Em Olinda, ainda encontramos outro edifício semelhante, localizado na Rua do Amparo.

<sup>235</sup> Recentemente essa varanda foi reconstituída no processo de restauração da edificação.

com eles se foram o mobiliário e as imagens religiosas<sup>236</sup> pertencentes à capela, onde Nabuco foi batizado.

A Capela de São Mateus, situada no topo de uma pequena colina atrás da casa-grande, possui uma fachada assimétrica, marcada principalmente pelo volume da nave, com seu frontão triangular e o clássico triângulo formado pelas aberturas, todas em arco abatido, da porta principal e das janelas do coro. Ao seu lado, ainda no mesmo plano, existe o volume do corredor lateral, com janelas sineiras, sem a marcação de uma torre, assim como a maioria das capelas rurais. A aparente simplicidade da composição é enriquecida pelo jogo de altos e baixos das cinco águas, no entanto, o edifício é inteiramente desprovido de obras de arte móveis ou integradas.

A sua inclusão na lista de monumentos selecionada pela inspetoria é unicamente pelo fato de ali ter sido batizado Joaquim Nabuco. Segundo Dominique Poulot, o culto aos cidadãos reconhecidos por seus méritos foi uma característica marcante da sociedade das Luzes e, intimamente vinculado aos heróis da revolução Francesa, quando *o culto pelos homens ilustres implicava uma peregrinação a seus túmulos ou lugares de criação, reativando rituais reservados até então a categoria do sagrado*<sup>237</sup>. Os lugares diretamente vinculados à memórias dessas personalidades eram revestidos de uma aura de sacralidade, sendo exatamente o que aconteceu em relação à capela onde Joaquim Nabuco foi batizado, um olhar que não se projetou para a casa grande, onde ele viveu a sua infância, os anos da sua formação decisiva, como ele próprio concluiu tempos depois<sup>238</sup>. A não inclusão da casa grande na lista de monumentos poderia advir, novamente, do medo que se repetisse a história da casa-grande de Megahype? Possivelmente sim... No entanto, outra interpretação pode advir da escolha da capela e a exclusão da casa grande, uma vez que não se escolhendo a casa, teoricamente, ela poderia ser destruída.

A outra possibilidade que pode ser explorada para o *descarte* da casa grande poderia ser o fato dela ter sido reformada em 1870, quando Paulino Pires Falcão ampliou o edifício, dando-lhe um pátio central e uma ornamentação de influências neoclássicas, através do uso de frisos, forros trabalhados, azulejos importados e esculturas de louça na platibanda, no entanto, sem se perder a leitura da casa primitiva, que deveria se assemelhar às diversas edificações rurais pernambucanas construídas no período colonial. Seria pelo fato de ser uma construção mais recente que Anníbal excluiu a casa grande da listagem?

---

<sup>236</sup> Com exceção da imagem de São Mateus que, doada à Fundação Joaquim Nabuco pelos herdeiros do abolicionista, encontra-se hoje em exposição no Museu do Homem do Nordeste.

<sup>237</sup> POULOT, 2009. p.127.

<sup>238</sup> Anos mais tarde, o culto à figura de Joaquim Nabuco no estado, além do tombamento pelo SPHAN da sua casa natal, localizada na Rua da Imperatriz, no Recife, vai ser o responsável pela criação de um Instituto de Pesquisas Sociais que recebeu o seu nome, proposta do então deputado Gilberto Freyre.

Possivelmente não. Como veremos a seguir, o fato de, estilisticamente, a arquitetura se relacionar ao século XIX, na visão do Inspetor, não se transforma em impedimento para que o bem seja considerado um monumento histórico.

A Igreja de Nossa Senhora da Penha, da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, é um marco importante na paisagem urbana no bairro de São José, no Recife. Da sua construção primitiva, remontando ao período após a expulsão holandesa, no século XVII, pouco se sabe, uma vez que ela foi inteiramente demolida em 1870, para dar lugar ao templo atual, que ficou pronto em 1882. Inspirada livremente na basílica renascentista de San Giorgio Maggiore de Veneza, projetada por Andrea Palladio, a nova igreja destacava-se do contexto urbano pela sua monumentalidade e singularidade da enorme cúpula do transepto, além das torres sineiras altas e delgadas. No relatório de 1929 Anníbal a defendeu:

*É uma das igrejas novas da cidade. Mas **o seu estilo e o material que foi empregado para a sua construção dão-lhe incontestavelmente o direito de ser considerado um monumento.** (...) O seu interior é imponente e nobre com seus 17 altares de mármore e o seu lindo altar mor onde se vê um esplêndido baixo relevo de Besabel.<sup>239</sup> [grifo nosso]*

Embora estivessem buscando preservar edificações de um passado distante, a Igreja da Penha, que naquele momento era uma dos edifícios eclesiásticos mais novos na cidade, fazia parte desse passado pelas suas qualidades artísticas. Ou seria por ser mais um exemplar de arquitetura religiosa que se destacava na paisagem do Recife? Esse foi o valor destacado na antiga igreja dos Jesuítas no Recife, que, após a sua expulsão foi entregue aos cuidados da Irmandade do Divino Espírito Santo. Embora, segundo Anníbal, não houvesse grandes obras de arte na igreja<sup>240</sup>, ela *dá ao Recife uma nota de alegria e colorido*<sup>241</sup>.

O inspetor de monumentos não buscava uma unidade artística nos edifícios que selecionou como monumentos nacionais, algumas vezes, por apenas possuir algumas imagens por ele consideradas interessantes, como a Igreja do Livramento em Igarassu, ou um painel de azulejos portugueses, como os do Palácio Episcopal de Olinda, já resultavam

---

<sup>239</sup> FERNANDES, 1929. p.15.

<sup>240</sup> Lúcio Costa destacou a delicadeza do desenho e da ornamentação das portadas dessa igreja, comuns a poucas outras igrejas jesuítas encontradas no país. (COSTA, 1997. p.127)

<sup>241</sup> FERNANDES, 1929. p.14.

na inclusão do edifício na listagem de bens sob a guarda a inspetoria<sup>242</sup>. No Primeiro relatório, Anníbal ressalta que esses monumentos não deveriam ser, necessariamente, grandes e elaborados, mas sim, estar revestidos de significações históricas, citando o exemplo da casa em Tucumán, Argentina, onde se reuniu, pela primeira vez, o congresso constituinte que proclamou a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata. Isso faz com que o critério para inclusão das igrejas seja bastante diverso.

A maleabilidade dessa listagem era tamanha que até mesmo a Igreja da Soledade, inicialmente excluída da seleção por não representar *como arte ou monumento histórico grande coisa*<sup>243</sup>, ser incluída após a publicação de um plano neogótico de remodelação do templo no *Jornal Pequeno*<sup>244</sup>. Diante da ameaça de ter sua característica *singela, de linhas modestíssimas*, mais parecendo *uma capelinha de engenho*<sup>245</sup> ser alterada por uma reforma Neogótica, estética abominada por aqueles que, naquele momento, buscavam preservar qualquer traço colonial ainda remanescente na cidade. Ou seja, a Igreja, que a princípio não foi considerada detentora de valores preserváveis, passou a possuí-los no momento em que se tentou remodelá-la, inventando-se novos valores para o edifício, que agora estava sob os cuidados da inspetoria<sup>246</sup>.

Ações desse tipo nos dão a impressão de que todos os bens eclesiásticos independente da data de sua construção poderiam ser incluídos na listagem caso sofressem qualquer ameaça de descaracterização. Percebe-se nos documentos e notícias de jornais consultados a associação direta entre monumento histórico e construção religiosa. Essa arquitetura era, para Anníbal Fernandes, o objeto principal de preservação, segundo ele, *as nossas igrejas estão intimamente ligadas à nossa história*<sup>247</sup>, e é por esse motivo que mais de 70% dos monumentos selecionados são exemplares de arquitetura religiosa, vinculados, majoritariamente aos séculos XVII e XVIII.

*Em 1630 o Recife era uma praia de pescadores. Foi em redor da capelinha de S. Telmo, que mais tarde devia ser substituída pelo Corpo Santo que a povoação cresceu e se expandiu. O bairro de Santo Antônio, pode-se dizer que foi aumentado em redor do convento de Santo Antônio. Em torno da*

---

<sup>242</sup> De forma alguma estamos aqui desmerecendo os valores artísticos ou históricos dos bens mencionados, estamos apenas relatando aqueles valores que foram considerados por Anníbal Fernandes.

<sup>243</sup> RABELLO, 1930.

<sup>244</sup> MATRIZ..., 1930.

<sup>245</sup> RABELLO, 1930.

<sup>246</sup> Ofício 162.

<sup>247</sup> FERNANDES, 1929b.

*Igreja do Salvador, em Olinda, é que começou o burgo de Duarte Coelho, como Igarassu formou-se em redor da igreja dos Santos Cosme e Damião. Religião e patriotismo andaram sempre irmanados.*<sup>248</sup>

Uma vinculação entre *Religião* e *Patriotismo* é frequentemente destacada por Anníbal, ficando esse vínculo mais claro quando se trata da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes. Em um texto que foi publicado anos mais tarde na Revista do Patrimônio, o jornalista faz a ponte entre o discursos patriótico e o religioso. Para ele, a Igreja dos Guararapes *levanta-se como um monumento de patriotismo e de fé*. De patriotismo por ter sido construída *no local mesmo onde o inimigo mordera o pó da derrota e fé pois quem conhece as igrejas do Recife vê logo que a sua construção está bem no espírito do século XVIII, que foi o nosso grande século místico, o das melhores construções religiosas*.

Elegeu-se nesse momento uma história presa a lugares e a tempos, o período colonial foi visto como uma fase notável, que havia entrado em decadência no século XIX, e os olhos se voltaram para as reminiscências desse *passado de ouro*. O passado escolhido, era um passado elitista, que refletia até as insurgências contra o domínio do colonizar europeu, discurso mais exaltado pelo Instituto Arqueológico do que pela inspetoria, mas que no entanto apagava uma memória de outras resistências, como, por exemplo, os quilombos, e a até mesmo a escravidão. A justificativa para a escolha de tantas igrejas, além dos critérios artísticos, de originalidade e autenticidade dessa arquitetura, não se deu em nome da religião propriamente dita, mas em nome da sociedade que, supostamente, estaria refletida ali. Diane Barthel afirma que

*At some point, however, preservation activists, like any activists, had to sell their idea to a broader public. They had to devise more explicit justifications are ideologies (...). These ideologies are meant to extend beyond mere self or class interests, even if they always in some measure reflect their social class origins*<sup>249</sup>.

Ou seja, o sentimento preservacionista das pessoas envolvidas nessas ações são um reflexo dos seus interesses pessoais, e essas pessoas eram, na realidade, membros de uma elite dominante, católica e com estreitos laços com a aristocracia açucareira, quando

---

<sup>248</sup> FERNANDES, 1929b.

<sup>249</sup> BARTHEL, 1996. p.3

não eram, eles próprios, usineiros e produtores rurais. O que chega ser, de certa forma controverso, pois, se por um lado se queria elevar a grandiosidade do passado açucareiro do estado, por outro, a escolha dos monumentos apaga parte dessa história, uma vez que não se buscou preservar nenhum engenho. A arte religiosa foi o foco do ato de se recontar o passado, uma figura de linguagem, uma vez que aquela parte deveria representar um todo.

Ainda dentre os edifícios religiosos, merece ser comentada a inclusão da Igreja dos Martírios. Construída no final do século XVIII, era um templo simples, se comparado às principais edificações religiosas do Recife, no entanto, sua fachada era considerada um dos melhores exemplares do estilo Rococó em Pernambuco. A Igreja era mantida pela irmandade do Bom Jesus dos Martírios, formada por negros e crioulos, sendo que uma de suas festas tradicionais, a procissão do Martírios, era uma das mais populares do Recife<sup>250</sup>. No relatório onde descreve as igrejas identificadas como monumentos, Anníbal destaca que os valores existentes na igreja dos Martírios seriam exatamente esses dois: a fachada e a procissão.

Mas, naquele momento, como se daria a *preservação* de uma procissão, intangível pela sua própria natureza? Essas foram questões que só entraram no discurso patrimonial a partir dos anos de 1970, e, no Brasil, oficialmente, a partir de 2000, com a instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, a partir do decreto n.º 3551, que possibilita o seu registro e, com ele, o compromisso do Estado em inventariar, documentar, produzir conhecimento e apoiar a dinâmica dessas práticas socioculturais. É através desse instrumento que manifestações religiosas como o Círio de Nazaré, em Belém, e a festa de Sant'Ana, em Caicó, estão salvaguardadas. No entanto, como isso se daria naquele momento, onde os discursos patrimoniais ainda estavam se firmando no Brasil? Anníbal não chegou a detalhar isso, mas, aparentemente, sua intenção era registrar essas manifestações através de fotografias, que também seriam a forma de documentação dos monumentos históricos.

*O trabalho de documentação fotográfica continuará a ser feito, abrangendo tudo quanto diga respeito ao nosso passado histórico e artístico, inclusive costumes locais e particularidades regionais.*<sup>251</sup>

---

<sup>250</sup> Para maiores detalhes a respeito dos valores históricos e artísticos da Igreja e a sua demolição bem como da importância da procissão e a sua extinção, ver LORETTO, 2008.

<sup>251</sup> FERNANDES, 1930. p.5.

A fotografia foi eleita como a melhor forma de se documentar o patrimônio. E, no discurso onde defendeu a criação da inspetoria, Anníbal já previu que a forma como se daria o processo de inventário dos monumentos seria através da

*reprodução fotográfica ou em gesso do objeto inventariado, com registro do respectivo cliché e molde e a confecção de um verbete satisfazendo os seguintes requisitos: descrição sumária do objeto; lugar onde se encontra; nome do indivíduo ou da corporação em cuja posse se acha; antecedentes; atribuições; avaliação e escala em que houver sido feita a reprodução.*<sup>252</sup>

Naquele momento a informação visual representada através da fotografia possuía um alto grau de credibilidade em relação ao objeto representado. A fidedignidade da fotografia era, de forma geral, aceita, uma vez que o que não se poderia colocar em dúvida aquilo que nela estava representando, fazendo com que a imagem fotográfica fosse uma excelente solução no caso do processo de inventário de edifícios. Essas imagens dos monumentos e manifestações culturais registradas em fotografias os sintetizariam, transcrevendo aquele objeto num documento que não poderia ser posto em dúvida<sup>253</sup>. Já em relação à confecção dos moldes, a ideia em muito se assemelha àquela pretendida por Alexandre Lenoir para o Museu dos Monumentos Franceses, no final do século XVIII.

Essa metodologia não foi de todo aplicada, o que aconteceu foi apenas o registro fotográfico dos monumentos, como vemos no segundo relatório, apresentando em 19 de fevereiro de 1930, e ilustrado com as fotos da Igreja de São Pedro dos Clérigos, do Convento de São Francisco e da Igreja do Carmo. O relatório informa que está em andamento o processo de inventariação dos monumentos, estando concluído aquele referente aos Convento Franciscano e do Convento do Carmo e às igrejas de Santa Tereza, São Pedro dos Clérigos, Matriz de Santo Antônio, Conceição dos Militares, Espírito Santo e Rosário dos Pretos, todos no Recife. Além dos próprios edifícios também foram fotografados os bens artísticos móveis e integrados, como azulejos e altares<sup>254</sup>.

Completando o restante do conjunto de monumentos selecionados, estão as fortificações, elementos marcantes do domínio colonial português erguidas para defender o território brasileiro das investidas de outras nações, e os campos históricos, vinculados

---

<sup>252</sup> FERNANDES, 1929. p.30-31.

<sup>253</sup> KOSSOY, 1989. p.69.

<sup>254</sup> Algumas poucas dessas fotografias foram encontradas na coleção de iconografia do Museu do Estado de Pernambuco, apresentando, inclusive, os carimbos com o nome da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais.

diretamente às lutas realizadas para a expulsão dos holandeses e aos revolucionários que buscavam a independência da metrópole durante o período colonial. Estes bens, na realidade não tomaram muito a atenção do Inspetor de Monumentos, uma vez que em, sua maioria eram espaços públicos ou edifícios pertencentes às forças armadas, fazendo com que eles mal apareçam na documentação pesquisada.

Paralelo a esse trabalho de identificação e inventário daquilo que se considerou como Monumento Nacional, Anníbal Fernandes solicitou, orientou e fiscalizou a realização de diversas obras em edifícios históricos escolhidos para ficar sob a guarda da inspetoria. Desses serviços, destacamos as obras de conservação realizadas pela secretaria de Obras Públicas no Convento Franciscano de Igarassu; as obras de conservação na capela do Capítulo do Convento Franciscano de Olinda; a remoção de camadas de pintura recente nas talhas e cantarias da Igreja de São Pedro dos Clérigos, no Recife; a disponibilização de verbas para as obras na cobertura da Igreja da Penha; os serviços de conservação realizados pela Usina Santo Inácio na Capela de São Mateus, do Engenho Massangana; e, a mais importante delas, a restauração da Igreja da Madre Deus, no Recife.

Construída pelos religiosos da Congregação do Oratório, da ordem de São Felipe Néri, a igreja da Madre Deus foi a principal casa da ordem em Pernambuco e *dotou a cidade do Recife com um dos mais notáveis monumentos de arte religiosa*<sup>255</sup>. O templo fazia parte de um conjunto composto ainda por um convento, que teve suas obras iniciadas ainda no final do século XVII, aproveitando um banco de areia, que ficava no extremo sul da península do Recife, doado pelo capitão Antônio Fernandes de Matos. Como indica os documentos publicados por Mello<sup>256</sup>, existiu ali uma igreja primitiva, sendo que o templo atual teve sua construção iniciada em princípios do século XVIII, e levou apenas 14 anos, entre 1706 e 1720, para ser completado. Esta documentação é bastante precisa, e chega inclusive a descrever os ambientes da igreja detalhadamente, relacionando seus retábulos e sua imaginária.

O edifício é composto por uma grande nave central, decorada por seis altares e ladeada por corredores que dão acesso aos púlpitos e às tribunas. A capela-mor é inteiramente revestida por uma combinação da talha pintada e dourada em estilo Dom João V, e na sacristia, localizada na parte posterior do altar, está *um dos mais suntuosos lavabos portugueses existentes no Brasil*<sup>257</sup>. A fachada, até o princípio do século XX, apresentava apenas a torre do lado da epístola, um frontão com óculo central e recortado por volutas,

---

<sup>255</sup> JÚNIOR, 1945.

<sup>256</sup> MELLO, 1984.

<sup>257</sup> BAZIN, 1956. p.136

portas e janelas de vergas retas, encimadas por frontões interrompidos e enquadradas por pilastras adossadas. Para Germain Bazin<sup>258</sup>, o templo possui uma unidade de estilo que vai desde a capela-mor até a torre da fachada.

Em 1930, ao longo do mês de março e em meio às notícias dos bailes de carnaval no Recife, foi publicado em diversos jornais locais o edital para o *Concurso de projeto para restauração da Igreja da Madre de Deus*<sup>259</sup>. No edital, datado de 28 de fevereiro do mesmo ano, além de estar indicado o prazo final para entrega dos projetos, dia 31 daquele mês de março, estão presentes as recomendações pormenorizadas dos parâmetros a serem seguidos para a entrega do projeto: forma de apresentação das plantas-baixas, o número de cortes e elevações de fachadas que deveriam constar, escala, tipo do papel, tamanho das pranchas, dentre outras exigências. Entretanto, não consta nenhum esclarecimento daquilo que se estava entendendo por restauração.

Possivelmente, não se tratava das *restaurações inteligentes*, entendidas por Anníbal Fernandes, visto que ele relatou suas preocupações em relação ao concurso através do ofício 101, de 12 de março de 1930. Ele lembra que a

*(...) restauração pretendida pelos termos do mesmo edital, vem alterar sobremodo o caráter primitivo do aludido templo, o que viola a lei estadual nº. 1918, de 24 de agosto de 1928, que regula a defesa dos nossos monumentos artísticos e históricos, sob a proteção e vigilância desta inspetoria.*<sup>260</sup>

A solicitação de Anníbal era que o secretário interviesse junto ao então arcebispo no intuito de se respeitar a lei e, conseqüentemente, o *caráter primitivo do templo em apreço*. O que, de fato, aconteceu. Após o final do concurso, com a vitória do projeto de autoria de “Brandão e Magalhães”, este sofreu a apreciação de uma comissão para julgar a sua adequação em respeito às características *primitivas* do templo. O projeto foi por fim aprovado com algumas ressalvas, no entanto, ele

*(...) respeita em todos os seus detalhes a arquitetura da igreja. Conclui a sua fachada, construindo a torre que lhe falta, absolutamente igual a*

---

<sup>258</sup> BAZIN, 1956. p.136

<sup>259</sup> No Diário de Pernambuco, o edital do concurso foi encontrado nas seguintes datas: 01/03, 02/03, 11/03 e 29/03.

<sup>260</sup> FERNANDES, 1930. p.82.

***que hoje existe, desbasta toda a cantaria, que atualmente desaparece sob grossa camada de tinta e constrói as fachadas laterais, que certamente por espírito de economia com o tempo não foram feitas.***<sup>261</sup> [grifos nosso]

Vemos claramente nessa fala a presença das ideias de um dos principais teóricos da restauração, o arquiteto francês Viollet-le-Duc, que havia coordenado a restauração de diversos edifícios franceses como a Saint Chapelle, a Catedral de Notre Dame e a cidade fortificada de Carcassone. A larga obra teórica de Viollet-le-Duc começou a tomar corpo através de instruções técnicas, circulares e relatórios, que, devido à especificidade dos textos, ficaram restritos a um pequeno ciclo de profissionais. No entanto, suas ideias tiveram uma difusão maior, tanto na França quanto em outros países, a partir da publicação do *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française Du XI<sup>e</sup>. au XVI<sup>e</sup>. Siècle*, entre 1854 e 1868.

No *Dictionnaire* estão presentes as suas ideias, surgidas a partir da sua experiência prática em obras de restauração. Lá também está presente a sua famosa definição do que é restauração: *Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento*<sup>262</sup>. Ou seja, Viollet-le-Duc não se contentava apenas em reconstituir, hipoteticamente um estado original, ele buscava construir aquilo que teria sido executado se, quando o edifício foi feito, seus construtores detivessem todos os conhecimentos e experiências de sua própria época, o que seria, de certa forma, uma reformulação ideal do edifício existente.

Essa posição era diametralmente oposta à do inglês John Ruskin que, no livro *The Seven Lamps of Architecture*, publicado em 1849 na Inglaterra, criticou, de forma geral, as restaurações. Ele era o expoente de um movimento que pregava absoluto respeito pela matéria original, que levava em consideração a ação do tempo. Preceito que não estava presente nas ações de Viollet-le-Duc. Beatriz Kühl afirma que

*Algumas vezes [Viollet-le-Duc] alterou partes originais que considerava “defeituosas”, em vários exemplos não respeitou modificações posteriores, buscando pureza de estilo, e não se acanhava em fazer reconstituições de grande extensão.*<sup>263</sup>

---

<sup>261</sup> RESTAURAÇÃO..., 1930.

<sup>262</sup> VIOLLET-LE-DUC, 2006. p.29.

<sup>263</sup> KÜHL, 2006. p.19.

A sua forma de atuar foi considerada muito incisiva, e de certa forma invasiva, fazendo com que, por muito tempo, ele tenha sido considerado um vilão das obras de restauração. Em alguns casos, chegou-se a ponto de *desrestaurar* alguns dos edifícios nos quais Viollet-le-Duc atuou. Entretanto só mais recentemente que as suas atuações como teórico, arquiteto e restaurador passaram a ser reavaliadas no contexto em que foram produzidas, ou seja, num momento de valorização da arquitetura medieval e que se tentou, pela primeira vez, sistematizar a restauração de edifícios consideradas monumentos.

As intervenções na Madre Deus ocorreram majoritariamente na fachada e são facilmente perceptíveis quando comparamos a situação atual do templo com a imagem presente no relatório de 1929<sup>264</sup>. Além da nova torre construída seguindo o modelo da existente, na fachada principal podemos notar três pequenas alterações: a primeira delas foi a abertura, no frontão, de um nicho com a imagem de São Filipe Néri no lugar onde havia um óculo; as demais, ocorreram nos vãos das torres. Os existentes no segundo nível receberam um coroamento com frontões interrompidos, semelhantes aos das janelas do coro, já as aberturas do terceiro nível foram substituídas por óculos semelhantes àquele removido do frontão. Entretanto, essa descrição da intervenção na fachada principal não se repetiu nas fachadas laterais.

Praticamente reconstruída, hoje a fachada lateral da igreja não apresenta qualquer relação com a situação anterior. Os vãos existentes nas torres foram fechados e novos foram abertos repetindo-se o padrão de ornamentação encontrado na fachada principal. O corredor lateral do pavimento superior foi alteado e recebeu uma solução nova de ornamentação e distribuição dos vãos na fachada. As antigas janelas de vergas retas, com cercadura simples, sem qualquer ornamentação, deram lugar a uma composição de vãos enquadrados por pilastras adossadas, semelhante ao corpo central da fachada principal, no pavimento térreo, as janelas receberam o mesmo tratamento das janelas do coro, com frontões interrompidos, enquanto os vãos do pavimento superior receberam um tratamento completamente fantasioso, bem ao gosto do Neocolonial. Intercalados entre os vãos e os pilares ainda encontramos o mesmo tipo de óculo que existia no frontão.

Quando analisamos as situações antes e depois da igreja vemos claramente que no projeto estavam profundamente enraizadas as ideias de Viollet-le-Duc, ou seja, de *colocar o edifício num estado completo que pode não ter existido nunca*. Foram alteradas partes originais e feitas reconstituições de grande extensão, especialmente nas fachadas laterais, inclusive a fachada principal foi *concluída* com a construção da torre faltante. A intenção de

---

<sup>264</sup> Embora tenha passado por diversos serviços de conservação ao longo dos anos, após esse período a igreja não passou por nenhuma grande obra que tenha alterado suas características estilísticas, permitindo realizar tal comparação.

Anníbal com a *restauração inteligente* da Igreja da Madre Deus foi de reformular o edifício para uma situação ideal, não concluída no momento em que ele foi feito originalmente, tal qual Viollet-le-Duc acreditava.

Outro ponto importante a se levantar em relação a restauração da Madre Deus é que, além de ter sido a primeira *restauração* de fato que aconteceu em Pernambuco, e possivelmente no Brasil, ela levantou os olhos para a Igreja da Sé de Olinda. Foi nesse momento que se aprovou, no Senado Estadual, a pedido do arcebispo metropolitano, Dom Miguel Valverde, a liberação de verbas, pelo governo Estadual, para a realização de *obras de restauração* da catedral de Olinda<sup>265</sup>. As obras tiveram início no mesmo ano, e não foram encontrados registros de que a inspetoria de monumentos tenha se envolvido na questão. Desfeita a *abominação neogótica* inaugurada em 1919, foi dada a igreja uma feição considerada por muitos autores como neobarroca, no entanto, vemos agora que se tratou de uma outra restauração inspirada nas ideias de Viollet-le-Duc<sup>266</sup>.

### 2.3. O MUSEU HISTÓRICO E DE ARTE ANTIGA

Criado pelo mesmo Ato que, em 08 de Fevereiro de 1929, instituiu a Inspetoria de Monumentos, o *Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco*, mais comumente chamado pela imprensa de *Museu Pernambucano*, ou simplesmente *Museu do Estado*<sup>267</sup>, só foi aberto em 07 de Setembro de 1930, nos salões da cúpula do Palácio da Justiça, inaugurado no mesmo dia. No entanto, a formação da coleção do museu tem início quando ele sequer havia sido criado, em dezembro de 1928, quando alguns dos bens da rica e diversa coleção do Comendador Baltar foram adquiridos pelo governo do estado, antes que o *martelo do leiloeiro os dispersasse*<sup>268</sup>.

O Comendador José Ferreira Baltar foi um homem que teve *amor pela nossa tradição e pelo nosso passado*<sup>269</sup>, e isso fez com que ele coletasse, ao longo da vida, objetos que representassem diversos momentos da história pernambucana. A aquisição dos

---

<sup>265</sup> A CÂMARA..., 1929.

<sup>266</sup> Essa restauração já foi desfeita, uma vez que a Sé foi novamente restaurada entre 1974 e 1983, dando-lhe a, suposta, feição original, quinhentista, que na verdade não apresenta relação alguma com a, escassa, documentação existente.

<sup>267</sup> Nome pelo qual ficou mais conhecido e que permanece até hoje como denominação oficial.

<sup>268</sup> FERNANDES, 1930. p.23

<sup>269</sup> FERNANDES, 1929. p.24.

bens pelo governo do Estado se deu em dois momentos: primeiramente se comprou a coleção de pinturas do artista pernambucano Telles Júnior, e num segundo momento, já no leilão, o restante da coleção, que pode ser dividida em dois grande grupos: Etnografia Amazônica e Iconografia Pernambucana. O primeiro deles, consta de aproximadamente duzentos e cinquenta objetos produzidos por etnias da região amazônica; já o segundo, aproximadamente cento e oitenta imagens e documentos relativos a Pernambuco desde o período da Invasão Holandesa até o princípio do Século XX.

Pouco se sabe a respeito da formação da coleção do Comendador Baltar, e menos ainda no que se refere à parte de etnografia. Bastante diversa, essa coleção compreende cerâmicas, armas, instrumentos musicais, máscaras, cocares, tangas, brincos e outros objetos utilitários ou de adorno de diversas etnias amazônicas como os Karajás, Cachibés e Anurinús<sup>270</sup> além de cerâmicas marajoaras. O interesse, nesse momento, em se adquirir essas peças pelo governo do Estado para a constituição do seu museu histórico residem, possivelmente, no fato de querer deixar ali registrado um passado anterior ao da ocupação portuguesas em terras brasileiras. Naquele momento, as populações indígenas que viviam em Pernambuco, e até mesmo no Nordeste, eram, de certa forma, consideradas *aculturadas*, ou seja, que haviam perdido os seus elementos identitários em contato com o colonizador. As etnias amazônicas, pelo próprio isolamento da região eram consideradas *mais puras* nesse sentido, sendo preferível, naquele momento, serem usadas como referência.

A outra parte da coleção adquirida, chamada por nós de Iconografia Pernambucana, ainda pode ser subdividida em três grupos, são eles: Ocupação Holandesa; o Recife no Século XIX; e, por último, Pinturas de Telles Júnior. Nesse primeiro grupo, que trata da invasão holandesa no século XVII, estão presentes imagens e documentos relativos a esse período da história do Brasil. O interesse dos neerlandeses em registrar o lugar, através de desenhos, mapas, gravuras e pinturas, fez com que o Nordeste se tornasse uma das regiões mais bem documentadas durante todo o período colonial. Em Pernambuco, esse período prolongou-se de 1630 a 28 de janeiro de 1654, data da rendição e entrega do Recife às forças luso-brasileiras. As marcas desse período ficaram impregnadas no Nordeste, especialmente em Pernambuco, lugar de maior concentração dos vestígios materiais do evento, visto que o lugar, de simples porto de Olinda, foi alçado à categoria de sede dos domínios holandeses.

A coleção Baltar conta com uma quantidade significativa de gravuras desse momento, das quais se pode destacar *Marin d'Olinda de Pernambvco*, de 1635, e *T' Recif*

---

<sup>270</sup> Estas informações estão presentes no Inventário da coleção do Museu do Estado feito nos anos 1950 e encontrado no Arquivo Noronha Santos, no Rio de Janeiro.

de *Pernambuco*, de 1633, que são, possivelmente, os primeiros registros iconográficos das duas cidades. Estas gravuras, de autoria não identificada, ilustram as memórias da viagem do historiador Johannes de Laet, realizada em 1630, e mostram, em ambos os casos, construções significativas e que ainda hoje estão presentes na paisagem das duas cidades.

Ainda merecem destaque dois exemplares originais de livros publicados durante o período, um de Gaspar Barleus, de 1647, e outro de Franciscus Plante, do mesmo ano. No livro de Barleus, *Rervm per octennivm in Brasilia et alibi nuper gestarvm*<sup>271</sup>, estão registrados os feitos realizados pelo governo de Maurício de Nassau. O livro é ricamente ilustrado por cinquenta e seis gravuras, das quais vinte e quatro são mapas e plantas de sítios e fortificações, e as restantes são cenas da frota holandesa, combates navais, paisagens e vistas marinhas. Ao todo, vinte e sete delas levam a assinatura de Frans Post. Já o livro de Plante, *Mauritias*, possui quatro mapas dobráveis<sup>272</sup>, além de algumas gravuras que também estão publicadas no livro de Barleus.

Passada a fase holandesa, encontramos, em quase todo o Brasil, um grande vazio ao longo do século XVIII no que diz respeito ao registro da paisagem, situação que muda no século XIX graças à circulação de fotógrafos, desenhistas, pintores, gravadores, em suma, de documentaristas ambulantes, pessoas que viajavam em busca do exotismo de um mundo, até então, pouco conhecido. Alguns desses estrangeiros se fixaram no Recife, quando foram instalados estúdios fotográficos e uma oficina litográfica, dos quais surgiu uma farta documentação sobre Pernambuco.

Na coleção formada pelo Comendador, é enorme a sequência de vistas enfocando a paisagem do Recife e os seus arredores, formada por gravuras, pinturas e fotografias que, em diferentes épocas, documentaram estes cenários. Além de álbuns fotográficos encadernados ainda no século XIX, merecem destaque os dois álbuns de gravuras produzidos pelo litógrafo alemão F. H. Carls, são eles: *Memória de Pernambuco (Álbum para os amigos das artes)*, datado de 1863, no qual estão presentes trinta e três vistas desenhadas por Louis Schlappriz, e *Álbum de Pernambuco e seus arrabaldes*, de 1878, que reúne cinquenta e oito imagens desenhadas por Louis Krauss a partir de fotografias de João Ferreira Vilela e Alfredo Ducasble. Em ambos estão presentes vistas que, sejam elas tomadas do natural ou feitas a partir de fotografias, são ricas fontes para se estudar o Recife desse período juntamente com os seus arredores. Segundo José Antônio Gonçalves de Mello<sup>273</sup>, foi Carls quem *vulgarizou*<sup>274</sup> no Brasil e no exterior a fisionomia urbana do Recife,

---

<sup>271</sup> *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes*, em português.

<sup>272</sup> São eles: *Ceará, Pernambuco, Paraíba e Pernambuco Boreal*.

<sup>273</sup> MELLO, 1971.

<sup>274</sup> Entendendo aqui *vulgarização* no sentido de tornar conhecido, divulgar, propagar.

através da litografia, cenas da cidade, dos seus arrabaldes, dos seus edifícios públicos e particulares. Mello ainda destacou que estas gravuras

*(...) nos dão testemunhos insubstituíveis da fisionomia urbana nos seus aspectos mais típicos: a cidade que parece nascer das águas, as pontes, os sobrados altos, os arrabaldes com seus sítios, alguns edifícios que se transformaram em símbolos do Recife.*<sup>275</sup>

Esse vasto conjunto, composto por fotografias, gravuras, aquarelas, pinturas e mapas, documentam um Recife do século XIX, revelando aspectos desaparecidos da paisagem urbana e que hoje nos permitem fazer uma reconstituição de lugares característicos não mais existentes na cidade. Aliada a essa rica iconografia do Recife no século XIX está o grupo de pinturas do artista Jerônimo José Telles.

É nesta coleção que está presente o maior conjunto de obras do pintor, dezesseis no total<sup>276</sup>. Pernambucano, Telles Júnior foi um pintor de paisagens, e sua formação incluiu aulas com dois pintores importantes para o Brasil durante o século XIX: Edoardo de Martino e Agostinho José da Motta. O primeiro deles manteve contato com a Escola de Posillipo, grupo de artistas italianos caracterizados por uma grande preocupação com a luz na pintura. Pintavam a paisagem ao ar livre, ou então, lá faziam o primeiro esboço para depois finalizá-lo no atelier. Já Agostinho da Motta, professor do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, foi um dos pintores que mais buscou retratar o caráter exótico da fauna e da flora brasileiras e é considerado como um dos precursores, no Brasil, da pintura ao ar livre. Suas paisagens são acentuadamente realistas, marcadas por uma precisão topográfica e pelo registro praticamente exato das dimensões dos cenários.

Quando se observa a obra de Telles Júnior, ficam claras as influências dos seus professores e, ainda, da Escola de Barbizon, grupo oitocentista francês que trouxe a ideia de apresentar a natureza sem idealizações nem sentimentalismos. A pintura de Telles Júnior é uma pintura realista, com uma forte fatura gestual, elementos estes, considerados por muitos autores como já anunciadores do Impressionismo que viria a seguir. Joaquim Cardozo afirma que

---

<sup>275</sup> MELLO, 1971.

<sup>276</sup> São elas: *Golpe de vento, Entrada da barra do Recife, Tronco caído, Cheia dos Remédios, O dia, Cabo de Santo Agostinho, Cheia da Madalena, O Araguaya no lamarão, Poço fundeadouro, Dendezeiro, Caminho da Mata, Trecho de Beberibe, Trecho dos Remédios, Cidade do Recife em 1866, Trecho de Caruaru, e Trecho da Torre.*

*A obra de Teles Júnior é a mais verdadeira, a mais harmoniosamente sentida paisagem regional brasileira. E sob a expressão de regional encarando os diversos aspectos que esta pode apresentar de flora propriamente nativa e transplantada*<sup>277</sup>.

Uma característica que foi bastante ressaltada em suas pinturas, e em especial nesta coleção, é o seu grande valor documental, de registro da paisagem pernambucana do período. Obras como *Cheia dos Remédios* ou *Cidade do Recife em 1866* são retratos fiéis da paisagem recifense em determinados momentos da sua história. Gilberto Freyre<sup>278</sup> ainda destacou que Telles Júnior

*(...) nos documentou admiravelmente toda uma etapa de vida e de paisagem: o Pernambuco dos engenhos que o das fábricas e usinas vai rapidamente empurrando para o passado, na ânsia de mais à vontade fumar os charutos de suas chaminés vitoriosas.*<sup>279</sup>

Nos textos críticos que tratam da obra de Telles Júnior, o caráter documental sempre foi mais destacado em relação ao seu valor artístico. Anníbal Fernandes, no artigo que comenta a aquisição da coleção pelo governo do Estado, destaca:

*Sentem-se em certos quadros seus a fisionomia mesmo da terra. Ele tinha, nos momentos felizes, o verdadeiro sentimento da beleza da natureza. No meio de sua produção havia é claro obras de puro efeito cenográfico. Dessa coleção mesmo, antontem adquirida, **há quadros que têm um valor mais de documentos [grifo nosso]**. As cenas do embarque de passageiros no lamarão são interessantes sobretudo como ilustrações da época. Mas ao lado desses quadros, feitos evidentemente de encomenda, há os outros, aqueles que ele fazia espontaneamente, desinteressadamente, escolhendo os sítios, a hora, os efeitos de luz sobre o céu e as árvores que ele mais amava.*<sup>280</sup>

---

<sup>277</sup> CARDOZO, 1926.

<sup>278</sup> Em sua coluna, no Diário de Pernambuco, Gilberto Freyre comenta a visita que fez à casa do colecionador, destacando que esta se trata de um verdadeiro museu.

<sup>279</sup> FREYRE, 1924e.

<sup>280</sup> FERNANDES, 1930. p.27.



**Golpe de Vento**  
*Jerônimo José Telles Júnior, 1902*  
Acervo do Museu do Estado de Pernambuco

A partir da observação do grupo iconográfico da coleção Baltar, fica claro que os objetos coletados ao longo da vida pelo Comendador constroem uma paisagem pernambucana, em especial recifense. Essa coleção mostra aspectos primitivos da região, desde os primórdios da ocupação holandesa até princípios do século XX, representando inclusive acontecimentos que marcaram o imaginário da população, como as cheias. Fernandes, destacando a iniciativa de Baltar, se pergunta

*Não fossem a sua paciência, a sua perseverança e a sua paixão pela história de Pernambuco, que nos restava hoje, a nós, desses aspectos do Recife que se foram alterando, algumas vezes pela evolução natural das coisas, outras, porém, pela estupidez e pela maldade dos homens?*<sup>281</sup>

---

<sup>281</sup> FERNANDES, 1930. p.28.

Outra coleção conhecida no Recife e que vai ser uma importante contribuição na constituição do Museu do Estado foi a coleção pertencente ao Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco. Formado a partir da *Sociedade de Artistas Mecânicos* de 1836, o Liceu foi uma das mais importantes instituições de ensino no Recife, durante o Século XIX, ministrando aulas de geometria, desenho, música, pintura, marcenaria e arquitetura, além de conhecimentos básicos como aritmética e alfabetização.

Em 1843, a direção da instituição foi confiada a Francisco Manoel Béranger, filho do francês Julian Antoine Fortunat Béranger, que havia chegado ao Brasil em 1816, se estabelecendo no Recife como marceneiro. Béranger desenvolveu um estilo muito próprio de entalhar móveis usando como referência elementos da flora brasileira, esse mobiliário produzido por Beránger também foi chamado de *Estilo Pernambucano*, e foi muito popular no Nordeste do Brasil durante a segunda metade do século XIX<sup>282</sup>. Além de Béranger, a instituição teve outros importantes diretores como o historiador Pereira da Costa.

Não foi possível identificar onde o Liceu funcionou até 1871, data do início da construção do seu edifício, concluído em 1880. Projetado pelo engenheiro Tibúrcio de Magalhães, responsável pela reconstrução do Teatro Santa Isabel, o Liceu recebeu exposições de destacados artistas brasileiros do século XIX, como Pedro Américo, Vitor Meirelles e Antônio Parreiras. Lá também foi inaugurada uma Galeria de Pintura, em 1887, contendo obras de Telles Júnior, Edoardo de Martino e outros artistas, além de cópias de mestres europeus como Rafael, Ticiano e Velásquez, dando origem ao que foi chamado de *Museu Artístico*. Laura Bezerra, antiga funcionária do Museu do Estado de Pernambuco, afirma, sem indicar as suas referências, que entre os objetos que constituíam a coleção de arte desse museu ainda mereciam destaque

*a bela coleção de móveis antigos de Jacarandá, e ainda esculturas em mármore, madeira e gesso, alguns bronzes, porcelanas da China e do Japão e vários outros objetos de fabricação europeia, de porcelana, cristal, e terracota.*<sup>283</sup>

---

<sup>282</sup> O estilo Beranger conjuga influências do Império e do Neo-rococó francês com o Biedermeier alemão. Seus móveis, bastante criativos, são fruto da grande habilidade e capacidade de reinterpretação dos estilos europeus pelos Beranger. Seus móveis apresentam um caráter regional, inspirados na flora e fauna do Brasil. Utiliza como decoração frutos em pencas ou isolados e outros elementos fitomorfos, com altos entalhes, adquirindo assim características próprias. (CARVALHO, 2002, p.141-142)

<sup>283</sup> BEZERRA, Laura Josefa. Ligeiros apontamentos para o levantamento histórico do “Liceu de Artes e Ofícios”. Documento encontrado no Arquivo do Departamento de Museologia do Museu do Estado de Pernambuco.

É parte dessa coleção que é transferida para o governo do Estado, a pedido de Anníbal Fernandes, em 04 de Janeiro de 1930, para constituir o Museu do Estado. No entanto, os entendimentos para essa transferência tiveram início ainda em 1929, como nos informa o Ofício N°. 89, datado de 26 de dezembro daquele ano. O Conselho Diretor do Liceu já havia autorizado a entrega dos objetos pertencentes ao Liceu para o Museu do Estado em uma reunião realizada em fevereiro de 1929. Também ficou acordado que esses objetos ocupariam uma sala especial denominada “Sala Liceu de Artes e Ofícios” e que, caso o Museu fosse extinto, o acervo seria devolvido ao seu antigo proprietário.

A documentação do período nos dá a entender que Anníbal Fernandes teve livre arbítrio para escolher os bens do Museu Artístico do Liceu que interessariam ao museu da inspetoria. No Ofício N°. 88, datado de 16 de dezembro de 1929, ele informa ao Diretor do Liceu quais peças deveriam ser entregues a Braz Ribeiro:

*Da Sala de Espera – Os três grandes retratos de D. Pedro 1.º e das Princesas. Do Museu – 1 sofá grande, 2 palanquins, 2 cômodas, 2 mesas pequenas, 1 mesa de pés bolachões, 6 jarros, 2 potiches, 1 candeeiro, 1 bacia, 1 fechadura de baú, 2 bandeiras velhas, 1 candeia, 1 pote, 1 castiçal de vidro, 4 jarros de metal, 1 potiche grande e 20 pratos.*

*Do Salão Pedro 2.º - 11 cadeiras de espaldar alto, 9 cadeiras de couro, 1 mostruário de joias antigas, 6 pentes, 1 moringa e 1 quadro alegórico.*

*Na Capela – 2 cadeiras de braço e 2 mesinhas.<sup>284</sup>*

O acervo transferido, na realidade, foi maior do que as oitenta e cinco peças listadas acima<sup>285</sup>, no entanto, esse documento nos confirma que, de fato, existia um museu, com essa denominação, funcionando nas dependências do Liceu e que esse foi desmantelado em benefício do recém criado Museu do Estado<sup>286</sup>. Também é possível ver que o inspetor de monumentos teve a sua disposição não somente os

---

<sup>284</sup> FERNANDES, 1930, p.81.

<sup>285</sup> No Inventário do acervo do museu encontrado no Arquivo Noronha Santos, a Coleção Liceu é composta por 112 objetos, já no Catálogo do Museu, consta que a mesma coleção é composta por 127 peças. Não se buscou conferir, na realidade, o número de objetos que compõem a coleção, uma vez que, na presente análise, importa mais saber que tipos de objetos são esses e como eles constroem um discurso do que a quantidade exata deles.

<sup>286</sup> Nesse momento, o Liceu de Artes e Ofícios vivia uma crise institucional que acabou culminando com o encerramento das suas atividades em 1950.

bem pertencentes ao Museu Artístico do Liceu, mas também ao mobiliário e demais objetos decorativos encontrados nos salões nobres e de uso comum da Instituição.

Embora pequeno, o grupo de pinturas, além da paisagem de Edoardo de Martino e os retratos do Imperador Dom Pedro I e das imperatrizes Leopoldina e Thereza Cristina, ainda possui duas paisagens de Telles Júnior, que ampliou a quantidade de obras do artista na coleção do museu. No entanto, um dos conjuntos mais importantes da coleção do Liceu diz respeito ao mobiliário. Além do palanquim dourado com pinturas sacras, datado do final do século XVIII, que havia pertencido a igreja do Corpo Santo, merece destaque o grande número de peças no estilo D. João V, do século XVIII. Esse tipo de mobiliário, executado, em sua maioria, em jacarandá, foi chamado também de mobiliário luso-brasileiro, e trata-se de uma pequena variação do mobiliário português do período, onde se percebem influências do *Rocaille* francês, do Barroco italiano e do churrigueresco espanhol<sup>287</sup>.

Complementando esse grupo de artes decorativas estão os cristais europeus e as porcelanas, em sua maioria, orientais. Surgida na China entre os séculos VII e X, a porcelana se populariza na Europa no fim da Idade Média, já no Brasil, segundo Roque de Brito Alves<sup>288</sup>, são encontrados indícios de sua presença no século XVI, aumentando consideravelmente a partir do século XVIII. A corte e a família real portuguesa chegadas ao Brasil, aliadas às facilidades de importação, contribuem para a rápida popularização das *louças das Índias* no cotidiano das famílias burguesas. Por esse caminho, proliferam-se no Brasil os pratos brasonados, os bengaleiros, as escarradeiras, os jarrões e diversos outros itens de alfaia.

Além de peças de cristal, a coleção do Liceu era composta por jarros alemães, pratos portugueses e bacias de louça inglesa, além de muitas outras peças de porcelana do Século XIX, japonesas e chinesas, algumas inclusive no estilo Imari Chinês<sup>289</sup>. A coleção de arte pertencente ao Liceu<sup>290</sup>, transferida para o recém-criado Museu do Estado, em muito se assemelha com a decoração das residências urbanas recifenses no século XIX e princípio do XX, reflexos de um gosto pelo luxo e pela

---

<sup>287</sup> CARVALHO, 2002, p.138-139

<sup>288</sup> ALVES apud MUSEU, 2003, p.129.

<sup>289</sup> A partir de 1645, as guerras internas na China provocaram a interrupção do comércio com o Ocidente. Impossibilitada de adquirir a porcelana chinesa, a Companhia das Índias Orientais dirigiu seus interesses para o Japão, passando a abastecer os mercados holandês e europeu com a porcelana japonesa. Quando, no final do século XVII, a produção foi retomada na China, as peças Imari Japonesas, com sua decoração opulenta e colorido exuberante, faziam grande sucesso na Europa e os fabricantes chineses passaram, então, a imitá-las. O Imari chinês apresentou um evolução própria, constituindo um importante grupo dentro da porcelana chinesa de exportação. (MUSEU, 2003, p.138)

<sup>290</sup> Ainda compõem a coleção duas bandeiras, e cerca de vinte e cinco objetos de adorno, como pentes, brincos e outras joias.

ostentação almejados pela burguesia daquele período, que tentava reproduzir, no Brasil, formas de viver das residências europeias. Carlos Lemos afirma que

*(...) toda casa, como já insinuamos, alterou-se em seu equipamento, passando a mostrar uma profusão de objetos decorativos. Ganhou vasos de flores (antes, só imaginados nos oratórios ou nas igrejas e cemitérios) caixinhas de música, relógios de mesa ou parede, espelhos de cristal na sala nobre, bibelôs de variadas origens, escarradeiras de porcelana, cadeiras de palhinha (as primeiras de Thonet) tapetes do oriente – enfim, conheceu uma ornamentação vitoriana às custas de estilos franceses a partir do neoclássico de Napoleão.<sup>291</sup>*

Essas mudanças tiveram início com a abertura dos portos e a chegada da corte ao Brasil, que trazendo consigo móveis, utensílios domésticos e objetos decorativos, transformou a austeridade dos interiores residenciais até então vigentes. O tradicional despojamento e utilitarismo dos interiores das casas brasileiras foi sendo, aos poucos, substituído por um novo padrão estético, que admitia a presença de um número maior de objetos, em muitos casos de função apenas decorativa.

Por mais paradoxal que seja, uma vez que a arquitetura que se buscava preservar era, em sua maioria, anterior ao século XIX, no que diz respeito aos bens móveis artísticos esse século é o mais privilegiado, a tipologia de objetos que compõem a coleção do Liceu é exatamente aquela mesma que Anníbal Fernandes e Gilberto Freyre, em seus artigos no começo da década de 1920, relatavam que estava desaparecendo do interior das residências da aristocracia pernambucana. Com a transferência de coleção, uma parte desse patrimônio, agora teria sua permanência no estado garantida.

Diversas outras instituições colaboraram com a formação do núcleo inicial da coleção do Museu do Estado. Do Tribunal do Júri e do Tribunal da Relação vieram pinturas representando a Justiça; do Tesouro do Estado, o retrato de do Marechal Deodoro; do Almoxtarifado Geral do Estado, o fragmento de cantaria com as Armas da República do antigo Palácio do Governo; este, por sua vez, doou ao museu pinturas e mobiliário; que também foi doado pelo Senado Estadual; da Biblioteca Pública foram transferidas obras raras e gravuras; do Ginásio Pernambucano,

---

<sup>291</sup> LEMOS, 1989, p.46.

medalhas e moedas; e da Casa Detenção, um canhão que pertenceu ao forte de Fernando de Noronha e o Crucifixo da Cadeia Velha do Recife.

Além das transferências de instituições públicas, foram levados muitos ex-votos de igrejas do Recife e seus arredores. Constituem-se ex-votos os objetos materiais, entregues nas igrejas ou capelas, que expressam a gratidão do indivíduo pela graça ou favor conseguido através de uma promessa a algum santo. Foram transferidos ex-votos cênicos das igrejas do Monte, em Olinda, dos Martírios, no Recife, e dos Prazeres, em Jaboatão, além de várias cabeças de madeira do Santuário de São Severino do Ramos<sup>292</sup>, em Paudalho, na zona da mata.

Todas essas transferências foram, possivelmente, intermediadas pelo governador Estácio Coimbra, que participava, com entusiasmo da formação da coleção do museu, chegando ele próprio a participar do Leilão do colecionador Julius Van Sohsten e adquirir *objetos que julgou preciosos e que não deveriam sair de Pernambuco*<sup>293</sup>. Nesse momento foram adquiridas duas pinturas: uma representando o Imperador Dom Pedro II e outra a Imperatriz Tereza Cristina, além de um canhão holandês datado de 1641. Essas peças estão descritas num artigo assinado por Antônio Ricardo<sup>294</sup> e publicado n`A *Província*.

*Os retratos do palacete Von Sohsten, que o governador Estácio Coimbra mandou adquirir, são inteiramente diferentes. É um Pedro II solene e grave, através de sua bela barba. E d. Maria Christina parece uma figura de alguma ópera italiana. São muito interessantes esses retratos, como documento.*<sup>295</sup>

Também colaboraram com a formação do acervo do museu as pessoas diretamente relacionadas ao governo ou envolvidas no funcionamento da instituição. A direção d`A *Província* doou um desenho de Manoel Bandeira representando a chegada do Graf Zeppelin ao Recife. O próprio Gilberto Freyre doou cartas do século XIX e objetos pertencentes a uma igreja em ruínas de Igarassu<sup>296</sup>. O intendente Braz Ribeiro,

---

<sup>292</sup> Sua origem está na Capela de São Severino, pertencente ao Engenho Ramos, desativado na década de 1920. Datam de meados do século XIX, os primeiros relatos de milagre atribuídos a São Severino e o Santuário, ainda hoje, é um dos maiores centros de romaria de Pernambuco.

<sup>293</sup> INSTITUTO..., 1930d.

<sup>294</sup> Segundo Luís do Nascimento, esse pseudônimo foi adotado tanto por Anníbal Fernandes Quanto por Gilberto Freyre. (NASCIMENTO, 1965)

<sup>295</sup> RICARDO, 1930b.

<sup>296</sup> Não foi possível identificar de qual das igrejas arruinadas, Rosário ou Misericórdia, os objetos pertenceriam.

dentre outros objetos, doou uma bacia de louça inglesa com as armas do Império do Brasil e um areeiro que pertenceu ao Conde da Boa Vista, além de cédulas do período imperial. O Inspetor de Monumentos doou uma fotografia da Casa Grande do Engenho Megahype, juntamente com diversas medalhas. Até mesmo Francisco Borges Castelo Branco, que assumia a direção da inspetoria quando Anníbal precisa se ausentar em função dos trabalhos legislativos, doou diversas moedas.

Cédulas e moedas, estrangeiras ou do período colonial, correspondiam ao grosso das doações recebidas pelo museu. A única iniciativa de compra desse tipo de acervo foi a da coleção pertencente a Alfredo Couceiro, cerca cinco mil moedas e medalhas oriundas de diversos países. Em relação a essa negociação, que aconteceu às vésperas da Revolução de 1930, foram encontrados documentos do período que sugerem a sua aquisição, no entanto, esse acervo não chegou a ser incorporado ao museu. Possivelmente, com as mudanças políticas ocorridas a partir de outubro de 1930 essa questão acabou sendo deixada de lado.

Paralelo a essas doações das pessoas diretamente envolvidas com o poder político do momento, o museu estava também recebendo muitas doações da sociedade. Na maioria dos casos, elas estavam relacionadas aos objetos ligados à memória de familiares que tiveram certa importância no passado, como, por exemplo, o primeiro conselheiro do Ginásio Pernambucano, Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, que teve um retrato seu doado ao museu por seu sobrinho, Oswaldo Machado, ou as medalhas oferecidas a José Braz da Conceição e Silva, farmacêutico e proprietário da “Pharmácia Normal”,

*(...) conquistadas há 40 anos por esse saudoso farmacêutico na Exposição Universal de 1889 de Paris, distinguindo produtos pernambucanos de sua autoria, certo de que assim evito que desapareça totalmente o que resta da operosidade inteligente desse ilustre e honrado comerciante pernambucano<sup>297</sup>.*

Essas doações podem ser interpretadas como a forma de a sociedade mostrar a importância que suas famílias tiveram no passado, exaltando a memória dessas figuras. Foi nesse momento que foram também doados ao museu desde retratos de viscondes a peças de porcelana de barões. Além disso, muitos desses objetos doados estavam relacionados com figuras ilustres do passado, como as peças do

---

<sup>297</sup> Trecho da carta que oferece as medalhas ao museu (O FUTURO..., 1929.).

dossel que foi armado em Igarassu na ocasião da visita do Imperador Dom Pedro II e até mesmo uma folha retirada de uma das coroas mortuárias vindas dos Estados Unidos acompanhando o corpo de Joaquim Nabuco. A *Província*, naturalmente, noticiava todas essas doações, quase que diariamente, à medida que a inauguração do museu se aproximava.

*Muitas tem sido as pessoas que espontaneamente sobem à cúpula do Palácio da Justiça para lá deixar a sua contribuição sincera. O noticiário desta folha tem registrado continuamente os nomes e os donativos. E todos sentem a necessidade de prestigiar uma obra que é pernambucana por excelência, que se destina a zelar pelas tradições pernambucanas, dantes tão pouco cuidadas.*<sup>298</sup>

Fica clara a tentativa de alguns sujeitos de se fazerem representar no museu através dessas atitudes. Mas não somente figuras ilustres foram representadas nessas doações, o leque de peças doadas era bastante vasto e ainda incluíam desde uma espada usada na guerra do Paraguai, até mesmo esculturas de santos católicos e os paramentos da Capela do Engenho Megahype, além de um medalhão de bronze com a figura de Estácio Coimbra, doado pela Escola Industrial Masculina<sup>299</sup>.

Agregando a esse vasto acervo, ainda merece destaque a compra de um Frans Post em agosto de 1929. Estevão Pinto, num artigo de jornal<sup>300</sup>, alertou para a ameaça do quadro de Post, pertencente a Sylvio Cravo, sair do estado, uma vez que o colecionador havia demonstrado interesse em vender a pintura. A obra, representando a vila de Ipojuca em 1640, era considerada, naquele momento, uma das únicas três existentes no Brasil pintadas por Post<sup>301</sup>, que, juntamente com Albert Eckhout, é considerado o artista mais importante da comitiva que acompanhou Maurício de Nassau no período de dominação holandesa na região.

O Inspetor de monumentos, cargo no momento ocupado por Castelo Branco, logo notificou o proprietário da obra, informando-o acerca do imposto previsto para importação de objetos históricos e artísticos do estado. O Artigo 15º do estatuto da Inspetoria de Monumentos previa um imposto de 300% aplicado sobre o valor

---

<sup>298</sup> O MUSEU..., 1930c.

<sup>299</sup> Tratava-se do *primeiro trabalho feito na primeira Escola Profissional, criada e mantida pelo Governo do Estado*. (Ofício 141, de 27 de agosto de 1930).

<sup>300</sup> PINTO, 1929.

<sup>301</sup> As outras duas pertenciam a Escola Nacional de Belas Artes.

estimado da obra, e a venda do quadro, *que se achava quase ultimada com um dos institutos oficiais do sul do país*<sup>302</sup>, foi suspensa, uma vez que Sylvio Cravo preferiu vender a obra ao governo de Pernambuco, pedindo uma quantia de 40 contos de réis.

Reunido esse acervo, a exposição do museu ocupou uma área no andar térreo<sup>303</sup> e os salões da cúpula do Palácio da Justiça, e foi inaugurada no dia sete de setembro de 1930, juntamente com o próprio Palácio. Foi um momento em que muitos elogios apareceram na imprensa, Limeyra Tejo defendeu que

*O Museu Pernambucano, anunciando para inaugurar-se no próximo domingo, não significa apenas um grande empreendimento do atual governo do Estado. É mais do que isso. É uma reabilitação. Porque dificilmente se compreendia que em um Estado, onde foram vividos momentos culminantes da História do País, que possui a glória de haver orientado várias correntes intelectuais, artísticas e filosóficas e que é detentor de uma inestimável documentação pictorial da sua vida desde os tempos coloniais, que abriga nas suas igrejas velhas verdadeiros monumentos de tradição artística, só dificilmente se compreendia que essa indiferença de até hoje não representasse uma falta de visão patriótica.*<sup>304</sup>

Nehemias Gueiros, que foi convidado a visitar a exposição antes da inauguração afirmou que *sente-se ali a cor local, o ambiente autêntico de regionalismo tão precisamente integrado ao nome da instituição*<sup>305</sup>. Enquanto o jornalista Renato Vieira de Melo, também presente nessa visita, relatou que

*Correndo a vista sobre aquelas respeitáveis velharias – pesadas cômodas de ar eclesiástico, vistas do Recife antigo a transpirar a suave monotonia do burgo colonial, palanquins que sugerem longos passeios de sinhazinhas dengosas – senti-me deslocando no tempo e por instantes tive a ilusão de viver um pouco daquela vida, cujas últimas ressonâncias tinha diante de mim.*

---

<sup>302</sup> FERNANDES, 1930. p.10.

<sup>303</sup> No andar térreo ficaram os canhões, um peça de cantaria com as armas da cidade e os quadros comemorativos das Batalha das Tabocas, doados pela Prefeitura de Olinda, possivelmente por se tratarem de peças de grandes dimensões e que seriam de difícil transporte para as cúpulas do Palácio.

<sup>304</sup> TEJO, 1930.

<sup>305</sup> GUEIROS, 1930.

*As vistas do Recife, tanto as litografias como dois álbuns de gravura que descobri por acaso, impressionaram-me esplendidamente. Sobretudo certos aspectos do bairro do Recife, onde se tem feito sentir com maior intensidade a investida do cimento armado. Lirismo a menos, tive vontade de ser velho.*<sup>306</sup>

A exposição montada deixa claro que o museu não era somente de História e Arte Antiga, como a princípio se havia pensado, o discurso havia mudado. Dividida em dois salões, o primeiro núcleo, que ocupou o salão inferior da cúpula do Palácio da Justiça, foi chamado de Secção de História e Arte Antiga. A notícia publicada n'A *Província* no próprio dia sete de setembro mostra claramente que nesse espaço

*figuram numerosa coleção de gravuras holandesas, do século XVII, pela qual poderemos acompanhar a evolução do Recife desde quando era uma simples praia de pescadores; variadíssima coleção de litografias do Recife de metade do século passado; grandes retratos a óleo do imperador Pedro I e de d. Leopoldina; do Imperador Pedro II e de d. Thereza Cristina; pequenos retratos a óleo do pintor Blard de d. Pedro II e de d. Thereza Cristina; litografias de vultos do 2º. Império; retratos a óleo do marechal Deodoro, do conselheiro Correia de Araújo, do Visconde da Silva Loyo; palanquins do século XVIII; coleções de armas, espadas, cartas, livros holandeses do século XVII; a mesa onde funcionava a Assembleia Provincial; a Bandeira Portuguesa hasteada no Recife no governo do general Luiz do Rego Barreto; a bandeira brasileira hasteada na municipalidade de Igarassu, por ocasião da visita do Imperador àquela cidade; peças do painel, armado em Igarassu, durante a permanência ali do Imperador; a bandeira oferecida em 1850 ao 2º. Batalhão da Guarda Nacional de Pernambuco; nichos de igreja, santos, peças de antigos paramentos e na série de pequenos objetos, ligados a vultos e a factos históricos de Pernambuco.*<sup>307</sup>

A concepção do primeiro módulo da exposição era muito vinculada a exaltação de figuras ilustres e do culto a saudade. Os objetos do museu eram mostrados como relíquias autênticas, diretamente vinculadas ao culto de personalidades de destaque, como a Folha

---

<sup>306</sup> MELO, 1930f.

<sup>307</sup> O PALÁCIO..., 1930a.

que fez parte de uma das coroas mortuárias de Joaquim Nabuco, ou aos acontecimentos do passado que deveriam ser lembrados e cultuados, como, por exemplo, a pintura *A Vila de Ipojuca em 1640*, de Frans Post. Esse quadro, assim como as outras obras datadas do período da ocupação holandesa, estavam ali mais como uma memória do período Holandês do que, de fato, como objetos de arte. Esses objetos estavam inseridos numa narrativa que procurava mostrar o passado da região, nesse caso o domínio flamengo.

Os objetos eram reunidos e agrupados, num contexto que contextualizava a história, tentando fazer com que o visitante pudesse vivenciar aqueles momentos, além de *ser educado no gosto*. É possível, nesse momento, traçar um paralelo com a análise feita por Myrian Sepúlveda, ao estudar o perfil adotado pelo Museu Histórico Nacional na sua primeira exposição, de 1922:

*A perspectiva de cultivar e manter viva a tradição mantinha-se fiel a uma concepção de tempo descontínua e a uma metodologia que tinha ainda como pressuposto básico a memória, ignorando as tendências de uma historiografia mais atual, já presente no Brasil daquela época (...)*<sup>308</sup>

O passado exaltado pelo museu, assim como na seleção dos monumentos, era um passado elitista, representando apenas o grupo dominante e livre de qualquer conflitos sociais intensos. Sabe-se, naturalmente, que nenhum museu pode incluir tudo, mas a exclusão de algumas abordagens pode indiciar uma *amnésia* intencional. O que se estava cultuando com aqueles objetos não mais existia. Anníbal Fernandes, na Seção de História e Arte Antiga, apoiou o seu discurso em alguns símbolos de um passado da região, baseando a exposição na, suposta, capacidade que esses objetos, apoiados na memória, teriam de evocar esse passado, que foi considerado como o grande definidor da identidade regional. O fausto produzido monocultura açucareira foi recontado tanto através das belas paisagens retratando engenhos e canaviais, quanto do mobiliário e das porcelanas orientais, usadas para adornar as residências dos senhores de engenhos. As questões de outra natureza, de certa forma, foram esquecidas.

Podemos classificar esse núcleo da exposição dentro do conceito de *museu-memória*, trabalhado por Myrian Sepúlveda, uma vez que a história era mostrada como uma sequência, remetendo a uma realidade muito maior do que a apresentada, da qual aqueles objetos seriam apenas fragmentos. O simbolismo vinculado às peças remete não a elas

---

<sup>308</sup> SANTOS, 2006. p.36

próprias, mas a uma questão muito maior, da qual os objetos eram apenas uma parte, representando um todo, assim como na seleção de monumentos, uma metonímia.

Um grande diferencial dessa primeira exposição, no entanto, era o que estava mostrado no pavimento superior da cúpula, ocupado pela Secção de Etnografia, onde estavam expostos

*armas, adornos e apetrechos de índios da Amazônia; ex-votos pintados e em madeira de diversas épocas e de diversas igrejas de Olinda, Recife e outros Municípios; Escultura em barro de tipos do interior, objetos de uso caseiro, pequenas indústrias, cerâmica, brinquedos feitos no município do Recife; modelos de jangadas, de armadilhas para caça e pesca etc.*<sup>309</sup>

Em nenhum momento nos ofícios ou nos relatórios percebe-se a incorporação de um discurso antropológico ao do museu. Somente com a exposição é que vimos que o discurso histórico seria complementado com peças indígenas e do cotidiano. Estava previsto que a Secção de Etnografia recolhesse *todos os elementos da vida pernambucana, tudo quanto diga respeito a usos e costumes do nosso povo, enfim todas as manifestações materiais de sua atividade*<sup>310</sup>. A ideia de retratar o cotidiano, no entanto já estava registrada numa notícia *d'A Província*, datado de vinte e um de fevereiro daquele ano

*As coleções de um museu como o nosso, cujo fim é menos o de arte pura do que o de documentação da vida da cidade, devem incluir essas recordações interessantíssimas de fases do progresso urbano [se referindo aos lampiões de azeite que, no início do século XIX, iluminavam a cidade] (...) Não ficarão os recifenses de amanhã, como atualmente nósoutros (sic), escravos das gravuras e das fotografias.*

*À Inspetoria de Monumentos também nos permitimos sugerir que recolha às suas coleções algumas dessas janelas de xadrez, tipo mourisco, que existem ainda em velhas casas do Recife, especialmente no bairro de São José, e que estão rapidamente a desaparecer. Fariam uma coleção interessantíssima juntamente com*

---

<sup>309</sup> O PALÁCIO..., 1930b.

<sup>310</sup> MUSEU..., 1930g.

*certos caixilhos, de caprichoso desenho, varandas de ferro rendilhadas, grandes torneadas.*<sup>311</sup> [grifo nosso]

Foi previsto que a coleção de etnografia seria enriquecida com contribuições das diversas municipalidades do estado, a quem Anníbal Fernandes dirigiu um pedido de que fossem remetidos ao museu *utensílios, instrumentos de trabalho, objetos de uso doméstico, produtos de indústria local, cerâmica, brinquedos, armas etc.*<sup>312</sup> a fim de que esse municípios se fizessem representar no museu através das suas *particularidades regionais, usos, costumes, religião, folclore etc.*<sup>313</sup>

Através da documentação consultada, percebe-se, no entanto, que apenas o Prefeito do Recife, Francisco da Costa Maia, atendeu ao pedido do diretor do museu, ao qual remeteu *uma série de objetos, de uso atual no município do Recife, inclusive uma numerosa coleção de folhetos de literatura folclórica*<sup>314</sup>. Não se pode identificar, no entanto, se todos esses objetos chegaram a fazer parte dessa montagem da exposição, uma vez que foram doados no dia seis de setembro, na véspera da inauguração. O inventário do acervo do museu encontrado no Arquivo Noronha Santos nos dá uma dimensão do que seriam algumas dessas peças, executadas pelos detentos da Casa de Detenção do Recife: um coração de Jesus dentro de um frasco; vinte e oito peças diferentes de barro; seis peças diferentes de barro branco; dois vasos de barro; um navio em miniatura; e uma jangada em miniatura.

Enquanto o museu, no primeiro núcleo, buscou sintetizar o passado, o segundo núcleo, que vai ser o seu grande diferencial, procurou representar o presente, mostrar o Recife do cotidiano através de artefatos relacionados ao dia-a-dia, aos rituais e tradições da camada social que não era, necessariamente, a elite exaltada no primeiro módulo. São ideias que fazem parte da *imaginação museu* de Gilberto Freyre, o que dá a Seção de Etnografia um enorme pioneirismo. Mário Chagas argumenta que *a corporificação da imaginação museal freyreana*<sup>315</sup> tem início com os seus experimentos no Museu de Antropologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e o seu ápice se dá com o Museu do Homem do Nordeste, no entanto, podemos observar, claramente, que ele já havia tentado por em prática suas ideias na concepção desse núcleo da primeira exposição do Museu do Estado.

---

<sup>311</sup> COISAS..., 1930.

<sup>312</sup> MUSEU..., 1930g.

<sup>313</sup> MUSEU..., 1930c.

<sup>314</sup> MUSEU..., 1930g.

<sup>315</sup> CHAGAS, 2009. p.141

A combinação desses elementos relacionados ao patrimônio material e imaterial, como antiguidades relacionadas a figuras notáveis ou da aristocracia açucareira e brinquedos, maquetes de barcos, ex-votos e peças de arte popular, refletem as preocupações freyrianas em se preservar tanto a tradição quanto o cotidiano que caracterizaria a região. A primeira exposição do Museu do Estado foi pioneira no sentido de mostrar pela primeira vez a aplicação das ideias de Freyre, ainda que a exposição estivesse permeada pela *imaginação museal* de Anníbal, mais voltada ao passado de fausto e glórias do Estado. A preocupação em se criar uma seção voltada para a etnografia está registrada numa notícia publicada n'A *Província*, na véspera da inauguração do museu:

*O critério da Inspetoria de Monumentos, criando n'a seção de etnografias junto ao Museu Histórico, decorreu da impossibilidade de termos atualmente museus especializados, e da vantagem cultural que há em começarmos desde já a dar o devido valor aos estudos etnográficos.*<sup>316</sup>

Nos dias seguintes a inauguração, o museu foi *extraordinariamente visitado*, como contam as notícias publicadas n'A *Província*. Ao mesmo tempo a coleção crescia através de doações e transferências, como os ex-votos cênicos representando a Batalha dos Guararapes, pertencentes a Prefeitura de Olinda; pratos brasonados; armas apreendidas no sertão e que eram utilizados no cangaço; objetos do antigo Senado de Olinda; plantas do Recife e de Olinda, e cristais que haviam pertencido ao Barão de Suassuna. As doações se seguiram por muitos dias, sendo noticiadas quase diariamente no mesmo jornal, até o final daquele mês, quando os fatos que se sucederam a partir do dia seis de outubro de 1930 causaram uma grande mudança no percurso político do país, refletindo-se em Pernambuco e, naturalmente, nas ações da Inspetoria de Monumentos e no Museu do Estado, como veremos no capítulo a seguir.

---

<sup>316</sup> MUSEU..., 1930g.

## **CAPÍTULO 3**

# **PERNAMBUCO NO TEMPO DO VICE-REI**

### 3. PERNAMBUCO NO TEMPO DO VICE-REI

*O movimento de defesa, de conservação, de vida desse passado não foi do Instituto. Foi daquela meia dúzia que aqui tentou um dia um movimento de ideias regionalistas. (...)*

*Como órgão de cultura, o Instituto não vive. Vegeta. Faz discursos.*

Anníbal Fernandes, 1929.

*O Centro Regionalista, que nem sequer teve sede própria, que publicava Boletim ou Revista, cujas reuniões consistiam em prosa amena à roda de sorvetes oferecidos por Odilon Nestor, nasceu por volta de 1922 e não se sabe quanto tempo viveu. (...)*

*Que se fez no endeusado Centro Regionalista além de discursos e de conversas?*

Mário Melo, 1929.

A Revolução de 30, assim como no resto do país, causou uma grande mudança no cenário político Pernambucano. As antigas lideranças políticas foram perseguidas e tiveram que fugir, abandonando seus cargos públicos na maioria dos casos. Neste capítulo veremos que a Revolução tirou do poder as figuras que idealizaram a criação da Inspetoria de Monumentos e o Museu do Estado, como Gilberto Freyre e Anníbal Fernandes. O cargo de Inspetor de Monumentos e de Diretor do Museu foi nesse momento assumido por um velho amigo de Fernandes, que, com o passar do tempo, havia se tornando um dos seus maiores desafetos: Mário Melo.

Naquele momento, o Secretário Perpétuo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano já havia se tornado um intelectual de projeção na cidade do Recife, e buscava para o Instituto o mérito de concepção e criação do primeiro serviço de preservação do Patrimônio em Pernambuco. Veremos que esse desejo de Mário Melo levou a inúmeras trocas de acusações nos jornais da cidade de ambos os lados, no período de gestão de Anníbal Fernandes. Veremos também como Mário Melo atuou nos órgãos que, aos olhos do novo governo revolucionário, estavam com os dias contados.

### 3.1. A REVOLUÇÃO DE 1930 EM PERNAMBUCO

A Revolução de 1930 foi um conflito armado liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul que culminou com a deposição do presidente Washington Luís em 24 de outubro do mesmo ano, impedindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pondo fim a um período da história do Brasil conhecido como República Velha. De modo algum procuraremos aqui discutir a crise da República Velha ou os outros fatos que culminaram com os acontecimentos de outubro daquele ano. Esse movimento armado de 1930 possui uma extensa bibliografia a respeito, e uma vasta produção científica que aborda os acontecimentos de distintas maneiras, o nosso objetivo é apenas situar historicamente o momento, uma vez que as suas repercussões em Pernambuco interferiram diretamente na trajetória da Inspetoria Estadual de Monumentos e no Museu do Estado, os objetos de estudo desse trabalho.

Diversos autores consideram o assassinato de João Pessoa, presidente da Paraíba e candidato a vice-presidente da República, ocorrido no Recife em 26 de julho de 1930, juntamente com o rompimento da política do café com leite como o estopim do movimento, que teve início no dia 3 de outubro, liderado por Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul, e alastrou-se rapidamente pelo país. Em Pernambuco, a revolução teve início na noite daquele mesmo dia, *por iniciativa de um Tiro de Guerra que a Região Militar afirmava estar desmuniado*<sup>317</sup>. Anníbal Fernandes narra esses acontecimentos:

*Assaltado por aquele Tiro o quartel da Soledade, transformado em depósito de materiais de guerra da força federal, cedeu a sua guarda composta de poucos soldados às intimações recebidas, sem opor qualquer resistência. (...) No curso da manhã e de todo o dia operários da Tramways, vendedores ambulantes, e quantos homens válidos foram encontrados nas imediações da zona em armas, aderiram voluntária ou compulsoriamente. Postaram-se nos altos dos edifícios de Fratelli Vita e do Colégio Nóbrega armas automáticas com farta munição, tudo obtido nos depósitos do Exército, que suavemente havia caído em seu poder. Isolado na Residência oficial, só defendida pela guarda de polícia do serviço habitual do Palácio, e cercado de alguns dos seus auxiliares e amigos, o Governador, desde o começo do movimento não cessou de adotar medidas e providências ao seu alcance.*<sup>318</sup>

---

<sup>317</sup> FERNANDES, 1934. p.19.

<sup>318</sup> FERNANDES, 1934. p.19.

O Governador Estácio Coimbra estava cercado no Palácio do Governo, que chegou, inclusive, a ser alvejado por tiros de carabina vindos da Rua da Aurora. Sem conseguir conter a revolução, Coimbra decide fugir com alguns dos seus colaboradores mais próximos.

*No último dia, o terceiro da revolução, quase todos os redutos do governo estavam dominados. Estácio Coimbra abandonou, às pressas, o palácio num rebocador do Porto, com destino ao interior, levando consigo alguns auxiliares mais íntimos, incluindo Gilberto Freyre, seu oficial de Gabinete (...)*<sup>319</sup>

Junto a Estácio e Gilberto, ainda fugiram no rebocador, que trazia o nome do governador, Anníbal Fernandes, o chefe de Polícia, Lito de Azevedo, Antônio Gonçalves Ferreira e o inspetor geral de Polícia, Ramos de Freitas, alcunhado de Beijola. O abandono de Coimbra foi visto como motivo de chacota por parte dos seus adversários políticos, até mesmo versos enaltecendo a fuga do governador com os seus auxiliares foram impressos e distribuídos por todo o Recife, alguns deles até viraram músicas de carnaval:

*A canoa virou, pois é!  
"Seu" Estácio fugiu, pois é!  
O beicinho do "Beijola", pois é!  
Nunca mais ninguém viu.*<sup>320</sup>

O General Juarez Távora, que ficou conhecido como Vice-Rei do Norte, havia chegado ao Recife no dia 3 de outubro, ele era o comandante, durante a revolução, das tropas nordestinas em apoio a Getúlio Vargas que, diante da vitória do movimento, nomeou, no dia 06 de outubro de 1930, como governador de Pernambuco Carlos de Lima Cavalcanti, político usineiro que fez intensa oposição ao governo de Estácio Coimbra. No dia seguinte, o *Diário de Pernambuco* publicou a nova constituição do governo no estado, onde foram nomeados os cargos de alto escalão, como a Secretaria de Justiça e Instrução Pública, o Oficial de Gabinete e os diretores da Escola Normal, do Ginásio Pernambucano e da Repartição de Obras Públicas, dentre outros. De acordo com o livro de memórias de Paulo

---

<sup>319</sup> CAVALCANTI, 2011, p.90.

<sup>320</sup> Trecho de "A canoa virou". Marcha-canção, letra e música de Nelson Ferreira, Carnaval de 1931.

Cavalcanti, a distribuição dos cargos públicos se deu *entre amigos e no expediente da proteção política para conquista de favores pessoais*<sup>321</sup>.

*No fundo, Carlos de Lima foi um líder criado pelas circunstâncias, um usineiro de açúcar que, na crista da onda do irredentismo dos anos 20, soube compreender as tendências do povo, conduzindo-o para uma insurreição, a seu tanto popular, pelo menos em Pernambuco.*<sup>322</sup>

Segundo Anníbal Fernandes, foi a partir da nomeação de Carlos de Lima que teve início a perseguição política aos apoiadores do antigo Governo.

*Pela cidade e pelos arrabaldes, a ordem era queimar e destruir tudo quanto pertencesse aos políticos da situação deposta. (...) A minha [casa] foi invadida e rebentado tudo que foi possível rebentar, e roubado tudo o que foi possível roubar e não incendiada porque era preciso poupar a do vizinho.*<sup>323</sup>

Foi também nesse momento que Gilberto Freyre foi exonerado do cargo de professor de Sociologia da Escola Normal e Anníbal Fernandes, do Ginásio Pernambucano. O *Jornal do Comércio* e *A Província* tiveram os seus maquinários gráficos quebrados na mesma onda de incêndios e saques que atingiram as lojas e residências das personalidades envolvidas com o antigo governo. Por ser um veículo de propaganda do governo de Estácio Coimbra, o *A Província* foi fechado em outubro de 1930, tendo todos os seus bens confiscados pelo governo<sup>324</sup>. Os ataques àquilo que estava relacionado à antiga gestão não pouparam nem o próprio Palácio do Governo:

*No pequeno salão “grenat” do apartamento de luxo do Palácio, com móveis de pau preto, o contador hispano-árabe, os quadros de vários pintores pela parede, todo um ambiente de discreto bom gosto (esse salão, como de resto todo o apartamento para hóspedes ilustres, mandado preparar pelo*

---

<sup>321</sup> CAVALCANTI, 2011. p.94.

<sup>322</sup> CAVALCANTI, 2011. p.95.

<sup>323</sup> FERNANDES, 1934. p.31.

<sup>324</sup> O jornal foi adquirido em leilão judicial no dia 24 de fevereiro de 1932 por Diniz Peryllo, incluindo-se o material gráfico e o título do jornal. O *A Província* foi então completamente reformulado.

*Governador Estácio Coimbra, Carlos Lima havia de mais tarde destruir, arrancando até a banheira, os mosaicos da parede, para ali instalar uma de duas Secretarias, sob o mais infame pretexto.*<sup>325</sup> (...)

*Dizia-me ano passado o arquiteto decorador que trabalhou em (sic) Palácio, que era de doer o coração a selvageria cometida. Mas não ficou só nisso. Carlos Lima jurou destruir por completo todas as obras que o ex-governador realizara em Barreiros, sob pretexto de que visavam beneficiar as propriedades que ele ali possui.*

*A primeira coisa a ser destruída foi a Escola de Agronomia.*<sup>326</sup>

O próprio hospital de Barreiros, cidade localizada na mata sul do estado de Pernambuco, onde estavam situadas diversas propriedades de Estácio Coimbra, chegou a ser fechado. A perseguição política de Carlos de Lima Cavalcanti não poupava nenhuma instituição que estivesse vinculada a memória das ações de Coimbra, estando incluídos nesse conjunto a Inspetoria de Monumentos e o Museu do Estado, que começaram ser desaparelhados a partir da exoneração de Anníbal Fernandes. Quem assumiu os cargos de Inspetor de Monumentos e Diretor do Museu, no dia 7 de outubro, foi o jornalista e historiador Mário Melo<sup>327</sup>, que já possuía um histórico conturbado em relação às duas instituições.

### **3.2. MÁRIO MELO E OS DESENTENDIMENTOS COM ANNÍBAL FERNANDES**

Nascido no Recife, no dia 5 de fevereiro de 1884, Mário Carneiro do Rego Melo ainda criança se mudou para Campina Grande, na Paraíba, em função da nomeação do seu pai como Promotor Público na cidade. No entanto, Mário Melo volta ainda jovem ao Recife para estudar no Colégio Salesiano e, logo depois, no Ginásio Pernambucano. Quando ainda era aluno dessa última instituição é que ele vai estreiar na carreira jornalística, em 1º de junho de 1900, como Redator do Jornal *O Álbum*, dando início a uma longa carreira na imprensa pernambucana, na qual publicou em diversos periódicos, como o *Jornal Pequeno*

---

<sup>325</sup> FERNANDES, 1934. p.67.

<sup>326</sup> FERNANDES, 1934. p.308.

<sup>327</sup> É curioso observar que no mesmo dia em que o *Diário de Pernambuco* publicou a nomeação de Mário Melo para o cargo de Inspetor de Monumentos e Diretor do Museu do Estado, o jornalista, no artigo *Glória a Pernambuco!*, publicado no mesmo jornal, tece diversos elogios aos acontecimentos de outubro de 1930, chegando ao ponto de igualá-los aos movimentos pernambucanos de 1817 e 1824.

e *A Província*. Em 1914, com a extinção do *Pernambuco*, Mário Melo começa a trabalhar no *Diário de Pernambuco*, levando para lá alguns dos antigos colaboradores do jornal que trabalhava, dentre eles, o jovem Anníbal Fernandes. É no *Diário* que Mário vai se consagrar como jornalista, permanecendo lá até 1934, quando os desentendimentos com a nova administração causaram a sua saída.

Além da carreira jornalística, Mário Melo também é reconhecido como um dos mais destacados historiadores de Pernambuco. Membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP – desde 1909, o jornalista publica, ao longo dos anos diversos estudos sobre a história pernambucana, como *A maçonaria e a revolução de 1817* e *Ruas do Recife*, além de diversos artigos na Revista do Instituto, sendo um dos maiores colaboradores dessa publicação em toda a sua história. Fundado em 28 de janeiro de 1862, o Instituto tinha como missão

*Recolher e a conservar, como em mui particular e mui familiar repositório, as memórias, as tradições, as legendas inúmeras, que por aí vogam esparsas, e que se prendem mais ou menos a história e a própria vida social desta província.*<sup>328</sup>

Andréa Bonfim e Virgínia Pontual apontam que os anos iniciais da Instituição foram profundamente marcados por uma exaltação da nacionalidade brasileira e valorização de fatos gloriosos do passado pernambucano, desejando resgatar *particularíssimas* tradições históricas<sup>329</sup>, inclusive *descobrimo monumentos que tenham uma significação histórica*<sup>330</sup>. Para Bonfim e Pontual, até os anos de 1950 do Século XX, foram esses os critérios norteadores do Instituto, motivados pelo interesse em proteger as reminiscências e rememorar os fatos gloriosos do passado pernambucano. Aqueles intelectuais procuraram definir a história do estado, destacando os fatos que marcaram essa história.

No período estudado, percebe-se que os membros do sodalício, em sua maioria, eram desembargadores, juízes, militares, políticos, autoridades eclesiásticas e bacharéis, ou seja, possuíam influência tanto social quanto política, uma vez que faziam parte da elite dominante do Recife, o que dava uma maior repercussão sobre as temáticas discutidas na reuniões daquela instituição. Os principais assuntos abordados nos artigos publicados na Revista do Instituto até a primeira metade do século XX dizem respeito às chamadas

---

<sup>328</sup> Revista do IAHP. Vol. 21. 1919-1920 apud BONFIM; PONTUAL, 2004. p.2.

<sup>329</sup> BONFIM; PONTUAL, 2004. p.3.

<sup>330</sup> Revista do IAHP. Vol. 1. Nº. 1. P 9. apud BONFIM; PONTUAL, 2004. p.3.

Revoluções Pernambucanas<sup>331</sup> e ao período da Ocupação Holandesa no Brasil. O culto a esses acontecimentos era tamanho que, inclusive, a própria data escolhida para a instalação do sodalício, 28 de janeiro, é a mesma a Restauração Pernambucana, também conhecida como Expulsão Holandesa. Desde o princípio, o assunto foi tratado como um fato heroico de Pernambuco, e tudo que estivesse relacionado a esses acontecimentos era cultuado por aqueles intelectuais, que, inclusive, analisavam fatos como a Independência do Brasil e a Proclamação da República *a partir da ótica do pioneirismo, coragem e autonomia dos pernambucanos*<sup>332</sup>. Segundo Lília Schwarcz, esses fatos foram transformados no *mito de formação da identidade pernambucana*<sup>333</sup>.

Até o início do século XX, o IAHGP já havia funcionado em diversos lugares, como o Convento do Carmo, a Biblioteca Pública e o Convento de São Francisco, saindo daí para ocupar o prédio construído para servir de Escola Modelo, na Rua da Concórdia. Quando, em 1911, esse prédio foi demolido para o ajardinamento da Praça Joaquim Nabuco, o Instituto teve que sair às pressas, ficando sem sede fixa até 1919, quando o governador Manoel Borba doou o prédio que ocupa atualmente, na Rua do Hospício. O IAHGP, que deveria ser *o baluarte de defesa da história e da cultura do povo pernambucano*, por toda a década de 1910, passou por uma grave crise, ficando próximo, inclusive, de ter suas atividades encerradas. Mário Melo fez todos os esforços possíveis para a manutenção da entidade, e, por indicação de Oliveira Lima graças ao seu trabalho nas comemorações do centenário da revolução de 1817, foi nomeado Secretário Perpétuo do Instituto.

O sodalício, que já havia recebido contribuições de importantes historiadores como Oliveira Lima e Pereira da Costa, nesse momento tinha dificuldades até mesmo para dar continuidade à publicação do seu periódico, não tinha uma sede fixa para expor suas coleções tampouco para a realização das suas reuniões periódicas. E foi exatamente nesse momento que o Recife passou por grandes transformações, como a demolição do antigo bairro portuário, dos arcos e da Igreja do Corpo Santo, juntamente com a remodelação da igreja da Sé de Olinda.

A *inércia* do Instituto nesse período foi criticada abertamente nos textos de Anníbal Fernandes e Gilberto Freyre ao longo da década de 1920, como vimos anteriormente. No entanto, é o artigo *Revista do Instituto Arqueológico – Recife – 1927*, publicado na coluna *Livros Novos* do jornal *A Província*, no dia 28 de maio de 1929, assinado por Fernandes,

---

<sup>331</sup> A saber: a Guerra dos Mascates, de 1710; a Revolução Pernambucana de 1817; a Confederação do Equador, de 1824; e a Revolução Praieira, de 1848.

<sup>332</sup> BONFIM; PONTUAL, 2004. p.5.

<sup>333</sup> SCHWARCZ, 1993. p.121.

que vai dar início a uma série de troca de acusações entre Anníbal e Mário Melo, selando, de vez, uma inimizade entre os jornalistas.

*Olhando assim à distância tem-se a impressão de que o Instituto vive, mesmo. Os jornais publicam de vez em quando notícias de suas reuniões e a maneira com que essas notícias são redigidas deixa supor que são tomadas ali sempre deliberações de grande importância. Na realidade a coisa muda um pouco de figura e o Instituto às mais das vezes tem uma função quase decorativa. Eu não compreendo, por exemplo, como é que o Instituto não deu um passo para evitar que se consumasse o atentado da velha Sé de Olinda. E que assistisse à destruição das coleções de azulejos ali existentes como se se tratasse de coisa sem importância.*<sup>334</sup>

Como vimos no primeiro capítulo, Fernandes não perdoava a falta de ação do Instituto, que deveria ter agido contra aquelas destruições<sup>335</sup>. Estas, foram lembradas constantemente nessa desinteligência entre os dois jornalistas, no entanto, agora o Instituto, através de Mário Melo, começou a responder às acusações. Embora, no mesmo texto, Anníbal reconheça o mérito em reconstituir momentos históricos no estado, o já Inspetor de Monumentos acusava o Instituto de ter *mentido* à sua missão e que os membros do sodalício se apegaram ao passado *como uma coisa morta sem ter procurado prolongar esse passado, vivo, até nós, quando era possível fazê-lo.*<sup>336</sup>

Mário Melo não deixou as acusações sem um arremate, e, ao longo de cinco dias, publicou extensas respostas às acusações de Anníbal, adotando o mesmo tom de crítica. Melo justificou a falta de reação por parte dos intelectuais do seu grupo, se deu em virtude do momento de crise que o Instituto Arqueológico havia passado na década anterior:

*(...) durante a administração de Herculano Bandeira, que foi quando tiveram início as obras do porto, do que resultou o Recife Novo, Alfredo de Carvalho encabeçou uma cisão no Instituto. Houve dualidade de diretoria: uns sócios formaram o grupo de Alfredo de Carvalho e outros ficaram em apoio a Regueira Costa, Os partidos extremaram-se, a política dominante deu mão*

---

<sup>334</sup> FERNANDES, 1929i.

<sup>335</sup> A responsabilidade pelas demolições da Igreja do Corpo Santo, dos Arcos de Santo Antônio e da Conceição, a remodelação da Igreja e a venda e derretimento dos canhões das fortalezas de Pernambuco são os casos mais frequentemente rememorados.

<sup>336</sup> FERNANDES, 1929i.

*forte a um dos grupos e dessa cisão foi consequência mais funesta o demolir-se a sede do Instituto, na então praça da Concórdia, hoje Joaquim Nabuco, antes de se lhe dar outros polso (sic).*

*Durante muito tempo ficou o Instituto sem abrigo e, enquanto cada grupo discutia judicialmente seus direitos, não havia reuniões. Pode dizer-se que o Instituto estava, então, completamente anarquizado. (...)*

*Finalmente, tendo depois o governo cedido uma sala no Ginásio Pernambucano para o Instituto realizar suas sessões, sem lugar, embora, onde organizar os objetos do museu, a biblioteca etc. e havendo a revolução modificado a ordem de coisas, o dr. Guedes Alcoforado de uma parte, e o dr. Pereira da Costa de outra, concordaram em que se entregasse a direção do Instituto ao arcebispo d. Luiz de Britto, alheio às competições.*

*Completamente anarquizado, sem funcionar, não podia o Instituto interferir no caso das demolições.<sup>337</sup>*

O arcebispo Dom Luiz de Britto, como citamos anteriormente no Capítulo 01, foi quem idealizou a remodelação da Igreja da Sé de Olinda, tendo também *permitido*, nas palavras de Fernandes, a demolição do Corpo Santo e dos Arcos. Anníbal acusava o arcebispo, já falecido, de não ter feito nenhum esforço na manutenção dessas edificações durante a remodelação do Bairro do Recife. A afirmação de Fernandes, de certa forma, não deixa de ser verdadeira, no entanto, se torna difícil julgar o mérito de Britto na questão dessas demolições, uma vez que a tal remodelação atendia a diversos outros interesses, que não os da igreja. Isso muda de figura quando se trata da remodelação da Igreja da Sé de Olinda, uma vez que ela atendia, apenas, aos interesses do Clero. Até mesmo o próprio Mário Melo reconheceu que o presidente do Instituto era o responsável pela completa descaracterização do templo.

Melo, ao longo da vida, defendeu arduamente o sodalício, chegando a afirmar que a maior inspiração da sua vida era ser membro do Instituto. Sua marca na instituição é tão indelével que no volume da Revista publicado após a sua morte, homenageando-o, está escrito: *Tão impregnado de Mário Melo estava o Instituto e tão impregnado do Instituto estava Mário Melo que um e outro se confundiam*<sup>338</sup>. Nos discursos presentes nesse volume da Revista, os membros do Instituto exaltam a figura de Mário Melo, destacando o seu papel, como membro do IAHG, em relação à defesa dos monumentos históricos, da

---

<sup>337</sup> MELO, 1929b.

<sup>338</sup> Revista do IAHG. Volume 45. p.23 apud BONFIM; PONTUAL, 2004. p.13.

fisionomia e dos valores tradicionais do Recife, no entanto esse argumento é desconstruído por Andréa Bonfim e Virgínia Pontual:

*Esperávamos encontrar nos escritos impressos na Revista do IAHPG denúncias e opiniões do mesmo teor das encontradas em algumas de suas notas nos jornais. Mas, dos 69 artigos escritos, apenas quatro fizeram algum tipo de referência às modificações urbanas (...), dois deles apenas com ligeiros comentários. Ou seja, mais de 90% dos artigos produzidos estavam comprometidos com a história oficial que o Instituto procurava legitimar, com o lugar histórico e social que se procurava encontrar para Pernambuco, 'região dos grandes feitos e dos grandes heróis', 'lugar de lutas' e, portanto, de um 'passado glorioso'.<sup>339</sup>*

A partir das fontes pesquisadas<sup>340</sup>, as autoras chegam a conclusão de que as ideias de Mário Melo se inseriam na concepção histórica defendida pelo Instituto, sendo parte integrante delas, estando ele, portanto, mais envolvido em construir e legitimar um passado relacionado aos fatos e heróis revolucionários, do que, propriamente, em preservar as feições da cidade e os monumentos históricos que, por ventura, ainda existiam. O posicionamento conflituoso do Instituto em relação a preservação do patrimônio edificado fica claro em mais de um momento, e um bom exemplo é o caso da demolição dos arcos da Conceição e de Santo Antônio.

No mesmo artigo acusando o Instituto, citado anteriormente, Anníbal afirmou:

*Na mesma e morna indiferença [em relação a Sé de Olinda] viu o Instituto destruírem os arcos de Santo Antônio e da Conceição e não consta que tivesse dado o menor sinal de protesto. Ao contrário. Uma proposta de Alfredo de Carvalho sobre o assunto foi afastada, naturalmente como hostil ao Espírito de Progresso.<sup>341</sup>*

A demolição dos Arcos foi um assunto recorrente nas sessões do IAHPG ao longo de quase 25 anos. Ainda em 1899, quando o assunto veio à tona pela primeira vez, o Desembargador Francisco Luiz Correia de Andrade propôs que o Instituto liderasse uma

---

<sup>339</sup> BONFIM; PONTUAL, 2004. p.19.

<sup>340</sup> Os artigos publicados na Revista, as Atas das Sessões e os Relatórios Anuais.

<sup>341</sup> FERNANDES, 1929i.

campanha a favor da demolição dos respectivos monumentos localizados nas extremidades da ponte Sete de Setembro sob o pretexto de serem *tipos arquitetônicos inestéticos* e que ainda atrapalhariam o tráfego junto a ponte. Foi então criada uma comissão especial para julgar o assunto, composta por Alfredo de Carvalho, Alcedo de Marrocos e Pereira da Costa. A comissão julgou que não se deveria aprovar a proposta de Correia de Andrade, uma vez que ela estaria em desacordo com a missão daquela entidade. Não obstante, o assunto foi discutido nos anos seguintes, sempre com membros se posicionando contra e outros a favor da demolição dos arcos, que, por fim, aconteceu. No ano seguinte à demolição do Arco de Santo Antônio, o Instituto resolveu de vez a questão: Mário Melo propôs que se colocasse em cada coluna da ponte, agora rebatizada de Maurício de Nassau, placas comemorativas em memória aos arcos que ali existiam, os arcos que, segundo Fernandes, *ele não soube defender*<sup>342</sup>.

Em relação às outras demolições que estavam acontecendo pela cidade, estas eram apenas citadas nas reuniões do Instituto, a título de registro, dando, de certa forma, uma impressão de que aqueles intelectuais assistiam passivamente ao que se passava pela cidade, sem gerar qualquer tipo de discussão a respeito. A demolição da Igreja do Corpo Santo foi um desses fatos apenas citados, sem que se houvesse um debate a respeito da sua preservação.

*Em 9 de janeiro de 1913, (...) foi passada e assinada a escritura de desapropriação, por utilidade pública, da igreja matriz do Corpo Santo e do Arco da Conceição, pela importância líquida de quinhentos contos de réis (...). O arcebispo de Olinda. D. Luiz Raymundo da Silva Britto, esteve presente ao ato e assinou o documento como testemunha (...)*<sup>343</sup>

Naquele momento, as transformações do Recife passavam aos olhos da maioria dos membros do Instituto sem gerar grandes discussões<sup>344</sup>. Esse posicionamento só mudou em 1920 quando se discutiu, pela primeira vez, sobre a demolição da Igreja do Carmo, em Olinda. Eduardo de Moraes, sócio do Instituto, havia organizado um projeto de remodelação do Bairro do Carmo, em Olinda, que, para isso, demandaria a demolição do morro do Carmo, juntamente com a Igreja. Lê-se na ata da sessão:

---

<sup>342</sup> FERNANDES, 1929i.

<sup>343</sup> Revista do IAHGP. Ata das Sessões. Volume 18 1915-1916. p.257 apud BONFIM; PONTUAL, 2004. p.29-30.

<sup>344</sup> É importante destacar que, em relação aos arcos, o que se discutiu foi se o Instituto deveria ou não propor as suas demolições. Quando, durante as obras no Bairro do Recife, resolveu-se que os arcos seriam demolidos, o Instituto apenas registrou o fato em suas levantadas, não levantando qualquer campanha pela preservação daqueles monumentos.

(...) desejando remodelar o bairro do Carmo, [Eduardo de Moraes] só vê uma única solução que é arrasar o morro sobre o qual está edificada a igreja, que fatalmente terá que ser demolida. Mostra que na Inglaterra, onde há amor pela tradição, também se derrubam igrejas e agora mesmo vão arrasar o morro do Castello, no Rio de Janeiro.<sup>345</sup>

Há de se convir que o exemplo carioca não é dos melhores... Dando início ao debate, Mário Melo argumentou que o *Instituto não tem competência para se manifestar sobre a parte técnica da questão*<sup>346</sup>, outro membro do sodalício criticou fortemente o projeto, afirmando que a igreja *representava uma tradição histórica* e que o IAHPG deveria tomar para si aquele caso, nomeando uma comissão de técnicos, dentre os seus sócios, que examinassem a planta proposta, elaborando uma outra, na qual a igreja deveria ser mantida. Anníbal Fernandes, que era membro do sodalício desde 1914, foi quem encabeçou o posicionamento contra a proposta de Eduardo de Moraes.

Ao final da reunião, foi definido que o Instituto deveria lutar pela a conservação do templo no referido projeto de remodelação, no entanto que não deveria nomear uma comissão de técnicos para julgar o projeto final, proposta essa, que teve os votos contra de Anníbal juntamente com outros dois sócios, Samuel Campêllo e Antônio Brunelli. Anníbal, que desde a sua entrada no *Diário de Pernambuco*, também em 1914, reclamava nos seus artigos acerca da descaracterização da Igreja da Sé, trouxe para as discussões do Instituto a questão da importância em se preservar o patrimônio edificado remanescente do período colonial, o que não foi atendido. Fica claro aqui tanto o seu desejo em se envolver nas questões de planejamento e intervenção na cidade, objetivando a preservação dos monumentos históricos, quando a sua decepção com o Instituto Arqueológico em não querer se envolver nas mesmas questões.

Naquele período, o IAHPG, como uma instituição, ainda não tinha um posicionamento claro a respeito da demolição dos monumentos históricos, o que é confirmado pelas posturas antagônicas adotadas pelos sócios durante as reuniões. Alfredo de Carvalho, Samuel Campêllo, Pereira da Costa ou Anníbal Fernandes viam o conjunto de bens edificados no estado, ao longo de sua história, como Monumentos Históricos, ou seja, dotados de valores simbólicos e que deveriam ter sua preservação garantida, ao contrário de outros sócios do Instituto, como Correia de Andrade, Eduardo de Moraes e Luiz de Britto,

---

<sup>345</sup> Revista do IAHPG. Ata das Sessões. Volume 29. 1920. p.438 apud BONFIM; PONTUAL, 2004. p.31.

<sup>346</sup> Revista do IAHPG. Ata das Sessões. Volume 29. 1920. p.438 apud BONFIM; PONTUAL, 2004. p.31.

que viam os mesmos bens como elementos de um passado atrasado e que deveria ser esquecido. Ao mesmo tempo, outros membros do sodalício não se envolveram na questão e sua preocupação maior era legitimar a história que o Instituto estava escrevendo para Pernambuco.

Mário Melo e Anníbal Fernandes, que uma vez foram amigos<sup>347</sup>, começaram já no final da década de 1910 a ter seus primeiros desentendimentos, causados pela discrepância entre seus pontos de vista, que viveram um auge na década seguinte. No entanto, essa querela, que permeou a vida de ambos os jornalistas, tomou fôlego com a criação da Inspetoria de Monumentos e do Museu Histórico e de Arte Antiga, que assinalou de vez a inimizade entre ambos.

### 3.3. FISCALIZANDO O INIMIGO

Como mencionamos no capítulo anterior, logo após a aprovação da lei que autorizou o governo estadual a criar o primeiro serviço estadual de defesa do patrimônio pernambucano, Mário Melo deu início a uma série de artigos elogiosos a atitude do governo, clamando para si, e para o Instituto, o mérito da ação, uma vez que, segundo ele, essa iniciativa era *insistentemente reclamada pelo Instituto Arqueológico*<sup>348</sup>. Foram diversos artigos falando da importância da iniciativa e que, na realidade, tentavam construir uma memória de que o Instituto é quem seria o responsável por ela, o que, como já vimos, não é verdade. Melo chegou, inclusive, a publicar no *Diário de Pernambuco* um longo texto com o que seria o esboço de um regulamento da inspetoria e dando a sua conceituação do que seria Inventariação, Classificação, Cadastro, Proteção e Conservação. De tantos artigos elogiosos, só podemos chegar a conclusão de que Mário Melo estava se oferecendo para o futuro cargo de Inspetor de Monumentos e Diretor do Museu. Essa hipótese se torna ainda mais clara quando vemos a total mudança no tom dos artigos quando Estácio Coimbra nomeou Anníbal Fernandes para o cargo. Foi a partir de então que os textos de Mário Melo deixaram de elogiar a iniciativa do governador e passaram a criticar as ações do novo Inspetor de Monumentos, uma questão que permeou todo o primeiro momento da inspetoria e do museu, enquanto estiveram dirigidos por Anníbal Fernandes.

---

<sup>347</sup> Convém lembrar aqui que foi Mário Melo quem levou o jovem Anníbal Fernandes para trabalhar no Diário de Pernambuco, em 1914, o mesmo ano em que Anníbal se tornou sócio do IAHGP, do qual Melo já era membro desde 1909.

<sup>348</sup> O MUSEU, 1928.

O estopim da disputa foi o artigo *Revista do Instituto Arqueológico – Recife – 1927*<sup>349</sup>, que já comentamos anteriormente. A partir desse momento, Mário Melo passou a ser um *fiscal* das ações desenvolvidas pela inspetoria, criticando publicamente a seleção dos monumentos que deveriam ter a sua conservação garantida pelo Estado e as outras ações da inspetoria, no que diz respeito a manutenção dos bens móveis de valor histórico, no Estado. Como, por exemplo, no dia 10 de agosto de 1929, quando foi publicada uma crítica no *Diário de Pernambuco*, alertando para o fato de que um lampadário de prata havia saído do estado sem o pagamento do imposto devido, por se tratar de um objeto de valor histórico, assim como um nicho e um crucifixo, procedentes de uma igreja da zona da mata que havia sido demolida, e estavam a venda à revelia do Inspetor de Monumentos.

No artigo *Arqueologia e História*, publicado no *Diário*, em 22 de setembro de 1929, Mário Melo comenta o relatório publicado pela Inspetoria de Monumentos da Bahia, dirigida pelo historiador Francisco Borges de Barros, que, em 1918, já havia criado o atual Museu de Arte da Bahia, ao qual a inspetoria baiana estava vinculado. Melo cita a lista com alguns dos monumentos selecionados por Borges de Barros, e pontua críticas aos selecionados por Anníbal Fernandes.

*Entram na relação descritiva, entre outros, o palácio do governo; o senado da câmara (as ruínas do nosso de Olinda não mereceram essa honra); o palácio arquiépiscopal; o paço do Saldanha, hoje Liceu de artes e ofícios; o colégio de órfãos, o edifício do “Diário da Bahia”, que pertencera a rico traficante de escravos; as casas onde respectivamente nasceram o Visconde do Rio Branco, d Ana Néri, Teixeira de Freitas, Abílio Cesar Borges, Francisco de Castro, Rui Barbosa, esta última adquirida por subscrição pública para escola; o panteão de Pirajá; o monumento a 2 de Julho; a Faculdade de medicina; os paços municipais de Maragogipe, de Santo Amaro, de Jaguaribe; o edifício do Instituto Geográfico, inaugurado em 1923; a Casa da Câmara de Cachoeira; os subterrâneos conhecidos, em número de quatro; todos os monumentos, estátuas e bustos existentes nas praças públicas; todas as igrejas e todos os conventos, reformando ou não, do primeiro, do segundo e do terceiro século; as estradas coloniais; todas as fortalezas, a Coroa Vermelha, onde celebrada a primeira missa; a baía Cabralia; o monte Pascoal; o Campo da Pólvora, onde espingardeados revolucionários pernambucanos em 1817; a praça da Piedade, onde enforcados os inconfidentes levianos de 1789; a terra onde nasceu Maria*

---

<sup>349</sup> FERNANDES, 1929i.

*Quitéria; o engenho Novo e os Campos de Pirajá; a fazenda onde nasceu Castro Alves... Certo não transcrevi a relação completa.*

*Dir-se-ia que muito pouco possuímos, em relação ao que a Bahia zela e defende.<sup>350</sup>*

De fato, a listagem baiana é muito maior e mais diversa do que a criada por Anníbal, que, como vimos, beneficiou, majoritariamente, as construções religiosas que pouco se alteraram com o tempo. Em outro artigo, Mário Melo compara mais diretamente as ações das duas inspetorias:

*Enquanto de um quarto de século aqui, a luta contra os holandeses, na Bahia, foi insignificante, enquanto tivemos os provimentos emancipacionistas de 1710, de 1801, de 1817 e 1821, a Bahia teve apenas um estremecimento em 1789, sem definição clara. A sua grande glória foi a luta contra portugueses, após a proclamação da independência.*

*Pernambuco deveria, portanto, ter maior número de monumentos a serem conservados, mas a relação da Bahia suplanta a nossa. Será maior que a de Pernambuco a riqueza histórica e artística dali?*

*Não creio. Questão, apenas de orientação.*

*Na Bahia consideram monumentos nacionais as igrejas do primeiro, segundo ou terceiro século, sejam primitivas sejam remodeladas. Aqui consideram apenas algumas. Sabe Deus que esforço foi preciso desenvolver em torno da igreja dos Pretos de Goiana, do primeiro século, condenada a demolição e à mingua do carinho oficial, porque havia sofrido remodelação!<sup>351</sup>*

*Ali o Senado da Câmara, outr'ora de taipa hoje palacete que abriga a Prefeitura é monumento nacional. Aqui nem uma referência às ruínas do autêntico Senado da Câmara de Olinda.*

*Ali estão sob o manto protetor as casas em que nasceram os mais notáveis baianos – Rio Branco, Rui, Castro Alves, Maria Quitéria etc. Aqui não houve nem há essa preocupação. Nem mesmo em relação a Oliveira Lima, assinalada, fora de dúvida.*

---

<sup>350</sup> MELO, 1929r.

<sup>351</sup> Esse assunto será abordado mais adiante.

*Ali são monumento os modernos edifícios da Faculdade de Medicina e do Instituto Geográfico. Temos aqui o edifício da Faculdade de direito, que é o mais artístico e majestoso do norte e está fora da relação.*

*Ali existem quatro subterrâneos, todos protegidos. Aqui ainda não foi explorado verdadeiramente nenhum dos nossos subterrâneos, que também os temos em Olinda.*

*Ali, todas as estátuas, todos os bustos das praças públicas merecem proteção. Aqui nem Joaquim Nabuco, que é o nosso principal monumento.*

*Ali é protegido o largo da Pólvora, onde espingardeados o padre Roma, Domingos Martins e outros revolucionários pernambucanos de 1817 aqui se dá outro destino ao largo em que foram arcabuzados Frei Caneca e os seus companheiros da república em 1824.*

*Não há necessidade de prosseguir no confronto. Apesar das destruições, Pernambuco tem tanta coisa a zelar quanto a Bahia ou mesmo tem mais coisas do que a Bahia. Basta conhecer os lugares sagrados da epopeia de 1630-1654.<sup>352</sup>*

A visão do que deveria ser considerado monumento, para Mário Melo, naquele momento, é bem mais abrangente, e até mesmo mais atual, que a de Anníbal Fernandes, uma vez que não estava preocupado com um conceito de *autenticidade material* do edifício (como no caso da Prefeitura de Salvador), e até mesmo voltava o olhar preservacionista a edificações construídas aos moldes do Ecletismo, como o Prédio da Faculdade de Direito do Recife. Ponto de vista, esse, convém ressaltar, adquirido recentemente, uma vez que o Secretário Perpétuo não havia demonstrado, até então, um grande interesse na conservação do patrimônio edificado.

Nas suas críticas, Mário Melo também atacou a formação da coleção do museu a partir das aquisições feitas por Anníbal da coleção Baltar.

*(..) o museu Baltar foi a leilão e o governo adquiriu apenas uma pequena parte do mesmo, segundo a relação apresentada pelo sr. Inspetor de monumentos.*

*(...) o governo adquiriu os quadros de Telles Júnior, algumas litografias, algumas fotografias, alguns livros e algumas flechas.*

---

<sup>352</sup> MELO, 1929s.

*Quem conhecia o Museu Baltar verá, porém, que isso representava pequena parcela.*

*Onde terá ido parar aquela magnífica e copiosa coleção de pratos chineses. E os móveis antigos? E o sem número de objetos históricos e artísticos reunidos aqui durante meio século?*

*Onde estarão? Em que mundo? em que estrela?*

*Diz o sr. Inspetor de monumentos, não interessavam ao Museu do Estado. Fora o livro do poeta Plante e do panegirista Barleus, fora as gravuras, fotografias etc. E os quadros de Telles e as flechas de índios do Pará, nada mais havia no Museu Baltar que interessasse a Pernambuco.<sup>353</sup>*

Mário Melo questionava o porque do governo não ter adquirido toda a coleção do Comendador Baltar, ao invés de ter selecionado apenas alguns objetos. A resposta de Anníbal para a pergunta do Secretário Perpétuo, publicada n'A *Província* no dia 10 de novembro daquele ano, foi bem crítica e merece ser reproduzida na íntegra:

*Chega a ser engraçado ver o ardor com que certos cristãos-novos da arte e do bom gosto se dão ares de defensores do nosso patrimônio artístico!*

*Há anos passado, quando alguém protestou aqui contra a destruição da Sé de Olinda e de sua riquíssima coleção de azulejos, não teve quem o acompanhasse. Ao contrário. De todos os cantos, surgiram cão danados, de dentuça à mostra, e só não o engoliram porque não puderam. Esse "alguém", indiferente a todos os latidos continuou a protestar contra aquele ato de absoluta estupidez e brutalidade. No que jamais foi acompanhado, nem mesmo pelas tais associações históricas, esotéricas, arqueológicas e geográficas, etc. etc.*

*A destruição continuou, por aí afora, implacável, e sempre no meio da indiferença coletiva. Meteram abaixo os Arcos, meteram abaixo o Corpo Santo, venderam, como ferro velho, os canhões de bronze de nossas fortalezas, fundiram-se outros, sob o olhar carinhoso dos "venerados sodalícios", dispersou-se a biblioteca de Alfredo de Carvalho etc. etc. Tudo se fez, às barbas dos sodalícios. Mas os "sodalícios" não viam nada disso. Tinham mais em que cuidar; e três ou quatro vezes, por ano, homens graves, vestidos de fraque preto, reuniam-se em volta de um copo d'água... e tome discurso.*

---

<sup>353</sup> MELO, 1929v.

*Enquanto choviam os discursos, cá fora iam dando cabo do que realmente nos interessava. Iam demolindo as igrejas, iam esmigalhando os azulejos, iam vendendo os canhões. Mas os homens de fraque não se importavam...*

*Afinal, passados alguns anos vem um governador que olha atentamente para essas coisas. Cria uma repartição para fiscalizar, defender e amparar o que resta do nosso patrimônio artístico e histórico. Cria um museu. Adquire para esse museu o que realmente há de interessante e digno de ser conservado. Manda editar livros inéditos de autores pernambucanos. Institui prêmios para os artistas pernambucanos. Realiza assim um movimento de cultura. Inaugura uma época bem diferente daquela em que ricas bibliotecas eram dispersadas sob a mais absoluta indiferença dos poderes públicos, que não tinham tempo de olhar para essas coisas. E apesar disso, ainda aparece gente com bastante coragem para afirmar que o caso da biblioteca Alfredo de Carvalho foi ainda há pouco repetido, porque o governo não comprou os “móveis antigos” e “o sem número de objetos históricos e artísticos” da coleção Baltar!*

*Quando o que o governo comprou nessa coleção, no meio de confuso “bric-à-brac”, era o que justamente convinha fosse adquirido, e aqui devia ficar, como parte integrante do nosso patrimônio.*

*A parte do “bric-à-brac”, essa, o governo fez o que inteligentemente devia fazer: deixou de lado para entupir os socavões dos “sodalícios”...<sup>354</sup>*

É curioso observar o tom de agressividade da mensagem de Anníbal, repetindo as mesmas acusações que sempre foram feitas ao Instituto. E é por tanto repetir as mesmas acusações que fomos levados a crer que Mário Melo, procurando formas de se defender, no futuro, de acusações semelhantes, atacou as obras realizadas na igreja da Madre Deus. Restaurada à luz do conceito de Restauração de Viollet-le-Duc durante a gestão de Anníbal, a obra sofreu críticas por parte do Secretário Perpétuo, no Relatório Anual, publicado na Revista do Instituto, se lê:

*O Instituto fez o que estava ao seu alcance para que não a descaracterizassem [A Igreja da Madre Deus]. Recorreu ao Sr. Arcebispo e recorreu ao governo. Denunciou que a planta da remodelação não podia ser*

---

<sup>354</sup> FERNANDES, 1929e.

*aprovada. Infelizmente, porém, o representante do governo concordou com os iconoclastas e o atentado está em via de conclusão.*<sup>355</sup>

Seria essa iniciativa de Mário Melo de fato uma preocupação com a reforma da Igreja, que estava dentro de um dos princípios clássicos da Teoria da Restauração, ou apenas ele estaria construindo uma memória do seu combate àquela reforma, para se defender posteriormente? A nota publicada no *Diário de Pernambuco*, no dia 13 de março de 1930 esclarece essa questão, quando ele, declarando a sua preocupação com o teor do projeto, relata publicamente seu receio *a fim de que não se diga amanhã, como infundadamente o fizeram a propósito dos arcos da cidade, que o Instituto foi conivente com o crime*<sup>356</sup>. Alerta reiterado no artigo *A Madre Deus e a Cadeia Velha*, também publicado no *Diário*, onde ele afirmou que *difícil não será que amanhã o acusem [o Instituto] de conivência no delito, como procuram fazer com os arcos da antiga ponte Sete de Setembro, arrebatados contra o seu voto*<sup>357</sup>.

É importante destacar que a maioria das acusações feitas ao Instituto naquele momento vinham por parte de artigos publicados n'*A Província*, que, na maioria dos casos, não estavam assinados. Entretanto, é de se supor que Anníbal Fernandes, como redator chefe do jornal, era o responsável por essas críticas, da mesma maneira que Mário Melo, usando do seu prestígio no *Diário de Pernambuco*, era o responsável pelas constantes notas publicadas relacionadas ao Instituto Arqueológico. O Secretário Perpétuo ao mesmo tempo que se defendia das acusações contra o Instituto atacava o Inspetor de Monumentos e até mesmo os outros intelectuais Regionalistas relacionados a ele, demarcando dois polos de conflito: de um lado, Anníbal Fernandes, a inspetoria e os Regionalistas e do outro Mário Melo, o Instituto e o *os homens de fraque*.

Qualquer questão relacionada à campanha pela preservação do patrimônio em Pernambuco virava motivo para comentários ácidos e trocas de insultos, até mesmo a publicação, n'*A Província*, de um desenho de Manoel Bandeira retratando o sobrado mourisco da Rua do Amparo, em Olinda. Mário Melo, no artigo *O sobradinho Mourisco de Olinda*, relata a descoberta do edifício em um dos seus passeios pela cidade na década anterior:

---

<sup>355</sup> Revista do IAHGP. Relatório do Secretário Mário Melo. Volume 30. 1930. P.286 apud BONFIM; PONTUAL, 2004. p.34.

<sup>356</sup> INSTITUTO..., 1930a.

<sup>357</sup> MELO, 1930c.

*Diante daquela casinha de varandas (...) Numa coisa ficamos acordes. Procurar, por todos os meios, proteger aquela relíquia. E a “descoberta” foi levada para o Instituto e o Instituto imediatamente providenciou junto ao Prefeito de Olinda e à Santa Casa pedindo a conservação daquela joia arquitetônica.*

*Imagine-se agora com que espanto não devemos estar (...) como o artigo publicado sob a gravura, no mesmo jornal, no qual se atribui ao “Centro regionalista do nordeste” (fundado em 1922, que funcionava não se sabe onde e que desapareceu não se sabe quando, porque não foi dada a sua falta) a “descoberta” e a conservação da casinha mourisca da rua do Amparo em Olinda!*

*Ignorância ou cegueira de espírito?*<sup>358</sup>

O Secretário Perpétuo argumenta que ele e o Instituto foram, de fato, os responsáveis pela conservação do edifício, a partir de providências tomadas com a prefeitura da cidade e a Santa Casa, e não os Regionalistas, que aos olhos de Mário Melo, nada fizeram. Independente, de quem tenho visto primeiro o edifício, há de se convir que, não há mérito nenhum em se *descobrir* uma casa numa via pública de uma cidade como Olinda, ainda mais quando nada de concreto foi feito, nem pelo Instituto, nem pela inspetoria<sup>359</sup>, para a manutenção da construção com suas características primitivas.

E diversas ocasiões, o Secretário Perpétuo questionava a capacidade técnica de Anníbal, acusando, inúmeras vezes que não ser capaz de ocupar o cargo de Inspetor de Monumentos. Em defesa de Anníbal surgiram outros jornalistas, todos encastelados n'A *Província*, que publicaram artigos em sua defesa.

*Foi o sr. Anníbal Fernandes o primeiro Jornalista pernambucano a chama a atenção das nossas “elites” para as coisas da arte Regional, para as nossas velhas igrejas e a protestar contra os atentados à nossa tradição, contra a demolição dos arcos da cidade, contra os “biscateiros” que invadiam as sacristias arrebatando para o estrangeiro painéis, antigas imagens, coroas, castiçais, turíbulos, resplendores. (...)*

*O sr. Mário Melo, erudito secretário perpétuo do Arqueológico, tem se atirado ultimamente de lança em riste contra o sr. Anníbal Fernandes. Uma*

---

<sup>358</sup> MELO, 1929q.

<sup>359</sup> Discutimos o papel da inspetoria em respeito ao outro Sobrado Mourisco de Olinda no Capítulo 02.

*atitude paradoxal, a do simpático arquivista da história. Não vai também o Inspetor de Monumentos zelar pelo passado histórico de Pernambuco?*<sup>360</sup>

A questão levantada por Antônio Freire é, de fato importante, uma vez que ambos lutavam pela mesma causa, mas com divergências de opiniões. Além das críticas abertas aos trabalhos desenvolvidos diretamente pela inspetoria, três outros assuntos tomaram uma maior importância nas questões discutidas entre Anníbal e Mário Melo, quase que ao mesmo tempo, e dizem respeito à proposta de demolição da Torre Malakoff, à mudança de lugar da lápide em homenagem ao martírio de Frei Caneca, no Largo das Cinco Pontas, e a intenção de se demolir uma igreja na cidade de Goiana.

O primeiro caso tem início no dia 21 de maio de 1929, quando *A Província* noticiou acerca do novo projeto de arruamento da região do cais do porto do Recife, que, devido a suposta necessidade de alinhamento entre as ruas do Bom Jesus e de São Jorge, implicaria na demolição do antigo edifício do Arsenal de Marinha, que teve sua construção iniciada em 1853 e ficou conhecido na cidade como torre Malakoff. Com toda sua imponência, a torre não era somente o portão de acesso ao arsenal, nela também funcionavam a administração, depósitos e galpões para recolher, consertar e construir embarcações. O nome Malakoff é uma referência a Torre Fortificada de Malakoff, em Sebastopol na Ucrânia, foco de resistência durante à Guerra da Criméia. Tal conflito, noticiado pelo *Diário de Pernambuco*, aconteceu no mesmo momento em que se construía o Arsenal de Marinha no Recife, e os nomes relacionados a guerra se tornaram bastante populares em Pernambuco, chegando até mesmo a ter engenhos batizados com os nomes de Sebastopol e Criméia. A própria população, relacionando a torre que se construía no Recife, com aquela que resistia na Ucrânia, passou a chamá-la de Torre Malakoff, denominação pela qual ficou conhecida.

Anníbal Fernandes, Inspetor de Monumentos, já estava ciente das intenções da Capitania dos Portos em demolir o edifício. No dia anterior ele já havia oficiado o Secretário de Justiça e Negócios Interiores pedindo que o governador interviesse no caso.

*Esse edifício foi construído em 1855. Mas de tal maneira ficou ele ligado à fisionomia da cidade que seria uma pena vê-lo desaparecer, como desapareceram os Arcos que davam ao Recife um caráter único entre as cidades brasileiras.*

*Há a considerar ainda que a Torre de Malakoff é o último remanescente do velho Recife e não embaraça o trânsito, nem estorva ninguém.*

---

<sup>360</sup> FREIRE, 1929.

*Tomo a liberdade de lembrar a V. Excia. A conveniência do Governo do Estado se dirigir ao sr. Ministro da Viação pedindo a manutenção da Torre onde mais tarde, com as adaptações necessárias, se poderia instalar um dos grupos escolares ou uma pequena escola profissional.<sup>361</sup>*

É curioso notar que, embora Anníbal reconheça a necessidade de se preservar o edifício, ele não cogitou a sua inclusão na lista de monumentos que deveria ficar sob a vigilância da inspetoria, mesmo diante da iminente ameaça de destruição. O que ele não hesitou em fazer, por exemplo, quando a Igreja da Soledade teve um projeto de remodelação da fachada divulgado na imprensa, como vimos no capítulo anterior. Fica aqui, mais uma vez, clara a postura de Fernandes em somente inscrever como Monumento Nacional as edificações religiosas.

Mário Melo, através do Instituto Arqueológico, também mostrou sua preocupação com a demolição da Torre, remetendo ao Inspetor de Monumentos e aos ministros de Viação e da Marinha um ofício solicitando a preservação do edifício. A questão exaltou os ânimos entre o Inspetor e o Secretário Perpétuo, que naquele momento já haviam começado a trocar acusações na imprensa local. A Fiscalização do Porto defendia a demolição da Torre, enquanto a inspetoria e o Instituto lutavam pela sua preservação, no entanto, sem unirem forças. O assunto repercutiu na imprensa local, durante mais de um ano, chegando a ser comentado em jornais da Capital Federal<sup>362</sup>. Os artigos publicados sempre se mostravam contrários a demolição e preocupados com a preservação do edifício, no entanto, em meio a esses textos, encontramos diversas acusações do Inspetor ao Instituto Arqueológico. Em um deles, publicado n'A *Província* em 21 de junho de 1929, vemos as mesmas velhas questões serem citadas:

*Parece que as informações prestadas pela Fiscalização do Porto, sobre a torre de Malakoff alegam que o velho edifício não tem nenhum valor histórico ou arquitetônico.*

*Não foi outra justificativa da demolição dos Arcos, sendo que na sessão de 1º de dezembro de 1904 do Instituto Arqueológico um de seus sócios mais proeminentes propôs que se pedisse aos poderes competentes a demolição dos Arcos de Santo Antônio e da Conceição (...).*

---

<sup>361</sup> Ofício N.º 26. Volume 91. Fundo Secretaria de Justiça. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

<sup>362</sup> O *Jornal do Brasil* relatou o caso em diversas ocasiões.

*Efetivamente à Torre não está ligado nenhum feito histórico. Quanto a não ter valor arquitetônico, parece que é uma questão apenas de ponto de vista. A Sé de Olinda também não tinha, na opinião de seus reformadores, valor arquitetônico.*<sup>363</sup>

Anníbal não perderia uma oportunidade de criticar o Instituto Arqueológico, no entanto, a questão que fica mais evidente é porquê ele, simplesmente, não incluiu a Torre na listagem dos Monumentos, a qual ele já tinha dado início resolvendo assim, de vez, a questão. Estaria demolição atrelada a interesses específicos? Estaria Anníbal querendo evitar algum atrito político entre o governador Estácio Coimbra e a o Ministro da Viação? Ou Anníbal estava apenas reconhecendo que, embora amparado pela Lei Estadual N.º 1918, ele não possuía apoio constitucional para evitar a demolição? Possivelmente, essa é uma pergunta sem resposta...

A demolição da Torre Malakoff era tida como certa pela Fiscalização do Porto, como vemos no ofício enviado pelo ministro da Viação ao Secretário da Justiça e Negócios Interiores de Pernambuco em 13 de setembro de 1929,

*Havendo considerado atentamente o pedido feito no ofício n.º 2409, que v. excia me dirigiu em data de 1º de junho p. passado, a respeito da conservação da “Torre de Malakoff”, no Recife, cabe-me comunicar a v. excia. Que este ministério está informado de que se trata de uma construção que data de 1853 ou 1854, a qual não se prende nenhum facto histórico (...)*

*Nestas condições este ministério pensa não haver razão para se conservar aquele edifício que prejudicaria o alinhamento da rua de S. Jorge e o desenvolvimento da zona do porto.*<sup>364</sup>

A história tem uma reviravolta quando um leitor d'A *Província* envia, anonimamente, para a redação do jornal uma cópia do Diário Oficial de 25 de Outubro de 1924, onde está publicado o decreto n.º 16.645, assinado pelo então presidente Arthur Bernardes, que modificava os projetos de novos arruamentos na zona do cais do porto do Recife *no sentido de evitar a demolição da torre do “Malakoff” e conservar os terrenos do ex-Arsenal de*

---

<sup>363</sup> A TORRE..., 1929a.

<sup>364</sup> A TORRE..., 1929b.

*Marinha*.<sup>365</sup> Na mesma carta estão relatados diversos acontecimentos que se passaram na torre, como o desembarque de batalhões vindos da Guerra do Paraguai, da Campanha de Canudos, e até mesmo uma recepção ao Conselheiro João Alfredo, que construíam uma memória de *casa histórica* para o edifício, dando-lhe méritos para que fosse preservado.

Tal Decreto foi prontamente enviado pelo Inspetor de Monumentos ao Inspetor Federal do Porto, como nos mostra o Ofício N.º 77, de 14 de outubro de 1929, que acalmou os ânimos da questão durante um tempo. Entretanto, o assunto não foi dado como encerrado, e voltou à imprensa, sem grandes repercussões, em fevereiro de 1930, quando foi dada como certa, mais uma vez, a demolição do edifício, pela fiscalização do Porto, o que, como percebermos ao visitar hoje o Bairro do Recife, não aconteceu.

Ao mesmo tempo que a questão da demolição da Torre Malakoff acendia os ânimos, e os conflitos, entre Anníbal Fernandes e Mário Melo, outro assunto tomou conta dos artigos dos dois jornalistas: a lápide em homenagem ao martírio de Frei Caneca, localizada no Largo das Cinco Pontas, no Recife. Joaquim do Amor Divino, conhecido como Frei Caneca, ao lado de outros revolucionários como Domingos José Martins e Andrade e Silva, participou da Revolução Pernambucana de 1817, iniciada com a ocupação do Recife, em 6 de março daquele ano, proclamando uma República e organizando o primeiro governo independente da Região. Com o fracasso da revolução, Frei Caneca é preso e encaminhado a Bahia, sendo libertado quatro anos depois. Em 1824, quando as províncias do Norte se opuseram ao poder imperial, Caneca se torna um dos líderes da Confederação do Equador, movimento republicano e separatista que foi debelado naquele mesmo ano. O frade então foge para o Ceará, onde é preso e enviado ao Recife para, em 13 de Janeiro de 1825, ser fuzilado no Forte das Cinco Pontas. Em 1917, em meio às comemorações do centenário da Revolução Pernambucana, O Instituto Arqueológico colocou no Largo das Cinco Pontas uma placa no, suposto, local onde o revolucionário havia morrido.

Em 1929 a Cooperativa Álcool-Motor, em entendimentos com a Prefeitura do Recife, se apropria de um pequeno trecho de área pública em troca da construção de muros e calçadas, ficando *a placa comemorativa do martírio do grande patriota Frei Caneca na passagem que comunica os armazéns da Great Western com o Largo das Cinco Pontas, a qual seria calçada e ajardinada*.<sup>366</sup> No entanto, a própria cooperativa, por sugestão de Domingos Ferreira, engenheiro da secção de Obras, optou por construir uma praça circular, ajardinada, que receberia o nome do mártir e ainda receberia um monumento comemorativo, uma pirâmide de granito, além da placa já existente. No dia 3 de junho desse

---

<sup>365</sup> A TORRE..., 1929c.

<sup>366</sup> Trecho da carta encaminhada por Anníbal de Mattos, gerente da Álcool-Motor, ao Inspetor de Monumentos (INSPETORIA..., 1929b).

mesmo ano, sem saber o que estava acontecendo, o Instituto Arqueológico oficiou o Inspetor de Monumentos e o Prefeito do Recife informando que particulares estavam murando o local onde estava aquela homenagem à *memória de quem tanto se bateu pelo bem estar da pátria*<sup>367</sup>. Estava armado o palco de mais uma disputa entre Aníbal Fernandes e Mário Melo.

As notícias publicadas ao longo do ano dão a entender que o cerne da questão não é apenas a mudança do local da placa, o simples fato do Instituto Arqueológico não ter sido consultado em relação ao projeto, causou a indignação do seu Secretário Perpétuo:

*Tenho considerações a fazer, considerações que não implicam em absoluto o modo de pensar do Instituto, onde o assunto ainda não foi debatido, porque estávamos na ignorância de tudo que se deliberou com antecedência [grifo nosso].*

*Acho razoável o negócio concertado entre a Cooperativa e a Prefeitura e lamento, apenas, que o trecho cedido por esta àquela tenha sido justamente aquele em que se encontrava a lápide, no semicírculo que aí formara o logradouro. (...)*

*Quanto à lápide: Sabia-se que Frei Caneca fora fuzilado junto à forca, nas Cinco pontas. (...) O Instituto organizou a lápide e colocou no ponto mais aproximado em que tombara Frei Caneca. Mudar essa placa para outro ponto distante é concorrer para o assinalamento duma mentira histórica.<sup>368</sup>*

A resposta veio no dia 9 de junho, n'A *Província*:

*A mudança da placa para o meio da praça não afeta de modo nenhum a verdade histórica, pois a placa não diz nem podia dizer que Frei Caneca foi fuzilado de encontro ao muro, mais sim no largo das Cinco Pontas ou outr'ora areal das Cinco Pontas. (...)*

*É incontestável que a placa na pirâmide tem muito mais relevo num largo ajardinado, que num pedaço de muro em recanto quase escuso que ninguém vê.<sup>369</sup>*

---

<sup>367</sup> INSTITUTO..., 1929c.

<sup>368</sup> MELO, 1929g.

<sup>369</sup> A LÁPIDE..., 1929a.

A questão foi apontada em outro artigo d'A *Província*, onde se argumenta que a placa colocada pelo Instituto Arqueológico recebia pouca atenção e que seria uma coisa para *iniciados*, enquanto que uma coluna de granito chamaria mais a atenção de quem, por ventura, passasse por ali<sup>370</sup>. Na sessão de 12 de junho, o Instituto louvou a atitude de construção do monumento, no entanto fazia questão que a placa se mantivesse no mesmo lugar, uma vez que assinalava o ponto mais próximo ao local em que fora erguida a forca. Essa discussão chegou até mesmo a Assembleia Provincial, onde o Inspetor de Monumentos foi convidado a dar explicações, provando que a memória de Frei Caneca não seria *afrentada*, com as alterações que se propunham realizar no Largo das Cinco Pontas.

Em relação ao local exato de fuzilamento, este não chegou a ser comprovado de fato, uma vez que tal tarefa é praticamente impossível. Embora afirmando posteriormente que a lápide *não positiva o local da morte do frade patriota. Diz apenas "neste largo"*<sup>371</sup> essa era principal questão discutida. O Secretário Perpétuo argumentou, como vimos, que a mudança de local criaria uma falsa informação histórica, entretanto, a sua presença ali, tampouco confirmava tal história. A possível conclusão a que se pode chegar com essa questão é que ela foi apenas mais um capítulo nos desentendimentos entre Melo e Fernandes. Ainda a respeito desse assunto, Antônio Ricardo<sup>372</sup> reacendeu as mesmas velhas questões com *A Lápide de Frei Caneca*, publicada n'A *Província* em 13 de junho daquele ano, e que merecem ser reproduzidas na íntegra:

*Boatos de que malvados industriais, com a cumplicidade do prefeito e do Inspetor de monumentos haviam deixado no abandono uma lápide, no antigo largo de Cinco Pontas, comemorativa do martírio de Frei Caneca – boates logo desmentidos pelo sr. Prefeito do Recife e pelo inspetor de Monumentos – vieram mostrar como é hoje vigoroso nesta cidade o espírito tradicionalista.*

*Há uns três anos isso de tradição e de respeito a lugares históricos ou poeticamente ligados a vida e ao desenvolvimento da cidade, era assunto que apenas preocupava quatro ou cinco. A grande massa de opinião – e referimo-nos à opinião culta – tomada de um entusiasmo exagerado e místico pelo Progresso com P maiúsculo, entusiasmo que transformou até igrejas veneradas pela sua simplicidade e pelo seu caráter em góticos de confeitaria copiados de fitas de cinema, a grande massa de opinião culta,*

---

<sup>370</sup> SILVA, 1919.

<sup>371</sup> MELO, 1929u.

<sup>372</sup> Convém lembrar que esse pseudônimo foi utilizado tanto por Gilberto Freyre quanto por Annibal Fernandes.

*dizíamos, ostentava, não diremos propriamente desdém, porém uma elegante indiferença por esses assuntos.*

*Nessa atmosfera de elegante indiferença pelo passado – com exceção do passado teatralmente patriótico ou militar – derrubaram-se os Arcos; botou-se abaixo o Corpo Santo; alterou-se a fisionomia tradicional da velha Sé de Olinda; dispersaram-se pratas, móveis, lustres como o do Santa Isabel; foram fundidos nobres e velhos canhões de bronze; e anunciada a venda da biblioteca Alfredo de Carvalho, a simpatia oficial encolheu-se alegando a falta de obras jurídicas... Os nomes antigos das ruas – nomes cheios de poéticas reminiscências locais: Saudade, Aurora, União, Chora Menino, Cotovelo, Cabugá, Ubaias, Cambôa do Carmo e tantos outros – foram substituídos por nomes de gente e por uma multidão de datas inexpressivas que exigem Baedekers<sup>373</sup> cívicos.*

*Chegou-se a este extremo verdadeiramente escandaloso, ruidosamente sensacional o secretário perpétuo do Instituto Arqueológico a propor a mudança de nomes antigos e tradicionais, como “Encanta Moça”.*

*É um prazer observar, em torno do caso da lápide de Frei Caneca que outra mentalidade domina hoje. A opinião esclarecida não mais com elegante indiferença para esses assuntos. Jornais que ainda há pouco chegavam a considerar ridícula essa história de tradição e de amor as velhas coisas locais, revelam-se agora tradicionalistas ardentes, militantes, ruidosos.*

*A atitude oficial já não é de indiferença. Dificilmente se imagina o sr. governador Estácio Coimbra fixando através de um pince-nez displicente uma oferta como a da biblioteca pernambucana de Alfredo de Carvalho e afastando-a logo de seus cuidados num gesto aborrecido... por não ter livros de direito.*

*Em vez dessa atitude, o que se observa é que o sr. Estácio Coimbra fundando o Museu de Arte Antiga, criando a Inspetoria de Monumentos, zelando pelo passado pernambucano. O mesmo se pode dizer das atuais autoridades eclesiásticas. Nada mais louvável que o gesto do arcebispo dom Miguel criando o Museu de Arte Sacra.*

*O caso da lápide de Frei Caneca é típico. Quando os jornais agora tão entusiastas da tradição começaram a gritar, quando o secretário perpétuo do Arqueológico – o mesmo que ainda há pouco tempo batia-se pela mudança do nome tradicional de Encanta Moça – soltou o seu brado de alarme, já a prefeitura do Recife e a Inspetoria de Monumentos haviam*

---

<sup>373</sup> Verlag Karl Baedeker foi um editor alemão, pioneiro na publicação de guias de viagem, que ficaram conhecidos como *Baedekers*.

*providenciado para que o largo onde foi arcabuzado o frade patriota continuasse a ser assinalado por uma lápide e, mais do que isso, por uma pirâmide comemorativa.*

Utilizando de fortes doses de ironia, Ricardo alfinetava o Instituto e, especialmente, a figura do seu Secretário Perpétuo com as mesmas acusações que Freyre e Fernandes já estavam acostumados a fazer e que Mário Melo, tampouco, não estava cansado de se defender. Naquele ano, a terceira e última questão que gerou uma maior troca de acusações entre os dois lados dessa disputa foi em relação à possível demolição da igreja matriz de Goiana, cidade localizada na Zona da Mata Norte e detentora de um dos conjuntos arquitetônicos mais antigos de Pernambuco. O alerta foi dado pelo Secretário Perpétuo em uma das reuniões do Instituto:

*O sr. Mário Melo diz ter lido que a prefeitura de Goiana pretendia demolir duas igrejas ali existentes, fundadas no primeiro século do descobrimento. Pediu informações a um amigo residente naquela cidade e soube que efetivamente há cogitações para o arrasamento das igrejas do Amparo e do Rosário, esta aliás, de 1560 e que foi a primitiva matriz de 1568. A nenhuma das duas fez referência a Inspetoria de Monumentos, como dignas de conservação, mas o Instituto não deve deixá-las ao desamparo.<sup>374</sup>*

É bem verdade que nenhuma das duas igrejas foi incluída na listagem de monumentos elaborada por Anníbal Fernandes. Em Goiana, o Inspetor de Monumentos considerou, apenas, digo de se preservar o cruzeiro localizado em frente ao convento de Santo Alberto de Sicília<sup>375</sup>. De fato, a municipalidade de Goiana tinha a intenção de demolir a Igreja do Amparo, localizada entre as praças Duque de Caxias e Manoel Borba, e a Igreja do Rosário entre as ruas Luiz Gomes e do Rosário, sendo que, em ambos os casos, o motivo alegado era tanto o mau estado de conservação dos templos quanto a necessidade de alargamento das vias onde elas se localizavam, objetivando melhorar o trânsito na cidade.

O Instituto toma a frente na campanha de preservação das igrejas, uma vez que o Inspetor de Monumentos não havia demonstrado interesse nelas, e envia pedidos ao

---

<sup>374</sup> INSTITUTO..., 1929d.

<sup>375</sup> O Centro Histórico da cidade de Goiana possui, atualmente, oito igrejas e dois conventos, todos eles foram tombados pelos IPHAN em 1938.

prefeito de Goiana no sentido de se preservar ambas as edificações. Em relação a Igreja do Amparo, Mário Melo afirmou que, naquele momento, não tinha informações a respeito dela<sup>376</sup>, no entanto, *é possível que seja tão antiga quanto a outra*<sup>377</sup>. Essa outra, a Igreja do Rosário, segundo ele *foi a primeira matriz dessa freguesia, ao tempo em que ainda era parte integrante da Capitania de Itamaracá*<sup>378</sup>. Estava armado mais um cenário para os desentendimentos entre aquelas duas personalidades antagônicas.

Anníbal Fernandes publicou n'A *Província*, no dia 21 de julho daquele ano o artigo *Igreja do Rosário dos Pretos de Goiana*, no qual afirmou:

*É pena que os defensores do Rosário dos Pretos, hoje tão fervorosos em resguardar o nosso patrimônio artístico e histórico, não houvessem dado uma palavra em defesa da Sé de Olinda ou do Corpo Santo ou da igreja do Pilar e do Paraíso, umas destruídas para sempre, outras inteiramente remodeladas no seu espírito. Tudo isso, inclusive a demolição dos arcos, foi consumado friamente e não consta que nessa época se fizesse o menor esforço por impedir que coisas tão antigas e verdadeiramente belas fossem abaixo.*

*Para criar em torno do Rosário dos Pretos um verdadeiro "caso nacional" chega-se ao cúmulo de falsificar datas. Dizer-se por exemplo que a igreja atual vem do século do descobrimento é ostentar a mais enciclopédica ignorância. (...) Mesmo que no local do Rosário dos Pretos houvesse sido construída uma capelinha, não seria nunca a atual. (...) Só mesmo a mais refinada ignorância pode pretender que em 1560 se construísse em Goiana uma igreja com as características da atual. (...)*

*A igreja do Rosário dos Pretos é do tipo das capelas do século XVIII e a sua construção, hoje bastante alterada, obedece na sua fachada as linhas do barroco jesuítico que no século do descobrimento não tinha sido entre nós vulgarizado. (...)*

*Não quero dizer que se deva demolir a igreja e isso mesmo afirmei ao sr. prefeito de Goiana. Mas para evitar que isso aconteça deixemos de mistificações, sob o disfarce de erudição barata.*<sup>379</sup>

---

<sup>376</sup> Existem poucas informações a respeito da construção desse edifício, que foi alterado ao longo dos anos, sabe-se, apenas, que sua construção primitiva é datada do século XVIII.

<sup>377</sup> MELO, 1929k.

<sup>378</sup> MELO, 1929a.

<sup>379</sup> FERNANDES, 1929c.

É curioso observar o tom hostil das críticas presentes no artigo do Inspetor, que dois dias depois foi respondido por Mário Melo, usando o mesmo tom:

*Tendo sido eu quem vem clamando contra o atentado, quem levou o fato ao conhecimento do Instituto que apoiou integralmente o meu protesto, mesmo com erudição barata, felicito-me por ver que alguma coisa consegui.*

*Há entretanto muita coisa de erudição cara que pode e deve ser desfeita com erudição barata. É como o caso de muitos comerciantes que procuraram iludir os fregueses fazendo passar como estrangeira a mercadoria nacional de pouco valor... (...)*

*Pela esdrúxula concepção do funcionário a quem a guarda do nosso patrimônio histórico está entregue, nenhum valor tem a igreja dos Prazeres, em Guararapes, porque não é a primitiva capela erigida por Francisco Barreto, tanto assim que ostenta na fachada a data da reconstrução; idem, idem com igreja da Estância, levantada por Henrique Dias; mutatis mutandis, a igreja dos Capuchinhos da Penha, nesta cidade, integralmente reformada no século passado.*

*Abençoada a minha erudição barata, que me permite orientar de outra maneira, sem a responsabilidade dos que adquirem erudição presumidamente cara, a defesa espontânea e desinteressada, simplesmente por amor a terra natal, do patrimônio histórico que nos legaram os antepassados...<sup>380</sup>*

Ao menos publicamente, Anníbal não respondeu a esse artigo de Mário Melo, nem aos outros dois artigos publicados posteriormente por Antônio Raposo, morador de Goiana e quem forneceu as informações que serviram de base para o argumento do Secretário Perpétuo. O assunto não foi mais debatido, no entanto, um detalhe importante precisa ser esclarecido: a cidade de Goiana possui duas igrejas dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, situadas muito próximas uma da outra. Em relação a mais antiga delas, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos, Leonardo Dantas da Silva<sup>381</sup> afirma que existem poucas informações a respeito da sua construção primitiva, no entanto, são encontrados registros de conclusão de obras em 1705, iniciadas ainda no século XVII, sendo, posteriormente, ampliada ao longo do século XVIII. Já em relação à Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Silva afirma que o templo foi construído no século

---

<sup>380</sup> MELO, 1929m.

<sup>381</sup> SILVA, 2002. p.51.

XVIII e que sua fachada foi refeita segundo um desenho rococó em 1835. Esta era a igreja que se tentou demolir.

Percebe-se nesse caso uma clara confusão em relação ao edifício sobre o qual se voltava a atenção de cada jornalista. Enquanto Fernandes falava da igreja que, de fato, foi ameaçada de destruição, Mário Melo acreditava que se tratava da igreja matriz, que em nenhum momento sofreu essa ameaça. De qualquer maneira, os edifícios se preservaram ao longo do tempo inalterados, ainda que Anníbal não os tenha incluído na sua listagem de Monumentos Nacionais.

Em 1930, embora a inimizade já estivesse solidificada, os ânimos se amenizaram, e são encontradas poucas trocas de acusações, a principal delas, foi, mais uma vez, um artigo de Anníbal Fernandes criticando a Revista do Instituto Arqueológico, publicada n'A *Província* no dia 1º de julho de 1930.

*É lamentável que a Revista do Instituto Arqueológico não tenha transcrito nesse número a lei n.º 1918 de 24 de agosto do ano atrasado, criando a Inspeção de Monumentos e o Museu Histórico e determinando que para a mesma fosse observado o Regulamento constante no acto n.º 240 de fevereiro de 1929. (...)*

*O que não se compreende é que a Revista do Instituto Arqueológico, mandada imprimir pelo governo do Estado, que além do mais subvenciona mensalmente a instituição, omitiu a publicação da Lei que criou a inspeção e do Regulamento da mesma, e faça com tanto destaque a divulgação de outros documentos sem a mesma importância.<sup>382</sup>*

O questionamento de Anníbal Fernandes é bastante pertinente, uma vez que se o próprio Instituto reivindicava para si o mérito de criação das Instituições, por que esse assunto foi completamente ignorado pela publicação oficial do sodalício? Em relação ao fato de que a Instituição ser subvencionada pelo próprio governo do estado, Anníbal já havia feito um questionamento semelhante ao secretário de Justiça, logo quando assumiu o cargo de Inspetor de Monumentos:

*Sendo o Estado o principal mantenedor do Instituto por isso que que foi o Estado que lhe doou o prédio, é o Estado que lhe dá uma subvenção, é*

---

<sup>382</sup> FERNANDES, 1929m.

*ainda o Estado que faz publicar a sua Revista, é natural que o Estado exerça ali uma fiscalização a fim de que o auxílio prestado ao Instituto tenha aplicação de utilidade imediata.*

*Essa fiscalização deve ser extensiva à Revista do Instituto que publica muitas vezes artigos sem nenhum valor literário, histórico ou científico, desprezando matéria que seria de todo interesse reproduzir nos seus arquivos*

*Nestas condições, lembro a V. Excia. que a subvenção a ser paga ao Instituto Arqueológico dependa do parecer desta repartição a qual exigirá que o Instituto faça mensalmente a demonstração das despesas; (...) que o Estado fique com o direito de fazer publicar na Revista do Instituto quaisquer documentos que digam respeito à História de Pernambuco, inclusive pareceres, relatórios, documentos extraídos dos arquivos públicos etc.*<sup>383</sup>

Percebemos através desse documento, claramente, as intenções de Anníbal em controlar a aplicação das verbas subvencionadas pelo estado ao IAHGP, bem como o controle daquilo que deveria ser publicado na Revista do Instituto. Tal fiscalização das ações do sodalício, não aconteceram, o que teria sido um golpe brutal na influência do Secretário Perpétuo nas ações do Sodalício e, possivelmente, teriam evitado toda essa rica troca de acusações públicas entre os jornalistas.

A crítica feita por Anníbal, naturalmente, não passou despercebida, Mário Melo, em carta endereçada ao jornal e publicada no dia 3 de julho daquele ano, alega que a não publicação da lei foi apenas um esquecimento: *Quem de nós, entretanto, não tá sujeito a ciladas da memória?*<sup>384</sup> O argumento não convenceu Anníbal Fernandes, no dia seguinte afirmou:

*A “Revista do Instituto Arqueológico”, deixando de publicar a Lei e o Regulamento do Estado, sobre a defesa do nosso patrimônio artístico e histórico, não o fez por esquecimentos. Mas por hostilidade ao governo e má vontade manifesta à atual Inspetoria de Monumentos. Toda gente sabe aqui que um dos membros da redação da Revista pleiteou vivamente a sua nomeação para aquele cargo. Não o conseguindo, resolveu hostilizar a inspetoria, na pessoa do funcionário que a dirige. Daí as suas constantes*

---

<sup>383</sup> Ofício N.º 27. Volume 91. Fundo Secretaria de Justiça. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

<sup>384</sup> O MUSEU..., 1930b.

*alusões, ora publicadas sob sua assinatura, ora envoltas no anonimato, e distribuídas nas folhas que têm por hábito acolhê-lo.*<sup>385</sup>

Tornando pública a suspeita de que o Secretário Perpétuo cobiçava o cargo de Inspetor de Monumentos, Anníbal provocava Mário Melo, que treplicou, observando ainda que a função da Revista do Instituto não era publicar leis:

*Não hostilizo a Inspeção de Monumentos. Tenho, sim, divergido da orientação do inspetor, em alguns casos, como no da lápide de frei Caneca. Mas tenho-o feito baseado em razões que me parecem fortes e que, de fato, o devem ser, porque o ilustre confrade nunca se animou a discuti-las, ao contrário do que hoje faz, quanto à Revista publicar ou não publicar uma lei.*<sup>386</sup>

Não houve resposta de Anníbal, mas as acusações entre ambos, e as brigas entre a inspeção e o Instituto tinham atingido seu auge. E as diferenças de pensamento, pra não dizer rivalidade, entre a Inspeção de Monumentos, representada por Anníbal Fernandes, e o Instituto Arqueológico, representado por Mário Melo, estavam mais do que conhecidas. Os museus de ambas as instituições também fizeram parte da querela, onde notas quase que diárias noticiavam o acervo que havia sido doado

*Por ora está cada um a mencionar pela imprensa o que lhe dão os padrinhos: uma velha patente de guarda nacional, uma bandeira esfarrapada da monarquia, a torneira vetusta de um convento de Igarassu, um retrato do comendador, coisas antigas, respeitáveis, preciosas, tradicionais; (...) É preciso evitar esse desfrute entre duas tão respeitáveis corporações essa luta infantil e ridícula que está dando na vista de todo mundo.*<sup>387</sup>

Pedro Poppe Gyrão, nesse artigo publicado n'A *Província*, comentou, já no apagar das luzes do governo de Estácio Coimbra, o quão constrangedora já estava aquela situação perante a imprensa local. Ele chegou até mesmo a apontar um solução para o caso:

---

<sup>385</sup> A DEFESA..., 1930f.

<sup>386</sup> A REVISTA..., 1929.

<sup>387</sup> GYRÃO, 1930.

*Parece-me que o acerto seria entregar a guarda a uma só das instituições todo o acervo precioso de coisas tradicionais de Pernambuco; e no caso se me afigura que essa guarda deveria ser confiada ao museu. Este é um instituto do Estado que tem a obrigação de mantê-lo e zelá-lo; (...) seu diretor é incontestavelmente um homem apto por seus talentos, estudos, gosto, índole e sinceridade de propósitos a bem superintender essas coisas de tradição e arte antiga.*<sup>388</sup>

Mal sabia Gyrão que, de fato, aquela disputa estava no fim, no entanto, não com a incorporação do acervo do Instituto Arqueológico ao Museu do Estado, mas sim com a Revolução de 1930, que aconteceu poucos dias depois. Anníbal Fernandes foi perseguido e exonerado dos seus cargos públicos, e Mário Melo a partir de então, assumiu as funções de Inspetor de Monumentos e Diretor do Museu do Estado.

### **3.3. DE 1930 A 1933**

Nomeado nos primeiros dias da Revolução, em 7 de outubro, Mário Melo logo tratou de emitir uma circular informando que estava assumindo o cargo de Inspetor de Monumentos e Diretor do Museu do Estado, informando o fato também a outras instituições culturais de fora de Pernambuco, que ele tinha um bom relacionamento, como o Arquivo Nacional, o Museu Júlio de Castilhos e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. A semelhança do antigo diretor e outros funcionários, como Braz Ribeiro, que permaneceu no cargo, Mário Melo fez uma pequena doação para o acervo do museu. Trata-se de uma Medalha da Campanha Abolicionista de Pernambuco, semelhante a uma já existente no museu do IAHGP.

Tentando *organizar a casa* e antes mesmo de completar um mês no cargo, Mário Melo já se envolveu em uma polêmica. Diante da limpeza da fachada da Igreja do Convento Franciscano de Santo Antônio, no Recife, o Inspetor de Monumentos constatou que os leões que ornamentam o adro da igreja haviam sido descaracterizados.

---

<sup>388</sup> GYRÃO, 1930.

*Descaracterizados na cor, agora com uma camada de cera amarela, descaracterizados com a falta de garras na pata de um deles e descaracterizados com a intercessão de filas de dentes diversos dos felídeos.*<sup>389</sup>

Diante de tais constatações, no dia 27 de outubro, Mário Melo oficiou o Prior do Convento, solicitando que os tais leões fossem restaurados. Tal crítica, assim como o pedido de restauração das esculturas, não foram bem aceitos pelo Frei Athanásio Ofin, guardião do Convento, e, no dia 30 do mesmo mês, o Inspetor de Monumentos recebeu uma resposta do frade, argumentando que a pintura não fora descaracterizada, e que as alterações no leão danificado foram feitas à semelhança do outro, que se preservava intacto no adro do templo, ressaltando que *continua a velar e zelar com carinho e a proporção dos meios de que dispões o patrimônio religioso e artístico que lhe pertence*<sup>390</sup>.

O Inspetor de Monumentos não se deu por satisfeito com as explicações, e, argumentando através de conceitos de Heráldica, afirma que aquela caracterização dos leões não seria fiel à realidade, uma vez que, lhe faltando algumas garras e com a arcada dentária contrariando as regras de anatomia dos felídeos, os leões haviam sido descaracterizados pela reforma recente. O preciosismo de Mário Melo vai lhe render uma longa resposta, no mínimo, *curiosa*, reproduzida aqui em partes:

*Felizmente a carta providencial de v. s. dirigida ao revdmo. Guardiã do Convento, em cujos muros temos vindo servindo, como ornamento, durante dilatados e trabalhosos anos com lealdade e resignação, sempre na mesma postura, de dia e de noite, quer chova ou quer faça sol, veio trazer-nos um grande consolo, no desalento em que íamos já fatalmente caindo.*

*Desde que v. s. se dispôs a velas pela nossa fragilidade calcária sentimos que o ânimo nos volta e começamos a nutrir esperanças em um porvir talvez mais brilhante. (...)*

*Confiamos em que v. s. se interessará pela sorte de dois velhos leões desdentados e que, a não ser v. s. não têm mais ninguém nesse mundo*

---

<sup>389</sup> INSPETORIA..., 1930a.

<sup>390</sup> INSPETORIA..., 1930b.

*Certos de que v. s. não nos abandonará e só terá sossego quando nos vir caracterizados como leões de muro que somos, isto é, caiados d nossa cor natural, armados de garras, como nos convém, e bem providos de dentes para as funções naturais e sociais da mastigação, da dentada e do sorriso, temos a honra de nos subscrever, como toda estima e a maior consideração.*<sup>391</sup>

A resposta, assinada pelos *Leões de São Francisco*, foi publicada o dia 6 de novembro n'A *Tribuna* e no *Diário de Pernambuco*, logo depois, no dia 14. Embora os comentários presentes no texto estejam sempre exaltando a figura do Inspetor de Monumentos e sua determinação em defender a real caracterização daqueles felídeos<sup>392</sup>, é interessante observar as fortes doses de ironia que *Leões* usam para se defender, e que na realidade expressam um enorme desdém pelo preciosismo de Mário Melo. Possivelmente esses *Leões* eram um velho inimigo do novo inspetor de monumentos, dando um último fôlego a uma briga que, por ora, havia acabado.

A semelhança do seu antecessor, que oficiou os prefeitos de algumas cidades solicitando informações a cerca da existência de monumentos históricos naqueles municípios, Mário Melo enviou uma circular a todos os vigários da arquidiocese de Olinda e Recife, publicada no *Diário de Pernambuco* em 30 de novembro daquele ano, solicitando uma relação de todas as igrejas e capelas que estavam sob a guarda das paróquias. Na circular, o Inspetor de Monumentos ainda pedia que fossem enviadas informações complementares como a época da fundação, de reconstrução e ainda características estilísticas. Além disso, Melo ainda solicitava mais informações acerca de outros bens que tivessem interesse histórico ou arqueológico, como pedras com inscrições, grutas, campos de combate e edifícios históricos.

A primeira resposta veio do vigário de Itambé<sup>393</sup>. Além da relação, extensa, das igrejas e capelas presentes no município, a listagem destacava que naquela cidade ainda existia o edifício onde se reunia o Areópago<sup>394</sup> de Arruda Câmara. O Areópago de Itambé, como também ficou conhecido, foi a primeira loja maçônica do

---

<sup>391</sup> O INSPETOR..., 1930.

<sup>392</sup> É importante observar que em alguns dos Conventos Franciscanos encontrados na região Nordeste, são encontrados leões ornamentando os seus adros. Essas esculturas, de modo algum, são representações fiéis desses animais, pelo contrário, são profundamente marcadas por influências orientais.

<sup>393</sup> Município localizado na Zona da Mata Norte do estado que faz fronteira com a Paraíba

<sup>394</sup> Areópago era um conselho de membros da aristocracia ateniense localizado no outeiro de Ares que, durante o período democrático, cumpria a função de um tribunal de justiça, desempenhando ainda um papel importante na política e nos assuntos religiosos. Por extensão de sentido, entende-se por areópago qualquer assembleia de sábio, literatos e cientistas que se destaque pelo senso de justiça nos seus julgamentos.

Brasil, fundada em 1796 pelo ex-frade carmelita Manoel Arruda Câmara. As questões filosóficas e políticas discutidas ali foram bastante influenciadas pelos ideais Iluministas e da Revolução Francesa, que evoluíram para uma conjuração contra o domínio português no Brasil, que tinha a intenção de emancipar Pernambuco, transformando-o numa república sob a proteção de Napoleão Bonaparte. A Conspiração dos Suassunas, como ficou conhecido o movimento, foi delatada em 21 de maio de 1801, sendo o areópago fechado no ano seguinte. Apesar da repressão do movimento, aqueles ideais não foram esquecidas e serviram de inspiração, anos mais na tarde, para a Revolução Pernambucana de 1817.

Prontamente o Inspetor de Monumentos foi a Itambé conhecer o edifício, que embora tivesse sofrido algumas alterações, ainda se mostrava claramente relacionado ao período colonial, sendo, portanto, posto sob a guarda a Inspetoria de Monumentos. Houve na época uma pequena polêmica na imprensa, questionado se, de fato, aquela casa seria a mesma onde teriam acontecido as reuniões, e não outra, localizada no distrito de Desterro, assunto prontamente rebatido pelo Inspetor, que foi em defesa do edifício de Itambé. O culto a tudo aquilo que estivesse relacionado ao passado insurgente e revolucionário de Pernambuco fazia parte do discurso do Instituto Arqueológico e, naturalmente, do seu Secretário Perpétuo, esse era um discurso que, agora, estava sendo incorporado ao da Inspetoria de Monumentos.

Além de Itambé, Mário Melo recebeu respostas de Rio Branco<sup>395</sup>, Escada, Triunfo, Bebedouro<sup>396</sup> e Gameleira. Em todos os casos, as respostas foram um pequeno histórico dos municípios bem como uma extensa listagem de igrejas e capelas, onde se ressaltaram o não interesse histórico ou artístico em todas elas. Também foi negada a existência de edificações históricas em todos os casos. Apenas o vigário de Rio Branco informou que a única construção que pudesse despertar tal interesse era a casa onde havia nascido o Cardeal Arcoverde, primeiro sacerdote a receber esse título na América Latina.

Foram encontrados poucos documentos relacionados a questão de conservação dos edifícios colocadas sob a guarda da inspetoria. Além da antiga solicitação de Anníbal Fernandes para melhorar o caminho até a Igreja dos Prazeres, localizada nos Montes Guararapes, o Inspetor solicitou ao prefeito de Olinda que esse fizesse serviços de conservação na capela de São Pedro Advíncula, em Olinda, que não fazia parte da seleção de monumentos feita pelo antigo Inspetor. Localizada

---

<sup>395</sup> Localizado no Sertão do estado, mudou sua denominação para Arcoverde em 1943.

<sup>396</sup> Hoje a cidade é conhecida como Agrestina.

em frente ao prédio do antigo Aljube, a capela se encontrava em mau estado de conservação, ameaçando, inclusive, desabar.

Outro ponto que foi discutido diz respeito à Igreja da Soledade. O vigário responsável havia desistido do plano de demolir o edifício para ali construir um templo Neogótico, no entanto ainda desejava reformar a edificação, e para isso apresentou novos planos de remodelação, que foram todos prontamente negados. Por fim, o padre recebeu uma autorização da prefeitura para realizar mudanças internas, enquanto se discutia a questão da fachada, como está publicado no *Diário de Pernambuco*, no dia 03 de março de 1931<sup>397</sup>. Não foram encontrados documentos que comprovem como o processo se desenvolveu a partir de então, no entanto, a Igreja foi profundamente alterada e nada está relacionada com sua antiga característica *singela, de linhas modestíssimas*, mais parecendo *uma capelinha de engenho*<sup>398</sup>, pelo contrário, é uma Igreja de feições ecléticas, com um forte traço Neoclássico.

Ainda no que diz respeito a conservação de monumentos históricos, talvez, a obra, simbolicamente, mais importante realizada na gestão de Mário Melo tenha sido a restauração da Cruz do Patrão, construída no istmo que ligava o Recife a Olinda, entre os fortes do Brum e do Buraco. A cruz que existia originalmente no local era de madeira, a pesada e alta coluna dórica, feita de alvenaria, encimada por uma cruz de pedra teria sido construída no século XVIII, para servir de baliza às embarcações que entravam no Porto do Recife. No entanto, a Cruz do Patrão se faz presente no imaginário recifense como um local assombrado, uma vez que era lá que eram jogados os escravos que haviam morrido em alto-mar, vindos da África. A importância histórica da Cruz havia sido apontada por Anníbal Fernandes, entretanto, não há indícios de que ele tenha colocado o Monumento sob a guarda da inspetoria.

No dia 22 de abril de 1931, o Inspetor de Monumentos enviou um ofício ao Secretário da Justiça, posteriormente reenviado ao Secretário de Viação e Obras públicas solicitando a restauração do Monumento, que estava ameaçando desabar. Solicitação essa reiterada pelo Secretário Perpétuo, em nome do Instituto Arqueológico e publicada no *Diário de Pernambuco*, no dia 24 de abril de 1931. E é o *Diário* que vai nos contar essa história:

---

<sup>397</sup> INSPETORIA..., 1931g.

<sup>398</sup> RABELLO, 1930.

*Faz cerca de dez anos vem o Instituto Arqueológico pedindo providências ao governo para que não desapareça aquela coluna plantada no istmo de Olinda e a que se relacionam tantas lendas.*<sup>399</sup>

O Instituto Arqueológico começava a construir uma imagem de defensor de monumentos que até então não tinha, apesar de afirmar isso. Isso é confirmado com o ofício enviado pela Repartição de Obras do Porto ao secretário da Viação e Obras Públicas, reproduzido no *Diário* de 28 de maio:

*Comunico-vos que em data de 22 do corrente foram iniciados os serviços de reparos da Cruz do Patrão, vindo assim, de encontro com os desejos do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano manifestados no seu ofício 24, de 23 de abril p. findo, dirigido ao exmo. sr. interventor federal (...) [grifo nosso],*<sup>400</sup>

Por fim, o *Diário* publicou o ofício enviado pela Repartição de Obras complementares do Porto ao Secretário Perpétuo do Instituto arqueológico:

*Tenho a satisfação de vos comunicar que já foi devidamente restaurado por esta Repartição o monumento colonial denominado “Cruz do Patrão”, sendo dessa forma satisfeito o vosso pedido encarecido ao exmo. sr. Interventor Federal (...)*<sup>401</sup>

Curioso é observar que Mário Melo fez o pedido em duas ocasiões, como Inspetor de Monumentos e como Secretário Perpétuo do Instituto Arqueológico, no entanto, o que foi divulgado na imprensa foi somente a iniciativa tomada em nome do Instituto. Nesse período são identificadas várias notícias relacionadas ao IAHG, publicadas no *Diário de Pernambuco*, noticiando ações como essa da restauração da Cruz do Patrão, além de outras vinculadas à restauração dos nomes tradicionais de algumas ruas do Recife, tanto quanto a identificação de novos monumentos históricos, como as ruínas da igreja de São Gonçalo, no Cabo.

---

<sup>399</sup> A CRUZ..., 1931a.

<sup>400</sup> A CRUZ..., 1931b.

<sup>401</sup> A CRUZ..., 1931c.

Essas ações, que estavam de certa forma relacionadas com a antiga gestão da Inspetoria de Monumentos, tanto quanto aos intelectuais a ela relacionados, estavam agora sendo propagadas como ações do Instituto Arqueológico, ainda que em algumas situações, exista uma documentação comprando que Mário Melo agia usando tanto a sua influência como Secretário Perpétuo do Instituto quanto a de Inspetor de Monumentos. Seria uma tentativa ofuscar as acusações de negligência que o IAHGP recebia, por parte de Gilberto Freyre e Anníbal Fernandes, construindo uma memória de defensor dos monumentos históricos para o sodalício? Possivelmente sim.

As questões que a restauração da Cruz do Patrão traz à tona são, de qualquer forma, mais importantes do que a restauração do monumento em si, que, sem dúvida, foi um mérito alcançado por Mário Melo e as suas relações políticas. Essas relações, rederam a ele e a inspetoria uma nova atribuição:

*Nenhuma licença para demolição ou reparos de edifícios antigo, que interessarem à arte e à tradição da cidade, sem que o respectivo projeto ou pedido de licença esteja visado pela Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais.*<sup>402</sup>

Através dessa Portaria, publicada poucas semanas após a Revolução de 1930, no dia 12 de novembro, o prefeito do Recife, Lauro Borba, dava a Mário Melo poderes de interferir na remodelação ou alteração de qualquer edifício considerado pelo Inspetor como detentor de valores históricos. No entanto, esse artifício só foi utilizado em relação a remodelação da Igreja da Soledade, que mencionamos anteriormente, não sendo encontrada nenhuma outra documentação a respeito da interferência da inspetoria no que diz respeito a autorização para demolições ou reparos de outros edifícios históricos do Recife.

Outro ponto importante a levantar é a participação de Mário Melo, nesse período como membro da Comissão do Plano da Cidade, instância reguladora da remodelação do Recife, criada em agosto de 1931, que seria responsável pela elaboração de pareceres que auxiliariam na concepção dos planos elaborados para a remodelação da cidade. Mário Melo assumiu o cargo de Secretário Geral do Plano da Cidade ao mesmo tempo que era Inspetor de Monumentos, sendo que diversos ofícios escritos por ele como secretário do Plano foram enviados no papel timbrado da inspetoria, sugerindo que trabalhava no escritório desta. Rosane Loretto aponta que o convite

---

<sup>402</sup> CONSERVAÇÃO..., 1930.

feito a Mário veio em função dele ser o Secretário Perpétuo do IAHGP, e acrescenta ainda que

*A pluralidade de profissionais egressos de diferentes campos disciplinares, dentre eles do Instituto Arqueológico, conota a particular preocupação com o destino dos monumentos da cidade, tendo como base a experiência da Reforma do Bairro do Recife, em 1913.*<sup>403</sup>

Dentre as diversas subcomissões criadas, a de *História, Tradição e Monumentos da Cidade* seria aquela responsável por definir quais os edifícios que deveriam ser preservados e que poderiam ser destruídos na cidade, em relação a sua importância histórica. Mário Melo foi o relator dessa subcomissão, que, ao final dos trabalhos emitiu um parecer dividindo os monumentos históricos da cidade em duas categorias: a primeira dizia respeito aos edifícios que deveriam ser rigorosamente preservados, já a segunda, àqueles que, somente em último caso, poderiam ser demolidos.

Como não foi encontrada nenhuma documentação que mostre a listagem elaborada por Mário Melo, é de se supor que a listagem apresentada por ele à Comissão do Plano da Cidade, em relação ao Recife, fosse a mesma adotada pela inspetoria de Monumentos na sua gestão. Ao observarmos essa relação produzida ao final dos trabalhos, notamos uma certa semelhança com aquela produzida por Anníbal Fernandes, no entanto, merecem ser comentadas as diferenças. Sete dos monumentos históricos selecionados por Fernandes foram excluídos da listagem de Mário Melo: as Igrejas de São José do Ribamar, Rosário dos Homens Pretos e dos Martírios, a capela do Convento da Glória, os largos das Cinco Pontas e da Rua Padre Floriano e a Praça da República. Por outro lado, treze novos outros passaram a fazer parte da listagem: a Cruz do Patrão; a Torre Malakoff, o Palácio do Governo; a Cadeia Velha<sup>404</sup>; o Palácio Episcopal; o edifício do Congresso; o quartel da Soledade; a casa conhecida como “a panela dos cupins”; e as igrejas do Pilar, da João de Barros, do Poço, da Torre e da Várzea. Melo ainda acrescentou na categoria daqueles monumentos que poderiam ser demolidos em último caso a antiga Casa da Moeda, o Quartel do Paraíso e as igrejas de Santa Tereza e do Livramento, ambas

---

<sup>403</sup> LORETTO, 2008. p.107.

<sup>404</sup> Que teve a reforma neocolonial criticada pelo próprio Mário Melo, em meio às suas críticas à restauração da Igreja da Madre Deus.

presentes na seleção feita por Fernandes. Mais importante do que a inclusão de outras tipologias de edifícios além de construções religiosas, é curioso observar a exclusão, nessa listagem, de alguns bens identificados pelo antigo Inspetor.

Paralelo aos trabalhos de Inspetor, assim como seu antecessor, Mário Melo assumiu o cargo de Diretor do Museu do Estado, que havia sido inaugurado no dia 7 de setembro de 1930 e estava instalado nos salões da cúpula do Palácio da Justiça. Aparentemente, não houve mudanças em relação à exposição que já estava montada, e as ações do novo diretor estão relacionadas, apenas ao crescimento do acervo do museu. Em todo caso, o primeiro acontecimento importante da nova gestão é, curiosamente, um furto.

Na noite do dia 05 de dezembro de 1930, uma das portas que dava acesso ao museu foi forçada e acabou cedendo, segundo o relato do Diretor do Museu ao Secretário de Justiça, o *gatuno* quebrou um dos mostruários de vidro queimou uma patente imperial *certamente para alumiá-lo durante o furto, pois restos dessa patente e restos de fósforos encontravam-se pelo chão*<sup>405</sup>. Mesmo diante de obras de valor elevado, o ladrão limitou-se a levar objetos pequenos, como moedas e jóias<sup>406</sup>, e, até onde se sabe, o caso não foi solucionado.

Existem poucos registros de entrada de novos objetos no acervo do museu, o Livro de Registro do Departamento de Museologia do Museu do Estado indica apenas a entrada de uma medalha de Bronze comemorativa do centenário da Independência, doada pela Secretaria da Fazenda, do estandarte do Colégio Prytaneu e de uma Bandeira do Brasil Império, todos em 1931. Além desses três objetos, ainda identificamos a medalha doada pelo Diretor do Museu; uma bandeira que havia pertencido ao batalhão de Voluntários da Pátria do município de Ouricuri, no sertão do Estado, que chegou ao museu em 1932; e o mobiliário que havia pertencido ao Conselho Municipal do Recife, recolhido ao museu pelo interventor do município, Lauro Borba, após a extinção do órgão.

*As poltronas, de estilo manuelino – uma delas com a coroa imperial no espaldar alto – são as mais ricas e lindas peças do gênero que existem em Pernambuco (...)*

---

<sup>405</sup> FURTO..., 1930.

<sup>406</sup> A relação completa dos objetos furtados encontra-se em FURTO..., 1930.

*É pensamento do interventor do estado salvar, do mesmo modo, os mobiliários de jacarandá da Câmara dos Deputados, do Senado e do Teatro Santa Isabel.*

*Ao menos o Museu Pernambucano poderá mostrar à posteridade o que era a arte decorativa em nossa terra quanto mobiliário.*<sup>407</sup>

Não foi encontrada nenhuma informação a respeito da compra de novos objetos, ou outras informações a respeito da entrada de acervo durante essa gestão. Em 1933, a Diretoria Geral de Estatística do Estado realizou um inventário intitulado “Museus em 1933”, publicado em 18 de outubro do ano seguinte, do qual foram encontrados fragmentos no arquivo do Departamento de Museologia do Museu do Estado de Pernambuco. Consta nesse inventário que o acervo do museu, até aquele ano, totalizava 1172 peças, estando dividido em 17 coleções, a saber: Móveis, Cerâmicas, Pinturas a óleo, Retratos, Aquarelas, Litografias, Mapas, Imagens, Bandeiras, Armas, Joias, Numismática, Arte popular, Fósseis, Coleção Etnográfica, Manuscritos, Cultos populares. Essa catalogação do acervo foi feita, possivelmente, por Braz Ribeiro, que havia permanecido no cargo de Intendente, que, como vimos no capítulo anterior, seria responsável pelo inventário, catalogação e documentação do acervo do museu.

A documentação relacionada ao período de gestão de Mário Melo é bastante escassa não sendo, por exemplo, encontrada nenhuma informação referente ao ano de 1933, supomos, portanto, que foi um ano praticamente sem atividade da inspetoria tendo o museu ficado aberto apenas para visitaçã, sem desenvolver nenhuma outra atividade. Com os desentendimentos que teve com a nova administração do *Diário de Pernambuco*, as notícias de jornal foram se tornando cada vez mais escassas, tanto em relação ao Instituto Arqueológico, quanto à inspetoria e ao museu, que desapareceram a partir de 1932.

Nos documentos encontrados, o *esquecimento* das duas instituições vai tomando lugar aos poucos. A inspetoria, ia desaparecendo lentamente, a medida que Mário Melo deixava de se referir na documentação como Inspetor de Monumentos e Diretor do Museu, em alguns documentos oficiais da Secretaria da Justiça ele chegou, inclusive a se denominar diretor do museu, após se intitular Secretário Perpétuo do Instituto Arqueológico. O desaparecimento das repartições também foi acontecendo aos poucos. Chegando ao ponto de, no Ofício N.º 289, de 12 de abril de 1932, Mário Melo

---

<sup>407</sup> MUSEU..., 1931.

argumentar que a transferência da datilógrafa da inspetoria para outro departamento, juntamente com a máquina, dificultaria o trabalho do órgão. Reclamação, que logo, vimos que não foi atendida, uma vez que os ofícios, a partir de então, passaram a ser manuscritos. Estava se anunciando que o fim daquelas instituições estava bem próximo.

### 3.5. A EXTINÇÃO DOS ÓRGÃOS

Embora tivesse nomeado Mário Melo para os cargos de Inspetor de Monumentos e Diretor do Museu, desde o início, o desejo de Carlos de Lima Cavalcanti era, na realidade, extinguir as duas instituições que ficaram marcadas, profundamente, pela gestão do seu antecessor, Estácio Coimbra. Na ata da Sessão do Instituto Arqueológico, publicada no *Diário de Pernambuco*, no dia 16 de outubro de 1930, se lê:

*O Sr. Mário Melo diz que quando foi designado para essas funções aceitou com alegria porque seria um trabalho de união entre o Instituto e a Inspetoria de Monumentos. Como várias vezes publicou, o Museu do Estado não podia estar divorciado do Instituto. Estava autorizado, no momento pelo Secretário do Interior do governo provisório a dizer ao Instituto que é pensamento do governo entregar o Museu do Estado à guarda do Instituto, extinguindo-se a verba orçamentária destinada a essa Repartição, com o que faria grande economia, e aumentando-se a subvenção do Instituto para que possa gratificar ao pessoal incumbido dos serviços acrescidos (...). O que precisava no momento era saber se o Instituto acolhia com agrado o pensamento do governo.*<sup>408</sup>

Naturalmente era desejo do Instituto, mais ainda do seu Secretário Perpétuo, que o museu, formado pelo seu *inimigo*, agora ficasse sob seu controle, ainda mais se o sodalício passasse a receber uma gratificação anual maior. Ao final dessa reunião, Mário Melo é designado, oficialmente, como representante do Instituto para negociar com o governo a questão. O Interesse De Carlos de Lima em extinguir a

---

<sup>408</sup> INSTITUTO..., 1930f.

inspetoria e entregar o museu ao Instituto Arqueológico é confirmado, mais uma vez, quando vemos uma anotação, datada de 29 de outubro e escrita à mão pelo Secretário de Justiça e Instrução Pública, Arthur de Souza Marinho, no verso do Ofício N.º 168.

*Sendo pensamento do governo extinguir a repartição – Inspetoria Estadual de Monumentos, para isso já se tendo entendido com o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, que guardará e zelará o patrimônio histórico e artístico do Estado (...)*<sup>409</sup>

Não foi possível identificar o porquê dessas negociações não terem se encaminhado para a extinção logo nesse momento da Inspetoria de Monumentos. As duas instituições seguiram funcionando até 1933, e o Museu do Estado não chegou a ser entregue aos cuidados do Instituto Arqueológico, no entanto, os órgãos vão desaparecendo da imprensa ao poucos, chegando ao ponto de, em 1932 e 1933, não ter sido identificada uma notícia sequer de jornal a respeito da inspetoria ou do museu. Até mesmo na exposição apresentada a Getúlio Vargas pelo Interventor Federal, Carlos de Lima Cavalcanti, em 1933, relacionada ao período administrativo de outubro de 1930 a junho de 1933, nenhuma das duas instituições são citadas. A inspetoria foi somente citada em uma tabela, encontrada nos anexos, que discrimina as despesas do estado entre os anos de 1928 e 1932:

DESPESA DO ESTADO DE PERNAMBUCO EFETUADA NOS EXERCÍCIOS DE 1928 A 1932					
DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS ORÇAMENTÁRIAS	1928	1929	1930	1931	1932
INSPETORIA ESTADUAL DE MONUMENTOS NACIONAIS	-	-	35:616\$280	20:703\$280	17:142\$530

Fonte: PERNAMBUCO, 1933.

É curioso observar que embora tenha tido uma verba anual, aprovada na Assembleia Estadual, de 46:800\$000, que deveriam cobrir as despesas com pessoal e material, ela nunca foi utilizada totalmente. Possivelmente, em 1930, isso não ocorreu em virtude da Revolução que tirou Estácio Coimbra do poder, colocando Carlos de Lima em seu lugar.

<sup>409</sup> Ofício N.º 168. Volume 92. Fundo Secretaria de Justiça. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Nos anos seguintes vemos que a despesa anual da inspetoria vai caindo cada vez mais até que no dia 30 de dezembro de 1933, através da publicação do Decreto 260, o Interventor Federal extinguiu, como repartições autônomas a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais e o Museu do Estado, sendo incorporados a estrutura da Biblioteca Pública. Os serviços de inspetor e diretor do museu seriam agora desenvolvidos pelo diretor da Biblioteca.

O encerramento das Instituições não teria sido, sequer, noticiado na imprensa se, no dia 4 de janeiro de 1934, na Coluna *Coisas da Cidade*, do *Diário de Pernambuco*, Mário Melo não tivesse comentado o fato.

*Não posso felicitar o governo pela sua atitude em relação do Museu do Estado. (...) Veio a Revolução. Em consequência dela, a Inspetoria de Monumentos e o museu cessaram as hostilidades ao velho Instituto. A direção daquela foi moldada na experiência quase secular deste. Tudo indicava que o museu sairia do esconderijo onde atolaram para viver vida em comum com o Instituto.*

*Deram-se os primeiro passos e nada, outras tentativas e igualmente nada. Enquanto isso, a Revolução pôs o museu no regime de dieta-absoluta: Determinou a gratuidade do cargo de diretor, a quem, por contrapeso, ainda cometeu, cumulativamente, outras comissões gratuitas; retirou parte do pessoal e extinguiu praticamente a verba material. (...) Agora o desmontam e o entregam a Biblioteca.<sup>410</sup>*

Mário Melo, de forma bem sintética, resumiu a sua gestão, reconhecendo que o governo não lhe deu condições para agir de outra maneira. O motivo alegado por Carlos de Lima foi a falta de verbas para dar continuidade aos serviços desenvolvidos por aquelas repartições, no entanto essa foi uma simples desculpa para apagar de vez a memória de um projeto levado a diante na gestão anterior, que ele estava fazendo tudo que podia para que fosse esquecida. Isso fica claro quando, no ano seguinte, ele assina o decreto 363, de 28 de dezembro, criando o Museu Regional de Olinda, subordinado ao Museu do Estado e por este administrado. O museu de Olinda, fundado em meio às comemorações do quarto centenário da chegada de Duarte Coelho a Pernambuco, se constituiu utilizando parte do acervo reunido por Anníbal Fernandes para o Museu do Estado, como o painel da batalha dos Guararapes, oriundo da antiga câmara municipal de Olinda e o armário da câmara do

---

<sup>410</sup> MELO, 1934.

Senado de Olinda, além de um altar que havia pertencido a igreja da Sé, antes de ser remodelada, dentre outras peças.

Ainda que fechado e sem uma exposição montada, o Museu do Estado, nos anos seguintes, continuou, de certa forma a funcionar, como podemos observar nas seguintes exposições apresentadas por Cavalcanti à Assembleia Legislativa em 1936 e 1937.

*À Biblioteca Pública continuam anexados o Museu do Estado e o Museu Regional de Olinda. A conservação e cuidado tanto dos livros da Biblioteca quanto dos objetos dos museus têm sido objeto de medidas especiais, (...). Sob a orientação da diretoria do museu, foram feitos reparos consideráveis na igreja dos Santos Cosme e Damião em Igarassu, em atenção ao seu significado histórico.<sup>411</sup>*

*Com o Museu do Estado foi dispendida, em 1936, com a aquisição de objetos de valor artístico ou histórico, cerca de vinte contos de réis – o que apenas era possível, em face das reduzidas verbas. Acrescentando-se a essas compras, um certo número de ofertas, o museu aumentou o seu patrimônio com alguns exemplares de grande valor.*

*Em Olinda, existe um Museu Regional anexo ao Museu do Estado e que tem sido um centro de interessantes atividades. Participando de comemorações cívicas, o museu tem sido parte integrante da vida da antiga e histórica cidade. Ainda recentemente, um dos números de mais relevo do programa das festas do centenário de Duarte Coelho foi a exposição de arte religiosa que o museu realizou, conseguindo de instituições privadas e de particulares uma cooperação digna de ser citada e apontada como exemplo.<sup>412</sup>*

Esses relatórios não só mostram que o museu continuou captando acervo no período, mas também que foi preterido, em relação à projeção na sociedade, pelo Museu Regional de Olinda, que passou a ser sede de ações culturais do governo naquele momento, vinculando-o à gestão atual, enquanto o Museu do Estado, relacionado diretamente à figura de Estácio Coimbra encontrava-se fechado. Foi esse o fim da Inspeção de Monumentos e o início do período de hibernação do Museu do Estado, que, ao final daquela década, foi recriado, dessa vez como uma instituição autônoma, no entanto, não trazendo mais a marca daqueles que o idealizaram.

---

<sup>411</sup> PERNAMBUCO, 1936. p.61

<sup>412</sup> PERNAMBUCO, 1937. p.87.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi na França, ao final do século XVIII, com as grandes destruições causadas pelos revolucionários, que surgiram as primeiras preocupações do Estado em preservar um patrimônio herdado do passado, vinculando-o a construção de uma identidade nacional. Em virtude da estreita ligação entre memória e o sentimento de identidade, uma ideia de nação foi construída de acordo com uma estratégia de valorização do passado e, naquele momento, esses bens foram revestidos de valores simbólicos, cristalizando uma lembrança e representando as origens a nação, ou seja, foram transformados em *lugares de memória*<sup>413</sup>. Esses monumentos, como a própria origem da palavra indica, seriam os responsáveis pela preservação da lembrança de um passado, e por esse motivo, deveriam ter a sua integridade garantida para o usufruto das gerações posteriores.

Essas ideias, nascidas em um ambiente revolucionário, foram transpostas e adaptadas para diversos países, uma vez que elas não se aplicariam do mesmo modo nos mais distintos contextos. No início do século XX, alguns intelectuais brasileiros buscaram associar a ideia de nacionalidade à preservação de um conjunto de bens selecionados que representassem a nação, inspirando-se na iniciativa francesa. No entanto, diante das diferenças contextuais, o que aconteceu aqui foi apenas a transposição dessa política em meio a um sentimento de nostalgia, gerado em meio as transformações que estavam destruindo as reminiscências do passado colonial. Essas discussões em torno da proteção e da conservação de um *patrimônio nacional* adquiriram o estatuto de projetos legislativos a partir da década de 1920, momento no qual alguns intelectuais já alertavam para uma perda *irreparável* dos monumentos do período colonial, defendendo uma política de proteção.

O início do século passado foi um momento no qual o Recife vivenciava uma franca decadência tanto econômica, quanto do seu prestígio em âmbito nacional. O mito revolucionário e heroico que perpassava a história da cidade, e visto como uma vocação natural do lugar, originado do fato da cidade ter sido palco de diversos confrontos que, de certa forma, enfraqueceram os laços coloniais, estava se desfazendo. Este mito que fortalecia a sua cena política em âmbito nacional, e lhe dava um lugar privilegiado e contestador, que convivía, paradoxalmente, com as tradições das elites herdadas do período colonial, precisava ser resgatado. E foi nesse contexto, que a modernização da cidade foi vista como a solução para o problema.

A cidade, a partir de 1910, passou por uma intensa remodelação do seu traçado urbano, através da reforma do porto. Símbolos de um passado colonial, *atrasado*,

---

<sup>413</sup> NORA, 1993.

vinculados ao período colonial e à Monarquia vieram abaixo: a Igreja do Corpo Santo, os arcos do Bom Jesus e da Conceição. O ecletismo, difundido através do Recife Novo, era um símbolo de modernidade. Diversos edifícios coloniais foram reformados para atender ao novo gosto da nova sociedade, a reforma da Sé de Olinda, já no final daquela década, quando as vozes de alguns intelectuais já começavam a se ouvir, foi aquele que mais repercutiu. De símbolo do barroco pernambucano, ela se tornou uma igreja neogótica com *falso arrojo catedralesco*<sup>414</sup>.

Embora o processo de modernização do Recife, entendido aqui como as ações que buscavam remover as feições coloniais da cidade, já tivesse começado na primeira metade do século XIX, e sido coroado com a Reforma Urbana do Bairro do Recife, o saudosismo presente nesses intelectuais de um *Recife de Outrora* está temporalmente vinculado ao período compreendido entre o final do século XIX e o princípio do XX. Coincidentemente, foi nessa época que nasceram figuras como Gilberto Freyre, Anníbal Fernandes, Manoel Bandeira e Cícero Dias. Figuras que, combinando recordações de infância, foram recorrentes na nostalgia de um *Recife Velho*, termo que costumavam empregar.

É o momento também da invenção de um conceito de Nordeste. Na década de 1920, o regionalismo, surgido no contexto da implantação das ideias modernistas em Pernambuco, abraçou a causa da preservação dos valores tradicionais, das culturas locais e dos monumentos históricos como elementos definidores da identidade. Nas palavras de Anco Márcio, o Regionalismo, ao contrário da Semana de 22 em São Paulo, não buscava somente um projeto estético-literário para o Brasil, mas, sim, algo mais ambicioso: um Projeto Civilizatório<sup>415</sup>. Os regionalistas estavam sentindo a perda daqueles elementos que, para eles, eram os definidores de uma identidade e deveriam ter a sua permanência garantida.

Em âmbito nacional, o primeiro projeto que propôs criar uma Inspetoria de Monumentos Nacionais, a fim de defender esse patrimônio que estava se perdendo, partiu de uma iniciativa do deputado federal Luiz Cedro, em 1923. Em Pernambuco, aquela já era uma questão reivindicada pelos intelectuais locais, em sintonia com as ideias defendidas por Gilberto Freyre e os outras figuras envolvidas com a causa Regionalista.

Ficou claro que a demolição do Bairro do Recife e a popularização do ecletismo abriram o campo para a propagação de ideias preservacionistas no estado a partir da década de 1920. O lamento pela destruição desses *lugares de memória*, foi recorrente na primeira metade daquela década, tanto que, durante o *1º Congresso Regionalista do*

---

<sup>414</sup> FREYRE, 1923f.

<sup>415</sup> VIEIRA, 2006,

*Nordeste*, realizado em 1926, buscou-se alternativas para evitar a perda desses símbolos de um passado que deveria ter sido preservado.

Tanto Gilberto Freyre quanto Anníbal Fernandes, os principais articuladores do processo de criação da inspetoria, haviam estado na Europa, e visto de perto ações em prol da preservação de monumentos. E foi por isso que *gritaram*. *Gritaram* até que, em 1928, se autorizou a criação do primeiro *serviço de defesa do nosso patrimônio Artístico e Histórico*<sup>416</sup>. A Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais juntamente com o Museu Histórico e de Arte Antiga foram as ferramentas institucionais que responderam aos anseios da intelectualidade local. A preservação dos monumentos históricos pernambucanos contra a destruição ou a sua descaracterização estava garantida.

Ao mesmo tempo que comemorava essa *vitória*, Anníbal Fernandes começou os seus desentendimentos com o jornalista e Secretário Perpétuo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico, Mário Melo, que buscava para o sodalício o mérito da criação dos órgãos. Melo tentava construir para o Instituto uma memória de defensor de monumentos históricos que o mesmo não possuía. A partir da análises das atas das reuniões do Instituto, dos seus relatórios anuais e das publicações na sua Revista, vimos que o IAHGP não tinha um posicionamento claro em respeito a questão da preservação dos monumentos históricos, isso dependia, em muito, do que cada membro acreditava. No entanto, a impressão geral que se tem é que o Instituto assistia passivamente às transformações que ocorriam na cidade, apenas registrando em ata os casos de demolição, que eram pouco comentados.

As críticas que o sodalício recebia por parte de Anníbal Fernandes e Gilberto Freyre eram, em sua maioria, acusações a respeito da *inércia* sob a qual o Instituto havia visto todas aquelas transformações sem, em nenhum momento, questioná-las. Com o tempo, Mário Melo veio em defesa do Instituto, questionando essas acusações, e com isso um rico debate surgiu na imprensa pernambucana. Anníbal e Mário, antigos amigos, que já haviam trabalhado juntos, agora estavam em lados opostos, e, nesse momento, solidificaram uma inimizade que os acompanhou desde então.

A primeira repercussão importante que se teve em relação a criação da Inspetoria de Monumentos foi a demolição da Casa-Grande do Engenho Megahype, ocorrida pouco dias após a assinatura da Lei n.º 1918, que autorizava o governador Estácio Coimbra a criar a instituição. A casa de Megahype era considerada um dos expoentes máximos da arquitetura rural produzida durante o período colonial. Esse símbolo do passado açucareiro pernambucano foi mandado demolir pelo seu proprietário, João Lopes de Siqueira Santos, assim que tomou conhecimento do interesse do governo em preservar o edifício, por medo

---

<sup>416</sup> FERNANDES, 1929, p.36.

dos prejuízos que tal atitude poderia causar na sua propriedade particular. Pernambuco, um dos pioneiros no que diz respeito a legislação de preservação do patrimônio edificado, também o foi na truculência de alguns dos proprietários aos quais se quis atribuir a um bem o valor de Monumento Nacional.

A atitude de Siqueira Santos repercutiu nacionalmente durante muitos anos, deixando uma marca profunda no imaginário patrimonial brasileiro. As questões relativas ao tombamento prévio de um bem, assim como a impugnação desse tombamento, apareceram pela primeira vez em 1930, ainda que não adotando essa terminologia, no projeto de criação de uma Inspetoria Nacional de Monumentos elaborado pelo deputado baiano Wanderley de Araújo Pinho. O tratamento do bem que se pretende preservar como se de fato ele já o tivesse tombado, a fim de resguardar o objeto de preservação de qualquer descaracterização que pudesse subtrair os seus valores, se tornou uma importante ferramenta de proteção anos depois, quando o SPHAN começou a atuar pelo país.

Anníbal Fernandes elaborou, ao longo da sua gestão, uma lista com diversos bens considerados por ele de valor nacional. A questão mais gritante nessa listagem é a presença maciça da arquitetura religiosa, conjunto que era completado pela inclusão de algumas fortificações, relacionadas a vitória do colonizador na região. A causa mais possível para o completo esquecimento da arquitetura civil e da rural, provavelmente, foi uma resposta a questão da demolição de Megahype. O *trauma* foi tamanho, que, possivelmente, querendo evitar qualquer outro do tipo, a inspetoria achou melhor por excluir os bens privados dessa listagem, com exceção, naturalmente, daqueles pertencentes ao clero. Tal atitude, deixou uma marca profunda até mesmo na atuação do SPHAN em Pernambuco, que desde o princípio privilegiou o tombamento de bens relacionados a arquitetura religiosa.

Elegeu-se nesse momento uma história presa a lugares e a tempos, o período colonial foi visto como uma fase notável, que havia entrado em decadência no século XIX, e os olhos se voltaram para as reminiscências desse *passado de ouro*. O passado escolhido, era um passado elitista, que refletia até as insurgências contra o domínio do colonizador europeu, discurso mais exaltado pelo Instituto Arqueológico do que pela inspetoria, mas que, no entanto, apagava uma memória de outras resistências, como, por exemplo, os quilombos, e a até mesmo da escravidão. Questão que, na prática se mostrou bastante controversa, pois, se por um lado se queria elevar a grandiosidade do passado açucareiro do estado, por outro, a escolha dos monumentos apaga parte dessa história, uma vez que não se buscou preservar nenhum engenho. A arte religiosa foi o foco do ato de se recontar o passado. Dentre os bens selecionados, podemos ver que a seleção das fortificações se mostram como uma prova da capacidade de assegurar a defesa e a integridade nacional e as igrejas seriam o testemunho do ideal e do fervor religioso.

Paralelo ao trabalho de identificação de monumentos, a inspetoria ainda realizou um inventário fotográfico de alguns edifícios localizados no Recife, bem como solicitou, orientou e fiscalizou a realização de diversas obras em edifícios históricos considerados naquele momento como Monumentos Nacionais. Dessas obras, aquela que teve a maior importância foi a restauração da Igreja da Madre Deus, onde, pela primeira vez no país, foram adotados princípios clássicos da Teoria da Restauração. Esses princípios, estreitamente relacionados às ideias do francês Viollet-le-Duc, foram os mesmos que, de certa forma, nortearam as restaurações que aconteceram em Pernambuco nos anos que se seguiram a instalação do SPHAN, e até mesmo adotadas pelo órgão em todo país até meados dos anos 1980, quando vários edifícios foram refeitos, completados ou colocados *num estado completo que pode não ter existido nunca*. No Brasil, exemplos de restaurações desse tipo não faltam, como as que foram feitas no Convento do Carmo, no Rio de Janeiro ou na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, em Cuiabá.

As ações de Anníbal se tornaram conhecidas e reconhecidas nacionalmente. O jornal *A Província*, que havia se tornado uma máquina de apoio ao governo de Estácio Coimbra, republicou diversos artigos elogiosos às ações da inspetoria, bem como relatou comentários de diversos intelectuais ligados à causa preservacionista relacionadas às ações da inspetoria, como Mário de Andrade, em 16 de fevereiro de 1929, e Gustavo Barroso, nos dias 16 e 27 de abril do mesmo ano. O conhecimento das ações em Pernambuco, possivelmente, animou Barroso a fazer uma inspetoria no Museu Histórico Nacional anos depois. Anníbal soube propagar as suas ações tanto nacionalmente, quanto internacionalmente, a partir da publicação dos relatórios com as atividades desenvolvidas, como mostram os ofícios recebidos pela inspetoria do Arquivo Nacional e do Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa, e o elogio às ações do inspetor feito pelo jornal parisiense *Paris-Soir*, reproduzida n'*A Província* em 19 de outubro de 1929, além de comentários de Roquete Pinto e Afonso de Taunay.

Paralelo às atividades de Inspetor, Anníbal, como diretor do museu criado junto a inspetoria, deu início a formação do acervo daquele que seria chamado de Museu do Estado. A Coleção Baltar, a primeira ser adquirida, além do grupo de peças relacionados a etnografia amazônica, percebemos que os outros objetos adquiridos constroem uma paisagem pernambucana, em especial recifense, mostrando aspectos primitivos da região, desde os primórdios da ocupação holandesa até o início do século XX.

Outra coleção conhecida no Recife e que foi uma importante contribuição na constituição do Museu do Estado foi a coleção pertencente ao Liceu de Artes e

Ofícios de Pernambuco, que tem como destaque o seu conjunto de mobiliário e porcelanas, em sua maioria, orientais. Essa coleção de arte pertencente ao Liceu e transferida para o recém criado museu, em muito se assemelha com a decoração das residências urbanas recifenses no século XIX e princípio do XX, reflexos de um gosto pelo luxo e pela ostentação almejados pela burguesia daquele período, que tentava reproduzir, no Brasil, formas de viver das residências europeias. Por mais paradoxal que isso seja, uma vez que a arquitetura que se buscava preservar com as ações da inspetoria era, em sua maioria, anterior ao século XIX, no entanto, no que diz respeito aos bens móveis artísticos esse século é o mais privilegiado, a tipologia de objetos que compõem a coleção do Liceu é exatamente aquela mesma que Anníbal Fernandes e Gilberto Freyre, em seus artigos no começo da década de 1920, relatavam que estava desaparecendo do interior das residências da aristocracia pernambucana.

Além dessas duas grandes coleções, Anníbal ainda adquiriu para o museu outras pinturas e objetos históricos, assim como recebeu diversas doações de particulares e transferências de instituições públicas, como o Senado Estadual, a Prefeitura de Olinda e o Conselho Municipal do Recife.

Por fim o museu foi inaugurado, no dia 7 de setembro de 1930, nos salões da cúpula do Palácio da Justiça, ocupando ainda algumas áreas do térreo do edifício. Essa exposição montada deixa claro que o museu não era somente de História e Arte Antiga, como a princípio se havia pensado, o discurso havia mudado. Dividida em dois salões, o primeiro núcleo, que ocupou o salão inferior da cúpula do palácio da justiça, foi chamado de Secção de História e Arte Antiga. A concepção do primeiro módulo estava muito vinculada a exaltação de personalidades e do culto a saudade, perfil muito semelhante ao de diversos outros museus que já existiam no Brasil naquele momento, podemos afirmar que esse núcleo, fazendo um paralelo com a o texto de Lília Schwarcz em relação ao Museu Paulista, era um *gabinete de quinquilharias a serviço da elite local e em homenagem a ela*<sup>417</sup>.

O grande diferencial dessa exposição foi o seu segundo módulo, que recebeu o nome de Secção de Etnografia, que tinha como objetivo retratar o cotidiano do estado. Foi previsto que esse núcleo seria enriquecido com as contribuições das diversas municipalidades de Pernambuco, a quem Anníbal Fernandes dirigiu um pedido de que fossem remetidos ao museu *utensílios, instrumentos de trabalho, objetos de uso doméstico, produtos de indústria local, cerâmica, brinquedos, armas*

---

<sup>417</sup> SCHWARCZ, 1993. p.90.

*etc.*<sup>418</sup> a fim de que esses municípios se fizessem representar no museu através das suas *particularidades regionais, usos, costumes, religião, folclore etc.*<sup>419</sup>. É clara a presença da *imaginação museal* de Gilberto Freyre nessas ideias, que dá à exposição um enorme pioneirismo. Se quis documentar a vida social naquele momento, como Freyre já havia anunciado que um museu deveria ser, no artigo 23<sup>420</sup>, publicado no *Diário de Pernambuco* em 23 de setembro de 1923, no entanto, essa iniciativa acabou por não seguir adiante em virtude do movimento armado de outubro de 1930.

O museu era um museu do passado, mas também um museu do presente, era um espaço de representação da sociedade dominante que queria civilizar o povo, *que vive alheiado (sic) dos prazeres intelectuais da arte e do gosto*<sup>421</sup>, modelando-o ao seu gosto e às suas preferências, difundindo uma identidade da aristocracia. Embora tivesse funções profundamente contraditórias, um templo de exaltação da elite e um instrumento público de educação, uma mensagem central, que se pode ter é que o museu era, de certa forma, a materialização do poder da classe social dominante.

As duas instituições foram um ato governamental de invenção de tradições defendidas no contexto do regionalismo. Os bens selecionados por Anníbal, sejam eles objetos ou monumentos históricos, tinha uma vocação de encarnar uma identidade, e, do seu ponto de vista, representavam Pernambuco nacionalmente. Ao inventar um passado pra Pernambuco, Anníbal agia como o Narrador de Walter Benjamim, quando ele afirma que *ele é livre para interpretar a história como quiser*<sup>422</sup>. O Pernambuco inventado era o do aristocracia canavieira, católica, livre de problemas e desigualdades, e enraizada com profundos ideais de liberdade.

As ações desenvolvidas pela inspetoria faziam parte de um *Movimento de Cultura*, assim chamado por Anníbal Fernandes no artigo publicado em 13 de setembro de 1929, n'A *Província*. Movimento este que dotou Pernambuco do seu primeiro Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico, criou o primeiro museu estadual, ampliou a Biblioteca Pública, realizou Salões de Arte premiando artistas locais, além de diversas outras iniciativas que merecem ser melhor estudadas. Toda essa iniciativa de Estácio Coimbra teve fim com a Revolução de 1930, que o tirou do poder, assim como seus principais colaboradores, mudando drasticamente a trajetória que dessas instituições.

---

<sup>418</sup> MUSEU..., 1930g.

<sup>419</sup> MUSEU..., 1930c.

<sup>420</sup> FREYRE, 1923b.

<sup>421</sup> FERNANDES, 1919e.

<sup>422</sup> BENJAMIN, 2010. p.203.

Mário Melo assumiu os cargos que uma vez pertenceram ao seu inimigo declarado. Num primeiro momento o novo governador empossado pela Revolução, Carlos de Lima Cavalcanti, tentou entregar o museu aos cuidados do Instituto Arqueológico, dando-lhe também as atribuições da inspetoria, uma vez que, era um desejo seu extinguir aquelas instituições profundamente marcadas pela imagem do antigo governo. Aos poucos a inspetoria e o museu foram sendo desaparelhados, e a extinção dos órgãos como repartições autônomas, subordinando-os a Biblioteca Pública, foi o fim dado por Carlos de Lima Cavalcanti a um projeto pioneiro idealizado por Gilberto Freyre e Anníbal Fernandes, juntamente com outros intelectuais pernambucanos e posto em prática na gestão de Estácio Coimbra.

O trabalho pioneiro desenvolvido nesse momento, no entanto, não chegou a ser de um todo esquecido. As iniciativas da inspetoria repercutiram anos mais tarde, quando, em 1938 teve início a política de tombamentos do SPHAN, ajudando a mostrar o que havia no estado para se preservar. Segundo Silvana Rubino,

*as iniciativas estaduais e as definições construídas nessa proto-história nortearam a política nacional: foi onde já havia uma tradição de se guardar tradições que o SPHAN realizou seu trabalho mais acabado. Tombou-se muito daquilo que já se considerava “de mérito”. Cristalizou-se, através do tombamento, muito do que já estava prefigurado em toda a discussão anterior à criação do Serviço, desenhando assim um mapa do país já existente há muito para as tradições de liderança local de estados como Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo.*<sup>423</sup>

Pernambuco foi o estado que ficou em terceiro lugar no número de tombamentos naquele ano, ficando atrás apenas da Bahia e do Rio de Janeiro. Da listagem elaborada por Anníbal Fernandes, posteriormente complementada por Mário Melo, muita coisa foi subtraída, no entanto, dos bens tombados entre 1938 e 1940, apenas as igrejas na cidade de Goiana, o Forte de Pau Amarelo<sup>424</sup> e o Marco Divisório da Capitania de Itamaracá<sup>425</sup> não fizeram parte dos bens sob a guarda a inspetoria. Merece destaque, ainda, o tombamento do Acervo do Museu do Estado, também acontecido em 1938, num claro reconhecimento do SPHAN às iniciativas preservacionistas desenvolvidas em Pernambuco nos anos anteriores. Nesse momento, o Serviço do Patrimônio ainda contou com o apoio de Gilberto Freyre e

---

<sup>423</sup> RUBINO, 1991. p.60-61

<sup>424</sup> Nesse momento localizado no município de Olinda, numa área que hoje pertence ao município do Paulista.

<sup>425</sup> Pertencente ao acervo do museu do Instituto Arqueológico.

Anníbal Fernandes, que foram contratados como consultores e deram diversos pareceres a respeito de monumentos históricos e, até mesmo, contra a impugnação dos tombamentos que surgiram naquele momento, como o da Capela da Jaqueira e do Palácio dos Bispos de Olinda.

Luiz Delgado, em *A Lição de Rodrigo*, destacou que

*Em nosso estado, criou-se um Inspetoria de Monumentos em 1928. Passava-se, com isso, do campo cultural e literário para o administrativo, uma convicção muito propalada em Pernambuco por Gilberto Freyre, Aníbal Fernandes, Luís Cedro e outros, de que devemos proteger a cultura antiga e herdada. Quando se constituiu, cerca de 10 anos depois, um organismo federal de idênticos e ampliados objetivos, o assunto não era, portanto, novidade entre nós, mas estava longe de ser realidade viva e aceita.*<sup>426</sup>

É bem verdade que a trajetória das políticas culturais desse país, que remetem a preservação do nosso patrimônio cultural, estão fundamentadas em ações bem anteriores aquelas acontecidas na década de 1930, no Rio de Janeiro. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não foi tirado *literalmente do nada*, como certa vez afirmou Carlos Drummond de Andrade.

---

<sup>426</sup> DELGADO apud RUBINO, 1991. p.48.

## **REFERÊNCIAS**

## REFERÊNCIAS

- 1º CONGRESSO Regionalista do Nordeste. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 fev. 1926.
- A CÂMARA aprovou ontem em 2ª. Discussão o projeto concedendo auxílio par as obras da Sé de Olinda. *A Província*. Recife, 10 jul. 1929. Coluna: Congresso do Estado.
- A CONSERVAÇÃO da Torre Malakoff. *A Província*. Recife, 04 maio 1930.
- A CONSTITUIÇÃO do governo revolucionário em Pernambuco. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 out. 1930.
- A CRIAÇÃO de um museu de arte sacra. *A Província*. Recife, 10 maio 1929.
- A CRUZ do Patrão. *Diário de Pernambuco*. Recife, 09 maio 1931a.
- A CRUZ do Patrão. *Diário de Pernambuco*. Recife, 28 maio 1931b.
- A CRUZ do Patrão. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 ago. 1931c.
- A DEFESA do nosso patrimônio artístico e histórico. *A Província*. Recife, 22 dez. 1929.
- A DEFESA do nosso patrimônio artístico. *A Província*. Recife, 24 jun. 1930a.
- A DEFESA do nosso patrimônio artístico. *A Província*. Recife, 08 jul. 1930b.
- A DEFESA do nosso patrimônio histórico. *A Província*. Recife, 14 set. 1930c.
- A DEFESA do patrimônio artístico e histórico no Estado. *A Província*. Recife, 06 abr. 1930d.
- A DEFESA do patrimônio artístico. *Diário de Pernambuco*. Recife, 05 jul. 1930e.
- A DEFESA do patrimônio artístico de Pernambuco. *A Província*. Recife, 04 jul. 1930f.
- A DEMOLIÇÃO da Torre de Malakoff. *A Província*. Recife. 16 jan. 1930.
- A DESTRUIÇÃO do solar de Megahipe. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 set. 1928.
- A IGREJA de Nossa Senhora da Penha. *A Província*. Recife, 08 fev. 1929.
- A INAUGURAÇÃO do Museu do Estado. *A Província*. Recife, 07 ago. 1930.
- A INSCRIÇÃO do convento de S. Francisco não foi retirada. *A Província*. Recife. 16 jan. 1930.
- A INSPETORIA de Monumento e a sua ação cultural. *A Província*. Recife, 1º jun. 1930.
- A LÁPIDE comemorativa de Frei Caneca. *A Província*. Recife, 09 jun. 1929a.
- A LÁPIDE de Frei Caneca. *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 out. 1929b.
- A LÁPIDE de Frei Caneca. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 nov. 1929c.
- A PROPÓSITO da Torre Malakoff. *A Província*. Recife. 13 mar. 1930.
- A RESTAURAÇÃO da Igreja da Madre Deus. *A Província*. Recife, 09 maio 1930.
- A REVISTA do Instituto Arqueológico. *A Província*. Recife, 06 jul. 1929.
- A SITUAÇÃO da Torre Malakoff. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 maio 1930.
- A TORRE Malakoff. *A Província*. Recife, 21 jun. 1929a.
- A TORRE Malakoff. *A Província*. Recife, 03 out. 1929b.
- A TORRE Malakoff. *A Província*. Recife, 13 out. 1929c.
- A TORRE do Malakoff. *Diário de Pernambuco*. Recife, 25 maio 1929d.
- A TORRE de Malakoff. *Diário de Pernambuco*. Recife, 28 jun. 1929e.

- A TORRE Malakoff. *Diário de Pernambuco*. Recife, 05 set. 1929f.
- A TORRE Malakoff e a ação da Inspetoria de Monumentos. *A Província*. Recife, 20 ago. 1930a.
- A VELHA catedral de Olinda. *A Província*. Recife, 27 jun. 1930b.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Munir de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro. *Mensagem apresentada pelo presidente do Estado de Minas Gerais ao congresso Mineiro e lida na abertura da 3.<sup>a</sup> sessão ordinária da 10.<sup>a</sup> legislatura*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1929.
- \_\_\_\_\_, Antônio Carlos Ribeiro. *Mensagem apresentada pelo presidente do Estado de Minas Gerais ao congresso Mineiro e lida na abertura da 4.<sup>a</sup> sessão ordinária da 10.<sup>a</sup> legislatura*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1930.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Na inauguração do Museu da Inconfidência. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Museus*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, 2005. p.164-169.
- ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984
- ARAÚJO, Cristina. *A Escola Nova de Pernambuco: educação e modernidade*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002.
- ARRAIS, Raimundo. *A capital da saudade: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austragésilo*. Recife: Edições Bagaço, 2006.
- ATOS do Governo Provisório. *Diário de Pernambuco*. Recife, 08 out. 1930.
- AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.
- BARTHEL, Diane. *Historic preservation: collective memory and historical identity*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1996.
- BAZIN, Germain. *A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1956. Vol.1 p.136.
- BENNET, Tony. *The Birth of the Museum: History, theory, politics*. London, Ne York: Routledge, 1995.
- BONFIM, Andréa; PONTUAL, Virgínia. *A força da tradição entre os intelectuais do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. 1900-1960*. Recife: Relatório Final de Pesquisa de Apoio Técnico / CNPq/ UFPE, 2006.
- BELLO, Júlio. Quem botou abaixo Megahype. *A Província*. Recife, 22 set. 1928.
- BANDEIRA, Manuel. A grande arquitetônica dos antigos mexicanos. *A Província*. Recife, 18 ago. 1929.
- \_\_\_\_\_, Manuel. *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BENJAMIM, Walter. O colecionador. In: \_\_\_\_\_. *Passagens*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2006. p. 238-246
- \_\_\_\_\_, Walter. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994a.
- \_\_\_\_\_, Walter. *Obras escolhidas: Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1994b.
- \_\_\_\_\_, Walter. *Obras escolhidas: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- BITTENCOURT, José Neves. Receita para a refeição cotidiana dos museus: algumas indicações em torno do desenvolvimento de acervos nos museus de história. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Museus*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, 2005. p.148-163.
- BOTARAM abaixo a casa de Megahype: felizmente o velho solar mal-assombrado desaparece deixando expressiva documentação. *A Província*. Recife, 14 set. 1928.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (org.). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/Fundação Pró Memória, 1980.
- BORGES DE BARROS, F. *Archeologia e História*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado: 1928
- CARDOZO, Joaquim. Sobre a Pintura de Telles Junior. *Revista do Norte*, Recife, 2a phase, n. 2, ago. [s.p.] 1926.
- CARNEIRO, Osires. A nossa igreja da Soledade. *A Província*. Recife, 12 ago. 1930.
- CARVALHO, Gisele Melo. *Interiores residenciais recifenses: A Cultura Francesa na Casa Burguesa do Recife no Século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2002.
- CARVALHO, Maurício Rocha de. *Ecletismo arquitetônico na cultura pernambucana*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 1992.
- CASTRO, Josué de. *Documentário sobre o Nordeste*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1937.
- CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: da coluna Prestes à queda de Arrais*. Vol. 1. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2011.
- CASA de biqueiras. *Diário de Pernambuco*. Recife, 19 abr. 1930.
- CHAGAS, Mario de Souza. *A Imaginação Museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009. 258p.
- \_\_\_\_\_, Mário de Souza. *Casas e portas da memória e do patrimônio*. In: GONDAR, Jô; DOBEDEI, Vera (orgs.). *O que é memória social?*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p.115-132.
- \_\_\_\_\_, Mário de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. *Cadernos de Sociomuseologia N.º. 13*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 1998.
- \_\_\_\_\_, Mário de Souza. Museu, museologia e pensamento social brasileiro. *Cadernos do CEOM N.º. 21*. Chapecó: Argos, 2005. p.13-44.
- \_\_\_\_\_, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A vida social e política dos objetos de um museu. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v.34, p.195-220, 2002.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP. 2001. 282 p.
- CHUVA, Márcia (org.) *A invenção do Patrimônio*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, 1995
- \_\_\_\_\_, Márcia. *Os arquitetos da memória: a construção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Brasil (anos 1930 e 1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- COISAS do Recife. *A Província*. Recife. 21 fev. 1930.
- COMO repercutiu fora de Pernambuco a criação da Inspeção de Monumentos Nacionais. *A Província*. Recife, 13 mar. 1929.

CONSERVAÇÃO de monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 21 jul. 1929.

CONSERVAÇÃO de monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 25 nov. 1930.

COSTA, Lúcio. Documentação Necessária. *Revista do SPHAN*. Rio de Janeiro, n.1. 1937.

\_\_\_\_\_, Lúcio. A arquitetura dos Jesuítas no Brasil. *Revista do Patrimônio*. Rio de Janeiro, n.26. 1997.

CRUZ do Patrão. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 abr. 1931.

DONATIVO para o Museu do Estado. *A Província*. Recife, 1º jun. 1930.

EISEMBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

EM DEFESA do nosso Patrimônio Histórico: Está sancionada a lei que cria o Museu pernambucano e a Inspetoria de Monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 28 ago. 1928.

EM DEFESA da tradição. *Diário de Pernambuco*. Recife, 19 jun. 1929.

ESTELITA, José. Pernambuco deve organizar a defesa dos seus monumentos. *A Província*. Recife, 06 jan. 1929.

ESTUDO Resgata Arco da Conceição. *Jornal do Commercio*, Recife, 10 set. 2001.

FERNANDES, Anníbal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 jan. 1919a. Coluna: De Uns e de Outros.

\_\_\_\_\_, Anníbal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 29 jun. 1919b. Coluna: De Uns e de Outros.

\_\_\_\_\_, Anníbal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 out. 1919c. Coluna: De Uns e de Outros.

\_\_\_\_\_, Anníbal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 nov. 1919d. Coluna: De Uns e de Outros.

\_\_\_\_\_, Anníbal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 nov. 1919e. Coluna: De Uns e de Outros.

\_\_\_\_\_, Anníbal. Arte religiosa em Pernambuco: um atentado que cumpre evitar. *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro, ano 8, n. 1, [s.p.], set. 1920a.

\_\_\_\_\_, Anníbal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 jan. 1920b. Coluna: De Uns e de Outros.

\_\_\_\_\_, Anníbal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 08 jan. 1920c. Coluna: De Uns e de Outros.

\_\_\_\_\_, Anníbal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 09 jan. 1920d. Coluna: De Uns e de Outros.

\_\_\_\_\_, Anníbal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 jan. 1920e. Coluna: De Uns e de Outros.

\_\_\_\_\_, Anníbal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 jan. 1920f. Coluna: De Uns e de Outros.

\_\_\_\_\_, Anníbal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 20 jan. 1920g. Coluna: De Uns e de Outros.

\_\_\_\_\_, Anníbal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 21 fev. 1920h. Coluna: De Uns e de Outros.

- \_\_\_\_\_, Anníbal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 mar. 1920i. Coluna: De Uns e de Outros.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 28 mar. 1920j. Coluna: De Uns e de Outros.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. Gilberto Freyre. *Diário de Pernambuco*. Recife, 8 mar. 1923.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. A casa grande de Megahype. *Diário de Pernambuco*. Recife, 16 set. 1928a.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. Museu de Arte Retrospectiva. *Diário de Pernambuco*. Recife, 09 set. 1928b.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. *Relatório da Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais : apresentado a 28 de Abril de 1928 ao Sr. Secretário da Justiça e Negócios Interiores*. Recife: Imprensa Oficial, 1929. 62p.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. A ação da Inspeção de Monumentos. *A Província*. Recife, 11 ago. 1929a.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. A conservação das nossas velhas igrejas. *A Província*. Recife, 28 mar. 1929b.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. A Igreja do Rosário dos Pretos de Goiana. *A Província*. Recife, 21 jul. 1929c.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. A propósito da nobiliarquia. *A Província*. Recife, 17 out. 1929d.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. Ardores de cristãos novos. *A Província*. Recife, 10 nov. 1929e.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. As nossas igrejas. *A Província*. Recife, 13 mar. 1929f.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. Feira de vaidades. *A Província*. Recife, 24 set. 1929g.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. Movimento de Cultura. *A Província*. Recife, 13 set. 1929h.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. Revista do Instituto Arqueológico – Recife – 1927. *A Província*. Recife, 28 maio 1929i. Coluna: Livros Novos.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. Revista do Instituto Arqueológico – Recife – 1927. *A Província*. Recife, 04 jun. 1929j. Coluna: Livros Novos.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. Pelas velhas igrejas de Olinda. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 fev. 1929k.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. Manual de identificação do Sr. Aurélio Domingues – Catálogo Geral do Museu Histórico Nacional. *Diário de Pernambuco*. Recife, 16 maio 1929l.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano – Nº. 135 a 142 – Vol. XXIX – Imprensa Oficial – 1927. *A Província*. Recife, 01 jul. 1929m. Coluna: Livros Novos.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. *Relatório da Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais : apresentado a 19 de Fevereiro de 1930 ao Sr. Secretário da Justiça e Negócios Interiores*. Recife: Imprensa Oficial, 1930. 83p.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. O trabalho que está realizando a Inspeção de Monumentos em Pernambuco. *A Província*. Recife, 06 set. 1930a.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. *Pernambuco no tempo do "Vice-Rei...": cousas e fatos do governo revolucionário de Pernambuco a partir de 6 de outubro de 1930*. Recife: Schmidt, 1934. 351p.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. *Estudos Pernambucanos*. Recife: Editora Massangana, 1982.
- \_\_\_\_\_, Anníbal. *Jornalismo de Combate*. Recife: Diário de Pernambuco, 2000.

FERREIRA, Ascenso. *Poemas (1922-1949)*. Edição de luxo de 600 exemplares. Rio de Janeiro: 1951. 191p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005. 296p.

FREIRE, Antônio. Zelando pelas coisas do nosso passado. *A Província*. Recife, 08 jun. 1929.

FREYRE, Gilberto. 19. *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 ago. 1923a.

\_\_\_\_\_, Gilberto. 23. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 set. 1923b.

\_\_\_\_\_, Gilberto. 24. *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 set. 1923c.

\_\_\_\_\_, Gilberto. 26. *Diário de Pernambuco*, Recife, 14 out. 1923d.

\_\_\_\_\_, Gilberto. 32. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 nov. 1923e.

\_\_\_\_\_, Gilberto. 34. *Diário de Pernambuco*, Recife, 9 dez. 1923f.

\_\_\_\_\_, Gilberto. 36. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 dez. 1923g.

\_\_\_\_\_, Gilberto. 41. *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 jan. 1924a.

\_\_\_\_\_, Gilberto. 52. *Diário de Pernambuco*. Recife, 13 abr. 1924b.

\_\_\_\_\_, Gilberto. 53. *Diário de Pernambuco*. Recife, 20 abr. 1924c.

\_\_\_\_\_, Gilberto. 60. *Diário de Pernambuco*. Recife, 8 jun. 1924d.

\_\_\_\_\_, Gilberto. 64. *Diário de Pernambuco*. Recife, 6 jul. 1924e.

\_\_\_\_\_, Gilberto. 68. *Diário de Pernambuco*. Recife, 3 ago. 1924f.

\_\_\_\_\_, Gilberto. 75. *Diário de Pernambuco*. Recife, 21 set. 1924g.

\_\_\_\_\_, Gilberto, 91. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11 jan. 1925a.

\_\_\_\_\_, Gilberto. 95. *Diário de Pernambuco*. Recife, 8 fev. 1925b.

\_\_\_\_\_, Gilberto. Quadros de Telles Júnior. *Diário de Pernambuco*, Recife, 08 fev. 1924h.

\_\_\_\_\_, Gilberto. Do bom e do mau regionalismo. *Revista do Norte*, Recife, nº. 2, p.5, 1924i.

\_\_\_\_\_, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. Recife: Oficinas Gráficas Typ. Propagandistas, 1934.

\_\_\_\_\_, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade - 1915-1930*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

FURTO no Palácio da Justiça. *Diário de Pernambuco*. Recife, 7 dez. 1930.

GOMES, Geraldo. *Engenho e arquitetura*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2006.

\_\_\_\_\_, José Reginaldo Santos. *O Patrimônio como categoria de pensamento*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.), *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro. Lamparina, 2009. p. 25-33.

\_\_\_\_\_, José Reginaldo Santos. *Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios*. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 2005, p. 15-36,

\_\_\_\_\_, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, 2007.

GUEIROS, Nehemias. O Museu Histórico de Pernambuco. *A Província*. Recife, 06 set. 1930.

GUERRA, Flávio. *Velhas igrejas e subúrbios históricos*. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, Departamento de Documentação e Cultura, 1960.

GUSTAVO Barroso. *Diário de Pernambuco*. Recife, 15 jun. 1929.

GYRÃO. Pedro Poppe. Uma rivalidade que não tem razão de ser. *A Província*. Recife, 30 set. 1930.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. 224p.

IGREJA de Nossa Senhora da Penha. *A Província*. Recife, 23 abr. 1930.

INOJOSA, Joaquim. *O Brasil brasileiro*, palestra realizada a convite da diretoria da Societé Foot-Ball Club, em Moreno, Pernambuco, em 8.8.1925, apud REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)Encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997.

INSPETORIA de Monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 20 jul. 1928.

INSPETORIA de Monumentos. *A Província*. Recife, 04 jun. 1929a.

INSPETORIA de Monumentos. *A Província*. Recife, 05 jun. 1929b.

INSPETORIA de Monumentos. *A Província*. Recife, 06 jun. 1929c.

INSPETORIA de Monumentos. *A Província*. Recife, 07 jun. 1929d.

INSPETORIA de Monumentos. *A Província*. Recife, 03 jul. 1929e.

INSPETORIA de Monumentos. *A Província*. Recife, 17 ago. 1929f.

INSPETORIA de Monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 1º nov. 1930a.

INSPETORIA de Monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 04 nov. 1930b.

INSPETORIA de Monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 05 nov. 1930c.

INSPETORIA de Monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 09 nov. 1930d.

INSPETORIA de Monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 nov. 1930e.

INSPETORIA de Monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11 dez. 1930f.

INSPETORIA de Monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 20 dez. 1930g.

INSPETORIA de Monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 23 dez. 1930h.

INSPETORIA de Monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 31 dez. 1930i.

INSPETORIA de Monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 09 jan. 1931a.

INSPETORIA de Monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 jan. 1931b.

INSPETORIA de Monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 21 jan. 1931c.

INSPETORIA de Monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 20 fev. 1931d.

INSPETORIA de Monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 21 fev. 1931e.

INSPETORIA de Monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 1º mar. 1931f.

INSPETORIA de Monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 mar. 1931g.

INSPETORIA Estadual de Monumentos. *A Província*. Recife, 18 jul. 1929g.

INSPETORIA Estadual de Monumentos. *A Província*. Recife, 20 jul. 1929h.

INSPETORIA Estadual de Monumentos. *A Província*. Recife, 23 jul. 1929i.

INSPETORIA Estadual dos Monumentos. *A Província*. Recife, 16 jul. 1929j.

INSPETORIA Estadual dos Monumentos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 31 mar. 1929k.

INSPETORIA Estadual de Monumentos Nacionais. *A Província*. Recife, 10 fev. 1929l.

INSPETORIA Estadual de Monumentos Nacionais. *A Província*. Recife, 14 fev. 1929m.

INSPETORIA Estadual de Monumentos Nacionais. *A Província*. Recife, 21 jun. 1929n.

INSPETORIA Estadual de Monumentos Nacionais. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 mar. 1929o.

INSPETORIA Estadual de Monumentos Nacionais. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30 nov. 1930j.

INSPETORIA de Monumentos Nacionais. *A Província*. Recife, 31 mar. 1929p.

INSTITUTO Arqueológico. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 fev. 1929a.

INSTITUTO Arqueológico. *Diário de Pernambuco*. Recife, 21 fev. 1929b.

INSTITUTO Arqueológico. *Diário de Pernambuco*. Recife, 05 jun. 1929c.

INSTITUTO Arqueológico. *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 jun. 1929d.

INSTITUTO Arqueológico. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30 jul. 1929e.

INSTITUTO Arqueológico. *Diário de Pernambuco*. Recife, 1º ago. 1929f.

INSTITUTO Arqueológico. *Diário de Pernambuco*. Recife, 19 dez. 1929g.

INSTITUTO Arqueológico. *Diário de Pernambuco*. Recife, 20 dez. 1929h.

INSTITUTO Arqueológico. *Diário de Pernambuco*. Recife, 13 mar. 1930a.

INSTITUTO Arqueológico. *Diário de Pernambuco*. Recife, 08 maio 1930b.

INSTITUTO Arqueológico. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 de maio 1930c.

INSTITUTO Arqueológico. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 jul. 1930d.

INSTITUTO Arqueológico. *Diário de Pernambuco*. Recife, 04 set. 1930e.

INSTITUTO Arqueológico. *Diário de Pernambuco*. Recife, 16 out. 1930f.

JÚNIOR, Augusto de Lima. A congregação do Oratório e suas igrejas em Pernambuco. *Revista do SPHAN*, v.9. Rio de Janeiro, 1945. p.331-346.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Viollet-le-Duc e o Verbetes Restauração*. In: VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2006. p.9-24.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1992.

LEMOS, Carlos. *História da casa brasileira*. São Paulo: Editora contexto, 1989.

LEMOS FILHO. *Clã do Açúcar (Recife 1911-1934)*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

LESSA, Vicente Themudo. *A triste sorte dos velhos*. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 jun. 1929.

LEVINE, Robert. *A velha usina. Pernambuco na federação brasileira: 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LIVRO do Nordeste. (Comemorativo do 1º centenário do *Diário de Pernambuco*, 1825-1925). Recife: Oficinas do Diário de Pernambuco, 1925.

LORETTO, Rosane Piccolo. *Paraíso & Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

LUBAMBO, Cátia Wanderley, *O Bairro do Recife: Entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. *Da materialização à Legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado. 1920-1945*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

MATRIZ da Soledade: Vão ser iniciados os trabalhos de sua remodelação. *Jornal Pequeno*. Recife, 05 ago. 1930.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. A congregação de São Filipe Neri em Pernambuco. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v.57. Recife, 1984.

\_\_\_\_\_, José Antônio Gonsalves de. L. Krauss, Litógrafo. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11 mar. 1971.

MELO, Mário. Monumentos Pernambucanos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 09 set. 1928.

\_\_\_\_\_, Mário. Os canhões do Brum. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 maio 1929a.

\_\_\_\_\_, Mário. Instituto Arqueológico I. *Diário de Pernambuco*. Recife, 29 maio 1929b. Coluna: Solicitadas

\_\_\_\_\_, Mário. Instituto Arqueológico II. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30 maio 1929c. Coluna: Solicitadas

\_\_\_\_\_, Mário. Instituto Arqueológico III. *Diário de Pernambuco*. Recife, 31 maio 1929d. Coluna: Solicitadas

\_\_\_\_\_, Mário. Instituto Arqueológico IV. *Diário de Pernambuco*. Recife, 1º jun. 1929e. Coluna: Solicitadas

\_\_\_\_\_, Mário. Instituto Arqueológico Conclusão. *Diário de Pernambuco*. Recife, 04 jun. 1929f. Coluna: Solicitadas

\_\_\_\_\_, Mário. Homenagem à memória de Frei Caneca. *Diário de Pernambuco*. Recife, 06 jun. 1929g.

\_\_\_\_\_, Mário. A torre de Malakoff. *Diário de Pernambuco*. Recife, 21 jun. 1929h.

\_\_\_\_\_, Mário. Esclarecendo um ponto obscuro. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 jun. 1929i.

\_\_\_\_\_, Mário. A igreja mais antiga do Brasil. *Diário de Pernambuco*. Recife, 23 jun. 1929j.

\_\_\_\_\_, Mário. Cogita-se demolir, em Goiana, uma igreja de 1560!. *Diário de Pernambuco*. Recife, 28 jun. 1929k.

\_\_\_\_\_, Mário. Acordai Goianenses!... Vai ser destruída a primitiva matriz de Goiana, fundada no primeiro século!. *Diário de Pernambuco*. Recife, 19 jul. 1929l.

\_\_\_\_\_, Mário. A velha Matriz de Goiana. *Diário de Pernambuco*. Recife, 23 jul. 1929m.

\_\_\_\_\_, Mário. A torre Malakoff. *Diário de Pernambuco*. Recife, 04 ago. 1929n.

\_\_\_\_\_, Mário. Continua a dispersão do nosso patrimônio artístico e histórico. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 ago. 1929o.

\_\_\_\_\_, Mário. Pintura raríssima. *Diário de Pernambuco*. Recife, 15 ago. 1929p.

\_\_\_\_\_, Mário. O sobradinho mourisco de Olinda. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 set. 1929q.

- \_\_\_\_\_, Mário. Arqueologia e história. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 set. 1929r.
- \_\_\_\_\_, Mário. Monumentos baianos e pernambucanos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 06 out. 1929s.
- \_\_\_\_\_, Mário. A cruz do patrão. *Diário de Pernambuco*. Recife, 13 out. 1929t.
- \_\_\_\_\_, Mário. A lápide de Frei Caneca. *Diário de Pernambuco*. Recife, 08 nov. 1929u.
- \_\_\_\_\_, Mário. O museu Baltar. *Diário de Pernambuco*. Recife, 09 nov. 1929v.
- \_\_\_\_\_, Mário. A lápide de Frei Caneca. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 nov. 1929w.
- \_\_\_\_\_, Mário. A lápide de Frei Caneca. *Diário de Pernambuco*. Recife, 13 nov. 1929x.
- \_\_\_\_\_, Mário. Sobre a arqueologia Pernambucana. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 jan. 1930a.
- \_\_\_\_\_, Mário. A Restauração da Madre Deus. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02 mar. 1930b.
- \_\_\_\_\_, Mário. A Madre Deus e a Velha Cadeia. *Diário de Pernambuco*. Recife, 04 maio 1930c.
- \_\_\_\_\_, Mário. Bronze de Canhões. *Diário de Pernambuco*. Recife, 21 set. 1930d.
- \_\_\_\_\_, Mário. Glória a Pernambuco. *Diário de Pernambuco*. Recife, 08 dez. 1930e.
- \_\_\_\_\_, Mário. Coisas da Cidade. *Diário de Pernambuco*. Recife, 06 jan. 1934.
- MELO, Renato Vieira de. Uma instituição que honra Pernambuco. *A Província*. Recife, 05 set. 1930f.
- MOREIRA, Fernando Diniz. *A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926)*. Recife, 1994. Mestrado (Desenvolvimento urbano), UFPE.
- MONUMENTOS Históricos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 06 jul. 1929a.
- MONUMENTOS Históricos de Olinda. *Diário de Pernambuco*. Recife, 21 jun. 1929b.
- MONUMENTOS Históricos de Olinda. *Diário de Pernambuco*. Recife, 28 jun. 1929c.
- MONUMENTOS Históricos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 19 ago. 1931.
- MUSEU Histórico e de Arte Antiga de Pernambuco. *A Província*. Recife, 16 abr. 1929a.
- MUSEU do Estado. *Diário de Pernambuco*. Recife, 16 abr. 1929b.
- MUSEU do Estado. *A Província*. Recife, 26 jun. 1930a.
- MUSEU do Estado. *A Província*. Recife, 26 jul. 1930b.
- MUSEU do Estado. *A Província*. Recife, 24 ago. 1930c.
- MUSEU do Estado. *A Província*. Recife, 29 ago. 1930d.
- MUSEU do Estado. *A Província*. Recife, 31 ago. 1930e.
- MUSEU do Estado. *A Província*. Recife, 03 set. 1930f.
- MUSEU do Estado. *A Província*. Recife, 06 set. 1930g.
- MUSEU do Estado. *A Província*. Recife, 14 set. 1930h.
- MUSEU do Estado. *A Província*. Recife, 16 set. 1930i.
- MUSEU do Estado. *A Província*. Recife, 17 set. 1930j.
- MUSEU do Estado. *A Província*. Recife, 19 set. 1930k.
- MUSEU do Estado. *A Província*. Recife, 26 set. 1930l.

MUSEU do Estado. *A Província*. Recife, 27 set. 1930m.

MUSEU do Estado. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 set. 1930n.

MUSEU Pernambucano. *Diário de Pernambuco*. Recife, 15 out. 1930o.

MUSEU Pernambucano. *Diário de Pernambuco*. Recife, 28 nov. 1930p.

MUSEU Pernambucano. *Diário de Pernambuco*. Recife, 06 jan. 1931.

NASCIMENTO, Luís do. *História da Imprensa de Pernambuco – 1821/1954 (vol. 1 – Diário de Pernambuco)*. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

\_\_\_\_\_, Luiz do. Roteiro Jornalístico de Mário Melo. *Boletim da cidade do Recife*. Recife, n-170, [s.p.], jan./mar. 1968.

OFERTA ao Museu do Estado. *A Província*. Recife. 29 jan. 1930.

OFERTAS para o museu do Estado. *A Província*. Recife, 06 maio 1930.

OLIVEIRA, J. Gonçalves de. *Aníbal Fernandes: Jornalismo e Ação Civilizadora*. Recife: Associação da Imprensa de Pernambuco. 1977. 105p.

O AERÓPAGO de També. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 maio 1931.

O CASO da lápide de Frei Caneca. *Diário de Pernambuco*. Recife, 16 jun. 1929.

O CONVENTO de Sto. Antônio de Igarassu ameaça ruína. *A Província*. Recife, 24 mar. 1929a.

O CONVENTO do Carmo, em Olinda, não deve ser demolido. *A Província*. Recife, 24 fev. 1929b.

O EDIFÍCIO do velho Arsenal de Marinha. *A Província*. Recife, 21 maio 1929.

O FUTURO Museu do Estado. *A Província*. Recife, 1º mar. 1929.

O INSPETOR e os Leões. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 nov. de 1930. Coluna: Solicitadas

O INVENTÁRIO dos edifícios históricos ou artísticos de Pernambuco. *A Província*. Recife, 30 de abr. De 1929.

O MUSEU do Estado de Pernambuco (catálogo). São Paulo: Banco Safra, 2003.

O MUSEU do Estado. *A Província*. Recife, 03 jul. 1929.

O MUSEU do Estado. *A Província*. Recife, 30 abr. 1930a.

O MUSEU do Estado. *A Província*. Recife, 03 jul. 1930b.

O MUSEU do Estado. *A Província*. Recife, 30 ago. 1930c.

O MUSEU Histórico de Pernambuco. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 ago. 1928.

O NOSSO patrimônio Histórico. *A Província*. Recife, 27 abr. 1929.

O PALÁCIO da Justiça de Pernambuco. *A Província*. Recife, 07 set. 1930a.

O PALÁCIO da Justiça de Pernambuco. *A Província*. Recife, 09 set. 1930b.

O PATRIMÔNIO artístico de Pernambuco. *A Província*. Recife, 29 ago. 1928.

O PATRIMÔNIO artístico pernambucano. *A Província*. Recife, 30 mar. 1930.

O QUE ainda pode fazer a Inspetoria de Monumentos Nacionais. *A Província*. Recife, 16 fev. 1929.

ORLANDO, Arthur. *O Porto e a cidade do Recife*. Recife: Typografia do Jornal do Recife, 1908.

- \_\_\_\_\_, Arthur. *A Terra e o Homem*. Recife: Emp. d'O Tempo, 1913.
- NORA, Pierre, *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: *Projeto História*, São Paulo, n 10, 1993. p.7-28.
- PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo...* Recife: COMUNIGRAF, 1997. 244p.
- PATRIMÔNIO Histórico e Artístico Nacional. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11 set. 1930.
- PELA defesa de nosso patrimônio artístico e histórico. *A Província*. Recife, 19 out. 1929.
- PERNAMBUCO, Governo do Estado. *Leis do Estado de Pernambuco e Decretos do Congresso Legislativo do Ano de 1928*. Recife: Imprensa Oficial, 1928.
- \_\_\_\_\_, Governo do Estado. *Leis do Estado de Pernambuco e Decretos do Congresso Legislativo do Ano de 1928*. Recife: Imprensa Oficial, 1929a.
- \_\_\_\_\_, Governo do Estado. *Leis do Estado de Pernambuco, Decretos do Congresso Legislativo, Atos e Notas do Governo Provisório do Estado. Ano de 1930*. Recife: Imprensa Oficial, 1930a.
- \_\_\_\_\_, Governo do Estado. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 2ª sessão da 13ª Legislatura, pelo Governado do Estado, Dr. Estácio de Albuquerque Coimbra*. Recife: Imprensa Oficial, 1929b.
- \_\_\_\_\_, Governo do Estado. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 3ª sessão da 13ª Legislatura, pelo Governado do Estado, Dr. Estácio de Albuquerque Coimbra*. Recife: Imprensa Oficial, 1930b.
- \_\_\_\_\_, Governo do Estado. *Exposição apresentada ao Chefe do Governo Provisório da República Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas Pelo Interventor Federal em Pernambuco Carlos de Lima Cavalcanti. Período Administrativo de Outubro de 1930 a Junho de 1933*. Recife: Imprensa Oficial, 1933.
- \_\_\_\_\_, Governo do Estado. *Mensagem Apresentada pelo Governador Carlos de Lima Cavalcanti à Assembleia Legislativa de Pernambuco a 1º de Agosto de 1936*. Recife: Imprensa Oficial, 1936.
- \_\_\_\_\_, Governo do Estado. *Mensagem Apresentada pelo Governador Carlos de Lima Cavalcanti à Assembleia Legislativa de Pernambuco a 1º de Agosto de 1937*. Recife: Imprensa Oficial, 1937.
- PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PINTO, Estevão. *A Associação Comercial de Pernambuco*. Recife: Oficinas Graphics do Jornal do Commercio, 1940.
- \_\_\_\_\_, Estevão. Um quadro de Post. *A Província*. Recife, 14 ago. 1929.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: ROMANO, Rugiero (org.). *Enciclopédia Einaudi, (vol. 1 – Memória/história)*. Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1983
- POLLACK, Michel, *Memória e Identidade Social*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, século XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- REGO, Jose Lins do. *Gordos e Magros*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1942
- RABELO, Sylvio. A atuação da Inspetoria de Monumentos. *A Província*. Recife, 22 ago. 1929.
- \_\_\_\_\_, Sylvio. A remodelação da Igreja da Soledade. *A Província*. Recife, 10 ago. 1930.
- RAPOSO. Antônio. Acordai Goianenses. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 jul. 1929a.

- RAPOSO, Antônio. A velha matriz de Goiana. *Diário de Pernambuco*. Recife, 25 jul. 1929b.
- RICARDO, Antônio. A lápide de Frei Caneca. *A Província*. Recife, 13 jun. 1929a.
- \_\_\_\_\_, Antônio. Inspetoria de Monumentos: uma pedra esculpida para o Museu do Estado. *A Província*. Recife, 13 jun. 1929b.
- \_\_\_\_\_, Antônio. A arqueologia mexicana e a nossa. *A Província*. Recife. 22 jan. 1930a.
- \_\_\_\_\_, Antônio. Em defesa do nosso patrimônio artístico e histórico. *A Província*. Recife, 19 jul. 1930b.
- RESPEITO ao passado. *A Província*. Recife, 16 fev. 1929.
- REMODELAÇÃO das velhas igrejas. *A Província*. Recife, 06 ago. 1930a.
- REMODELAÇÃO das velhas igrejas. *A Província*. Recife, 08 ago. 1930b.
- RELÍQUIA histórica. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02 ago. 1929.
- RESTAURAÇÃO da igreja da Madre de Deus. *A Província*. Recife, 9 maio 1930.
- REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)Encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997.
- \_\_\_\_\_, Antônio Paulo. O Recife na década de vinte: modernidade e identidade. *CLIO - Série Histórica do Nordeste*, n. 16, p. 17-28. Recife, UFPE, 1996. 187p.
- RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: UCG, 2006.
- RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-68*. Campinas: Dissertação de mestrado / Departamento de Antropologia do IFCH/UNICAMP, 1991.
- SAIA, Luís. *Residências Rurais no Brasil colônia*. Tese de livre-docência. São Paulo, 1958.
- SANJAD, Nelson. *A coruja de minerva: o Museu Paraense entre o Império e república (1866-1907)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN, 2006. 144p.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SETTE, Mário. *Arruar, História Pitoresca do Recife Antigo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante no Brasil, 1978. 368 p.
- SILVA, José Pergentino da. Onde morreu Frei Caneca. *A Província*. Recife, 14 jun. 1929.
- SILVA, Leonardo Dantas da. *Pernambuco Preservado: histórico dos bens tombados no estado de Pernambuco*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 2002.
- SOUZA BARROS, M. *A década de 1920 em Pernambuco: uma interpretação*. Rio de Janeiro: Gráfica Acadêmica, 1972.
- TEJO, Limeyra. Sobre o Museu de Pernambuco. *A Província*. Recife, 02 set. 1930.
- UM DONATIVO para o Museu do Estado. *A Província*. Recife, 26 abr. 1930.
- UM MONUMENTO ligado à vida de Nabuco. *A Província*. Recife, 24 out. 1929.
- VIEIRA, Anco Márcio Tenório. O projeto civilizatório do Regionalismo. *Revista Continente Multicultural*, Recife, n.º 72, dezembro, 2006.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.

## **ARQUIVOS CONSULTADOS**

Arquivo do Departamento de Museologia do Museu do Estado de Pernambuco

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

Fundo: Secretaria da Justiça, volumes 20, 91 e 92

Arquivo Noronha Santos/COPEDOC/IPHAN

Série Arquivo Técnico e Adm. do IPHAN/Representante/ FERNANDES, Aníbal

Série Personalidades/FREYRE, Gilberto

Série Inventários/Museu do Estado de Pernambuco

Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira/DIDOC/FUNDAJ

Coleção Anníbal Fernandes

Coleção Mário Melo